

CRIATIVIDADE
INOVAÇÃO
DINAMISMO
COMPETITIVIDADE
AMBIÇÃO

RELATÓRIO & CONTAS 2023



GRUPO
VISABEIRA

RELATÓRIO & CONTAS 2023

**CRIATIVIDADE
INOVAÇÃO
DINAMISMO
COMPETITIVIDADE
AMBIÇÃO**

Índice

01

O Grupo Visabeira

Mensagem do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão	06
Visão, Missão, Valores	08
Uma década em números	10
O Grupo Visabeira no mundo	14
As nossas Marcas	18
Principais negócios	20

04

02

2023 em Retrospectiva

62

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração Executivo	64
2023 em números	66
Principais participações	68
Órgãos sociais	70
Análise dos resultados consolidados	80
Fatores de risco	90
Evolução dos negócios por área	96
Compromisso com a sociedade	148
Perspetivas futuras	158
Anexo ao relatório do Conselho de Administração	160

03

Documentos de prestação das contas consolidadas

162

Demonstrações financeiras consolidadas	164
Notas às demonstrações financeiras consolidadas	170
Documentos de apreciação e certificação	266



O Grupo
Visabeira

01

“O volume de negócios consolidado alcançou os 1,7 mil milhões de euros, um aumento de 16,4% face ao exercício de 2022, triplicando este indicador nos últimos 7 anos”



Mensagem do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão

Fernando Campos Nunes

No ano de 2023, o Grupo Visabeira assinala mais um registo de superação, voltando a bater os máximos históricos na generalidade dos indicadores, desempenho que nos orgulha particularmente por ter sido alcançado num exercício marcado por crescentes dificuldades e cada vez mais complexos desafios.

Tempos muito difíceis e de incerteza, em que ainda se viveram alguns constrangimentos resultantes da passagem do período de pandemia da Covid-19 para endemia e que, adicionalmente, foi muito marcado pelas restrições económicas e logísticas, provocadas pelos impactos colaterais da continuação da guerra no Leste da Europa e do eclodir de um novo conflito no Médio Oriente.

Este contexto adverso teve especial incidência nas atividades da companhia e no dia a dia das suas diversas operações, originando problemas conexos de logística, com a restrição nas rotas marítimas, e de fornecimentos, com a crise de materiais. Não esquecendo ainda em termos macro, que o exercício foi também bastante condicionado pela fase de atenuação do surto inflacionista, que marcou o ano anterior, e que criou entraves ao desenvolvimento dos negócios da generalidade das empresas.

Apesar deste complexo contexto, o Grupo Visabeira conseguiu concretizar, neste exercício, desafiantes objetivos, consolidando desta forma um crescimento sólido e sustentável.

O volume de negócios consolidado de 1,7 mil milhões de euros, corresponde a um significativo aumento de 16,4% face ao exercício de 2022, triplicando este indicador nos últimos 7 anos.

Relativamente ao EBITDA, atingiu o montante de 234 milhões de euros, um crescimento de 11,5% face ao período homólogo. Desempenho coroadado com a consolidação do peso dos mercados externos que neste exercício superou os 77% do total de atividade, passando de cerca de 1/3 para mais de 3/4 de presença internacional nos últimos doze anos. A diversificação geográfica e a expansão internacional, especialmente o crescimento nos mercados europeus e americano, continua a ser um pilar fundamental da estratégia de crescimento e afirmação do Grupo. A Europa, excluindo Portugal, continua a ser um objetivo estratégico, superou os mil milhões de euros, seguida de Portugal com 387 milhões de euros, de África com 144 milhões de euros e da América com 141 milhões de euros. Uma expressiva presença pluricontinental que é fruto do reconhecimento da qualidade e do rigor dos nossos serviços e da afirmação da marca Visabeira.

Toda a equipa Visabeira, principal catalisador e esteio para a superação dos desafios que marcaram este exercício, também cresceu. Somos hoje mais de 14 mil pessoas espalhadas pelos quatro cantos do mundo, que são simultaneamente os principais obreiros e genuínos embaixadores da marca Visabeira.

Esta vasta equipa é o principal pilar da aposta ganha no reforço da competitividade e na inovação, de que resulta a crescente ambição que caracteriza todos os nossos ramos de atividade.

É esta pléiade associada a uma dinâmica muito própria e a um saber fazer que é desígnio de toda a organização, que permite oferecer produtos e serviços competitivos, inovadores, atrativos e confiáveis, debaixo de uma marca, dezenas de empresas, centenas de insígnias, milhares de produtos e serviços que acreditamos, são o cunho do nosso futuro.

A este ADN de sucesso associamos, com empenho e convicção, uma matriz que objetiva uma competitividade responsável, compaginada com o compromisso com a sustentabilidade, que assumimos para com todos, como princípio essencial de sobrevivência coletiva.

Uma palavra ainda a todos quantos contribuíram para superar os ambiciosos desafios e são por isso companheiros dos nossos sucessos e desafios: parceiros, fornecedores, colaboradores, acionistas, entidades, instituições e clientes. Bem hajam todos por partilhar connosco esta contínua rota de sucesso.

Temos consciência que 2024 será um ano de renovados e acrescidos desafios, quiçá mais desafiantes e ainda mais complexos, com novas superações em vista e mais exigentes obstáculos a ultrapassar. Mas sabemos que agora estamos ainda melhor preparados, mais fortes e cada vez mais focados no rigor e na excelência, para assim mantermos o compromisso com os nossos serviços e produtos, sempre orientados para satisfazer as necessidades e as expectativas das pessoas, nos quatro cantos do mundo.

Cada um de nós continua empenhado em construir o futuro todos os dias, com novas soluções e sempre focados no rigor e na excelência, para, enquanto Grupo, embuídos por uma postura de ativo empreendedorismo, transbordante criatividade e exímia qualidade, continuarmos a colocar os nossos serviços e produtos no centro das pessoas e sempre a fazer mais e melhor.

Fernando Campos Nunes
Presidente do Conselho Geral e de Supervisão

Visão

Ser um grupo económico de ampla expansão multinacional, procurar a liderança em todos os setores e mercados onde atua e marcar a diferença pelos conceitos inovadores e soluções integradas que criam valor para os nossos clientes e acionistas.

Missão

Ser facilitador do dia a dia de milhares de pessoas, um pouco por todo o mundo. Oferecer aos nossos parceiros e clientes soluções cada vez mais completas, conforme as suas necessidades e respondendo às suas expetativas, através de uma cada vez maior capacidade produtiva e operacional. Graças à transdisciplinaridade que nos define, produzimos uma grande diversidade de bens, prestamos serviços nas mais diversas áreas e criamos múltiplas oportunidades de negócio.

Valores

**CRIATIVIDADE
INOVAÇÃO
DINAMISMO
COMPETITIVIDADE
AMBIÇÃO**

Os valores que assumimos, enquanto elementos definidores da marca Visabeira, são transversais a todos os profissionais e às várias áreas da organização, mostrando-se decisivos para a evolução do Grupo e para o seu contínuo sucesso.

Uma década em números

2013 - 2023

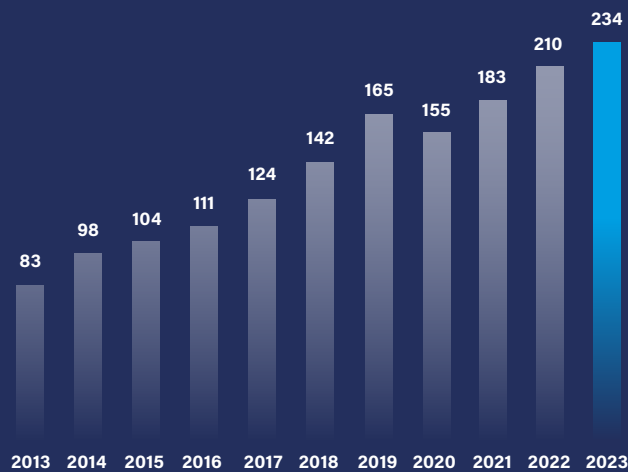
VOLUME DE NEGÓCIOS 2023

1.690 M€



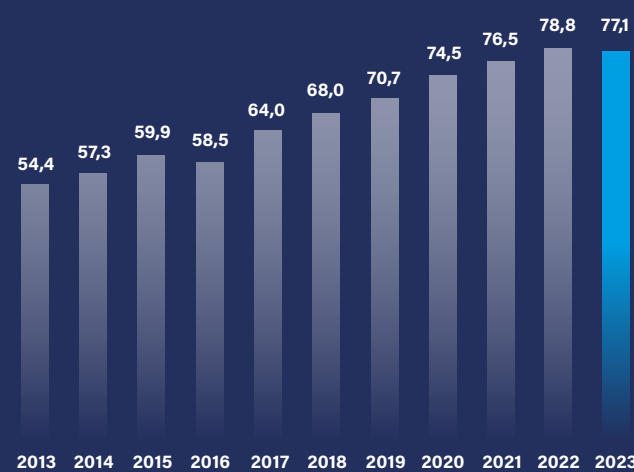
EBITDA 2023

234 M€



MERCADOS EXTERNOS 2023

77,1%



Volume de negócios 2023

1.690 M€

▲ 3,3x 235%
(2013 - 2023)

EBITDA 2023

234 M€

▲ 2,8x 182%
(2013 - 2023)

Mercados Externos 2023

77,1%

▲ 1,4x 42%
(2013 - 2023)

Colaboradores

2013 - 2023



Distribuição Geográfica

Número médio de colaboradores

2013 - 2023



EUROPA (2013 - 649 / 2023 - 4.357)

▲ 6,7x **571%**

PORTUGAL (2013 - 3.796 / 2023 - 6.076)

▲ 1,6x **60%**

AMÉRICA (2013 - 1 / 2023 - 314)

▲ 314x **31.300%**

Total Mundial
2023

14.306

TOTAL MUNDIAL (2013 - 8.099 / 2023 - 14.306)

▲ 1,8x **77%**

O Grupo Visabeira no Mundo

O Grupo Visabeira tem empresas em 18 países, Portugal, França, Reino Unido, Bélgica, Estados Unidos da América, Alemanha, Moçambique, Itália, República da Irlanda, Angola, Espanha, São Tomé e Príncipe, Dinamarca, Brasil, México, Marrocos, Suécia e Índia. Estando presente, por via dos seus produtos e serviços, num total de 134 nações.

18

PRESENCAS INTERNACIONAIS
COM EMPRESAS

134

NAÇÕES COM PRODUTOS
E SERVIÇOS

Empresas

Europa

Portugal
França
Reino Unido
Bélgica
Alemanha
Itália
República da Irlanda
Espanha
Dinamarca
Suécia

América

E.U.A.
Brasil
México

África

Moçambique
Angola
São Tomé e Príncipe
Marrocos

Ásia

Índia

Produtos — Serviços

Europa

Andorra
Arménia
Áustria
Azerbaijão
Bielorrússia
Bulgária
Chipre
Croácia
Escócia
Eslovénia
Eslováquia
Estónia
Finlândia
Geórgia
Grécia
Hungria
Ilhas Faroe
Inglaterra
Irlanda do Norte
Islândia
Letónia
Lituânia
Luxemburgo
Malta
Mónaco
Noruega
País de Gales
Países Baixos
Polónia
Chéquia
Roménia
Rússia
Sérvia
Suíça
Turquia
Ucrânia

América

Antígua
Argentina
Aruba
Belize
Bolívia
Canadá
Caraíbas
Chile
Colômbia
Costa Rica
Cuba
Equador
El Salvador
Guadalupe
Guatemala
Guiana
Guiana Francesa
Haiti
Honduras
Jamaica
Martinica
Panamá
Paraguai
Peru
República Dominicana
Suriname
Trindade e Tobago
Uruguai
Venezuela

África

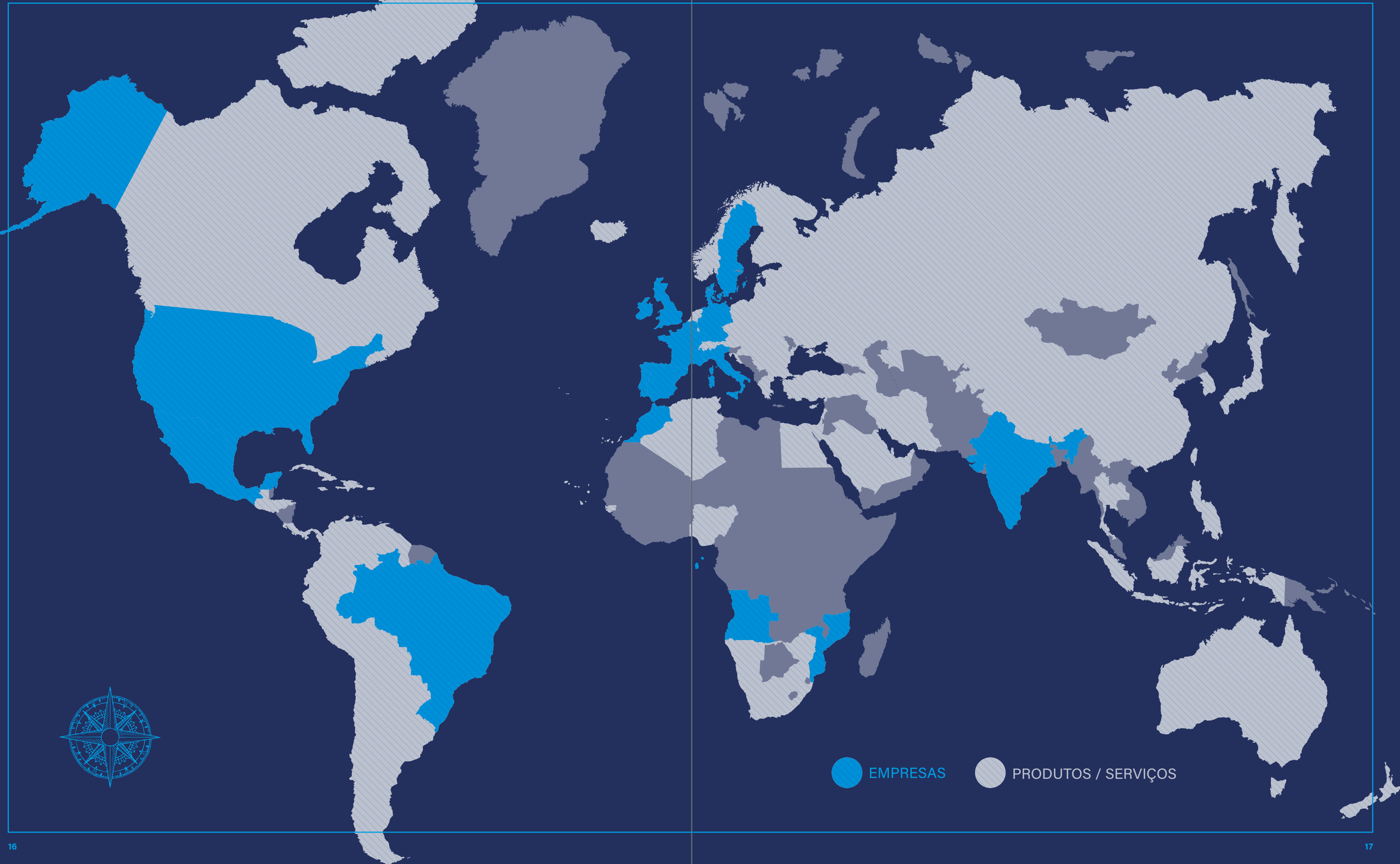
África do Sul
Argélia
Cabo Verde
Congo
Egito
Guiné Bissau
Guiné Equatorial
Líbia
Malawi
Mali
Maurícia
Namíbia
Nigéria
Quénia
Seicheles
Senegal
Serra Leoa
Suazilândia
Sudão
Togo
Tunísia
Zâmbia
Zimbabué

Oceânia

Austrália
Nova Zelândia

Ásia

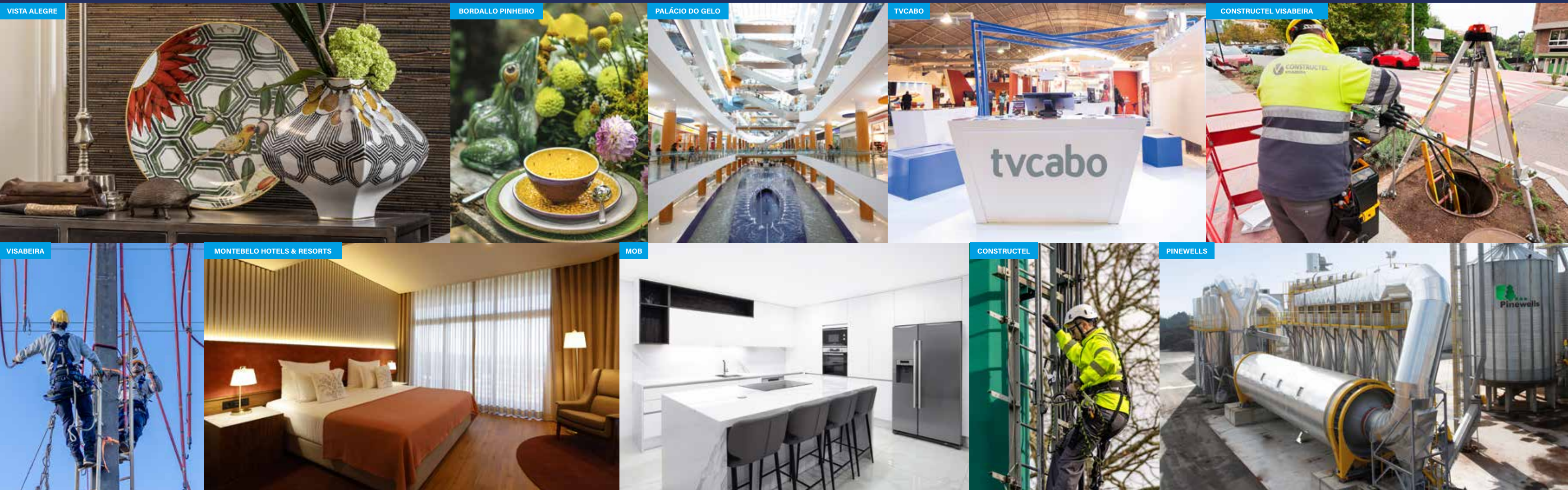
Arábia Saudita
Barém
Cazaquistão
China
Coreia do Sul
EAU
Filipinas
Hong Kong
Indonésia
Irão
Iraque
Israel
Japão
Jordânia
Líbano
Kuwait
Macau
Malásia
Omã
Qatar
Singapura
Sri Lanka
Taiwan
Timor Loro Sae
Tailândia
Vietname



As nossas marcas

As marcas do Grupo Visabeira adquiriram reconhecimento nacional e internacional associadas ou independentes da notoriedade deste, mas todas elas beneficiam da eficiência comunicacional que o Grupo tem afirmado ao longo dos anos.

É o caso de insígnias que remontam ao século XIX, e que ganharam novo fulgor após integrarem o seu portefólio de empresas, crescendo exponencialmente em exposição global.



1824



1884



1980



1988



1996



2002



2009



2020



Principais negócios



Global

- Telecomunicações
- Energia
- Tecnologia
- Construção

Indústria

- Cerâmica
- Cristal e Vidro
- Cozinhas
- Biocombustíveis e Energia Térmica



Turismo Imobiliária e Serviços

- Hotelaria
- Restauração
- Imobiliária
- Serviços

Global

Telecomunicações

Energia

Tecnologia

Construção



Performing Telecommunications

- Engenharia de redes de telecomunicações fixas e móveis;
- Infraestruturas tecnológicas;
- Soluções técnicas especializadas para redes de telecomunicações, transportes, defesa e segurança;
- Operações de televisão, internet e voz por cabo e fibra ótica.

Performing Energy

- Instalação, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos nos domínios da eletricidade, gás e energias renováveis – incluindo solar, eólica, cogeração e biocombustíveis;
- Projeto e assistência técnica.

Performing Technology

- Soluções e serviços de engenharia, sistemas de informação e comunicação, mobilidade, inovação e georreferenciação;
- Integração de soluções;

Performing Construction

- Construção e engenharia civil;
- Projetos, construção, reabilitação e manutenção de edifícios e infraestruturas.

Telecomunicações e Energia



CONSTRUCTEL VISABEIRA

PORTUGAL
FRANÇA
REINO UNIDO
BÉLGICA

ALEMANHA
E.U.A.
ITÁLIA
REPÚBLICA DA IRLANDA

ESPANHA
DINAMARCA
SUÉCIA



Telecomunicações



MJ QUINN (UK)
CONSTRUCTEL FRANÇA (FR)
CONSTRUCTEL BÉLGICA (BE)
CONSTRUCTEL MODAL (BE)

OBELISK (IR)
CONSTRUCTEL GMBH (DE)
ELECTRO WÜRKNER (DE)
TAVAN TIEFBAU GMBH (DE)



Telecomunicações

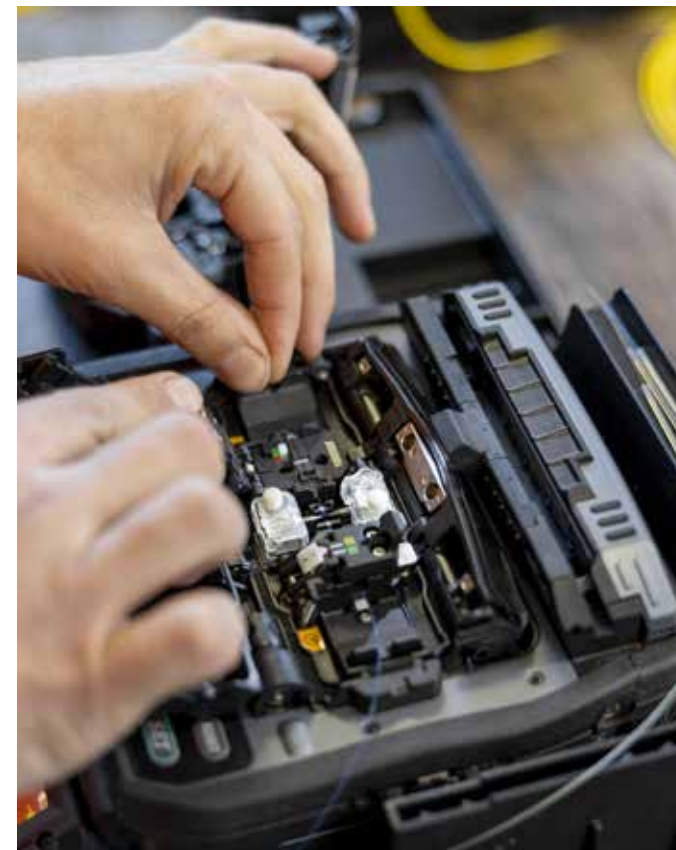
VIATEL (PT)
PDT (PT)
INPOWER (IT)
OMV NATIE (BE)

FRANZ JOSEF BRAUN (DE)
ESCOTEL (FR)
GATEL (FR)
O+M (FR)



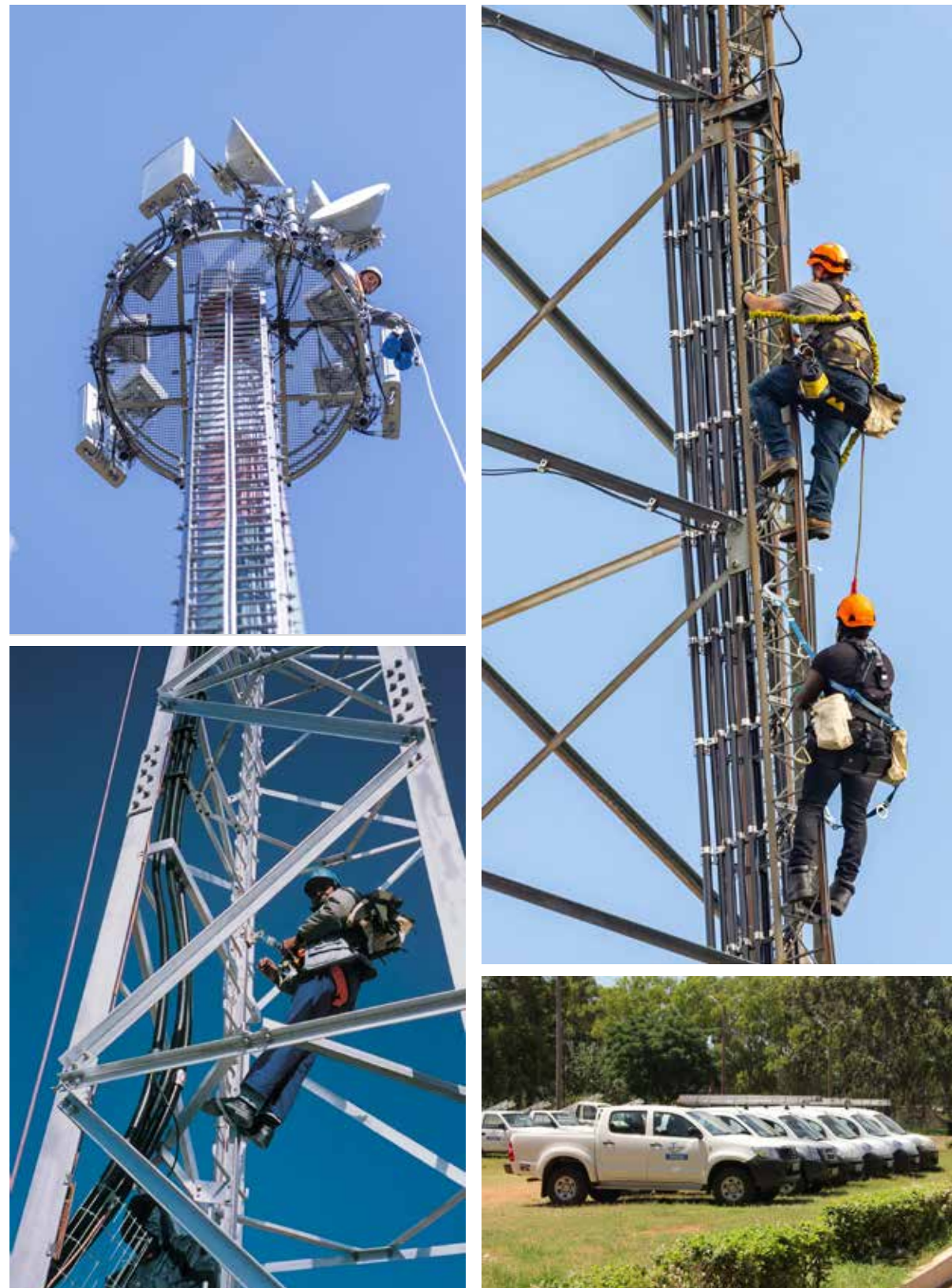
IEME (IT)
CONSTRUCTEL DINAMARCA (DK)
IUTEL (PT)
TOFT HANSEN (DK)

INFRASIGN (BE)
VISACTYS (FR)
SCI CONSTRUCTEL (FR)

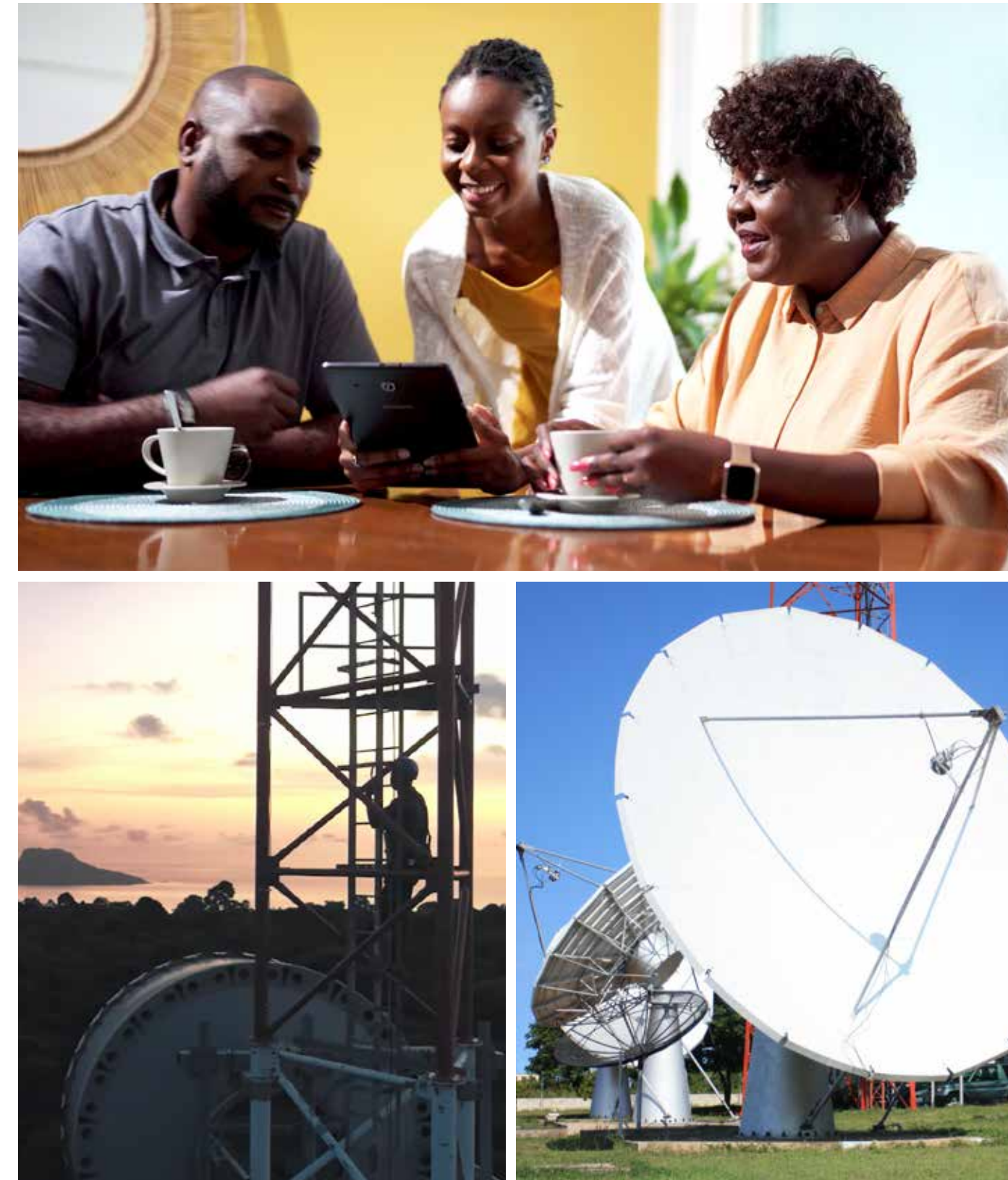


Telecomunicações

TELEVISA (MZ)
COMATEL (AO)
ESCOT TELECOM MAROC (MR)



TVCABO ANGOLA (AO)
TVCABO MOÇAMBIQUE (MZ)
COMPANHIA SANTOMENSE DE TELECOMUNICAÇÕES (STP)





MJ QUINN (UK)
JF EDWARDS (USA)
VISABEIRA INFRAESTRUTURAS (PT)
OBELISK (IR)
ELECTRO WÜRKNER (DE)

TAVAN TIEFBAU GMBH (DE)
CUNHA SOARES (DE)
EIP SERVIÇOS (PT)
CONSTRUCTEL ENERGIE (FR)
ARQUILED (PT)



Energia

IEME (IT)
TENSA (ES)
TOFT HANSEN (DK)

MJ QUINN SOLAR (UK)
NATURENERGIA (PT)



ELECTROTEC (MZ)
SELFENERGY (MZ)



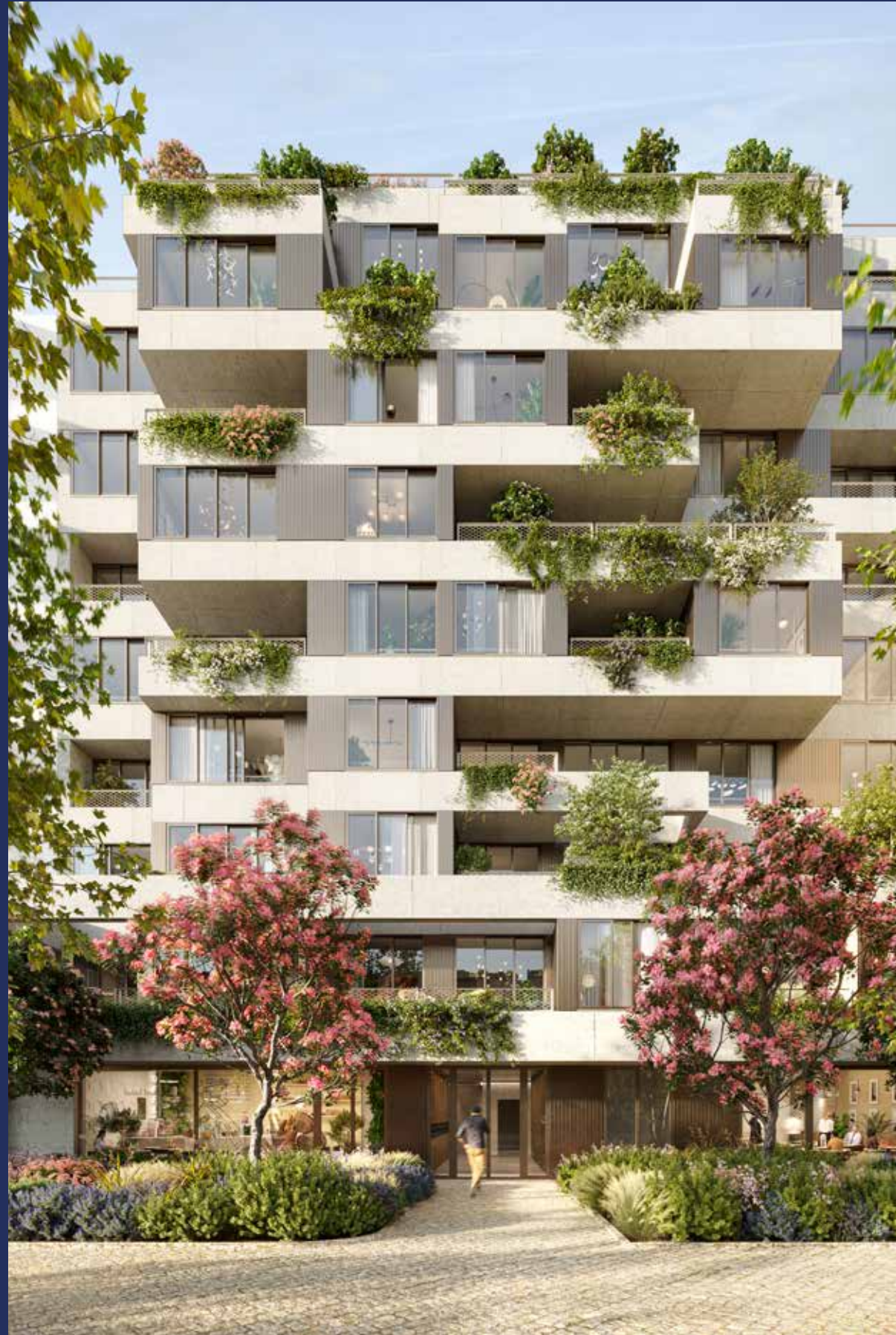
Tecnologia



REAL LIFE TECHNOLOGIES (PT+MZ)
AEROPROTECHNICK (PT)

VISABEIRA I&D (PT)





HCI CONSTRUÇÕES (PT)
EDIVISA (PT)
MARTIFER VISABEIRA (MZ)
VISACASA (PT)

SOGITEL (MZ)
FERREIRA E COELHO (PT)
HIDROÁFRICA (MZ)



Indústria

Cerâmica
Cristal e Vidro
Cozinhas
Biocombustíveis
e Energia Térmica

Performing Industry

- Fabrico e comercialização de cerâmica (porcelana, faiança, grés), cristal e vidro, para os segmentos de tableware, giftware, decorativo e hotelware;
- Fabrico e comercialização de mobiliário de cozinha multifuncional e personalizável;
- Conceção e desenvolvimento de caldeiras e sistemas de recuperação de energia e serviços associados;
- Produção de combustível orgânico, pellets/ biomassa.



VISTA ALEGRE
BORDALLO PINHEIRO

RIA STONE
CERUTIL





VISTA ALEGRE



Cozinhas



MOB (PT)
ÁLAMO (MZ)





PINEWELLS (PT)
AMBITERMO (PT)



Turismo Imobiliária Serviços

Hotelaria
Restauração
Lazer
Imobiliária
Serviços

Performing Tourism

- Exploração de unidades hoteleiras (hotéis, resorts e lodges);
- Restauração;
- Complexos de entretenimento, lazer, bem-estar e desporto;
- Rede hoteleira em Portugal e Moçambique, para lazer e negócios, com hotéis nos segmentos de congressos e reuniões, turístico;
- Oferta integrada de charme, natureza, desporto, cultura e história.

Performing Real Estate

- Conceção, construção, comercialização, mediação, manutenção e gestão de empreendimentos;
- Portefólio diversificado de qualidade superior para os segmentos alto e médio-alto;
- Residencial, escritórios, comercial, turístico, parques e outras áreas complementares;
- Gestão e serviços.

Performing Services

- Múltipla oferta de produtos e serviços ou soluções chave-na-mão;
- Estudo, desenvolvimento e projetos;
- Serviços especializados nos vários domínios empresariais;
- Assistência e consultoria.



MONTEBELO

MOSTEIRO DE ALCOBAÇA HISTORIC HOTEL
VISTA ALEGRE ÍLHAVO HOTEL
AGUIEIRA LAKE RESORT & SPA
VISEU CONGRESS HOTEL
PARADOR CASA DA ÍNSUA

VISTA ALEGRE LISBOA CHIADO HOTEL
LISBON DOWNTOWN APARTMENTS
PALÁCIO DOS MELOS VISEU HISTORIC HOTEL
PRÍNCIPE PERFEITO VISEU GARDEN HOTEL





MONTEBELO

INDY MAPUTO CONGRESS HOTEL
GIRASSOL MAPUTO HOTEL
LICHINGA HOTEL BY MONTEBELO

MILIBANGALALA BAY RESORT
GORONGOSA LODGE & SAFARI
SONGO HOTEL BY MONTEBELO





CERVEJARIA ANTÁRTIDA (LISBOA E VISEU)
SQUISITO RISTORANTE ITALIANO (LISBOA E VISEU)
ZAMBEZE RESTAURANTE (LISBOA)

PONJA NIKKEI (LISBOA)
FORNO DA MIMI & RODÍZIO REAL (VISEU)
RODÍZIO DO GELO (VISEU)





MORADIAS AGUIEIRA (PT)
 QUINTA DO BOSQUE (PT)
 QUINTA DA ALAGOA (PT)
 FORUM RESIDENCE (PT)
 VILLATRIUM (PT)

MORADIAS VILABEIRA (PT)
 PATEO VERA CRUZ (PT)
 AREEIRO SELECT (PT)
 GLORIA RESIDENCE (PT)
 FIGUEIRA NOVA (PT)

PQ. DESPORTIVO DE AVEIRO (PT)
 VISABEIRAHOUSE (PT)
 IMOVISA (MZ)
 EDIFÍCIO NAMPULA (MZ)





FUNDAÇÃO VISABEIRA (PT)
VISAUTO (MZ)



MERCURY (MZ)
AUTOVISA (MZ)





2023 em
retrospectiva

02

Presidente do Conselho de Administração Executivo

Nuno Terras Marques



“consequimos reforçar a nossa afirmação no mercado global, ao aumentar o volume de negócios para a fasquia dos 1,7 mil milhões de euros, alcançando um impressionante crescimento de 16,4%”

No ano de 2023, o Grupo Visabeira, superando um contexto assaz complexo e adverso, conseguiu reforçar a sua afirmação no mercado global, ao aumentar o seu volume de negócios para a fasquia dos 1,7 mil milhões de euros, alcançando um impressionante crescimento de 16,4%, em cima do incremento de 24% que registara no exercício anterior. Este desempenho indelevelmente positivo foi ainda reforçado com um crescimento de 11,5% no EBITDA, que atingiu os 234 milhões de euros. No mercado europeu, excluindo Portugal, o volume de negócios superou os mil milhões de euros, representando 60% do total.

A atividade em Portugal ao atingir 387 milhões de euros registou um peso de 23% e na América, África e Ásia alcançou os 285 milhões de euros, correspondendo a 17% do volume global.

A companhia consolidou desta forma o rumo de crescimento que vem protagonizando e reforçou a sua posição nos vários pilares da sua atividade, com especial ênfase na reafirmação da sua marca como um dos maiores *players* europeus, no domínio da oferta integrada de serviços de engenharia de redes de telecomunicações e energia. Neste contexto, a Visabeira Global assumiu um peso de 85,7% do volume de negócios do Grupo, enquanto a Visabeira Indústria atingiu 10,8% e a Visabeira TIS 3,5%. A Constructel Visabeira, principal empresa do Grupo, cumprindo o seu desígnio estratégico, continuou a reforçar a sua presença na Europa e nos Estados Unidos, quer na área das telecomunicações, quer na área de energia, fruto do seu *know-how* diferenciado e das suas competências distintivas. Destaque especial para os Estados Unidos, através da JF Edwards, Alemanha e Bélgica, através da Constructel, Portugal, através da Viatel, EIP serviços, Visabeira e Jayme da Costa, assim como Itália, através da Ieme, que foram os países e empresas que mais impulsionaram o volume de negócios da companhia em 2023. Realce ainda para a área de energia que, alinhada com a estratégia da empresa, foi o setor que mais cresceu em 2023, representando já 30% do total do volume de negócios consolidado.

Para além do forte crescimento orgânico, já mencionado, é de salientar também que a companhia continua a investir na aquisição de empresas, que complementem o seu portefólio em termos geográficos.

Neste domínio, em 2023, a Constructel Visabeira continuou a alargar o seu universo de empresas. A aposta na aquisição da empresa Tavan, na Alemanha, vem conferir um importante posicionamento na região de Hamburgo e permitir uma acrescida diversificação de clientes.

Adicionalmente, a incorporação no seu portefólio empresarial de uma das maiores *utilities* alemã, a Ewe, permite reforçar o crescimento da companhia. Por outro lado, e com o foco na área das telecomunicações móveis, foram adquiridas a empresa O+M, em França, e a Balfour Beatty no Reino Unido, permitindo reforçar a posição internacional da Constructel Visabeira, neste setor estratégico das telecomunicações. Por último, em Portugal, foi concretizado o investimento na Arquiled, empresa especializada em soluções de iluminação led, numa parceria com a Edp. Em consequência, reafirmando cada vez mais o seu desígnio de empresa transnacional, e reforçando o seu posicionamento global, o Grupo Constructel Visabeira integra um universo de mais de quatro dezenas de empresas, operando em países como Portugal, França, Reino Unido, Bélgica, Alemanha, Itália, República da Irlanda, Dinamarca, Espanha, Suécia e Estados Unidos da América.

Fruto desta sólida base e da reconhecida dinâmica concretizadora que a empresa assume como seu desígnio, a Constructel Visabeira, à data de 31 de dezembro de 2023, tinha uma carteira de 4.244 milhões de euros de prestações de serviços, contratados para os próximos anos, quantia que não inclui os materiais inerentes aos trabalhos adjudicados uma vez que estes são fornecidos pelos respetivos operadores.

Esta carteira de contratos está geograficamente distribuída com 1.249 milhões de euros no Reino Unido; 901 milhões de euros em França; 615 milhões de euros na Bélgica; 603 milhões de euros em Portugal; 351 milhões de euros na Alemanha; 193 milhões de euros em Itália; 185 milhões de euros nos Estados Unidos da América e 147 milhões de euros na Dinamarca, Irlanda e Espanha. Esta estratégia ganhadora, que vimos cumprindo, continuará a ser potenciada para o próximo ciclo, continuando a apostar em reforçar o rumo de sucesso que tem sido concretizado. Paralelamente, manter-se-á a aposta em pilares essenciais como as macro-tendências da transição digital, a modernização da infraestrutura energética, bem como a continuada aposta nas energias renováveis.

Toda a organização permanecerá fortemente empenhada no contínuo reforço da dinâmica que tanto caracteriza a empresa, na certeza de que as equipas Constructel Visabeira são insuperáveis na motivação e empenho em suplantar desafios e vencer todos os obstáculos, com criatividade, competência e assertividade, para dar sempre a melhor resposta ao encontro do cumprimento dos anseios dos seus clientes e na superação das expectativas do mercado.

No continente africano a senda de êxito e modernidade que são características fundadoras das nossas operações de televisão por cabo fica marcada pelo lançamento da rede 4G, pela abertura de um moderno centro de formação em São Tomé e Príncipe e pelo reforço de notoriedade e liderança da marca em Angola e em Moçambique. Na Indústria, as centenárias Vista Alegre e Bordallo Pinheiro, duas das marcas portuguesas de maior notoriedade, continuaram a colecionar conceituados prémios nacionais e internacionais, que galardoam a inovação no design e reforçam a sua posição como criadores de tendências na produção de peças em porcelana, cristal e faiança artística.

No Turismo, a cadeia Montebelo Hotels & Resorts continua a crescer com a abertura do Vista Alegre Lisboa Chiado Hotel e do novo edifício hoteleiro que veio ampliar a capacidade do Montebelo Aguiéira Lake Resort & Spa e reafirma cada vez mais a sua notoriedade, com destaque para os prémios que têm vindo a distinguir o Montebelo Mosteiro de Alcobaça.

Agregando tudo isto, a Visabeira foi considerada uma das três marcas portuguesas mais valiosas, no setor dos serviços B2B e, enquanto holding, a segunda empresa com melhor reputação em Portugal. Neste exercício, em que a marca Visabeira reforçou o seu posicionamento ao nível mundial, quero deixar uma palavra final, para partilhar o sucesso alcançado com todos os Clientes, Parceiros, Fornecedores e Colaboradores. Todos e cada um deles em particular, são, no seu protagonismo, parcelas essenciais do êxito que nos envolve e estimula a todos. Reafirmo, por isso, o nosso sincero reconhecimento pessoal a cada um dos stakeholders, na certeza de que as conquistas deste ano só reforçam a motivação de toda a equipa para continuar o desígnio de sermos cada vez melhores e mais ambiciosos, superando desafios cada vez mais complexos, e entregando a cada cliente o melhor estado da arte disponível.

Nuno Miguel Rodrigues Terras Marques
Presidente do Conselho de Administração Executivo

2023 em números

Grupo Visabeira

VOLUME DE NEGÓCIOS
1.690 M€



EBITDA
234 M€

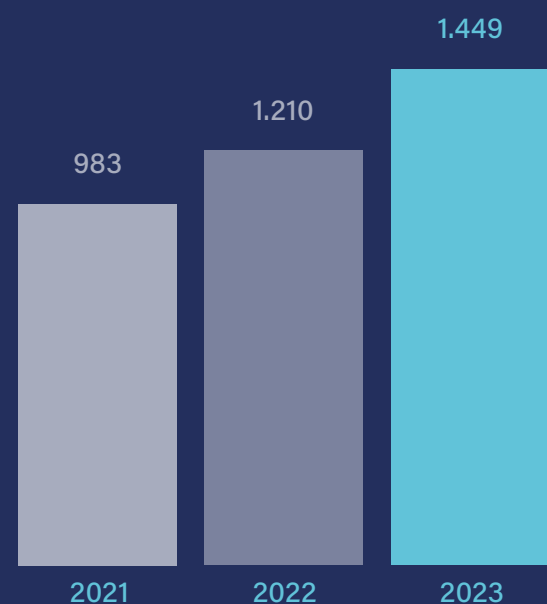


RESULTADO LÍQUIDO
37 M€

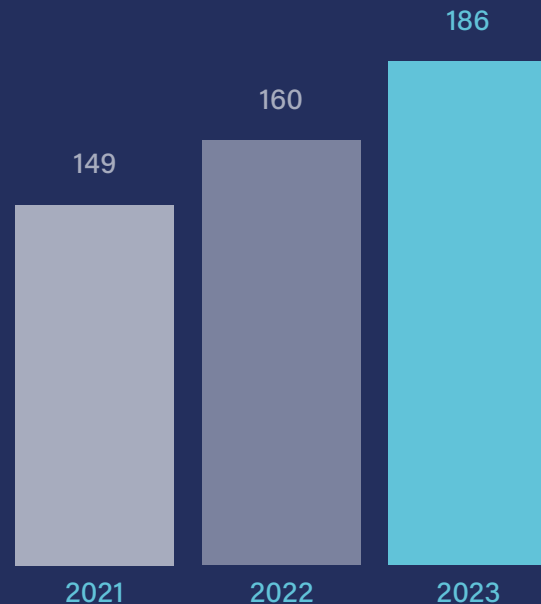


Visabeira Global

VOLUME DE NEGÓCIOS
1.449 M€

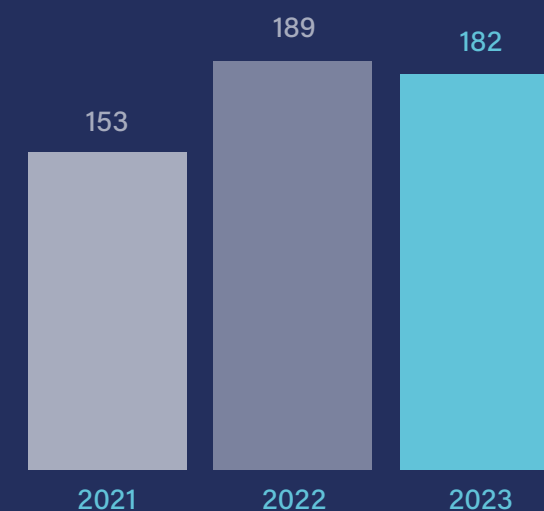


EBITDA
186 M€

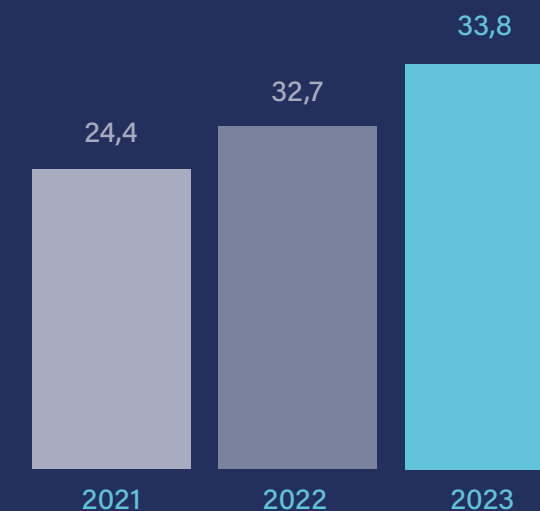


Visabeira Indústria

VOLUME DE NEGÓCIOS
182 M€

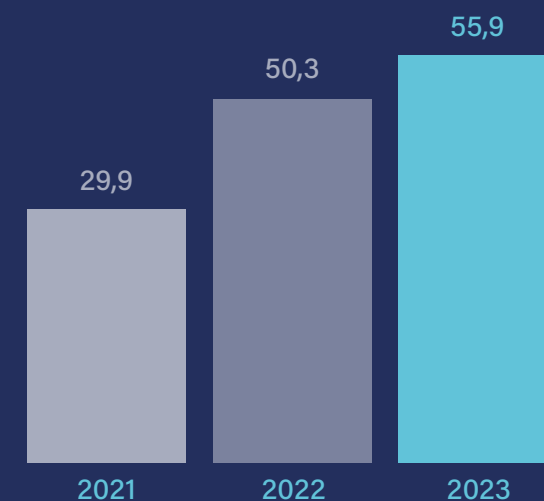


EBITDA
33,8 M€

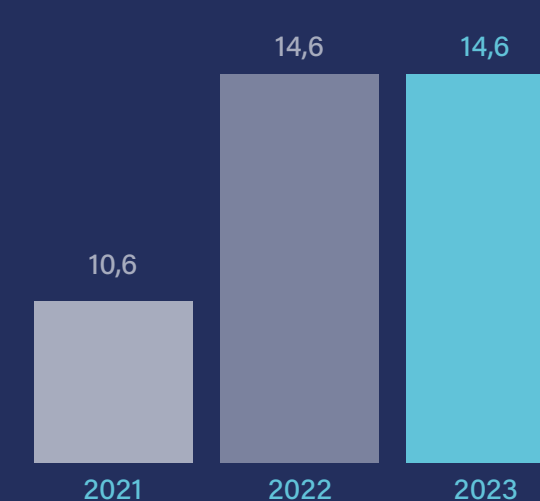


Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços*

VOLUME DE NEGÓCIOS
55,9 M€



EBITDA
14,6 M€



* Não inclui a sociedade Grupo Visabeira SA

Grupo Visabeira

1,43%
Outros acionistas

98,57%
NCFGEST, SA

Visabeira Global 100%

EUROPA

Portugal		Reino Unido	
Constructel Visabeira	78,11%	MJ Quinn	78,11%
Viatel	78,11%	Quinn Constructel	78,11%
PDT	78,11%	MJ Quinn Solar	78,11%
Visabeira	78,11%	República da Irlanda	
Edivisa	100,00%	Obelisk	78,11%
Real Life Technologies	65,00%	Bélgica	
Naturenergia	100,00%	Constructel Modal	78,11%
Visacasa	100,00%	Constructel Bélgica	78,11%
Iutel	78,07%	OMV Natie	71,86% b)
Field Force Atlântico	100,00%	Modal Installation	78,11%
Aeroprotechnik	58,59%	Cabling Station	78,11%
VisaPower	76,67% b)	Infrasign	78,11% b)
VisaPower II	98,16%	Itália	
Beiragás	23,55% a)	Ieme	78,11%
EIP Serviços	76,67% b)	Inpower	42,57%
Cunha Soares	39,84% c)	Constructel Itália	78,11%
Ferreira e Coelho	51,00%	Alemanha	
Jayne da Costa - Energia e Sistemas	78,11%	Constructel GmbH	78,11%
Jayne da Costa SGPS	70,30%	Elektro-Würkner	54,68%
Jayne da Costa - Tecnologia e Serviços	78,11%	Franz Josef Braun	78,11%
Landwalk	78,11%	Constructel Bau	78,11%
Geovento	70,30%	Tavan Tiefbau & Co. KG	58,58%
Arquiled	62,19%	THG Tavan Holding GmbH	58,58%
Bright Science	62,19%	I. Tavan GmbH	58,58%
HCI	76,15%	Tavan Immobilien GmbH	58,58%
Visabeira Construções	100,00%	Dinamarca	
França		Constructel Dinamarca	78,11%
Constructel	78,11%	Toft Hansen	78,11%
Constructel Energie	78,11%	Espanha	
Escotel	78,11%	Tensa	74,20% b)
Gatel	78,11%		
Groupe Ramalheira	58,58%		
O+M	58,58%		

ÁFRICA

Angola			
TVCabo Angola	50,00%		
Comatel	100,00%		
Edivisa	99,99%		
EIP Angola	100,00%		
Vista Power	50,00%		
Moçambique			
TVCabo Moçambique	80,00%		
Televisa	80,00%		
Sogitel	96,00%		
Hidroáfrica	96,79%		
Selfenergy	79,60%		
Real Life Academy	65,70%		
Real Life Moçambique	65,70%		
Electrotec	49,00%		
São Tomé e Príncipe			
Comp. Santomense Telecom.	51,00%		
Marrocos			
Holding Escot Telecom Maroc	60,00%		

AMÉRICA

Estados Unidos da América	
JF Edwards	74,20% b)

ÁSIA

Índia	
Birla Visabeira	49,00% a)

Visabeira Indústria 100%

EUROPA

Portugal	
Vista Alegre Atlantis SA	85,60%
Ria Stone	85,60%
Ria Stone II	85,60%
Pinewells	100,00%
Ambitermo	51,00%
Cerutil	85,60%
Mob	97,78%
Bordallo Pinheiro	73,74%
Vista Alegre I.I.	85,60%
Vista Alegre Atlantis SGPS	85,60%
Faianças da Capôa	85,60%
Cerexport	85,60%
Granbeira II	100,00%
Rodinerte	50,00%
Besconigo	50,00%
Armisepi	70,00%
França	
Vista Alegre France	85,60%
Mob Cuisines	97,78%
Espanha	
Vista Alegre Atlantis Espanha	85,60%

ÁFRICA

Angola	
Alamo	99,96%
Visaconstroi	99,96%
Moçambique	
Celmoque	91,23%
Vista Alegre Atlantis Moçambique	85,75%
Agrovisa	100,00%
Marmonte	80,00%
Marrocos	
Ambitermo Marrocos	51,00%

AMÉRICA

Brasil	
Vista Alegre Atlantis Brasil	85,60%
Estados Unidos da América	
Vista Alegre Atlantis USA	85,60%
México	
México VA	85,60%

ÁSIA

Índia	
Shree Sharda Vista Alegre	42,80%

Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços 100%

EUROPA

Portugal	
Empreendimentos Montebelo	100,00%
Visabeira Imobiliária SA	100,00%
Ifervisa	100,00%
VAA - Empreendimentos Turísticos	99,77%
Zambeze	50,10%
Troppo Squisito	85,00%
Mundicor	100,00%
Visabeira House	100,00%
Visabeira Saúde	100,00%
Visabeira Imobiliária II	100,00%
Visabeira Serviços SGPS	100,00%
Creative Shots	100,00%
Gesvisa	99,85%
Parque Desportivo de Aveiro	54,57%
FIMMO	100,00%
Asfalis	100,00%
Nikkie Chiado Lda	50,00%
Panamericana Morfi Y Tragos Lda	50,00%

ÁFRICA

Angola	
Visauto	99,96%
Angovisa	70,00%
Mercury	100,00%
Catari Angola	50,00%
Visabeira Angola	99,24%
Ambitermo Angola	99,14%
Moçambique	
Turvisa	100,00%
Martifer Visabeira	50,00%
Mercury	100,00%
Imovisa	49,00%
Combustíveis do Songo	99,90%
Vibeiras Moçambique	60,00%
Visaqua	51,00%
Autovisa	100,00%
Visabeira Moçambique	100,00%
Inhambane	80,00%
Imobiliária Panorama	70,00%
Milibangalala	70,00%
Soginveste	70,00%
Zambeze Village	63,00%
Visa House	100,00%
Cepheus	100,00%
Constellation	57,14%

a) Consolidação pelo Método Equivalência Patrimonial. b) Percentagem de controlo para a consolidação de 100% pela Constructel Visabeira
c) Percentagem de controlo para a consolidação de 80% pela Constructel Visabeira



Grupo Visabeira

Conselho Geral e de Supervisão

Presidente
Fernando Campos Nunes

Vice-Presidente
Vítor Manuel Lopes Fernandes

Vogais
Alberto Henrique de Figueiredo Lopes
João Carlos Monteiro de Macedo
José Manuel Carreiras Carrilho
António Jorge Xavier da Costa



Fernando Campos Nunes
Presidente do Conselho Geral e de Supervisão



Vítor Manuel Lopes Fernandes
Vice-Presidente do Conselho Geral e de Supervisão



Alberto Henrique de Figueiredo Lopes
Vogal do Conselho Geral e de Supervisão



João Carlos Monteiro de Macedo
Vogal do Conselho Geral e de Supervisão



José Manuel Carreiras Carrilho
Vogal do Conselho Geral e de Supervisão



António Jorge Xavier da Costa
Vogal do Conselho Geral e de Supervisão



Grupo Visabeira

Conselho de Administração Executivo

Presidente

Nuno Miguel Rodrigues Terras Marques

Vice-Presidente

António José Monteiro Borges

Vogais

Fernando Daniel Leocádio Campos Nunes

João Manuel Pisco de Castro

Alexandra da Conceição Lopes

ROC

Ernst & Young, Audit & Associados – SROC, SA,
representada por Rui Manuel Cunha Vieira

Assembleia Geral

Presidente

Leopoldo de Sousa Camarinha

Secretária

Marta Albuquerque Santos



**Nuno Miguel Rodrigues
Terras Marques**

Presidente do Conselho
de Administração Executivo



**António José
Monteiro Borges**

Vice-Presidente do Conselho
de Administração



**Fernando Daniel
Leocádio Campos Nunes**

Vogal do Conselho
de Administração Executivo



**João Manuel
Pisco de Castro**

Vogal do Conselho
de Administração Executivo



**Alexandra da
Conceição Lopes**

Vogal do Conselho
de Administração Executivo



Visabeira Global

Conselho de Administração

Presidente
Nuno Miguel Rodrigues Terras Marques

Vice-Presidente
António José Monteiro Borges

Vogais
Fernando Daniel Leocádio Campos Nunes
Luís Filipe Monteiro Marques
Luís Miguel Ferreira de Figueiredo
Alexandra da Conceição Lopes
Jorge Manuel Ferreira Guimarães Sousa
José Paulo Gomes Tomás da Costa
Fernando Tenreiro Marques
António Carlos Ferreira Rocha Perpétua

ROC
Ernst & Young, Audit & Associados – SROC, SA,
representada por Rui Manuel Cunha Vieira
e Pedro Jorge Monteiro da Silva e Paiva (Suplente)

Assembleia Geral

Presidente
Leopoldo de Sousa Camarinha

Secretária
Marta Albuquerque Santos



Nuno Miguel Rodrigues Terras Marques
Presidente do Conselho de Administração



António José Monteiro Borges
Vice-Presidente do Conselho de Administração



Fernando Daniel Leocádio Campos Nunes
Vogal do Conselho de Administração



Luís Filipe Monteiro Marques
Vogal do Conselho de Administração



Luís Miguel Ferreira de Figueiredo
Vogal do Conselho de Administração



Alexandra da Conceição Lopes
Vogal do Conselho de Administração



Jorge Manuel Ferreira Guimarães Sousa
Vogal do Conselho de Administração



José Paulo Gomes Tomás da Costa
Vogal do Conselho de Administração



Fernando Tenreiro Marques
Vogal do Conselho de Administração



António Carlos Ferreira Rocha Perpétua
Vogal do Conselho de Administração



Visabeira Indústria

Conselho de Administração

Presidente

Nuno Miguel Rodrigues Terras Marques

Vogais

Alexandra da Conceição Lopes
Fernando Daniel Leocádio Campos Nunes
Lázaro Ferreira de Sousa
Cristina Isabel Sousa Lopes
Ricardo Vieira Campos

ROC

Ernst & Young, Audit & Associados – SROC, SA,
representada por Daniel José Venâncio Guerreiro
e Pedro Jorge Monteiro da Silva e Paiva (Suplente)

Assembleia Geral

Presidente

Leopoldo de Sousa Camarinha

Secretária

Marta Albuquerque Santos



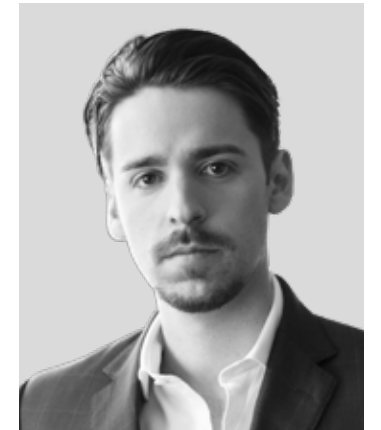
**Nuno Miguel Rodrigues
Terras Marques**

Presidente do Conselho
de Administração



**Alexandra da
Conceição Lopes**

Vogal do Conselho de Administração



**Fernando Daniel
Leocádio Campos Nunes**

Vogal do Conselho de Administração



**Lázaro Ferreira
de Sousa**

Vogal do Conselho de Administração



**Cristina Isabel
Sousa Lopes**

Vogal do Conselho de Administração



**Ricardo Vieira
Campos**

Vogal do Conselho de Administração



Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços

Conselho de Administração

Presidente

Fernando Daniel Leocádio Campos Nunes

Vice-Presidente

Jorge Manuel Esteves Costa

Vice-Presidente

Maria Isabel Lopes Peres

Vogais

Alexandra da Conceição Lopes

Cristina Isabel Sousa Lopes

José Eduardo Arimateia Antunes

ROC

Ernst & Young, Audit & Associados – SROC, SA,
representada por Daniel José Venâncio Guerreiro
e Pedro Jorge Monteiro da Silva e Paiva (Suplente)

Assembleia Geral

Presidente

Leopoldo de Sousa Camarinha

Secretária

Marta Albuquerque Santos



**Fernando Daniel
Leocádio Campos Nunes**

Presidente do Conselho
de Administração



**Jorge Manuel
Esteves Costa**

Vice-Presidente do Conselho
de Administração



**Maria Isabel
Lopes Peres**

Vice-Presidente do Conselho
de Administração



**Alexandra da
Conceição Lopes**

Vogal do Conselho de Administração



**Cristina Isabel
Sousa Lopes**

Vogal do Conselho de Administração



**José Eduardo
Arimateia Antunes**

Vogal do Conselho de Administração

Análise dos resultados consolidados



Enquadramento macroeconómico

No cenário transnacional, a recuperação global da pandemia da Covid-19 e da guerra no leste da Europa continua lenta e com divergências regionais crescentes. A economia global continua a enfrentar os desafios da inflação persistente e perspetivas de crescimento moderadas. O crescimento do PIB tem sido mais forte do que o esperado, mas está a moderar-se à medida que o impacto de condições financeiras mais restritivas, o fraco crescimento do comércio e a menor confiança das empresas e dos consumidores é cada vez mais sentido. As condições financeiras são restritivas, tendo as taxas de juros reais prospetivas aumentado ainda mais nos últimos meses.

A atividade abrandou nos sectores sensíveis aos juros, especialmente nos mercados imobiliários, e nas economias dependentes do financiamento bancário, especialmente na Europa. O aumento das tensões geopolíticas também está de novo a pressionar o aumento dum cenário de incerteza. Positivamente, a inflação global caiu em quase todas as economias, aliviando as pressões sobre os rendimentos das famílias, contudo a inflação subjacente permanece relativamente elevada. A OCDE, prevê que o crescimento do PIB global diminua para 2,9% em 2024, face aos 3,1% de 2023, antes de subir para 3% em 2025, à medida que o crescimento do rendimento real recupera e as taxas de juro políticas comecem a ser reduzidas. Uma divergência crescente entre as economias deve persistir no curto prazo, com o crescimento nas economias dos mercados emergentes a manter-se geralmente melhor do que nas economias avançadas, e o crescimento na Europa a ser relativamente moderado, em comparação com o da América do Norte e das principais economias asiáticas.

Prevê-se que a inflação anual dos preços no consumidor nas economias do G20 diminua gradualmente, a partir de 2024, à medida que as pressões sobre os custos diminuem, atingindo os 6,6% em 2024 e baixando para 3,8% em 2025, face aos 6,2% registados em 2023. Neste contexto, prevê-se que a inflação volte aos valores objetivo na maioria das principais economias até 2025. O aumento das tensões geopolíticas devido ao conflito que deflagrou no Médio Oriente é uma preocupação fundamental a curto prazo, especialmente se a guerra se alargar ou alastrar à região.

O recrudescimento do conflito poderia resultar em perturbações muito significativas nos mercados energéticos e nas principais rotas comerciais, resultando numa reavaliação adicional do risco nos mercados financeiros, o que potenciará um cenário de abrandamento do crescimento e aumento da inflação.

Num enquadramento global, as contínuas pressões sobre os custos, novos aumentos dos preços da energia e dos produtos alimentares ou os sinais de uma tendência ascendente nas expectativas de inflação poderão obrigar os bancos centrais a manter as taxas diretoras mais elevadas durante mais tempo do que o esperado, gerando potencialmente tensões adicionais nos mercados financeiros. Condições financeiras globais mais restritivas do que o esperado também intensificariam as vulnerabilidades financeiras, nomeadamente nas economias dos mercados emergentes e em desenvolvimento, e aumentariam as pressões sobre o serviço da dívida nos países de rendimento mais baixo.

Neste contexto, as principais prioridades políticas globais são garantir que a inflação seja reduzida de forma duradoura, promover políticas que façam face às crescentes pressões orçamentais e melhorar as perspetivas de crescimento sustentável e inclusivo a médio prazo.

Nos Estados Unidos o crescimento foi particularmente dinâmico ao longo do ano de 2023, incluindo o quarto trimestre, ajudado pelos fortes gastos dos consumidores, com as famílias a continuarem a reduzir o excesso de poupanças acumuladas desde o início da pandemia e também pelos gastos governamentais mais elevados. O PIB real deverá crescer 2,4% em 2023, 2,1% em 2024 e 1,7% em 2025. Prevê-se que o crescimento do consumo privado e do investimento se modere em resposta aos efeitos de condições monetárias e financeiras mais restritivas. O crescimento do emprego desacelerará ainda mais, em resposta à procura mais fraca e a taxa de desemprego continuará a crescer até ao primeiro semestre de 2024. A inflação diminuirá, permitindo a flexibilização da política monetária no segundo semestre de 2024 e uma recuperação do crescimento da procura interna em 2025. A política monetária permanecerá restritiva no curto prazo, exercendo pressão descendente sobre a inflação, embora ainda permitindo o crescimento económico, mas é expectável que alivie gradualmente a partir do final de 2024. Deste modo, a política deve continuar a centrar-se na redução duradoura da inflação e na redução do défice.

No Reino Unido, prevê-se que o crescimento do PIB aumente de 0,5% em 2023 para 0,7% em 2024 e para 1,2% em 2025. A despesa privada substituirá o consumo e o investimento públicos como principal motor do crescimento, ajudada pela redução das pressões sobre os preços. A inflação global diminuirá, face aos níveis historicamente elevados, mas permanecerá acima da meta durante a maior parte do período de projeção. A inflação subjacente manter-se-á nos 3,8% em 2024 e nos 2,6% em 2025, devido ao mercado de trabalho rígido, embora já em abrandamento. O desemprego subirá em 2025 para os 4,9%. A orientação orçamental está a tornar-se restritiva e apoia adequadamente a política monetária, que deverá permanecer restritiva até que as pressões sobre os preços diminuam de forma sustentável. Continuar a enfrentar os desafios fiscais é e manter-se-á como prioridade, nomeadamente através da rápida implementação das reformas planeadas do lado da oferta para impulsionar o crescimento potencial.

Na Zona Euro, também se sentem os efeitos redutores da procura decorrentes de políticas mais restritivas. Prevê-se que o crescimento na zona euro permaneça fraco durante o primeiro semestre de 2024, antes de recuperar, de forma constante, à medida que os rendimentos reais se fortalecem. As taxas médias de crescimento anual deverão ser de 0,6% em 2024 e de 1,3% em 2025, após se situar em 0,5% em 2023.

O consumo privado será apoiado por mercados de trabalho rígidos (com escassez de recursos), e pelo aumento dos rendimentos reais à medida que a inflação recua. Ao mesmo tempo, os custos de financiamento mais elevados e a incerteza pesarão sobre o investimento privado. Os estrangulamentos no emprego nos serviços tenderão a manter a inflação subjacente elevada até pelo menos meados de 2025, apesar das reduções em curso que se registam na inflação global.

A persistência da inflação subjacente, o impacto crescente das taxas de juro mais elevadas sobre a economia real e a incerteza associada ao aumento dos riscos geopolíticos, vão exigir a prossecução de políticas macroeconómicas coordenadas. É necessário por tudo isto promover uma política orçamental prudente, orientada para reconstruir o espaço orçamental, enquanto as regras orçamentais europeias deverão ser reorientadas para a sustentabilidade da dívida e para os planos de despesas plurianuais. As condições monetárias terão de permanecer restritivas para garantir a continuação do rumo de desinflação.

Grupo Visabeira

Indicadores Consolidados

	2023	2022	Var YoY
Volume de negócios	1.690	1.452	16%
EBITDA	234	210	11,5%
Margem EBITDA	13,8%	14,4%	0,6 pp
Resultado operacional recorrente*	135	106	27%
Margem operacional	8,0%	7,3%	0,7 pp
Resultado líquido	37,0	46,3	-20%
Investimento líquido	98,0	77,3	27%
Dívida	835	741	13%
Inventários	182	158	15%
Ativos fixos (incluindo prop. de investimento e <i>goodwill</i>)	1.537	1.445	6%

* Resultado operacional excluindo o efeito das variações do justo valor das propriedades de investimento e das provisões.

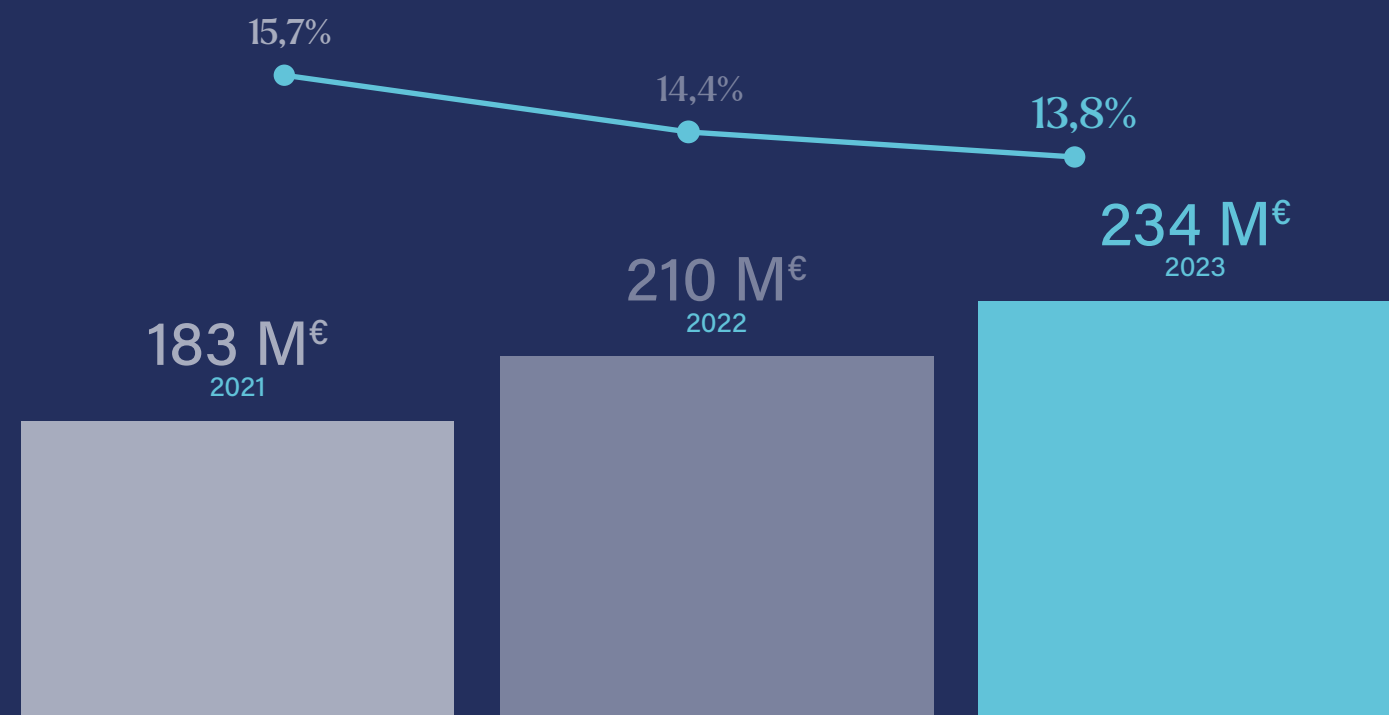
Volume de negócios

1.690 M€

Volume de Negócios



EBITDA e Margem



Resultados

O ano 2023, para o Grupo Visabeira, ficou marcado por um desempenho histórico, com o volume de negócios a atingir um novo máximo de 1.690 milhões de euros, superando o volume de negócios do ano anterior de 1.452 milhões de euros e refletindo um crescimento de 16%. Acompanhando este crescimento, destaque para o EBITDA de 234 milhões de euros, com um aumento de 11,5%, face ao período homólogo. O Grupo Visabeira atingiu, no exercício de 2023, um resultado operacional de 123 milhões de euros, valor também superior relativamente ao registado no ano de 2022, onde se fixou nos 105 milhões de euros. O resultado líquido fixou-se nos 37 milhões de euros, registando uma diminuição de 20%, face aos 46,3 milhões de euros do ano anterior.

O Grupo Visabeira manteve a estratégia de aposta na internacionalização como pilar essencial do seu crescimento. No exercício de 2023, o mercado externo atingiu 77,1% do volume de negócios, que resultou numa diminuição de 1,7pp, relativamente ao período homólogo. Apesar da pequena diminuição da atividade, nos mercados externos, o Grupo tem vindo a consolidar as atividades core – prestação de serviços de engenharia de telecomunicações e energia – para os principais operadores e a reforçar solidamente a sua posição, nos diversos mercados internacionais, nomeadamente na Europa.

A política de aquisições de empresas que atuam na área das telecomunicações e energia, nos diversos mercados estratégicos onde o Grupo está presente e também em novos mercados, de modo a expandir cada vez mais a sua área de atuação, foi também contributo decisivo para o aumento da presença internacional do Grupo.

O mercado externo com maior preponderância para as atividades do Grupo continua a ser o mercado europeu, que atingiu um volume de negócios de 1.018 milhões de euros, em 2023.

Os países com maior peso no volume de negócios consolidado do Grupo Visabeira, nos mercados externos, são: a França (28,3%), o Reino Unido (24,1%), a Alemanha (14,4%) e a Bélgica (14,3%).

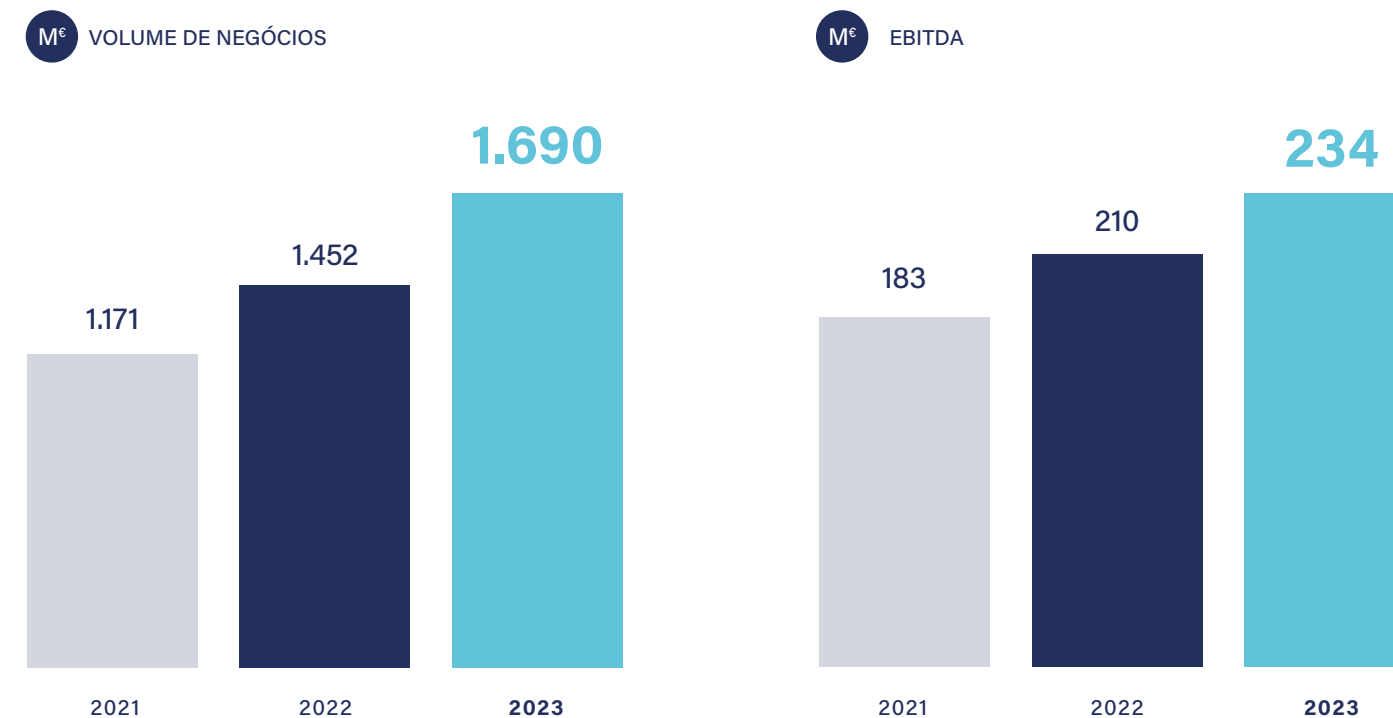
A Visabeira Global é a área mais relevante no seu contributo para o continuado crescimento do Grupo Visabeira, mantendo uma importante atuação operacional nas atividades de serviços de engenharia de redes de telecomunicações e energia, tanto a nível nacional como internacional, assim como nas operações próprias de televisão por cabo, em Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, representando 85,7% do volume de negócios e 79,5% do EBITDA total do Grupo Visabeira. A Visabeira Global registou um volume de negócios de 1.449 milhões de euros e um EBITDA de 186 milhões de euros, representando um crescimento de 19,8% de volume de negócios e de 15,9% de EBITDA, face ao período homólogo. Na Visabeira Indústria, realça-se o bom desempenho operacional das suas marcas emblemáticas e com grande reconhecimento a nível mundial: a Vista Alegre e a Bordallo Pinheiro, que contribuíram para que o volume de negócios da Visabeira Indústria se fixe em 182 milhões de euros, contribuindo com 10,8% para o volume de negócios consolidado do Grupo Visabeira. O EBITDA alcançou, nesta área, os 33,8 milhões de euros, resultando num incremento de 3,5%, face a 2022.

Após um período difícil, devido à pandemia da Covid-19 a que seguiu a emergência de um novo cenário mundial complexo e com impactos ainda não totalmente mensuráveis, a Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços tem conseguido recuperar a sua atividade e terminou o ano 2023 com um volume de negócios de 59,7 milhões de euros (incluindo o Grupo Visabeira S.A.), registando um crescimento de 12,9% face a 2022 e representando cerca de 3,5% do volume de negócios total do Grupo. O EBITDA desta área fixou-se nos 14,2 milhões de euros.

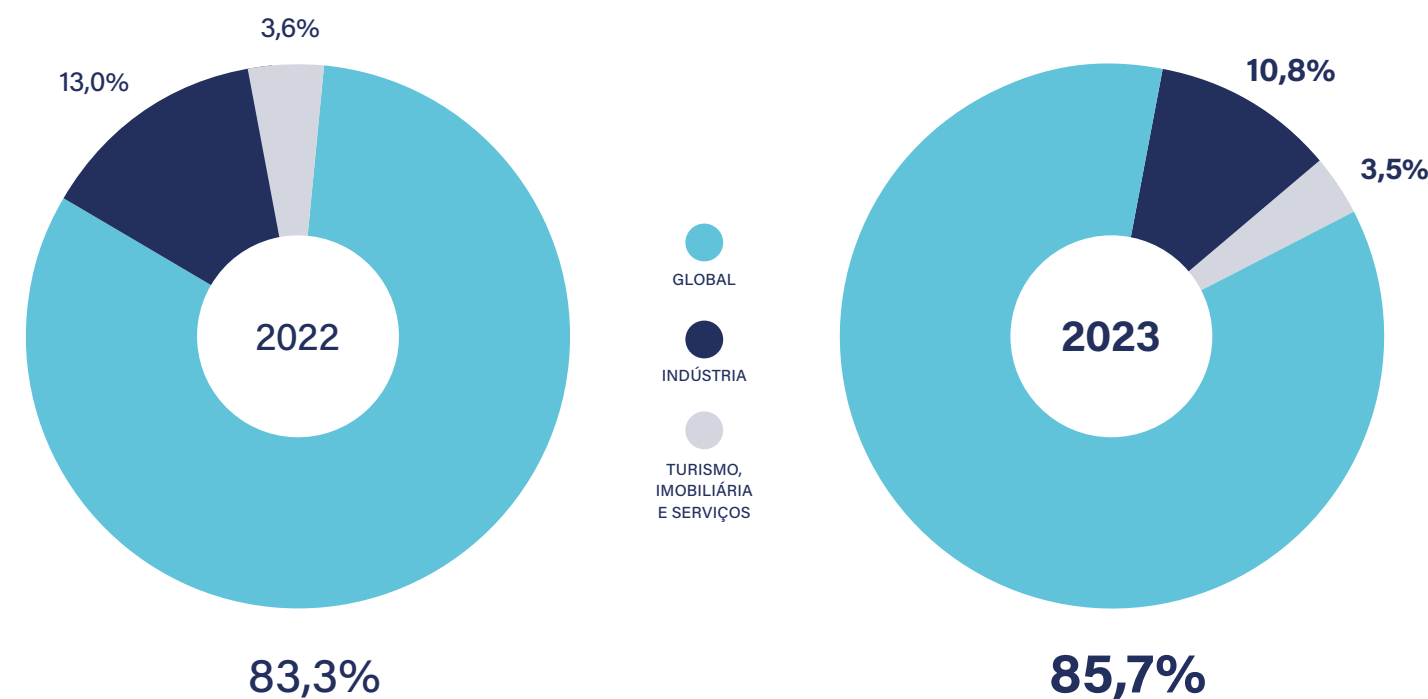
Evolução média anual

	2022 / 2023	2013 / 2023
Volume de negócios agregado 1.853 milhões de euros	15%	11%
Volume de negócios consolidado 1.690 milhões de euros	16%	13%
Mercados externos 77,1%	-1,7 pp	2,3 pp
EBITDA 234 milhões de euros	11,5%	11%
Margem EBITDA 13,8%	-0,6 pp	-0,1 pp
Produtividade 42 milhares de euros	14%	6%
Trabalhadores 14.306	6%	6%

Grupo Visabeira



Volume de negócios por área de atividade



Situação Líquida

O Grupo Visabeira apresenta um total de ativos no montante de 2.450 milhões de euros, um aumento de 5,2% face ao ano anterior. Este crescimento deve-se nomeadamente à expansão através de aquisições de empresas, com impacto nomeadamente na rubrica do *goodwill*, e ao contínuo crescimento orgânico dos negócios das suas participadas com destaque no mercado internacional que representa já 77% do volume de negócios do Grupo.

A variação do capital próprio negativa de 73 milhões de euros, para os 615 milhões de euros, emergiu do resultado líquido do ano de 37 milhões de euros, mas, por outro lado, teve o contributo negativo dos efeitos da conversão cambial decorrentes da desvalorização das divisas dos países onde o Grupo atua, principalmente o kwanza em Angola.

Em termos de estrutura de capitais, o Grupo manteve uma estratégia de otimização, procurando financiar o investimento em ativo fixo e as necessidades permanentes do fundo de maneio, com recurso a financiamento de médio e longo prazo, e financiar o ciclo de tesouraria, ao recorrer a instrumentos de financiamento de curto prazo.

A dívida financeira líquida aumentou, naturalmente fruto do financiamento das novas aquisições de empresas, no total foram 5 aquisições que totalizaram cerca de 90 milhões de euros.

De realçar o processo de refinanciamento da dívida bancária com vista a aumentar o prazo, e assim adequar o endividamento com a estratégia de crescimento prevista para os próximos anos, permitindo um maior crescimento do negócio.

Neste sentido, foi concretizado um programa de refinanciamento que consolidou toda a dívida do Grupo Visabeira e das holdings Grupo Visabeira na esfera da Visabeira Global. Esta operação foi concluída com êxito em março, com a assinatura de um Contrato de Financiamento de 450 milhões de euros, o qual, entre outros objetivos permitiu consolidar diversas linhas de financiamento num único Contrato de Financiamento, tendo sido também garantido o propósito de extensão da maturidade referido no parágrafo anterior, apresentando este Contrato de Financiamento uma maturidade de 5 anos, com uma vida média superior a 4 anos.

A autonomia financeira alcançou 25,1% em 31 de dezembro de 2023, mantendo assim uma robustez financeira sólida.

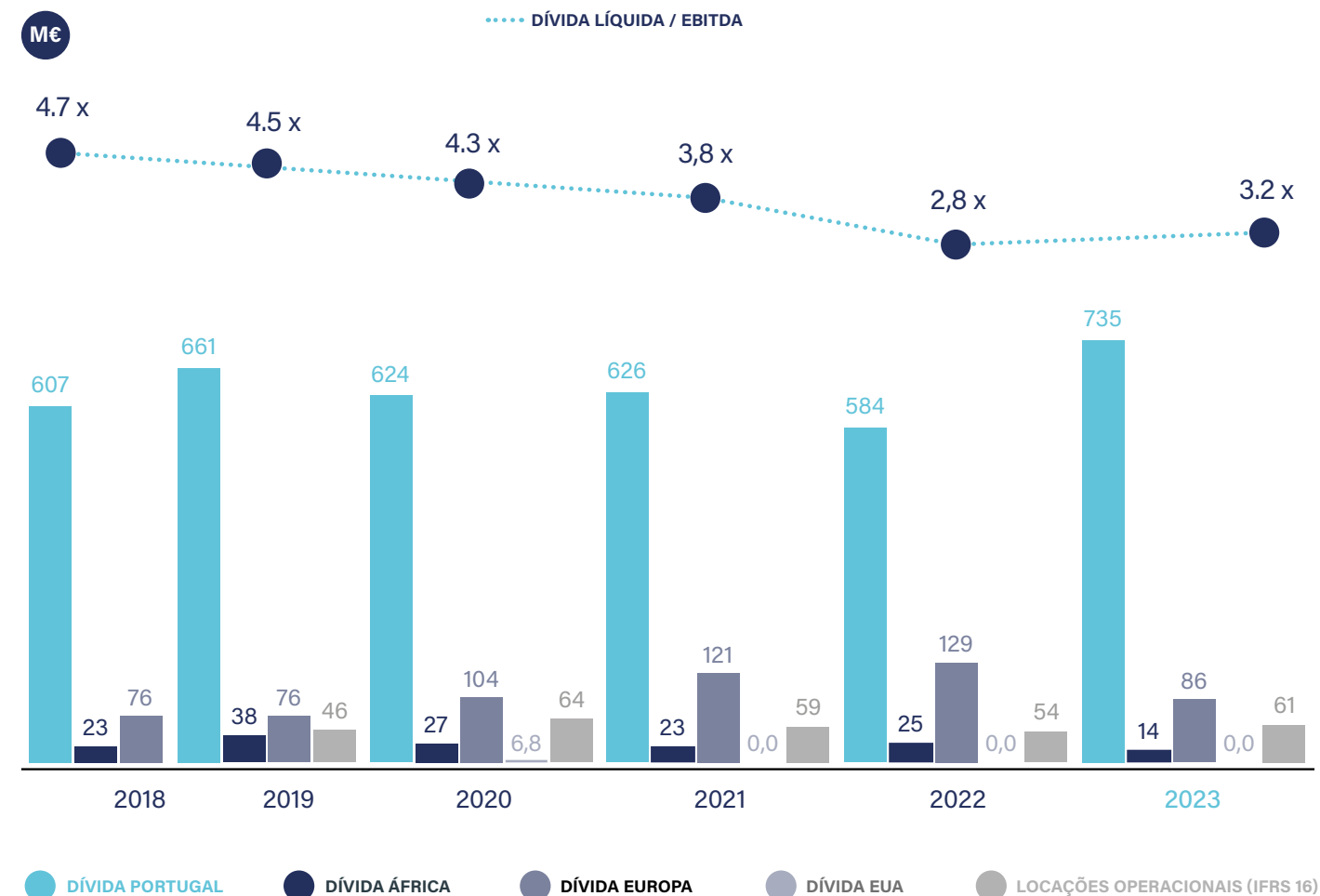


Valores consolidados

M€

	2023	2022
Dívida Total (Financiamento)	835	716
Passivo de locação	88,1	79,1
Disponibilidades	-174	-199
Ativos financeiros disponíveis para venda	-3,6	-3,4
Total dívida líquida operacional	746	593
EBITDA	234	210
Dívida líquida operacional / EBITDA	3,2 x	2,8 x

Dívida Líquida Operacional / EBITDA

Investimentos¹

M€

	Valor
Portugal	47.742.636
Angola	6.947.079
Estados Unidos da América	9.776.254
Moçambique	9.280.292
França	6.651.541
Reino Unido	2.049.971
Alemanha	4.481.321
Itália	2.397.252
Irlanda	2.425.849
Bélgica	3.414.088
São Tomé e Príncipe	2.818.063
Dinamarca	63.473
Total	98.047.817

No ano de 2023, os investimentos totalizam 98 milhões de euros, sendo que cerca de 53% foram na sub-holding Visabeira Global, 13% na sub-holding Visabeira Indústria e 31% na sub-holding Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços.

Os investimentos realizados nos mercados externos representam 51% e centraram-se maioritariamente em França e na Alemanha, representando 11,1% (5,1 milhões de euros), nos Estados Unidos, representando 10% (9,8 milhões de euros) e em África, representando cerca 19% (19 milhões de euros).

Na Europa, nomeadamente, em França, Bélgica e Alemanha o investimento foi destinado essencialmente à aquisição de viaturas e equipamentos necessários ao desempenho da atividade por parte das empresas.

No mercado africano, ressaltam os investimentos na manutenção e construção de rede e em equipamentos para as operações de TV por cabo. Além disso, é de destacar o investimento em Moçambique no Montebelo Milibangalala Bay Resort localizado na Reserva Especial de Maputo, também conhecida como Reserva de Elefantes de Maputo.

Investimentos financeiros

Reforçando o crescimento nos seus mercados estratégicos, a abertura para novos mercados e a expansão geográfica da sua atividade, o Grupo Visabeira, através das suas diversas subsidiárias, adquiriu em Portugal 100% do Grupo Jayme da Costa que atua no setor eletromecânico, constituído pelas empresas Jayme da Costa – Energia e Sistemas, Jayme da Costa SGPS, Jayme da Costa Tecnologia e Serviços, Geovento e Landwalk. Ainda em Portugal, o Grupo Visabeira adquiriu 76,15% da HCI – Construções, empresa que opera na área da construção e 79,62% da Arquiled e a sua subsidiária Bright Science, empresas que operam na área da energia.

No que diz respeito aos mercados externos, o Grupo Visabeira, através das suas subsidiárias, adquiriu em França 75% do Groupe Ramalheira e da sua subsidiária O+M, empresa que opera na área das telecomunicações e na Alemanha 75% da Tavan cujo perímetro compreende as empresas Tavan Tiefbau GmbH Co KG, THG Tavan Holding GmbH, I Tavan GmbH e Tavan Immobilien GmbH, empresas que operam nas áreas das telecomunicações e energia.

[1] O investimento do ano incluí o aumento da rubrica ativo fixo tangível, ativo fixo intangível e ativo sob direito de uso associado a leasings.

Fatores de risco

O Grupo Visabeira coloca sempre na primeira linha da sua matriz de controlo o conjunto de riscos diversificados resultante das diversas áreas de negócio, e por isso adota como prioridade a gestão do risco de crédito e a proteção da sua tesouraria, reconhecendo, neste enquadramento, a importância do seguro de crédito como instrumento essencial, tanto no mercado interno como nos mercados externos. Neste enquadramento, assume, desde sempre, a curial importância da adoção de uma gestão ativa dos diferentes riscos financeiros, com vista a minimizar os seus potenciais impactos negativos no cash flow, nos resultados e no valor da empresa. Por isso, permanentemente atento à primordial importância desta temática, o Grupo Visabeira promove uma rigorosa e proativa gestão desses riscos, com uma constante acutilância e formulando as medidas de cobertura mais adequadas a cada situação.

Com este contexto, o Grupo Visabeira tem plena consciência de que o sucesso das operações depende, de forma crítica, da mitigação e controlo dos riscos que podem significativamente afetar o conjunto dos seus ativos (equipamentos, qualidade de serviço, informação, instalações) e, com esta postura procura evitar pôr em risco os seus objetivos estratégicos.

Risco de taxa de juro

No Grupo Visabeira, a exposição ao risco de taxas de juro advém essencialmente dos empréstimos obtidos, uma vez que as aplicações financeiras são normalmente contratadas por prazos curtos. Face às alterações registadas a partir do segundo trimestre de 2022 no comportamento dos principais indexantes, com o respetivo reflexo no aumento das taxas de juros, e que se acentuou no ano de 2023, impactarão os encargos financeiros associados aos financiamentos em vigor.

O saldo da dívida financeira consolidada do Grupo Visabeira no final de dezembro de 2023, foi contratado, maioritariamente, à taxa de juro indexada, sendo o principal indexante utilizado a Euribor nas várias maturidades, para financiamentos nacionais, e a Libor para financiamentos em dólares, maioritariamente concedidos no estrangeiro. No final do exercício de 2023, a exposição do Grupo Visabeira à taxa de juro variável representava menos de metade da sua dívida financeira. De forma a mitigar o impacto do aumento previsto das taxas de juro, o Grupo Visabeira tomou a decisão de lançar um programa de reestruturação de parte da sua dívida financeira, tendo decidido pela contratação de financiamentos com fixação da taxa, reduzindo assim o risco de flutuação dos indexantes. Em 2023 o Grupo Visabeira concluiu um programa de refinanciamento da dívida do Grupo Visabeira e Visabeira Global, no montante de

450 milhões de euros, sendo 50% deste montante contratado com taxa fixa. Após a conclusão desta operação, a dívida financeira contratada à taxa de juro variável reduziu-se para cerca metade, o que representa uma redução considerável da exposição do Grupo Visabeira à imprevisibilidade que as oscilações da taxa de juro variável implicam. Adicionalmente, para além destas operações, o Grupo Visabeira tem continuamente procurado, e concluído com sucesso, negociações com as diversas instituições financeiras com quem o Grupo Visabeira se relacionada, no sentido de reduzir os spreads de empréstimos em curso, bem como amortizar linhas em vigor, sempre numa ótica de eficácia e gestão eficiente e rigorosa da sua tesouraria. Tendo o ano iniciado com o valor de 2,162%, a Euribor a 3 meses fixou-se no final do ano nos 3,909%. Esta tendência de aumento da Euribor no ano de 2023 motivou um aumento significativo dos custos com juros do Grupo Visabeira em 2023. Um aumento de 25 pontos base na taxa de juro implicaria para o Grupo Visabeira, por referência às contas consolidadas, um incremento nos encargos financeiros de cerca de 2,1 milhões de euros.



Risco de taxa de câmbio

O Grupo Visabeira, no âmbito das suas várias áreas de atividade, está sujeito aos riscos cambiais de transação e de transposição. A exposição ao risco de transação refere-se a alterações potenciais no valor de obrigações em aberto, devido a mudanças nas taxas de câmbio, entre a data de início e a data de liquidação e tem expressão nos resultados do exercício. A exposição ao risco cambial de transposição resulta da conversão para a moeda nacional das demonstrações financeiras das suas subsidiárias, cujos ativos e passivos estão denominados em divisas diferentes da moeda de relato das contas consolidadas - Euro - sendo refletidas, ao nível do capital próprio, na rubrica de reservas de conversão cambial.

O Grupo detém ativos e passivos em dólares em diferentes geografias e subsidiárias, o que permite uma cobertura parcial do risco cambial face a essa moeda. Nos mercados externos, designadamente em Angola e Moçambique, as empresas locais importam do mercado europeu bens e serviços expressos em euros, faturando aos clientes em kwanzas e meticais, respetivamente. Estes mercados apresentam uma tendência histórica de desvalorização face às moedas “fortes”, Euro e Dólar Americano, à exceção de 2021 e 2022. Em Moçambique, registou-se, em 2023, uma desvalorização de 0,05% do metical face ao dólar americano e uma desvalorização de 3,62% do metical face ao euro. Em Angola, a moeda europeia passou a ser a referência desde o início de 2017, devido às restrições que afetaram os bancos correspondentes. Conforme estratégia definida pelo Governo Angolano, desde 2018 que está em curso um processo conducente à desvalorização da moeda eliminando o peg face ao dólar, através de leilões limitados em volume e taxa de câmbio, controlados pelo BNA, no âmbito do Programa de Estabilização Macroeconómica. Por decisão do Comité de Política Monetária do BNA em 2019 foram introduzidos novos objetivos no âmbito da reforma que estava a ser conduzida, onde o Banco Nacional de Angola decidiu, a partir de finais desse ano, pela implementação de um regime de câmbio flutuante em que a taxa de

câmbio é livremente definida pelo mercado, isto é, de acordo com a procura e oferta de moeda estrangeira. Desde então, o BNA continuou o processo de liberalização do mercado cambial, dando continuidade ao trabalho desenvolvido em anos transatos onde vinha a atualizar e clarificar as regras e procedimentos para a realização de pagamentos ao exterior de operações cambiais de invisíveis correntes, mercadorias e de capitais tendo vindo a concretizar-se o efeito desejado de diminuição do gap entre as taxas de câmbio no mercado formal e no informal, relativamente ao dólar. Nos últimos dois anos, verificou-se uma tendência de recuperação da moeda nacional. No entanto, em 2023, o kwanza desvalorizou 64,55% face ao dólar e 70,44% face ao euro. A agência de notação financeira Moody's decidiu manter o rating de Angola e a perspetiva de evolução positiva, refletindo os esforços do Governo para restaurar a robustez das contas públicas e melhorar a gestão cambial. Os resultados financeiros consolidados incorporam um impacto cambial negativo, com origem em Angola, de 2,0 milhões de euros.

A MJ Quinn, empresa que opera no Reino Unido em infraestruturas de telecomunicações para a British Telecom, fatura em Libras Esterlinas tem o custo dos fatores expresso essencialmente na mesma moeda, pelo que não está exposta a riscos de transação relevantes. A integração da empresa nas contas consolidadas está sujeita à oscilação cambial da Libra Esterlina face ao Euro – risco de transposição. Os dividendos futuros estarão também expostos à referida oscilação cambial. A Libra Esterlina iniciou o ano a cotar 1,12748 Euros e fechou o ano a valer 1,15068 Euros.

A incorporação da J.F. Edwards, subsidiária sediada e a operar nos Estados Unidos da América, expôs a Constructel Visabeira aos riscos de transposição. À semelhança da MJ Quinn, esta subsidiária tem a sua receita expressa em moeda local, o Dólar Americano, assim como parte relevante do custo dos fatores de produção. O Dólar Americano iniciou o ano a cotar 0,93756 Euros e fechou o ano a valer 0,90498 Euros.

Risco de crédito

O risco de crédito é uma vertente importante e complexa que está presente no quotidiano das participadas, independentemente da natureza da sua atividade. A carteira de clientes das participadas do Grupo Visabeira é integralmente classificada, de acordo com critérios previamente definidos, é atribuído a cada cliente uma classe de risco através da qual o sistema central (ERP) faz uma monitorização constante e sobre as quais são implementadas regras de bloqueio automático, que exigem uma análise individual e detalhada do analista de crédito para novas expedições. As avaliações do risco pressupõem uma tomada de decisão de crédito, com base em informações por vezes incompletas, num cenário de incertezas e constantes mutações. A principal atividade do Grupo Visabeira, na sua maioria concentrada através da sua participada Constructel Visabeira, é a prestação de serviços de engenharia para os setores de telecomunicações e energia, a qual, representa cerca de 70% das receitas do Grupo Visabeira. Nessa atividade, uma parte significativa dos clientes são diretamente os operadores de telecomunicações e energia locais, por vezes, entidades participadas diretamente pelo Estado de cada país, e, são entidades de reconhecida idoneidade financeira, em 2023, representaram cerca de 41% do Volume de Negócios. Para a generalidade destes clientes, o risco de crédito é manifestamente reduzido dado que o Grupo Visabeira recorre a programas de factoring sem-recurso ou reverse factoring (ie, linhas de confirming disponibilizadas pelos próprios clientes) e desconta junto a entidades financeiras o valor faturado com receção de fundos imediatamente após a emissão da fatura e sem qualquer recurso a qualquer empresa do Grupo Visabeira. São exemplo de operadores de prestígio da carteira do grupo: Orange (ex France Telecom), Openreach (Grupo British Telecom), Proximus (ex Belgacom), Deutsche Telekom AG, MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia (ex Portugal Telecom); NOS Comunicações, Vodafone; EDP – Energias de Portugal, REN – Rede de Eletricidade Nacional, GRDF – Distribution de Gaz Naturel en France, ERDF – Électricité Réseau Distribution France, TDC A/S, entre outros. Neste segmento, à data do fecho as maiores restrições de risco de crédito são referentes às empresas públicas de telecomunicações de Moçambique e Angola (TMCEL e Angola Telecom, respetivamente), as quais apresentavam saldos de cerca de 16,8 milhões de euros.

Para outras ocasiões, cujos clientes são considerados com risco de crédito acrescido, são subscritas apólices de seguro de crédito, delegando em primeira instância a análise de concessão de crédito em profissionais externos e especializados de cobrança e recuperação de dívidas, e, recebendo da seguradora de crédito a indicação de exposição – limite de crédito – ajustada à capacidade creditícia de cada cliente em particular, permitindo à gestão poder focar-se fundamentalmente nas questões operacionais e de negócio. A cobertura deste risco através de apólices de seguro de crédito tem implícito a garantia de uma indemnização de 95% dos créditos que potencialmente possam entrar em incumprimento. Os últimos anos foram marcados por um aumento das restrições na concessão de crédito em geral, por parte da seguradora(s) de crédito, com reduções muito significativas nos limites de crédito de várias entidades, nacionais e estrangeiras. Face a este cenário, e para dar resposta às necessidades de cobertura do risco de crédito no mercado internacional, relativamente aos quais os limites concedidos ao abrigo das apólices base se mostram insuficientes, o Grupo Visabeira contratou as coberturas adicionais que permitem incrementar as coberturas parciais dos seus riscos, até ao dobro do montante concedido na apólice base, e ainda obter coberturas para riscos que não tenham valor atribuído na referida apólice base, até ao limite de cem mil euros. Paralelamente, é desígnio da organização obter coberturas para riscos que não tenham valor atribuído na referida apólice base, através do factoring sem recurso. As maiores restrições na cobertura externa do crédito concedido implicam um rigor acrescido e uma maior exigência na apreciação dos pedidos de concessão de crédito interno. A análise detalhada do risco de crédito de um cliente é normalmente resumida numa ficha de crédito, que contém as informações que permitirão elaborar a emissão de um parecer sobre uma operação de crédito e que inclui informações disponíveis e relevantes tais como o carácter do cliente, a sua capacidade de gestão, valor do património, histórico, informação financeira, garantias de crédito e condições de pagamento. O Grupo considera que não tem concentrações de risco de crédito significativas, mantendo um controlo de crédito ativo para todos os seus clientes que é supervisionado pela Direção Financeira.

Risco de liquidez

O Grupo Visabeira assegura a gestão do risco de liquidez de modo a garantir o financiamento dos ativos por prazos de maturidade e a taxas apropriadas, bem como a liquidação atempada dos seus compromissos financeiros, mantendo saldos de disponibilidades apropriados e linhas de curto prazo que permitem uma gestão do disponível adequado aos compromissos financeiros de curto prazo. Como forma de minimizar os impactos provocados por recentes fenómenos adversos, como a pandemia provocada pelo vírus Covid-19 e os efeitos do conflito armado, resultante da guerra no leste da Europa, entre outros, que resultaram num aumento significativo da inflação e que provocaram alterações impactantes nas economias de todo o mundo, os Estados continuaram a lançar ao longo do ano medidas com o objetivo de continuar a apoiar e a atenuar os impactos diretos que esses fenómenos poderiam provocar nas empresas e nos seus colaboradores. Medidas como acesso de empresas a linhas de crédito protocoladas com o Estado, com acesso a condições diferenciadas, assim como incentivos e medidas de apoio às famílias, nomeadamente para combater a elevada inflação e aumento das taxas de juro, foram algumas das iniciativas implementadas em 2023 e que as empresas e particulares tiveram hipótese de aceder. Em março de 2023 foi concluída uma operação de refinanciamento na Visabeira Global, que implicou o reembolso antecipado de alguns financiamentos em curso à data, e que tinha como objetivo a reorganização da dívida financeira contratada no Grupo Visabeira e na Visabeira Global, com impactos relevantes na sua maturidade, ficando, após conclusão da operação, mais alinhada com o plano estratégico em curso. A operação contemplou a contratação de um valor total de 450 milhões de euros, em várias modalidades de financiamento, como o empréstimo obrigacionista e mútuo bancário, assim como uma conta-corrente, contratados na modalidade de taxa fixa e taxa variável. O refinanciamento foi liderado pelo Santander mas contou com a participação ativa de vários bancos com quem o Grupo já mantinha relação. Esta operação reforçou os permanentes da empresa conferindo-lhe uma maior solidez financeira e diminuindo o risco de liquidez. O Grupo fortaleceu ainda a estratégia de diversificação das fontes de financiamento, quando em novembro de 2023, renovou o programa de papel comercial, no valor de 75 milhões de euros, no Mercado Alternativo de Renta Fija (MARF) em Espanha. Ao longo de 2023 foram registadas várias novas emissões de diversas

maturidades tendo permanecendo no final de 2023 emissões ativas no montante de 44 milhões de euros. A utilização deste programa reforça a estratégia de reduzir progressivamente a dependência da banca nacional assim como da diversificação de fontes de financiamento. Para 2023, tendo em consideração que o valor da dívida apresentada na demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2023 como sendo exigível no curto prazo incorpora 38,3 milhões de euros relativos a contas correntes caucionadas e descobertos autorizados e ainda 61,8 milhões de euros de dívida colocada junto de investidores institucionais com cariz de revolving, entendemos que a dívida de curto prazo passível de refinanciamento ascenderá a 282 milhões de euros, representado cerca de 34% da dívida consolidada. No mesmo pressuposto, se forem consideradas as disponibilidades (ainda que cerca de 17,3 milhões de euros possam estar sujeitos às restrições, ainda que menos limitadoras à data atual, mas que se mantêm presentemente na transferência de divisas de Angola e Moçambique), a dívida líquida de curto prazo residual que poderá ser sujeita a refinanciamento, estará, em grande parte, coberta pelo valor das disponibilidades, e poderá também ser endereçada com os fluxos operacionais libertados durante o exercício. O Grupo Visabeira, através da sua política de gestão concentrada, garante que a tesouraria e os investimentos de todas as empresas do Grupo sejam geridos por uma organização global e centralizada, especialmente vocacionada para o efeito, o que permite reduzir os riscos de liquidez, evitando uma exposição a variações que possam afetar os resultados das empresas.

O Grupo dispõe de linhas para apoio ao investimento no âmbito de projetos de fundos comunitários no quadro do programa Portugal 2020 sob a forma de incentivos reembolsáveis que totalizam 46,4 milhões de euros encontrando-se contratados 45,3 milhões de euros, dos quais 15 milhões de euros se encontram em dívida no final de 2023. O Grupo procurará obter o financiamento específico dos restantes investimentos projetados para 2024 e está também em curso um dossier de reorganização de parte da dívida bancária no perímetro da Constructel Visabeira e do Grupo Vista Alegre, de modo a que seja possível o ajustamento de maturidades em linha com a estratégia de crescimento delineada para o Grupo. O Grupo dispõe adicionalmente de linhas de apoio à tesouraria corrente, na forma de factoring, pagamento a fornecedores e desconto de remessas documentárias utilizadas no montante de 78,4 milhões de euros, estando disponíveis no final do exercício de 2023 o valor de 59,5 milhões de euros. O recurso ao factoring permite a redução dos prazos médios de recebimento com a inerente antecipação de recebimentos e, concomitantemente, facilita uma melhor gestão de tesouraria. Esta política assegura também a obtenção atempada do fundo de maneio necessário ao financiamento do ciclo de exploração, fundamental a um crescimento económico-financeiro sustentado. Em 31 de dezembro 2023, os valores de clientes adiantados no formato de factoring com recurso ascendia a 9,9 milhões de euros. O Grupo, adicionalmente, mantém contratadas contas correntes de curto prazo para fazer face a pontuais necessidades de tesouraria. Note-se também que as disponibilidades do Grupo ascendiam a 174 milhões de euros, maioritariamente concentradas nos países europeus, que se constitui em si como importante fonte de liquidez. A dívida de curto prazo do Grupo Visabeira é notada pela ARC Ratings com a nota A-3, que considera que o Grupo capacidade endógena de pagamento satisfatória.

A ARC Rating atribuiu também uma notação para o médio e longo prazo, classificando a capacidade de cumprimento dos compromissos financeiros de médio e longo prazo com BBB-. O índice de liquidez geral nas contas consolidadas situou-se em 2023, nos 0,88, o que demonstra a adequabilidade do financiamento dos ativos correntes por passivos correntes. Tendo em consideração que o passivo corrente incorpora linhas de apoio à atividade comercial que ascendem a 78,4 milhões de euros e que têm cariz de revolving, o índice de liquidez nessa consideração situa-se em 0,96. Em outubro de 2021 foi celebrado um acordo entre a Constructel Visabeira e a Goldman Sachs por 21,86% do capital da empresa no valor de 200 milhões de euros, que se concretizou a 12 de maio de 2022 após a obtenção das autorizações necessárias, nomeadamente a autorização das autoridades da concorrência. A entrada deste capital estava já prevista no plano estratégico da empresa para assegurar o financiamento de futuras operações M&A, tal como se tem vindo a confirmar, mantendo o ciclo de expansão e crescimento a que se tem assistido desde então. Ao abrigo do referido acordo, a Goldman Sachs detém um mecanismo de *Downside Protection* que permite obrigar o Grupo Visabeira a cobrir perdas caso se venha a verificar uma performance financeira negativa que conduza à desvalorização das ações da Constructel Visabeira para um nível inferior ao valor de investimento. A 31 de dezembro de 2023 o passivo associado a esta situação ascendia a 20,3 milhões de euros* (uma variação de 6,1 milhões de euros face ao ano 2022), sendo que a variação futura do passivo financeiro dependerá em grande parte da performance financeira da Constructel Visabeira. Caso se concretizem as perspetivas atuais de crescimento a tendência de redução do passivo financeiro deverá ser mantida nos próximos exercícios.

*Passivo estimado com recurso a um Modelo Lattice Binomial.

Evolução de negócios por área



Volume de negócios por empresa

€

ÁREAS DE NEGÓCIO	TOTAL		GRUPO		CONSOLIDADO 2023		CONSOLIDADO 2022	
VISABEIRA GLOBAL								
Europa	1.307.043.710	83,8%	92.078.576	82,8%	1.214.965.134	83,8%	1.017.007.101	84,1%
Portugal	383.729.019	25%	59.082.216	53%	324.646.804	22%	240.852.414	19,9%
Visabeira Global, SGPS	932.516	0,1%	330.000	0,3%	602.516	0,0%	123.076	0,0%
Viatel	89.730.825	5,8%	25.931.897	23,3%	63.798.928	4,4%	66.257.015	5,5%
Visabeira	50.586.363	3,2%	3.420.018	3,1%	47.166.345	3,3%	38.940.015	3,2%
Grupo Jayme da Costa	43.908.687	2,8%	44.890	0,0%	43.863.797	3,0%	0	0,0%
PDT	40.228.981	2,6%	3.330.387	3,0%	36.898.595	2,5%	35.043.440	2,9%
Real Life Technologies	33.320.564	2,1%	3.586.505	3,2%	29.734.059	2,1%	26.197.614	2,2%
EIP Serviços	33.476.089	2,1%	5.596.027	5,0%	27.880.062	1,9%	18.343.352	1,5%
HCI Construções	25.183.806	1,6%	0	0,0%	25.183.806	1,7%	0	0,0%
Cunha Soares	19.452.961	1,2%	77.742	0,1%	19.375.219	1,3%	19.641.821	1,6%
Edivisa	20.454.413	1,3%	4.101.953	3,7%	16.352.459	1,1%	26.353.694	2,2%
Naturenergia	4.789.393	0,3%	14.949	0,0%	4.774.444	0,3%	3.889.333	0,3%
Visacasa	6.429.562	0,4%	2.669.391	2,4%	3.760.171	0,3%	2.671.720	0,2%
Arquiled	2.417.618	0,2%	-972	0,0%	2.418.590	0,2%	0	0,0%
Aeroprotechnik	1.392.335	0,1%	221.152	0,2%	1.171.182	0,1%	1.063.194	0,1%
lutel	662.311	0,0%	0	0,0%	662.311	0,0%	624.912	0,1%
Ferreira e Coelho	653.565	0,0%	17.281	0,0%	636.284	0,0%	1.388.568	0,1%
Visapower II	347.590	0,0%	134.651	0,1%	212.939	0,0%	290.607	0,0%
Constructel Europe	8.885.896	0,6%	8.750.911	7,9%	134.984	0,0%	0	0,0%
Field Force Atlântico	20.113	0,0%	0	0,0%	20.113	0,0%	24.053	0,0%
Visapower	633.484	0,0%	633.484	0,6%	0	0,0%	0	0,0%
Brighscience	221.949	0,0%	221.949	0,2%	0	0,0%	0	0,0%
França	281.751.083	18,1%	15.533.281	14,0%	266.217.803	18,4%	252.360.973	20,9%
Constructel	222.874.390	14,3%	6.013.327	5,4%	216.861.063	15,0%	209.388.597	17,3%
Constructel Energie	20.958.008	1,3%	5.842	0,0%	20.952.166	1,4%	19.117.583	1,6%
Gatel	14.487.898	0,9%	2.814.556	2,5%	11.673.342	0,8%	11.447.987	0,9%
O+M	10.291.737	0,7%	-582	0,0%	10.292.319	0,7%	0	0,0%
Escotel	12.023.697	0,8%	5.682.013	5,1%	6.341.684	0,4%	12.302.742	1,0%
SCI Constructel	486.928	0,0%	428.526	0,4%	58.403	0,0%	47.447	0,0%
Visactys	448.421	0,0%	409.600	0,4%	38.821	0,0%	56.616	0,0%
Groupe Ramalheira	180.005	0,0%	180.000	0,2%	5	0,0%	0	0,0%
Reino Unido	234.913.761	15,1%	1.274.881	1,1%	233.638.880	16,1%	273.005.140	22,6%
MJ Quinn	226.383.883	14,5%	0	0,0%	226.383.883	15,6%	235.872.267	19,5%
MJ Quinn Solar	7.254.997	0,5%	0	0,0%	7.254.997	0,5%	4.281.076	0,4%
Energydist	886.758	0,1%	886.758	0,8%	0	0,0%	134.880	0,0%
MJ Quinn Constructel	388.123	0,0%	388.123	0,3%	0	0,0%	0	0,0%
Bélgica	153.746.788	9,9%	10.328.782	9,3%	143.418.006	9,9%	116.094.549	9,6%
Constructel Belgica	67.620.351	4,3%	2.329.117	2,1%	65.291.234	4,5%	51.374.470	4,2%
Constructel Modal *	47.689.240	3,1%	1.394.031	1,3%	46.295.209	3,2%	39.993.211	3,3%
OMV Natie	38.358.541	2,5%	6.526.978	5,9%	31.831.563	2,2%	24.618.819	2,0%
Infrasign	78.655	0,0%	78.655	0,1%	0	0,0%	108.049	0,0%

*Volume de negócios inclui a Constructel Modal, Modal Installation e Cabling Station.

Volume de negócios por empresa



ÁREAS DE NEGÓCIO	TOTAL	GRUPO	CONSOLIDADO 2023	CONSOLIDADO 2022
VISABEIRA GLOBAL				
Europa	1.307.043.710	83,8%	92.078.576	82,8%
Alemanha	121.427.535	7,8%	1.244.841	1,1%
Constructel GmbH	39.532.456	2,5%	447.956	0,4%
Elektro_Würkner	33.147.682	2,1%	9.707	0,0%
Tavan**	28.181.947	1,8%	317.790	0,3%
Franz Josef Braun	14.303.911	0,9%	0	0,0%
Constructel Bau	6.261.539	0,4%	469.387	0,4%
Itália	69.860.637	4,5%	1.262.466	1,1%
Inpower	42.584.960	2,7%	474.756	0,4%
Ieme	26.931.924	1,7%	443.957	0,4%
Constructel Itália	343.754	0,0%	343.754	0,3%
República da Irlanda	32.729.108	2,1%	0	0,0%
Obelisk***	32.729.108	2,1%	0	0,0%
Espanha	14.262.386	0,9%	63.828	0,1%
Tensa	14.262.386	0,9%	63.828	0,1%
Dinamarca	14.623.392	0,9%	3.288.282	3,0%
Constructel Dinamarca	11.338.720	0,7%	3.503	0,0%
Toft Hansen	3.284.672	0,2%	3.284.779	3,0%
África	132.787.397	8,5%	19.159.289	17,2%
Moçambique	81.430.802	5,2%	10.899.144	9,8%
TVCabo Moçambique	26.345.591	1,7%	222.048	0,2%
Electrotec	12.429.464	0,8%	24.185	0,0%
Martifer Visabeira	12.218.765	0,8%	326.526	0,3%
Televisa	14.927.792	1,0%	3.654.568	3,3%
Real Life Moçambique	4.714.814	0,3%	15.837	0,0%
Sogitel	8.523.919	0,5%	5.456.017	4,9%
Hidroafrica	2.264.733	0,1%	1.194.241	1,1%
Selfenergy	5.724	0,0%	5.724	0,0%
Angola	37.017.109	2,4%	8.260.145	7,4%
TVCabo Angola	27.301.110	1,7%	15.007	0,0%
Comatel	8.902.216	0,6%	7.571.847	6,8%
EIP Angola	140.492	0,0%	0	0,0%
Edivisa Angola	673.291	0,0%	673.291	0,6%
São Tomé e Príncipe	12.695.337	0,8%	0	0,0%
Companhia Santomense de Telecomunicações	12.695.337	0,8%	0	0,0%
Marrocos	1.644.149	0,1%	0	0,0%
Holding Escot Telecom Maroc	1.644.149	0,1%	0	0,0%
América	120.421.741	7,7%	0	0,0%
Estados Unidos da América	120.421.741	7,7%	0	0,0%
JF Edwards CC	120.421.741	7,7%	0	0,0%
TOTAL	1.560.252.849	100,0%	111.237.865	100,0%

**Inclui as empresas THG Tavan Holding GmbH, ITavan GmbH e Tavan Immobilien GmbH.

***Inclui as empresas Obelisk Communication, Obelisk Power Systems, Obelisk International Group Holdings, Obelisk Power Systems UK e Obelisk Networks UK.

Volume de negócios por empresa



ÁREAS DE NEGÓCIO	TOTAL	GRUPO	CONSOLIDADO 2023	CONSOLIDADO 2022
VISABEIRA INDÚSTRIA				
Europa	193.739.229	94,2%	23.532.403	97,5%
Portugal	185.128.443	90,0%	23.052.403	95,5%
Visabeira Indústria, SGPS	315.357	0,2%	315.357	1,3%
Vista Alegre Atlantis	76.886.995	37,4%	11.862.512	49,1%
Ria Stone	35.056.114	17,0%	161.361	0,7%
Pinewells	32.031.168	15,6%	166.738	0,7%
Ambitermo	12.559.050	6,1%	18.242	0,1%
Bordalo Pinheiro	13.614.046	6,6%	5.801.830	24,0%
Mob	5.483.811	2,7%	389.817	1,6%
Cerutil	7.658.960	3,7%	3.594.120	14,9%
Besconsigo	1.219.092	0,6%	527.514	2,2%
Rodinerte	211.368	0,1%	178.393	0,7%
Granbeira II	28.922	0,0%	0	0,0%
Armisepi	63.561	0,0%	36.519	0,2%
Espanha	6.834.712	3,3%	480.000	2,0%
Vista Alegre Atlantis Espanha	6.834.712	3,3%	480.000	2,0%
França	1.776.073	0,9%	0	0,0%
Vista Alegre France	1.776.073	0,9%	0	0,0%
Mob Cuisines	0	0,0%	0	0,0%
África	3.199.726	1,6%	604.542	2,5%
Moçambique	2.116.520	1,0%	9.521	0,0%
Celmoque	1.607.088	0,8%	6.024	0,0%
Vista Alegre Atlantis Moçambique	504.528	0,2%	0	0,0%
Agrovisa	4.904	0,0%	3.497	0,0%
Angola	1.083.206	0,5%	595.021	2,5%
Alamo Angola	1.083.206	0,5%	595.021	2,5%
América	8.776.093	4,3%	0	0,0%
Brasil	4.401.120	2,1%	0	0,0%
Vista Alegre Atlantis Brasil	4.401.120	2,1%	0	0,0%
Estados Unidos da América	3.912.457	1,9%	0	0,0%
Vista Alegre Atlantis USA	3.912.457	1,9%	0	0,0%
México	462.516	0,2%	0	0,0%
Mexicova	462.516	0,2%	0	0,0%
TOTAL	205.715.048	100,0%	24.136.945	100,0%

Volume de negócios por empresa

€

ÁREAS DE NEGÓCIO	TOTAL		GRUPO		CONSOLIDADO 2023		CONSOLIDADO 2022	
VISABEIRA TURISMO, IMOBILIÁRIA E SERVIÇOS								
Europa	35.332.222	51,8%	5.538.316	44,9%	29.793.906	53,3%	24.339.567	48,4%
Portugal	35.332.222	51,8%	5.538.316	44,9%	29.793.906	53,3%	24.339.567	48,4%
Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços, SGPS	548.829	0,8%	397.090	3,2%	151.739	0,3%	201.000	0,4%
Visabeira Imobiliária, SGPS	361.715	0,5%	361.715	2,9%	0	0,0%	0	0,0%
Visabeira Participações, SGPS	163.234	0,2%	163.234	1,3%	0	0,0%	0	0,0%
Empreendimentos T. Montebelo	19.461.606	28,5%	1.685.954	13,7%	17.775.652	31,8%	14.078.566	28,0%
VAA - Empreendimentos Turísticos	5.940.161	8,7%	175.481	1,4%	5.764.680	10,3%	4.319.254	8,6%
Visabeira Imobiliária, SA	2.136.884	3,1%	170.763	1,4%	1.966.121	3,5%	2.009.722	4,0%
Tropo Squisito	1.764.048	2,6%	7.067	0,1%	1.756.981	3,1%	2.185.523	4,3%
Zambeze	1.418.367	2,1%	34.466	0,3%	1.383.901	2,5%	1.325.296	2,6%
Ifervisa	1.060.000	1,6%	0	0,0%	1.060.000	1,9%	1.950	0,0%
Asfalis	356.272	0,5%	0	0,0%	356.272	0,6%	324.306	0,6%
Nikkei Chiado	152.917	0,2%	0	0,0%	152.917	0,3%	0	0,0%
VisabeiraHouse	153.434	0,2%	44.917	0,4%	108.517	0,2%	64.386	0,1%
Parque Desportivo de Aveiro	55.472	0,1%	0	0,0%	55.472	0,1%	112.556	0,2%
Creative Shots	440.843	0,6%	400.394	3,2%	40.449	0,1%	406.205	0,8%
Visabeira I&D	1.205.135	1,8%	1.205.135	9,8%	0	0,0%	0	0,0%
Mundicor	113.306	0,2%	892.100	7,2%	-778.795	-1,4%	-689.197	-1,4%
África	32.941.905	48,2%	6.792.688	55,1%	26.149.217	46,7%	25.940.335	51,6%
Moçambique	27.878.128	40,8%	4.609.627	37,4%	23.268.501	41,6%	22.963.616	45,7%
Imovisa	11.367.189	16,6%	493.752	4,0%	10.873.436	19,4%	10.546.000	21,0%
Turvisa	7.265.997	10,6%	393.819	3,2%	6.872.179	12,3%	6.812.380	13,5%
Mercury	2.682.301	3,9%	515.223	4,2%	2.167.077	3,9%	2.653.619	5,3%
Combustíveis do Songo	1.938.202	2,8%	3.867	0,0%	1.934.336	3,5%	1.728.733	3,4%
Milibangalala	864.094	1,3%	11.791	0,1%	852.302	1,5%	641.359	1,3%
Visaqua	413.676	0,6%	95.840	0,8%	317.836	0,6%	338.122	0,7%
Vibeiras Moçambique	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	242	0,0%
Visa House Moçambique	118.055	0,2%	0	0,0%	118.055	0,2%	114.988	0,2%
Autovisa	843.094	1,2%	741.379	6,0%	101.714	0,2%	109.103	0,2%
Visabeira Moçambique	2.384.799	3,5%	2.353.956	19,1%	30.843	0,1%	19.069	0,0%
Cepheus	722	0,0%	0	0,0%	722	0,0%	0	0,0%
Angola	5.063.777	7,4%	2.183.061	17,7%	2.880.716	5,1%	2.976.719	5,9%
Visauto	2.831.414	4,1%	498.417	4,0%	2.332.997	4,2%	2.292.716	4,6%
Angovisa	556.592	0,8%	8.873	0,1%	547.719	1,0%	684.003	1,4%
Mercury Angola	332.658	0,5%	332.658	2,7%	0	0,0%	0	0,0%
Visabeira Angola	1.343.113	2,0%	1.343.113	10,9%	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL	68.274.127	100,0%	12.331.004	100,0%	55.943.123	100,0%	50.279.903	100,0%
HOLDING								
Europa	19.178.244	100,0%	15.374.649	100,0%	3.803.595	100,0%	2.583.899	100,0%
Portugal	19.178.244	100,0%	15.374.649	100,0%	3.803.595	100,0%	2.583.899	100,0%
Grupo Visabeira	19.178.244	100,0%	15.374.649	100,0%	3.803.595	100,0%	2.583.899	100,0%
TOTAL	19.178.244	100,0%	15.374.649	100,0%	3.803.595	100,0%	2.583.899	100,0%
TOTAL GLOBAL	1.853.420.268	100,0%	163.080.464	100,0%	1.690.339.804	100,0%	1.451.772.773	100,0%



Visabeira Global

Indicadores Consolidados

	2023	2022	Var YoY
Volume de negócios	1.449	1.210	20%
EBITDA	186	160	16%
Margem EBITDA	12,8%	13,2%	-0,4 pp
Resultado operacional recorrente*	115,5	82,8	39%
Margem operacional	8,0%	6,8%	1,2 pp
Resultado líquido	52,4	56,0	-7%
Investimento líquido	53,3	41,9	27%
Dívida	611	325	88%
Inventários	90,0	72,9	23%
Ativos fixos (incluindo prop. de investimento e <i>goodwill</i>)	749	708	6%

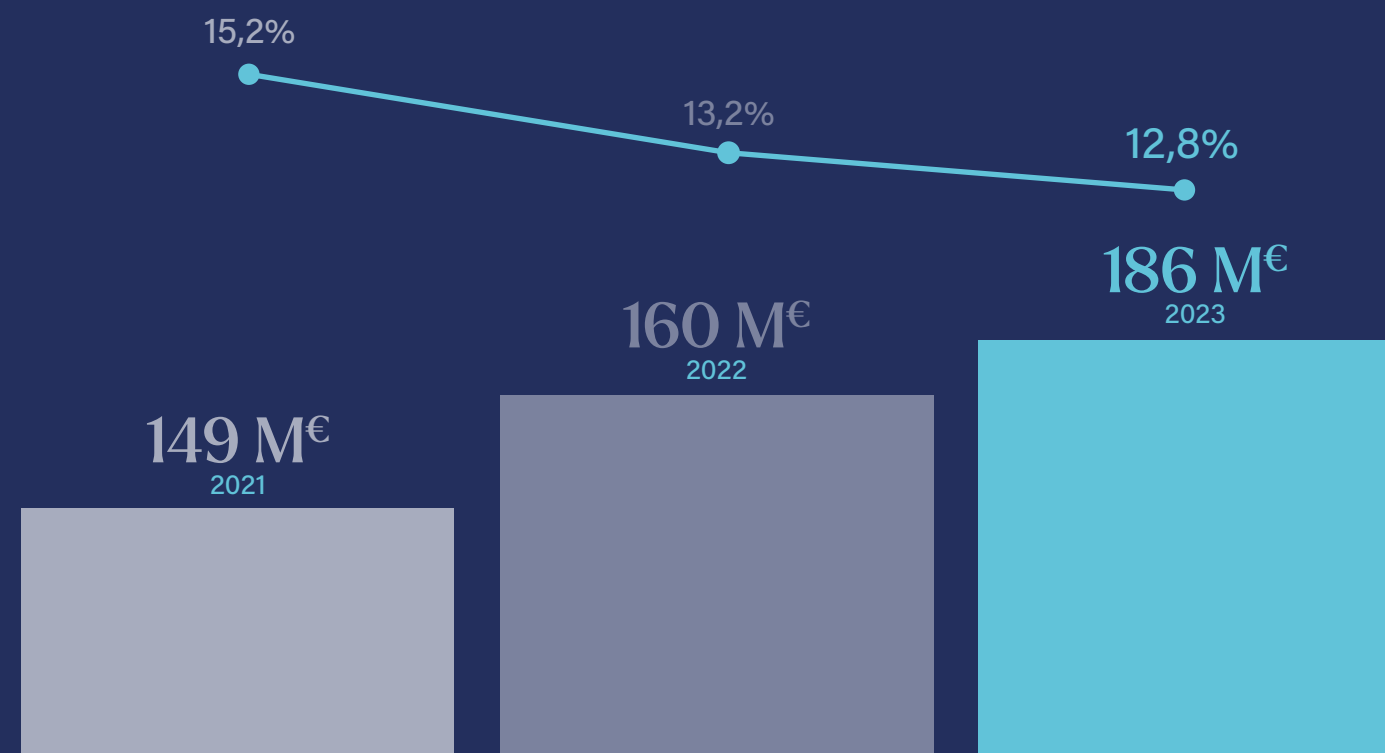
* Resultado operacional excluindo o efeito das variações do justo valor das propriedades de investimento e das provisões.

Volume de negócios
1.449 M€

Volume de Negócios



EBITDA e Margem



A Visabeira Global é a principal holding do Grupo Visabeira e engloba as áreas das telecomunicações, energia, tecnologias e construção. Assumindo-se claramente como a holding de maior dimensão é também a holding com maior quota de presença internacional. Esta expressão pluricontinental tem como principal pilar as suas atividades operacionais no exterior e a dinâmica de principal *player* mundial, que vem a assumir nos setores em que atua. A Visabeira Global, com a sua crescente expansão geográfica, assume em plenitude o desígnio do Grupo e a sua marca identitária, enquanto empresa multinacional de referência.

O ano de 2023 fica marcado pelo reforço da posição da Constructel Visabeira como um dos principais *players* europeus, no segmento da engenharia de redes. A empresa solidificou a sua notoriedade e registou um desempenho notável, pautado por um significativo crescimento do volume de atividade, que atingiu os 1.257 milhões de euros, representando um impressionante crescimento de 22,5%, no universo de empresas e no conjunto dos vários países em que atua. Concomitantemente, o generalizado reconhecimento das suas capacidades, competências e dinamismo, pelos principais operadores do mercado europeu, garantiu a consolidação de várias e importantes parcerias, que vão potenciar um ainda mais forte crescimento no curto prazo.

A Visabeira Global, alavancada por este cenário e por uma forte dinâmica de crescimento, atingiu um volume de negócios consolidado de 1.449 milhões de euros, correspondendo a um importante crescimento de 20%, face ao ano de 2022. Deste modo, a Visabeira Global, com estes novos máximos históricos, consolida a sua posição de maior sub-holding, assumindo 86% do volume de negócios do Grupo.

Telecomunicações

A Visabeira Global, ao longo do ano de 2023, conseguiu reforçar a elevada *performance* operacional, que é seu paradigma identitário nas atividades de serviços de engenharia de redes de telecomunicações, eletricidade e gás, no conjunto das suas empresas participadas, tanto a nível nacional como internacional.

A **Constructel Visabeira** viu plenamente reconhecida a matriz de competências integradas que a posiciona como líder de mercado e parceiro ideal para os operadores dos setores em que atua. Este desempenho dá à empresa o papel privilegiado de principal pilar da contínua expansão da Visabeira Global, nas várias geografias onde, além de Portugal, está plenamente integrada, nomeadamente em países como França, Reino Unido, Bélgica, Alemanha, Estados Unidos da América, Itália, República da Irlanda e Dinamarca.

Em França, a **Constructel França** reforçou a sua posição de referência junto do principal operador francês, a Orange (France Telecom), enquanto um dos principais prestadores de serviço da operadora francesa. A empresa, com a sua operação a cobrir todo o território francês, incrementou o seu volume de atividade ao superar os 222 milhões de euros, crescendo 4% e fortalecendo a sua posição como empresa de referência neste mercado. Após a renovação do principal contrato junto do cliente Orange, realizada em 2022, a empresa entrou em velocidade de cruzeiro nesta atividade ao longo do exercício de 2023, o que permite ter uma boa visibilidade da atividade para os próximos cinco anos. A empresa manteve ainda o seu foco na estratégia de assegurar uma cada vez maior diversificação de clientes e, ao mesmo tempo, promover a expansão do seu leque de atividades, com uma oferta variada de serviços, que continuou a crescer, por exemplo, no domínio das soluções SMART, IOT e energias renováveis.

A **Gatel**, neste complexo enquadramento que condicionou a sua atividade, conseguiu manter o seu nível de atividade em França, com um volume de cerca de 14,5 milhões de euros, ligeiramente acima do realizado no ano anterior, cumprindo assim o seu contributo para a dinâmica das restantes operações do Grupo e consolidando a sua presença no mercado e a visibilidade que a marca já garantiu ao longo dos anos em todo o território francês.

Ainda em França, para a **Escotel** o ano de 2023 foi caracterizado pela continuação da dinâmica de consolidação dos mercados de telecomunicações e pelo terminar da importante fase de trabalhos que realizou no domínio da implantação industrial de redes de fibra ótica. A conclusão deste ciclo impactou o volume de atividade da empresa que, ao superar os 12 milhões de euros, registou um decréscimo de atividade, face ao ano transato, na ordem dos 24%. Neste contexto, a empresa agilizou a sua estrutura para uma melhor adaptação a novos mercados, mantendo a sua posição de referência enquanto *player* local de reconhecido pelo mercado.

A **MJ Quinn**, empresa com operação nos mercados do Reino Unido e da Irlanda como um *player* líder em Energia e Telecomunicações superou os 226 milhões de euros de faturação. A empresa consolidou a sua posição como um dos principais prestadores de serviços de engenharia no ramo das telecomunicações, com presença junto do operador britânico Openreach (do Grupo British Telecom), ao registar mais uma vez um impressionante desempenho operacional que lhe garantiu o primeiro lugar como parceiro-chave da Openreach. A MJ Quinn está envolvida em todas as atividades relacionadas com a rede de telecomunicação da Openreach, desde as atividades relacionadas com a rede de cobre/coaxial, até ao desenvolvimento e implementação da nova rede de fibra ótica, sendo ainda o único prestador com cobertura nacional no segmento de instalação da rede de clientes. De referir que a MJ Quinn mantém uma forte aposta na formação, tendo investido num centro de formação em Liverpool, no qual, durante o ano de 2023 completou mais de 7.500 formações, num total de 2.500 colaboradores.

Na Irlanda, a **Obelisk** que opera nos mercados da Irlanda e do Reino Unido, consolidou a sua posição de fornecedor líder de soluções chave-na-mão em infraestruturas essenciais nos segmentos das redes sem fios, telecomunicações fixas e energias renováveis. No global, a empresa manteve o seu volume de atividade ao atingir os 32,7 milhões de euros, ligeiramente acima do registado no ano anterior. No entanto, a Obelisk conseguiu crescer o seu negócio orgânico na Irlanda em 16%, reforçando a sua posição de líder de mercado em telecomunicações sem fios, sustentada pela renovação do contrato FLM com a Vodafone Ireland e Vantage Towers até 2027, mantendo uma forte relação que





começou originalmente em 2011. Também a parceria fundamental da Obelisk com a Three Ireland e a Cellnex Ireland induziu um forte potencial de crescimento à medida que a empresa alargou a oferta de serviços para clientes irlandeses e do Reino Unido. Como parte da estratégia de expansão do mercado da Obelisk, com foco muito direcionado às oportunidades de crescimento de longo prazo e com o apoio da Constructel Visabeira, foi adquirida, ao grupo líder internacional de infraestruturas Balfour Beatty, a sua divisão de telecomunicações no Reino Unido.

Na Bélgica, a **Constructel Bélgica**, ao crescer 27% no seu volume de atividade, aproximando-se do patamar dos 68 milhões de euros, reforçou a sua posição de empresa estratégica junto da Proximus (Belgacom). A empresa garante assim uma posição de cada vez maior notoriedade neste mercado, quer por todo o trabalho que continua a desenvolver na instalação de fibra ótica no país, em especial na cidade de Bruxelas, quer pelo incremento de atividade na construção e manutenção de redes de fibra ótica, para diferentes clientes, como a Proximus e a Fiberklaar. A carteira de trabalhos continua a aumentar, assegurando a manutenção do rumo de crescimento que a empresa vem garantindo ao longo das últimas décadas. Neste domínio, merecem especial destaque, pela sua importância e dimensão, os projetos GoFiber, Panda e Wallonie, entre outros, que, só por si, vão garantir o crescimento da atividade da empresa nos próximos cinco anos. Adicionalmente novos clientes, como a Wyre, e novas atividades como BIOS, no domínio da manutenção de fibra ótica ao nível nacional, serão também pilares do crescimento da empresa.

Ainda na Bélgica e na área das redes fixas, a **Constructel Modal** (incluindo a **Modal Installation** e **Cabling Station**), reforçou a sua presença na área das telecomunicações junto do parceiro Proximus (Belgacom), após a renovação do principal contrato junto deste cliente, garantindo uma presença em todo o território nacional e dando uma boa perspectiva para a atividade da empresa nos próximos anos. Estas empresas, ao atingirem um volume de atividade que se aproximou do patamar dos 48 milhões de euros, registaram um crescimento de quase 14%. A Constructel Modal garante assim uma dinâmica forte no reforço da sua posição como um dos maiores prestadores de serviços junto deste cliente histórico e, em paralelo, continua a apostar na expansão de atividades e competências, como são os casos do segmento dos contadores inteligentes ou dos novos projetos como GoFiber e Unifiber, que vão assegurar a manutenção do ciclo de crescimento que a empresa vem a concretizar.

A **Oude Markt Voerlieden Natie NV** (O.M.V. Natie), outra empresa belga, sediada em Antuérpia e fundada em 1968, que integrou o portefólio de negócios da Constructel Visabeira no ano de 2020, continua a reforçar a presença do Grupo no mercado belga e assegurar o crescimento de atividade que, no exercício de 2023, superou os 38 milhões de euros, representando um incremento de mais de 18%, face a 2022. O crescimento continuará a ser a palavra de ordem, fruto das sinergias da integração no Grupo e na dinâmica própria da empresa, exemplos disso são os novos projetos de grande dimensão na Flandres, como o Fluvius, e a expansão de atividades em áreas como HC para a Fiberklaar e EFF para a Proximus, entre outros.

Na Alemanha, a **Constructel GmbH** deu continuidade ao percurso de reforço da sua posição junto dos principais clientes, tanto na rede fixa como na rede móvel, continuando a receber vários destaques no que

diz respeito à sua qualidade em obra. Em resultado desta dinâmica, a carteira de obras continuou a crescer, perspetivando-se um ciclo de grande crescimento no mercado alemão. Neste contexto, a Constructel GmbH reforçou o seu posicionamento de marca de referência no mercado alemão, principalmente como parceiro da Deutsche Telekom. Fruto de um desempenho muito assertivo, a empresa conseguiu crescer, concretizando um nível de atividade que ficou próximo dos 40 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de cerca de 29%.

Pelo seu lado, a **Constructel Bau** registou em 2023 um impressionante crescimento muito alavancado pelo início do projeto que vai levar fibra a casa de cerca de 14.500 clientes da Deutsche Glasfaser. Neste contexto, o volume de atividade da empresa superou os 6,2 milhões de euros. A **Franz-Josef Braun**, empresa que presta serviços ligados à construção e expansão de redes de telecomunicações, instalação de fibra ótica e construção de redes de eletricidade, superou os 14 milhões de euros de volume de atividade. A opção pela aquisição desta empresa demonstrou ser um passo estratégico vencedor, contribuindo significativamente para a consolidação e posicionamento da Constructel Visabeira no mercado alemão. Um dos principais contribuintes para esse sucesso foi o projeto de expansão FTTH Expansion Zülpich da Deutsche Telekom, que gerou vendas de 3,7 milhões de euros. A empresa concluiu 90% das obras deste projeto em 2023, estando programada a sua conclusão no primeiro trimestre de 2024.

O novo membro do Grupo, na Alemanha, a **Tavan Tiefbau** é uma das maiores empresas de engenharia civil de infraestruturas na área das telecomunicações e energia no norte da Alemanha. Localizada em três sedes, Verden, Bremen e Westerholt, a empresa é uma marca distintiva que se afirma como *player* de primeira linha na criação de infraestruturas necessárias para a digitalização na Alemanha. Em 2023, a Tavan Tiefbau conseguiu manter o volume de vendas do ano anterior, no patamar dos 28 milhões de euros, superando o período de transição e adaptação para o novo enquadramento empresarial.

Em Itália, a **IEME**, reforçou fortemente a sua posição neste mercado ao registar um volume de atividade de quase 27 milhões de euros, mais que duplicou a sua *performance* face ao ano transato, crescendo mais de 128%. A empresa consolidou a sua posição de principal *player* para os principais operadores italianos, na área das redes de energia de média e baixa tensão junto do cliente ENEL e, na área das telecomunicações, para o cliente Open Fiber. Para este desempenho, a empresa fez um sério investimento na formação de novos quadros e técnicos e reforçou a sua frota e parque de ferramentas. Integrada nesta política de expansão foi constituída uma nova sede na zona de Veneto, região de Rovigo, onde novos contratos permitiram concretizar um aumento de quota de atividade nesta área. Neste enquadramento a empresa está a trabalhar na qualificação SA8000 e no reforço na área da sustentabilidade, principalmente no domínio da eficiência energética. O reforço da aposta da Constructel Visabeira em Itália ficou evidenciada no ano anterior com a aquisição de uma empresa do setor das telecomunicações, a InPower, alavancando deste modo a expansão de negócios, a relação com o principal cliente no mercado italiano, Open Fiber, e a otimização de recursos através do aproveitamento de sinergias entre as empresas. A **InPower** registou um desempenho notável em 2023, concretizando um volume de atividade que superou os 42 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 27%.

Na Dinamarca, a **Constructel Aps** atingiu um nível de atividade superior a 11 milhões de euros, fruto de um crescimento de cerca de 22%, concretizado através de uma estratégia focada em concentrar a capacidade operacional nos principais contratos com os principais clientes e reduzir significativamente operações dispersas de contratos que se vinham a verificar menos rentáveis. A empresa apostou ainda em aumentar a sua capacidade e em reforçar a otimização da organização. Este incremento de capacidade operacional permitiu por sua vez que o número de adjudicações aumentasse, criando boas perspectivas para o futuro da empresa. Registe-se ainda que foi concretizada em 2023 uma atualização de preços no principal contrato com a TDC.

Também no mercado dinamarquês, a **Toft Hansen** continuou concentrada na prestação de serviços de construção de redes de telecomunicações e na implementação de redes de fibra ótica. Num enquadramento assaz difícil, a empresa consolidou a sua posição de parceiro fundamental da Constructel Dinamarca e garante de entrega e qualidade de serviço na construção e desenvolvimento desta nos projetos e contratos deste setor tecnológico. No entanto, a empresa sofreu mais com os condicionamentos do complexo cenário adverso, o que impactou negativamente a sua atividade, levando a que o seu volume de negócios decrescesse em 20%, situando-se nos 3,3 milhões de euros. A empresa, nos próximos anos, irá retomar a estratégia de crescimento e alargar o seu portefólio de clientes e áreas de negócio, acompanhando a evolução das sociedades na transição energética e nos compromissos ambientais e combate às alterações climáticas, assumindo como grande objetivo a sua consolidação como um dos principais prestadores de serviços no mercado dinamarquês.

Em Portugal, a **Viatel** garantiu a manutenção da sua posição de referência no setor onde atua, mantendo a qualidade da sua atividade em níveis que lhe permitiram garantir a plena satisfação dos clientes e concretizando, mesmo num cenário complexo e difícil, um crescimento do seu volume de atividade na ordem dos 7%, atingindo os 89,7 milhões de euros. A Viatel, fruto desta *performance* e da abrangência de soluções que oferece, continua a ser uma empresa de referência no seu mercado e nos diferentes segmentos em que opera, consolidando a posição de confiança que granjeou no mercado. Na Divisão da Rede Fixa e no âmbito do contrato "Meo FFT 2016", a Viatel manteve, em 2023, as mesmas zonas operacionais de atividade, que havia agregado no segundo semestre de 2016. Durante o primeiro semestre de 2023, sentiu-se algum arrefecimento do mercado e o volume de serviços de instalação da Rede Cliente registou uma ligeira redução, face ao último semestre do ano anterior, levando a que no acumulado do ano tenha havido uma redução relativamente ao ano de 2022, em cerca de 14%. A Divisão de Rede Móvel trabalha com grande enfoque no âmbito denominado Wireless and Critical Infrastructures e tem atividade em diferentes segmentos de mercado, nomeadamente e com maior destaque: Telecomunicações, Transportes, Militar/Defesa e Outros. Está atualmente organizada com direções de negócio especializadas em três grandes áreas de atividade distintas: Mobile & Special Infrastructures, Radio & Technologies e Energy & Critical Infrastructures, que, em 2023, representaram respetivamente 57%, 22% e 21% do volume de negócio total da unidade. A empresa assegurou ainda a continuidade da sua aposta na formação, capacitação e esmerada apresentação dos seus técnicos, assumindo-a como um dos desígnios da empresa e a sua principal alavanca para o sucesso. Esta aposta na formação contínua, na capacitação dos seus técnicos e na permanente criação de maiores níveis de competências e de valências, tem feito

da Viatel o principal pilar do apoio às operações internacionais e ao crescimento de atividade e expansão a novas geografias, que a estratégia do Grupo vem a implementar nos últimos anos.

A **PDT**, também no mercado português, manteve o espírito de resiliência e a capacidade de adaptação de toda a sua organização aos novos e exigentes desafios, de molde a adaptar-se proativamente às restrições que os novos desafios acarretam. Neste contexto, a empresa conseguiu superar os 40 milhões de euros no seu volume de atividade, crescendo 7% face ao ano anterior. Paralelamente, a PDT manteve o nível de atividade no segmento das ligações P2P empresariais e ainda no contrato de manutenção da Rede Primária de Fibra Ótica da NOS, em todo o território nacional. No contrato de SP Global, a PDT reforçou a sua posição de maior prestador de serviços da NOS, conseguindo um desempenho que se traduziu na abertura de 112 mil novas UA's, ao longo do ano. A PDT, nestes tempos de tamanha incerteza e de extraordinária complexidade, manteve-se sempre focada em garantir a qualidade e a disponibilidade dos seus serviços, organizando-se para estar à altura dos desafios, que a sociedade lhe foi colocando, dando sempre eficaz resposta a todas as solicitações dos seus clientes, garantindo assim a operacionalidade num sector vital para as pessoas e empresas como é o das telecomunicações. Na Área Comercial, a PDT manteve, em 2023, a consistência do seu desempenho, apresentando um significativo crescimento de 4%, em contraciclo com o mercado em que atua, e reforçando em 8% a angariação de novos clientes para o Operador NOS. No que respeita à nova gama de serviços da NOS de Alarmes, a PDT, sempre na linha da frente, destacou-se especialmente na angariação deste serviço, consolidando um crescimento superior a 150% comparativamente a 2022, que fora o ano de lançamento deste novo produto NOS para o mercado. Realce-se ainda que o exercício de 2023 ficou marcado pela introdução de um novo patamar de exigência no cumprimento de indicadores de qualidade e transformação por parte da NOS, tendo a PDT estado altamente comprometida com a NOS também nestes vetores, conseguindo satisfazer e até superar os novos requisitos e expectativas do operador, dos clientes e do mercado em geral.

Em Moçambique, a **Televisa**, no ano de 2023, focou-se em aumentar a capacidade de resposta às crescentes necessidades do sector, adaptando-se como sempre às exigências da nova realidade e superando os desafios emergentes. A empresa aproveitou as oportunidades de mercado que surgiram, destacando-se o aumento do investimento realizado pelos principais operadores no sector das Telecomunicações do país. Em resultado desta abordagem e das variáveis exógenas referidas e em virtude da atitude, motivação e empenho de toda a estrutura, a Televisa aumentou o seu volume de atividade em relação aos anos anteriores, atingindo os 15 milhões de euros, refletindo um significativo crescimento de 43%. A Televisa, honrando o seu passado, continuou a protagonizar um papel fundamental no desenvolvimento do sector tecnológico e das suas infraestruturas, pilar cada vez mais importante para a vida da sociedade e para as atividades das empresas e instituições. Em suma, a empresa fortaleceu a sua posição de referência no mercado, destacando-se pela resiliência e proatividade reconhecidas e respondeu de maneira eficiente e eficaz ao investimento dos principais operadores de telecomunicações do país, impulsionando a expansão das infraestruturas e ampliando significativamente o acesso à comunicação a uma maior parcela da população, garantindo a sua operacionalidade e modernidade, que são fatores essenciais para a economia atual e para a vida das pessoas.





Em Angola, a **Comatel**, no ano de 2023 e apesar do enquadramento difícil que o setor viveu, demonstrou grande capacidade de resiliência e competência, que é sua matriz, e dinamizou o seu desempenho com base nas capacidades de realização e de se adaptar para dar resposta aos novos e exigentes desafios e superar as dificuldades, apresentando uma adequada resposta ao mercado, neste sector tão estratégico para a vida das pessoas e vital para o funcionamento da sociedade, que é o das telecomunicações. Neste contexto, a Comatel continuou o percurso de ágil adaptação a estas novas realidades, num perfil de atuação que já vinha de anos anteriores, e manteve o foco em se manter proativa na resposta célere às novas necessidades do mercado e dos clientes. Destaque para as atividades que a empresa desenvolveu para a TVCabo Angola, onde a Comatel continuou a realizar as mais variadas obras de construção e a assegurar os serviços de manutenção da respetiva rede, numa atividade disseminada pelo território, com destaque para as redes das cidades de Luanda (coaxial e FTTH), Benguela, (FTTH), Lubango (FTTH), Huambo (FTTH) e Soyo (FTTH). Assegurou ainda, noutra importante dimensão da sua atividade, a manutenção de cerca de 4.500 km, da rede do backbone nacional de fibra ótica, do operador Angola Telecom, tendo paralelamente estado envolvida na estabilização de mais cerca de 1.000 km deste traçado, os quais posteriormente deverão passar também para a vertente de manutenção. Noutra frente de atividade e ao abrigo do contrato de manutenção assinado com a Unitel, a Comatel realizou para aquele operador, na cidade de Luanda, um programa de trabalhos de manutenção de rede de fibra ótica, no quadro das atividades que lhe estão afetas contratualmente. Também para este cliente, a Comatel iniciou uma nova frente de atividade, relacionada com a instalação de clientes residenciais, com base na tecnologia FWA e, posteriormente, também no domínio do FTTH, tendo como suporte a tecnologia 5G. Apesar disso, a empresa atingiu um volume de negócios de 8,9 milhões de euros, um decréscimo face a 2022.

CATV

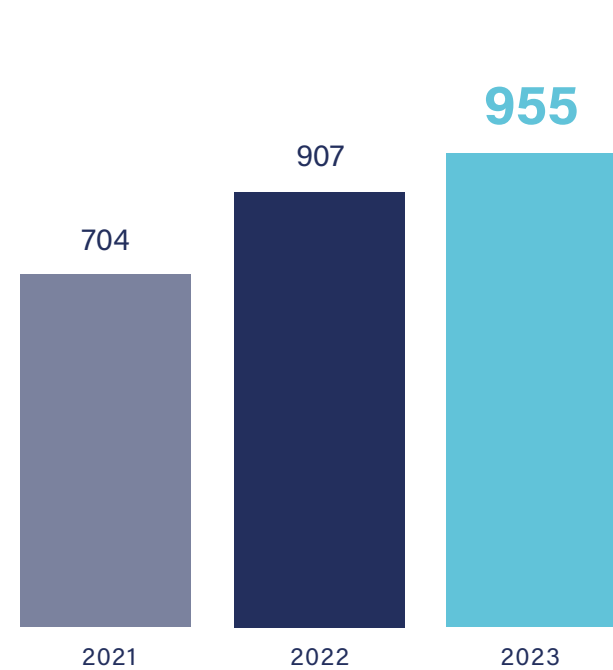
A **TVCABO Angola** é uma empresa angolana que está no mercado desde 2006 que resulta de uma parceria entre o operador incumbente, a Angola Telecom, E.P. e a Visabeira Global – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., em partes iguais. Ambas as empresas são de reconhecida competência e complementares no objeto da empresa e por isso potenciam o seu *know-how* e capacidades, vocacionadas para a distribuição de sinal de televisão e internet, através de uma rede de cabo coaxial e de fibra ótica. No sector das telecomunicações, a TVCABO Angola é a única empresa que disponibiliza por cabo, no território angolano, o Serviço Triple Play (televisão, internet e voz). No serviço de Televisão, a TVCABO Angola mantém a distribuição de canais próprios e canais dos dois operadores de televisão por satélite disponíveis em Angola (ZAP e DSTV). Este facto é relevante para a oferta da empresa junto dos clientes, pois num só equipamento, a TVCABO Angola disponibiliza mais de 300 canais de televisão correspondentes aos canais próprios e aos canais disponibilizados pelos dois operadores acima referidos. No que concerne ao serviço de Internet, a oferta da TVCABO Angola é de primeira linha pois pode chegar a velocidades na ordem de 1 GB simétrico e nos serviços de Voz fixa, a empresa diferencia-se, por ter a oferta de chamadas gratuitas nas redes da TVCABO Angola e da Angola Telecom. Para o segmento Corporate, a dinâmica da empresa alavancou a oferta TVCABO Angola com um portefólio de produtos cada vez mais flexível e suportado por um desenvolvimento contínuo dos pacotes de internet simétrica, procurando assim satisfazer as necessidades específicas de cada cliente, a evolução do mercado e os novos desafios da sociedade. No mercado residencial, a TVCABO Angola mantém o serviço Triple Play a sua aposta principal, pois permite uma diversificação e oferta flexível através da conjugação dos diversos pacotes de televisão com as diferentes velocidades de internet e pacotes de voz. O exercício de 2023 foi atípico para o mercado da empresa, com um cenário envolvente assaz adverso, de que resultou uma forte redução do nível de atividade que caiu 38% para os 27 milhões de euros provocada pela forte desvalorização cambial, superior a 30%, que agravou ainda mais a situação económica e social do país com fortes subidas da taxa de inflação e de desemprego, acompanhadas por uma alta subida de preços da cesta básica. Estes fatores condicionaram fortemente a estabilização do parque de clientes e simultaneamente limitam as decisões de investimento, quer ao nível da criação e melhoria das infraestruturas quer ao nível de expansão de rede. Na **TVCABO Moçambique**, e apesar do cenário global preocupante, mantém-se a positividade no que tange ao desenvolvimento do mercado local e na operação da TVCABO. O volume de atividade cresceu ligeiramente para os 26,3 milhões de euros, correspondente a um incremento de 3%, que se apresenta como um desempenho bastante positivo para o mercado em que atua. Ao longo do ano de 2023, a empresa deu um novo impulso à expansão da rede de fibra ótica da TVCABO, garantindo assim a expansão e ampliação da área de cobertura para Bairros com forte crescimento, periféricos à cidade de Maputo. Em termos comerciais, uma menção especial para os planos de

Internet e para os pacotes Triple Play, bem como para as soluções Corporate, com maior rentabilidade e níveis de fidelização, que se mantiveram na mira de toda a gestão como pilares estratégicos da oferta da TVCABO. Nesta matéria, o ano de 2023 marca um avanço significativo no conceito de produto, com o fim da comercialização de planos de internet com limite de tráfego, passando a TVCABO a disponibilizar um portefólio totalmente composto por serviços com tráfego de internet ilimitado. Neste cenário de transformação intrínseca do seu mercado de atuação, a TVCABO manteve o foco na garantia da satisfação do cliente, através de uma avaliação contínua dos seus processos e procedimentos, de uma gestão de proximidade e de um acompanhamento rigoroso dos indicadores do negócio. O ano de 2023 foi altamente dinâmico, sendo de referenciar a reestruturação e reforço do serviço de suporte ao cliente, pré e pós-venda, o lançamento de um novo site mais interativo, bem como o desenvolvimento, continuado e consistente, do portefólio de produtos e serviços e da infraestrutura de rede da empresa. Foi igualmente mais um ano de premiação e reconhecimento para a TVCABO, que voltou a ser distinguida pela PMR.africa com o mais prestigiado galardão na categoria "Provedor de Serviço de Internet", o "DIAMOND ARROW AWARD", somando doze prémios, dos quais nove são consecutivos desde o ano de 2015. Manteve também no seu radar a preocupação com a responsabilidade social, sendo de referir, neste domínio, e a título de exemplo, o apoio aos projetos "Um Pequeno Gesto" e "Telescola", entre várias outras iniciativas a que a TVCABO se tem aliado e apoiado. Num período de tão exigentes desafios e ambiciosos objetivos, a empresa cumpriu o

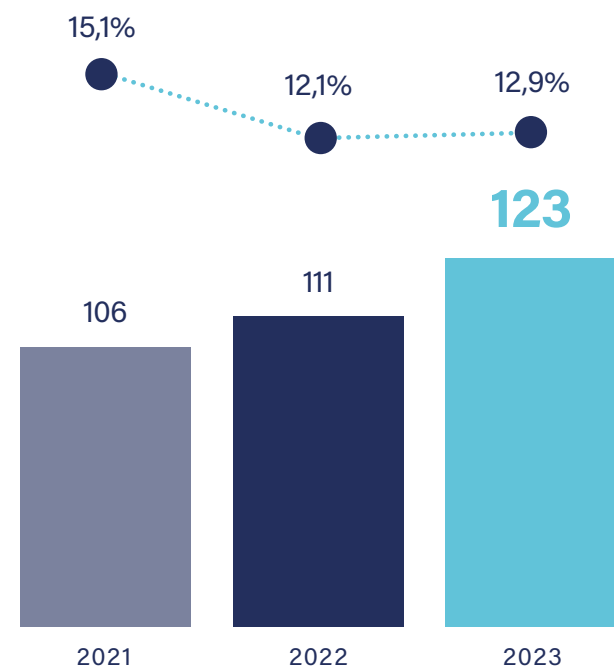
seu desígnio, continuando a superar-se a si própria, mantendo um nível de resposta ímpar às necessidades do mercado e assegurando um foco inabalável na consolidação do seu posicionamento de marca de qualidade e confiança dos clientes. Em S. Tomé e Príncipe, a **CST - Companhia Santomense de Telecomunicações**, manteve a sua *performance*, o que se tem de considerar positivo num ano deveras complexo e com muitas variáveis exógenas a impactar as atividades económicas. Neste contexto, a empresa atingiu um volume de negócios de 12,7 milhões de euros, em linha com o registado no ano transato. A CST consolidou a sua posição enquanto operador de telecomunicações que oferece soluções fixas e móveis de última geração para voz, dados e internet, para os segmentos de mercado particular e empresarial, em que é líder em São Tomé e Príncipe. A CST foi fundada em 1989 e iniciou a sua atividade comercial no dia 1 de janeiro de 1990. Empresa pioneira no mercado santomense, primeiro com uma rede fixa analógica e mais tarde, com redes digitais fixa e móvel GSM. Inovação e proximidade para o cliente são as principais linhas de atuação da Companhia Santomense de Telecomunicações. A organização tem como desígnio manter toda a equipa focada na inovação tecnológica, inovação relacional, inovação comunicacional, inovação de serviços e uma permanente atitude de proximidade para o cliente. A integração da Companhia Santomense de Telecomunicações no universo da Visabeira Global, concretizada em 2021, veio assegurar um potencial de sinergias e de dinâmicas complementares que colocam a empresa no caminho da vanguarda no seu setor.

Telecomunicações

M€ VOLUME DE NEGÓCIOS



M€ % EBITDA/MARGEM





Energia

Em Portugal, a **Visabeira Infraestruturas**, não obstante o contexto adverso, continua a manter uma posição cimeira no mercado português, conseguindo dar uma resposta cabal às solicitações e necessidades do seu mercado, o que lhe assegurou em 2023 um desempenho superior em comparação com o ano transato, com o volume de atividade a superar a fasquia dos 50 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 20%. Este desempenho dinâmico e competente granjeou à empresa, mais uma vez, o reconhecimento pelo protagonismo que teve ao garantir soluções para que as infraestruturas elétricas, um pilar essencial para as pessoas e para a sociedade, não colapsassem e continuassem a servir adequadamente as populações e as empresas, nestes tempos tão conturbados. O ano de 2023 fica então marcado por muitas atividades e múltiplas realizações para o que os vários setores da empresa souberam dar as mais eficazes respostas em inúmeras frentes, com muitos trabalhos de acrescida relevância, de que é difícil selecionar alguns para destaques do ano nas várias unidades de negócio da empresa.

A **Cunha Soares**, empresa com sede em Portugal, adquirida em 2021, tem a sua operação principalmente centrada no mercado alemão. No ano de 2023, a empresa consolidou a sua posição e manteve o seu volume de atividade no patamar dos 20 milhões de euros. Na **EIP Serviços**, o exercício de 2023 confirmou as perspetivas de incremento global da atividade nos vários setores em que a EIP Serviços opera que resultavam dos programas de investimento em renovação e expansão das infraestruturas elétrica de alta tensão e ferroviária anunciados publicamente durante o ano anterior. Não obstante, este exercício foi ainda marcado por diversos constrangimentos que se traduziram por atrasos significativos em grande parte das empreitadas em processo de concurso ou mesmo já adjudicadas, com o conseqüente impacto no desenvolvimento da atividade da generalidade das empresas do setor e no respetivo desempenho económico. Às dificuldades relacionadas com a obtenção de licenças, autorizações, indefinições de projeto e aprovisionamento de materiais, às quais as empresas de construção foram em larga medida alheias, vieram juntar-se constrangimentos inerentes aos próprios empreiteiros, em particular a dificuldade de acomodar as frequentes alterações de cronogramas de obra e a necessidade de minimizar o impacto das situações de subutilização dos recursos disponíveis e de exigência de encurtamento de prazos que se foram alternando ao longo do ano de forma transversal nos setores de atividade em que a EIP Serviços opera. Tudo isto num quadro de intensa pressão concorrencial por recursos qualificados exercida pelos principais mercados do norte da Europa, mas também já ao nível da Península Ibérica, que não apenas continuou a fazer-se sentir como se agravou, exigindo um esforço adicional às empresas nacionais para conseguirem fazer face a condições salariais mais competitivas e assegurarem a retenção da necessária mão de obra mais qualificada. O exercício de 2023 ficou igualmente marcado pelo alargamento da base de recrutamento de recursos qualificados, que no caso da EIP Serviços se traduziu no reforço do quadro de pessoal de produção com a contratação de trabalhadores angolanos, brasileiros, colombianos mas também indianos, do Sri Lanka e do Bangladesh que, face à disparidade da respetiva qualificação técnica, foram convidados a frequentar ações de formação especializadas assim como foram

enquadrados em equipas com chefias intermédias qualificadas que asseguraram a consolidação das respetivas competências em ambiente real de trabalho. Cumpre-nos ainda destacar, no âmbito de uma candidatura a um programa participado pela União Europeia, a entrada em serviço durante o mês de julho de uma Unidade de Produção de energia solar para Autoconsumo instalada na unidade fabril em Montemor, o que representou um passo decisivo para a redução da pegada carbónica da EIP Serviços e para a melhoria dos indicadores de sustentabilidade da empresa. Mesmo neste contexto desfavorável, a empresa conseguiu apresentar um volume de negócios superior a 33 milhões de euros, correspondendo a um significativo crescimento de 58%.

Em França, para a **Constructel Energie**, o ano de 2023 manteve-se por uma segura estabilidade contratual e organizacional, com um volume de atividade a atingir o nível dos 21 milhões de euros, o que significou um crescimento de mais de 7% num mercado difícil e muito estabilizado. A empresa faz assim jus ao seu histórico de *player* de referência junto aos operadores incumbentes EdF (Électricité de France SA), Enedis e GrdF (Gaz Réseau Distribution France), reforçando a sua posição como um dos seus principais parceiros e mantendo a estratégia de ser protagonista de primeira linha neste mercado e um dos mais importantes protagonistas deste setor.

Na Alemanha, após a aquisição, em 2022, da empresa **Elektro-Würkner**, fundada em 1965 e que é uma das maiores empresas alemãs do setor das telecomunicações tendo também uma presença relevante na área das energias renováveis, esta integrou-se plenamente na dinâmica do Grupo e atingiu em 2023 um volume de atividade que superou os 33 milhões de euros, correspondentes a um crescimento de mais de 13%, o seu maior incremento nos anos recentes do seu histórico. A área das energias renováveis é a protagonista neste crescimento. De facto, o forte aumento dos preços das energias fósseis e o cada vez maior interesse da população em abordagens amigas do clima foram principais fatores para o aumento da procura de sistemas fotovoltaicos, a que a empresa correspondeu com eficácia e eficiência.

Em Espanha, a **Tensa** confirmou as perspetivas de recuperação da atividade tendo concretizado um volume de atividade que superou os 14 milhões de euros, equivalente a um crescimento de 58% em relação ao ano anterior. Este desempenho resultou do reforço da carteira com novas empreitadas de Transporte adjudicadas já no segundo semestre de 2022 e também com a contribuição da principal empreitada, ainda iniciada em 2022, mas que acabou por ser desenvolvida na sua maioria já em 2023, após sucessivos adiamentos. A Tensa mantém a motivação e o foco numa estratégia de desenvolvimento do negócio para que a empresa prossiga a trajetória de crescimento e consolidação das atividades, tanto de Transporte como de Distribuição, que tem vindo a percorrer nos últimos anos.

A **JF Edwards**, nos Estados Unidos da América, reforçou a presença da Constructel Visabeira no continente norte-americano, não só consolidando a sua posição de referência no mercado dos Estados Unidos, mas contribuindo decisivamente para o crescimento mundial do universo de negócios da Constructel Visabeira e do próprio Grupo. A JF Edwards, dedicada ao desenho, desenvolvimento, construção, operação e manutenção de projetos de energia renovável (eólico e fotovoltaico), bem como na instalação, operação e manutenção de

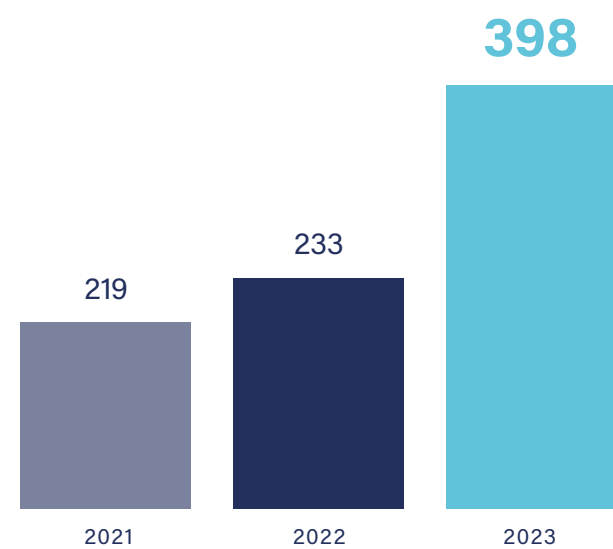
subestações elétricas, está presente num sector crucial nos Estados Unidos da América em que se antevê investimentos significativos para modernização de toda a sua infraestrutura energética. Resultado disso, é a atividade em 2023, ano em que a JF Edwards protagonizou um expressivo crescimento da sua operação concretizando um crescimento do seu volume atividade em mais de 78%, superando o patamar dos 120 milhões de euros.

No sector de energia no Reino Unido, a **MJ Quinn** está presente em diversos segmentos, desde a operação e manutenção de edifícios, com destaque para o contrato com a NHS, como também na área de renováveis, no desenho e desenvolvimento de projetos de produção de energia renovável, com a sua subsidiária, **MJ Quinn Solar**, a apresentar uma atividade superior a 7 milhões de euros, crescendo 29% face ao ano anterior, e ainda, no desenvolvimento de soluções para promover a eficiência energética, estando envolvida em diversas atividades como a gestão de Data Centers, instalação de painéis fotovoltaicos, entre outras. Em Moçambique, a **Electrotec**, reforçou a estratégia focada no desenvolvimento da sua atividade vocacionada para a construção e manutenção de infraestruturas de transporte e distribuição de energia elétrica em Alta, Média e Baixa Tensão, operando de forma abrangente em todo o território moçambicano, desde o Niassa a Maputo, como principal *player* no seu sector. Em 2023, a operação da empresa sofreu impactos do cenário macro adverso, mas mesmo assim superou os 12 milhões de euros, o que significou uma redução do volume de atividade

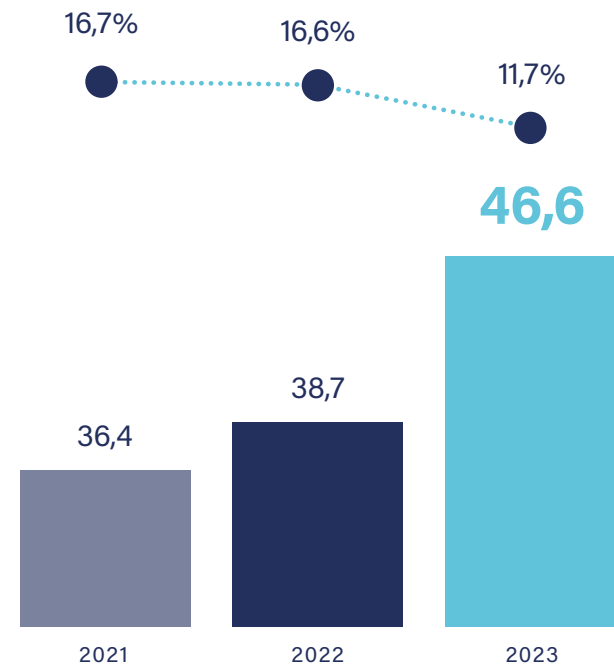
de cerca de 18%, o que foi conseguido fruto da sua capacidade em adequar a estrutura para operar proativamente com os condicionalismos macroeconómicos adversos e no clima de imprevisibilidade que tem caracterizado os anos recentes. A empresa continuou focada em alavancar o seu desempenho para o seu principal cliente: a EDM, Eletricidade de Moçambique, para o qual continua a realizar um vasto leque de trabalhos e atividades complementares, incluindo a construção e reabilitação de redes de baixa tensão, construção de redes de iluminação pública, construção e reabilitação de redes de média tensão, construção de postos de transformação, trabalhos de manutenção e baixadas para ligação de novos clientes. Durante o exercício de 2023 destaca-se no portefólio da empresa, a adjudicação e execução de importantes projetos, que criam alguma carteira de trabalhos para os anos seguintes. Refira-se que, numa perspetiva estratégica e de diversificação de clientes, foram igualmente realizados diversos trabalhos de construção, manutenção e reabilitação de baixa tensão, para vários clientes, que constituem hoje já uma importante carteira de encomendas para o desígnio de diversificação de mercado que a Electrotec persegue. Em síntese, é de realçar o desempenho positivo neste exercício, com a empresa a conseguir, em 2023, adequar as suas operações à conjuntura mundial, nomeadamente aos constantes aumentos dos preços, das matérias-primas e dificuldades logísticas associadas, assegurando uma contínua prestação dos seus serviços, com a qualidade a que habituou os seus clientes e superando as diversas adversidades.

Energia

M€ VOLUME DE NEGÓCIOS



M€ % EBITDA/MARGEM



Tecnologias de Informação e Comunicação

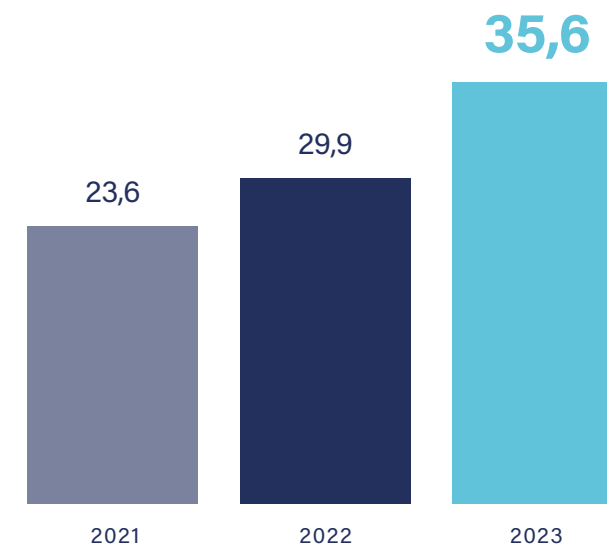
Em 2023, a **Viatel Tecnologias** assume o desígnio de continuar a ser uma referência no sector das Telecomunicações e das Tecnologias, onde o investimento em Investigação e Desenvolvimento tecnológico e em atividades geradoras de conhecimento são pilares fundamentais e nos quais este departamento da empresa tem apostado. Neste contexto, a Viatel manteve o investimento em I&D, sendo uma aposta a manter continuamente no futuro, já que parte da sua estratégia de crescimento está assente precisamente na aposta contínua em novas tecnologias, na inovação e em atividades de investigação e desenvolvimento para melhorias nos processos produtivos e produtos/serviços inovadores. A empresa orgulha-se de poder afirmar que a inovação e a investigação e desenvolvimento estiveram sempre presentes na atividade da Viatel, ao longo de mais de quatro décadas e prova disso é a empresa que soube sempre implementar as soluções adequadas para adaptar os seus trabalhadores e os seus serviços às novas tecnologias e às necessidades dos seus clientes. A empresa, com este desígnio, tem tido a capacidade de evoluir e dar assertivas respostas aos contínuos desafios que o seu mercado vai impondo, assumindo o seu papel como protagonista do progresso. A forte presença que a Viatel tem no mercado foi sempre marcada pela capacidade de gerar soluções globais, integrando diferentes domínios tecnológicos, desenvolvendo novos produtos e serviços que contribuíram para o reforço da competitividade da empresa e do Grupo nos mercados internos e externos e, como tal, a aposta e investimento em I&D, por parte da Viatel é para manter no futuro. A **Aeroprotechnik**, para superar o complexo contexto mundial envolvente, manteve um foco muito proativo da sua operação na otimização dos seus serviços de Inspeção Avançada de Infraestruturas Críticas nos três domínios onde atua: a área das Energias (centrais fotovoltaicas e linhas de transporte de energia), a das Telecomunicações (estações base de telecomunicações) e a dos Transportes (manutenção ferroviária). Neste contexto, a empresa protagonizou uma importante consolidação, ao nível das soluções e serviços especializados, tendo garantido a continuidade da relação com clientes de referência e a sustentabilidade dos negócios respetivos. Neste difícil contexto conseguiu manter o seu volume de atividade no patamar dos 1,4 milhões de euros. Na

área das Energias, com foco predominante na Inspeção de Parques Solares, a empresa manteve a expansão da rede de clientes e deu continuidade aos projetos na Europa, África e América do Sul, perspetivando-se a consolidação desta área de atividade. Neste domínio, destacam-se como principais clientes a Engie e a Acciona, com a realização de vários projetos em diversos pontos do globo, que deram grande notoriedade ao estatuto de referência, que a empresa vem conquistando no seu setor. Ainda na área das Energias, o ano de 2023 foi bastante importante para o desenvolvimento de soluções especializadas para a Inspeção de Linhas Aéreas de Alta e Média Tensão, tendo sido realizados projetos--pilotos em Portugal de grande importância para o crescimento deste tipo de atividade no futuro. Na área das Telecomunicações, em 2023, releva-se a manutenção do nível de atividade da execução de Site Surveys, para suporte aos projetos de instalação de equipamento de Rádio-Frequência dos operadores em Portugal. Estas atividades foram realizadas, em conjunto com a Viatel, para os clientes Ericsson e Cellnex. Ainda neste segmento das telecomunicações, foi desenvolvida uma nova plataforma, denominada Smart Rollout, com o propósito de aumentar a eficiência e controlo de qualidade no âmbito da gestão de um projeto de implementação de rádio a nível nacional. Esta solução tem sido demonstrada aos potenciais clientes, nomeadamente a Nokia e a Ericsson. Na área dos Transportes, em colaboração com a Infraestrutura de Portugal, manteve-se o desenvolvimento de soluções de Inspeção Ferroviária, ao abrigo de Acordos de Inovação celebrados em 2022, mantendo-se assim a expectativa de abertura de uma nova atividade que poderá ter impacto no futuro do negócio da Aeroprotechnik, ao nível nacional e também internacional.

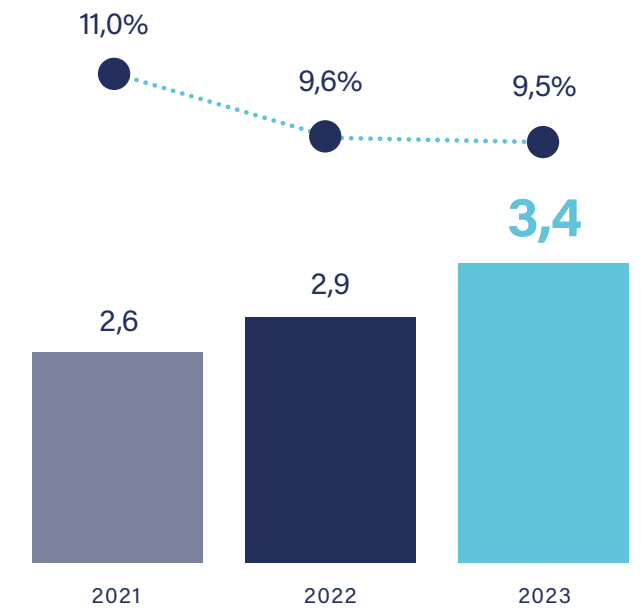
A **Real Life Technologies**, enquanto marca de referência no segmento das TIC, assume um percurso de empresa reconhecida neste desafiante segmento, mantendo a aposta orientada para o sector das tecnologias de informação, sempre muito focada no serviço para os principais operadores de telecomunicações em Portugal e, paralelamente, como parceiro relevante dos maiores fornecedores de tecnologia. Neste contexto, o volume consolidado de atividade da empresa situou-se no patamar dos 33 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento de 16%.

Tecnologias de Informação e Comunicação

M€ VOLUME DE NEGÓCIOS



M€ % EBITDA/MARGEM





Construção

Em Portugal, a **Edivisa**, num ano com ajustamento da inflação e com um mercado pleno de desafios e dificuldades, tirou partido da sua experiência transversal no sector da Construção e Manutenção de Edificações e Infraestruturas, conseguindo consolidar a sua posição, enquanto empresa reconhecida à escala nacional, com um estatuto de *player* de referência no mercado da Construção e Manutenção de Edificações e Infraestruturas. A empresa continuou a consolidar a sua posição, enquanto empresa reconhecida à escala nacional, com um estatuto de *player* de referência no mercado da construção. Em paralelo, consolidou a sua dimensão internacional, em que a atividade da empresa incide com maior relevância em Moçambique, onde também possui um vasto e diversificado portfólio de obras, nos mais diversos sectores. Para este desempenho foi determinante a implementação da mudança do paradigma comercial, a sua capacidade de adaptação, resiliência e simultaneamente a agilidade e flexibilidade de toda a organização. Organização suportada numa matriz que integra uma vasta plêiade de técnicos multidisciplinares e equipas especializadas, enquadrados por um quadro organizacional que otimiza os recursos disponíveis, para que o resultado da empresa reflita a perfeita harmonia das áreas interdisciplinares em que atua e que abrangem setores como a arquitetura, engenharia e construção civil. A Edivisa reforçou assim o seu desígnio, a base do racional da sua organização, otimizando sinergias e superando desafios, sempre focada no desenvolvimento da sua atividade, orientada para dois eixos fulcrais de ação: i) obras públicas e ii) mercado imobiliário; nos quais atua de forma abrangente no âmbito do projeto e construção, remodelação, reabilitação e manutenção de edifícios e infraestruturas. De realçar adicionalmente, que o ano de 2023 ficou ainda marcado pela consolidação do mercado na Grande Lisboa, a abertura do mercado do Algarve e a consolidação do mercado em Viseu. Neste enquadramento e demonstrando o foco na sua estratégia de expansão de atividade para manter o foco no futuro e no crescimento do seu negócio, a Edivisa, em 2023, concorreu, no mercado nacional, a obras no montante de cerca de 350 milhões de euros, tendo como resultado já firme dessa aposta a garantia de um volume de obras contratualizadas que ascende a cerca de 50 milhões de euros. Adicionalmente a empresa tem em mão um leque de oportunidades ainda em fase de decisão com um valor superior a 35 milhões de euros, com fortes possibilidades de fecho favorável no primeiro semestre de 2024. Mesmo neste contexto complexo e difícil a empresa conseguiu superar o patamar dos 20 milhões de euros de volume de negócios.

A **HCI**, empresa que entrou no perímetro durante o exercício de 2023, num ano com ajustamento da inflação e com um mercado pleno de desafios e dificuldades, tirou partido da sua experiência transversal no sector da Construção e Reabilitação de Edificações e Infraestruturas, conseguindo consolidar a sua posição, enquanto empresa reconhecida à escala nacional, com um estatuto de *player* de referência no mercado da construção. Para este desempenho foi determinante a implementação da mudança do paradigma comercial, a sua capacidade de adaptação, resiliência e simultaneamente a agilidade e flexibilidade de toda a organização. Organização suportada numa matriz que integra uma vasta plêiade de técnicos multidisciplinares e equipas especializadas, enquadrados por um quadro organizacional que otimiza os recursos disponíveis, para que o resultado da empresa reflita a perfeita harmonia das áreas interdisciplinares em que atua que abrangem como a arquitetura, engenharia e construção. A HCI reforçou assim o seu desígnio, a base do racional da sua organização, otimizando sinergias e superando desafios, sempre focada no desenvolvimento da sua atividade, orientada para o mercado de construção civil; nos quais atua de forma abrangente no âmbito do projeto e construção, remodelação e reabilitação de edifícios e infraestruturas. Este segmento foi particularmente marcado pelo aumento das taxas de juro com o objetivo do ajustamento da inflação, o que criou um significativo arrefecimento no investimento privado. No último trimestre de 2023, os acontecimentos no Médio Oriente aumentaram o clima de incerteza global face ao investimento e criaram acrescidas incertezas ao sector, com conseqüente *delay* das decisões de investimento. Embora impactando em todos os sectores da sociedade, economia e indústria, que foram afetados de alguma forma, verificou-se que os sectores de engenharia e construção civil foram dos que mais sofreram. Agora sentem-se sinais de recuperação e constata-se que a indústria da construção recupera a sua trajetória de crescimento, embora ainda com receios de alguma recessão, com impacto direto em alguns atrasos de decisão por parte de bastantes atores do sector. No caso específico da HCI, esta procurará continuar um desempenho pautado por uma rota de crescimento, que vinha a registar. Neste contexto, o ano de 2023 ficou marcado por um desempenho muito positivo, onde a empresa reforçou a sua capacidade de adaptação e resiliência, num cenário muito adverso em que apesar dos impactos da crise inflacionista e da incerteza por ela gerada, associados a problemas de logística mundial, o volume de negócios apresentou um acréscimo de cerca de 16% face ao exercício de 2022, superando os 25 milhões de euros de volume de negócios.

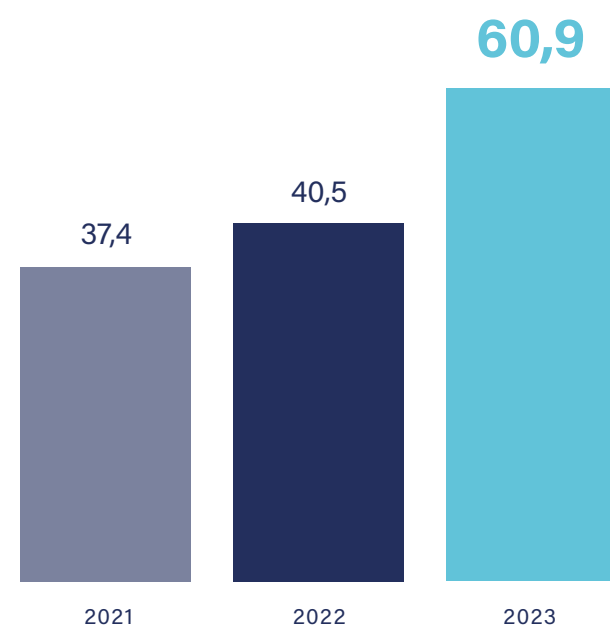
Em Moçambique, a atividade operacional da **Sogitel**, em 2023, ficou marcada por um volume de negócios que superou os 8,5 milhões de euros, o que representou um aumento na ordem dos 21%, face ao período homólogo de 2022, sendo no balanço do ano de salientar como principais marcos da sua atividade de construção: As obras de remodelação das residências do Banco de Moçambique e do Centro Recreativo, com localização na cidade da Beira, cujo cliente é o Banco de Moçambique; A *performance* garantida nas obras acima indicadas efetivou a assinatura de um novo contrato com o mesmo cliente, que teve início em outubro de 2023 e visa a remodelação do Centro Recreativo da Matola; A primeira fase da obra de construção do Montebelo Milibangalala Resort ficou concluída em 2023, paralelamente, foi negociada a segunda fase da obra, cujo objeto é a construção de mais 2 blocos de habitação turística, contemplando cada um deles 12 quartos; A par dos trabalhos de remodelação do Hotel Montebelo Gorongosa, que ficaram concluídos em 2023, a Sogitel iniciou em março os trabalhos previstos no contrato celebrado na mesma data com o Projeto de Restauração da Gorongosa,

nomeadamente a construção de um escritório e de oficinas com estação de lavagem de viaturas; Em 2023 deu-se ainda continuidade aos trabalhos de remodelação do Hotel Montebelo Indy, em Maputo, principalmente focada na remodelação dos espaços de restauração e da entrada da unidade hoteleira; O ano de 2023 ficou ainda marcado pelos trabalhos de conclusão da cobertura do rooftop, alçados, arranjos interiores e exteriores das instalações do Grupo Soico, em Katembe, com base no contrato celebrado em novembro de 2022. Como corolário, constata-se que a Sogitel se continua a posicionar convenientemente no tipo de projetos que continuarão a fazer parte da sua estratégia e que se pretende manter e expandir ao longo do ano de 2024, reforçando a notoriedade da empresa no mercado e o estatuto de referência que tem granjeado e que tem sido baluarte na construção da oferta do Grupo em Moçambique.

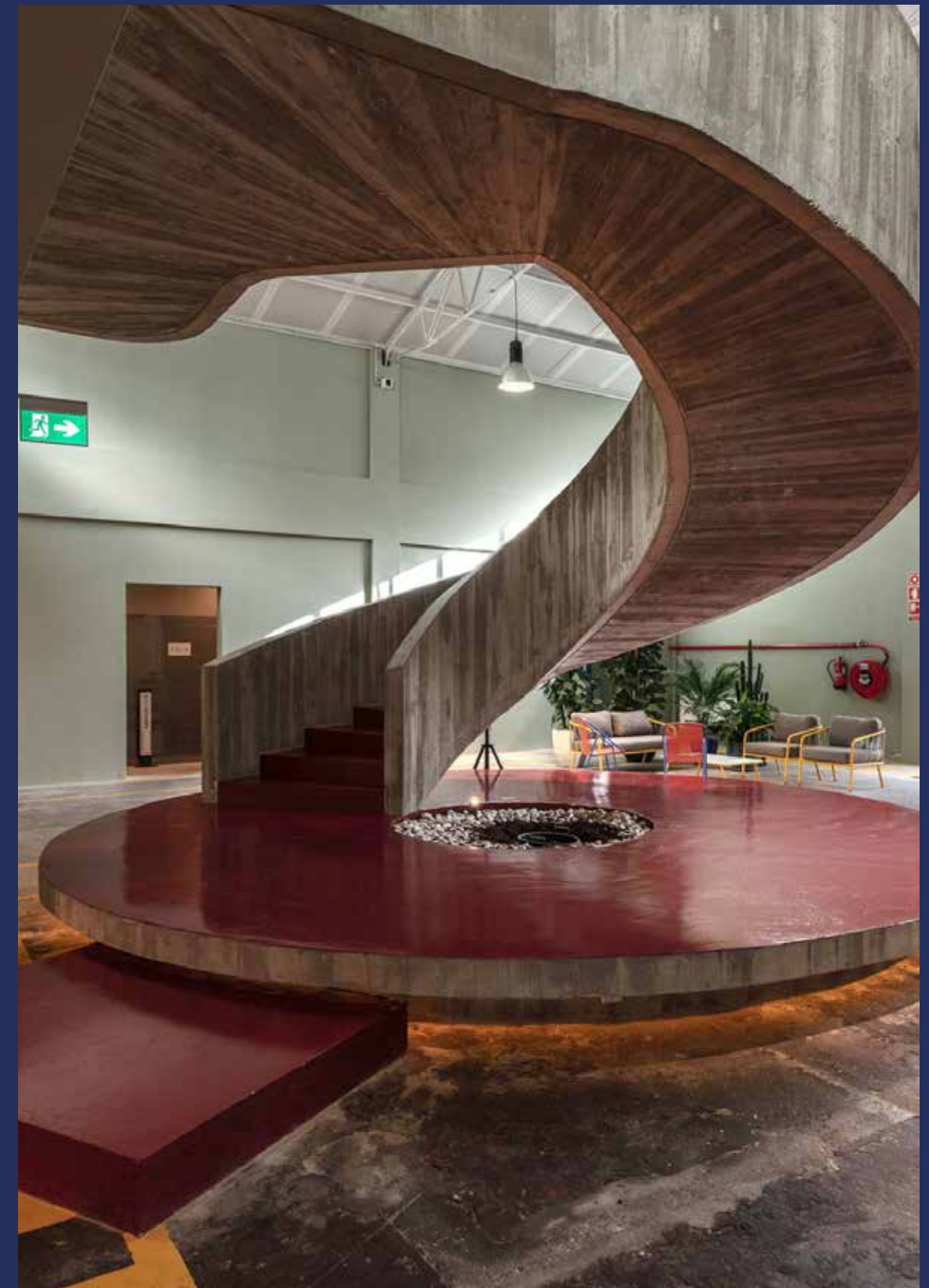
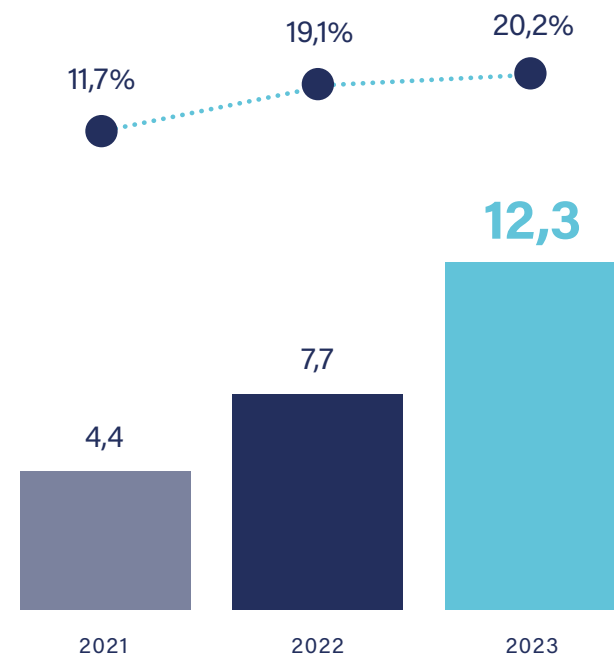
Ainda em Moçambique, também a **Martifer Visabeira**, reforçando o seu posicionamento de empresa de referência no seu setor, protagonizou um crescimento muito significativo do seu volume de atividade ao superar os 12 milhões de euros correspondendo a um incremento de 43%.

Construção

M€ VOLUME DE NEGÓCIOS



M€ % EBITDA/MARGEM



Visabeira Indústria

Indicadores Consolidados

	2023	2022	Var YoY
Volume de negócios	182	189	-4%
EBITDA	33,8	32,7	4%
Margem EBITDA	18,6%	17,3%	1,4.pp
Resultado operacional recorrente*	17,9	17,7	1%
Margem operacional	9,9%	9,3%	0,5 pp
Resultado líquido	2,7	5,3	-48%
Investimento líquido	30,0	18,4	63%
Dívida	131,2	124,9	5%
Inventários	58,8	53,9	9%
Ativos fixos (incluindo prop. de investimento e <i>goodwill</i>)	273	239	14%

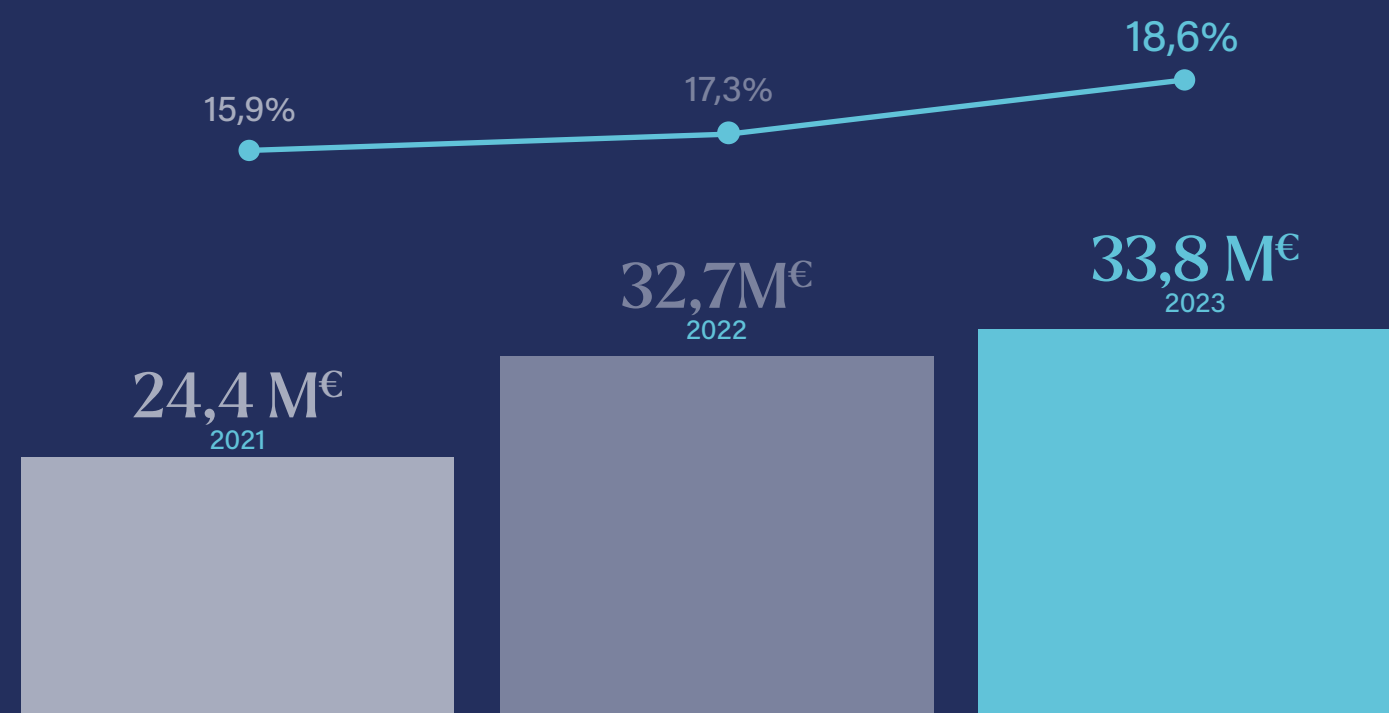
* Resultado operacional excluindo o efeito das variações do justo valor das propriedades de investimento e das provisões.

Volume de negócios
182 M€

Volume de Negócios



EBITDA e Margem



A Visabeira Indústria agrega as competências do Grupo no sector industrial, abrangendo áreas como a cerâmica, a cristalaria, os biocombustíveis, os sistemas de recuperação de energia e o mobiliário de cozinha, entre outras. A otimização dos recursos de cada unidade fabril associada à capacidade de maximizar as sinergias dos diferentes segmentos, permite a esta holding ter um perfil identitário de inovação e competitividade que os mercados exigem às empresas e que potenciam a diferenciação.

No contexto complexo e adverso que se continua a viver, a atividade do universo de negócios da Visabeira Indústria registou um volume de negócios consolidado de 182 milhões de euros, mantendo-se como a segunda sub-holding em dimensão correspondendo a 11% do volume de negócios do Grupo.

Cerâmica, Cristal e Vidro

A **Vista Alegre**, enquanto grupo consolidado, atingiu um volume de negócios de 129,2 milhões de euros. O mercado externo representou 69,4% do volume de negócios da Vista Alegre, com 89,7 milhões de euros de vendas. Em Portugal, as lojas próprias e o retalho tiveram um desempenho positivo, embora sofrendo do efeito de arrefecimento da economia que originou alguma inconstância da atividade mensal, sobretudo durante o segundo semestre. Neste ano procedeu-se à renovação e negociação de vários contratos de lojas, permitindo a continuação da estabilidade da operação bem como o lançamento das bases para a introdução da nova imagem e aumento de área nalgumas lojas importantes. A abertura da loja temporária no Aeroporto de Lisboa, tem apresentado valores de faturação acima da expectativa e a certeza de que a marca está cada vez mais globalizada dada a significativa variedade de nacionalidades que visitam e compram nesta loja. O retalho independente demonstrou alguma instabilidade, onde os canais de clientes armazenistas, decoradores e banca, estiveram mais críticos, tendo sido a banca o mais fustigado pelo aumento das taxas de juro. Nos mercados externos, e apesar de 2023 ter sido um ano marcado por um claro abrandamento da procura, o canal de retalho, que abrange as lojas de casa e decoração, os *department stores*, as *shop-in-shops*, e que congrega as marcas Vista Alegre, Bordallo Pinheiro e Casa Alegre, apresentou uma *performance* comercial positiva em alguns mercados. Destacam-se aqui os mercados da América Latina e da Ásia no que à faturação diz respeito. Na Europa, a Vista Alegre e a Bordallo Pinheiro cresceram no Retalho, em praticamente todo o continente (excetuando a Rússia, mercado para o qual deixámos de vender, devido à questão da invasão da Ucrânia e respetivas sanções comerciais). Destacam-se os mercados do Reino Unido, França, Itália e Escandinávia, sobretudo com a marca Bordallo Pinheiro. Neste contexto, as parcerias com as cadeias Bon Marché

e Galerias Lafayette em França e com o Harrods em Inglaterra são bons exemplos de pontos de venda de alto nível onde as marcas Vista Alegre e Bordallo Pinheiro estão presentes. No Médio Oriente destacam-se os mercados da Arábia Saudita, Dubai e Kuwait, onde temos espaços de venda muito bem conceptualizados com a imagem das lojas Vista Alegre. Em África, a empresa continua focada na expansão das duas marcas, com destaque para os mercados de Angola e Marrocos. A abertura de um novo ponto de venda em Casablanca (Bordallo Pinheiro) em parceria com um cliente, foi também um dos pontos muito positivos neste continente. O canal Horeca apresentou um crescimento importante em 2023, face a 2022. Impulsionada pelo constante aumento no turismo, tanto ao nível nacional como internacional, a procura de produtos para as unidades hoteleiras, restaurantes e empresas de eventos foi muito forte e contribuiu para que este canal crescesse, quer em Portugal, quer no mercado externo. Os produtos de porcelana e grés (Vista Alegre e Casa Alegre respetivamente) registam uma penetração muito forte na hotelaria nacional e são procurados cada vez mais pelo seu elemento diferenciador ao nível do design e características técnicas de durabilidade e resistência. A associação a grandes nomes da gastronomia nacional também acrescenta valor à marca Vista Alegre e continua a potenciar as vendas destes produtos. O ano de 2023 foi, uma vez mais, de reconhecimento da diferenciação e valorização dos produtos da Vista Alegre, que foi galardoada com 23 dos mais importantes prémios internacionais de design. Várias peças foram distinguidas em geografias tão diversas quanto USA, Canadá, Alemanha, França e Itália. Estes prémios, de que são exemplo o Red Dot Design Awards e os German Design Awards, reforçaram a notoriedade da marca nos mercados externos, tanto nos clientes B2B como B2C, sustentando assim a imagem de uma marca dinâmica, inovadora e com os olhos postos no futuro.





A **Bordallo Pinheiro**, no ano de 2023, registou um acréscimo do volume de negócios de cerca de 13%, quando comparado com 2022, superou o montante de 13 milhões de euros, com uma parte significativa dos seus produtos a ser colocado no mercado debaixo da insígnia Vista Alegre, tendo por isso como resultado um volume de negócios consolidado de 7,8 milhões de euros. Realce-se que este importante desempenho foi alavancado pelo cumprimento de um desígnio estratégico da empresa, expandir a sua presença no mercado externo. A Bordallo Pinheiro, cumprindo aquele desígnio, continuou a nortear afincadamente a sua ação na expansão geográfica da marca e na presença internacional dos seus produtos, com uma *performance* em que as vendas da empresa nos mercados externos alcançaram, em 2023, uma quota de 65%. A relevância dos mercados externos é decisiva para a empresa, onde se deve salientar que uma boa parte das vendas em primeira linha entregues no mercado nacional também têm como destino outros países, pelo que a presença da marca no exterior é cada vez mais significativa e consolidada. A Bordallo Pinheiro continua a cumprir, assim, um dos principais objetivos da marca, o crescimento da internacionalização dos seus produtos, nunca descurando o importante mercado doméstico, onde continua a ser uma referência incontornável, pela criatividade e diferenciação dos seus produtos, que muitos continuam a procurar imitar. Em ambos os mercados, a empresa reforçou a primazia das sinergias existentes entre as empresas do Grupo, bem como as suas políticas comerciais, que têm sido implementadas e que muito potenciam os resultados alcançados. Em 2023, a Bordallo Pinheiro retomou a aposta na sua presença nas mais importantes Feiras, de que se releva a sua participação na Feira Maison & Object, em Paris, e na Feira Ambiente, em Frankfurt, onde foi reforçada a visibilidade e notoriedade da marca neste mercado, alavancado o contacto com atuais clientes e otimizada a aproximação a potenciais clientes. A política comercial adotada, que maximiza a proximidade aos atuais e potenciais clientes, tem tido um impacto significativo, tanto a nível nacional e internacional, constituindo um fator decisivo para o aumento do volume de negócios da empresa. Com esse objetivo foi reforçada uma estratégia comercial com grande foco nas novas tecnologias e nas redes sociais, traduzindo-se num balanço do exercício bastante positivo. No domínio fabril, a Bordallo Pinheiro mantém a sua aposta estratégica na otimização produtiva e na melhoria contínua de todos os seus processos, com o objetivo permanente de incrementar a produtividade e a qualidade e, conseqüentemente, na contenção dos custos de fabrico. Em 2023, o empenho na melhoria destes indicadores foi, mais do que nunca, decisivo, devido ao aumento muito significativo de custos de eletricidade, mão de obra e matérias-primas no geral, e foi crucial para a empresa conseguir atingir os bons resultados conseguidos. Adicionalmente o ano de 2023 foi o ano em que a Bordallo viu aprovado o seu projeto de Descarbonização da Indústria candidatado ao PRR, para a instalação de painéis fotovoltaicos que permitam descarbonizar parte do seu processo produtivo, nomeadamente no que respeita ao consumo de energia elétrica, com recurso a fontes de energia renováveis.

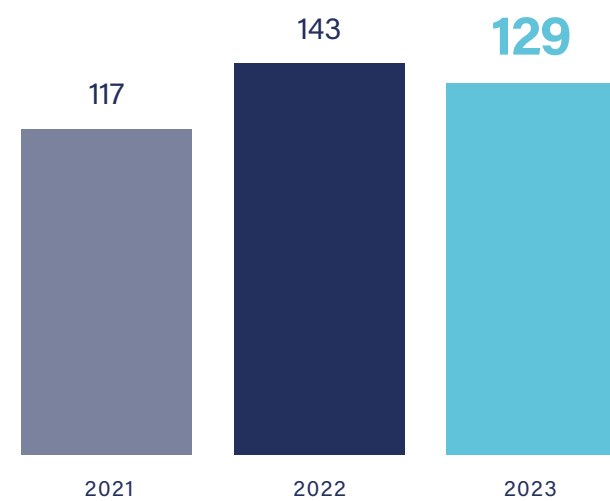
A **Ria Stone** tem vindo a sofrer impactos colaterais da complexa situação mundial, como por exemplo o facto do seu cliente, a IKEA, ter perdido 10% dos seus pontos de venda com o fecho das suas lojas na Rússia ou os problemas relacionados com a energia, a logística ou os fornecimentos. O cruzamento destes fatores, associados ao agravamento do valor da inflação, levou a um forte decréscimo na procura e o cliente IKEA, apesar da sua dimensão, também sentiu significativamente essa diminuição. No entanto, devido à forte parceria e ao facto de a Ria Stone ser bastante competitiva dentro da sua área de negócio, foi possível que, com mudanças na matriz de mercados/fornecedores da IKEA, aquele impacto fosse bastante reduzido. Mesmo neste contexto adverso, a Ria Stone superou, em 2023, o patamar dos 35 milhões de euros no volume de negócios, crescendo 3% face ao exercício anterior. Neste contexto, a Ria Stone mantendo a sua assertiva política de melhoria contínua, continuou a investir nos seus equipamentos e conseqüentemente no aumento de eficiência, tendo para isso substituído cinco linhas de escolha mais antigas por novas linhas mais eficientes, com menos consumo de energia e adaptadas à I4.0. Mantendo a senda do crescimento, a empresa investiu igualmente no aumento de capacidade de duas das suas linhas de produção, aumentando assim a sua capacidade máxima em 1,5 milhões de peças/ano. Foram desenvolvidos ainda vários projetos dentro dos ciclos de melhoria contínua que permitiram reduzir perdas de processo, melhorar a qualidade e *output*, ajudando a Ria Stone a reforçar o seu posicionamento enquanto empresa de referência no sector. Em termos de sustentabilidade, a Ria Stone deu mais um importante passo na sua caminhada para a neutralidade carbónica. Para tal, a empresa integrou dois projetos do PRR, uma Agenda Verde denominada "EcoCerâmica e Cristalaria de Portugal" (ECP) e um projeto no âmbito da Descarbonização da Indústria. Ainda que os trabalhos de I&D do ECP se tenham iniciado no último quadrimestre de 2022, o ano de 2023 foi, de facto, o ano de início da realização dos investimentos produtivos ao abrigo deste projeto, nomeadamente do aumento da capacidade de produção de energia, recorrendo a fontes de energia renováveis com base na aquisição de painéis fotovoltaicos. Por sua vez, ao abrigo do projeto de Descarbonização da Indústria encetaram-se os estudos e avaliações de tecnologias conducentes à reconversão dos dois primeiros fornos, os mais antigos da empresa, dotando-os de tecnologia de ponta que permite a utilização do Hidrogénio em substituição do Gás Natural e com isso, alcançar uma redução do seu consumo global em 25%.

A **Cerutil**, num contexto extremamente adverso, conseguiu agregar todas as suas competências e potenciar as capacidades técnicas e humanas internas, focando-se na otimização da sua operação, tendo continuado a promover o bom desempenho da melhoria do fluxo produtivo e aumentado a produtividade e a qualidade. No enquadramento difícil que afetou este mercado, verificou-se uma redução da carteira de encomendas dos projetos de subcontrato, muito resultante da conjuntura económica internacional extremamente adversa, mas a empresa soube reagir e conseguiu manter a atividade com rentabilidade positiva. A Cerutil manteve a sua forte aposta na melhoria contínua, que se afirma cada vez mais como o principal motor/pilar da dinâmica operacional, transversal a todos os setores e a todos os colaboradores da Empresa. Fruto da

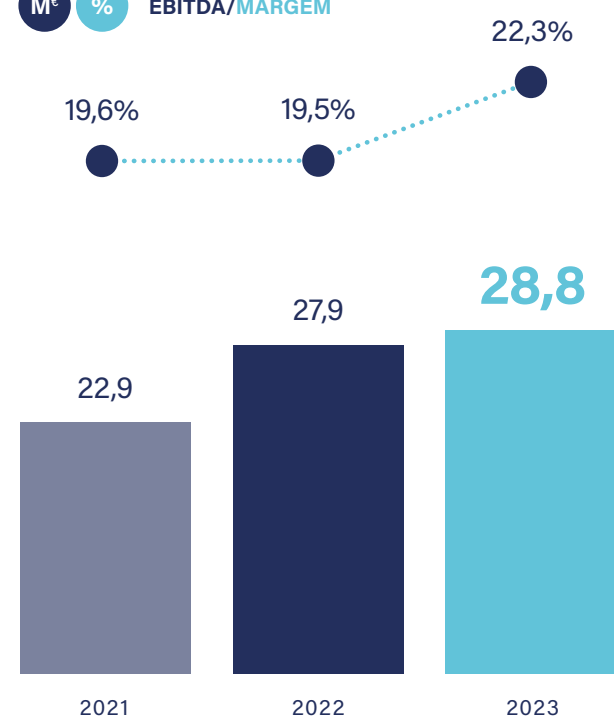
persistência nesta matriz a empresa seguiu os seus clientes, o que permitiu consolidar os principais mercados efetivos de atuação da Cerutil em Itália, EUA, Países Baixos, Bélgica e França. Sempre com os olhos no futuro, a empresa manteve a sua orientação para a inovação e diversificou a sua gama de produtos, nomeadamente no grés de mesa, lançando novas coleções com base em novos modelos e novos vidrados reativos. Esta inovação, que honra o passado sempre criativo da Cerutil, está a criar uma elevada procura por estes novos produtos que já começam a ter atualmente no mercado um lugar relevante, e principalmente nos importantes, pela sua dimensão e visibilidade, segmentos da Hotelaria e Restauração. Neste enquadramento, a empresa conseguiu atingir um volume de negócios no patamar dos 8 milhões de euros.

Cerâmica, Cristal e Vidro

M€ VOLUME DE NEGÓCIOS



M€ % EBITDA/MARGEM





Biocombustíveis e Energia Térmica

A **Pinewells** registou um volume de negócios que superou os 32 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 23%, num ano que ficou marcado por ser um ano de ajuste, em baixa, de preços no setor da energia, área da atuação da Pinewells, na sequência do aumento desproporcional que se tinha verificado em 2022. Em simultâneo, o aumento significativo da inflação trouxe perturbações na atividade da empresa, quer nas condições de venda, mas também nas matérias-primas, subsidiárias e nos materiais de manutenção, que impactaram o desempenho da empresa. Apesar das adversidades e da complexa envolvente que se viveu, a Pinewells concluiu, em 2023, o projeto de investimento na unidade de Arganil, o que permitirá o incremento da sua capacidade produtiva e, em paralelo, garantir a laboração em pleno da unidade do Cercal. Após um ciclo complexo em todo o setor e como planeado, a produção de pellet doméstico, e a presença da Pinewells no mercado nacional de pellet certificado, voltaram a ser uma sólida realidade, tendo sido uma aposta ganha a resiliência que a empresa demonstrou, mantendo a Pinewells no mercado como uma marca de referência e com qualidade reconhecida. Mantendo a forte aposta da Pinewells na qualidade do seu produto e na confiança na marca, e para permitir a expansão da produção do pellet doméstico, foi certificada também a unidade do Cercal no referencial ENplus, abrindo a possibilidade de produção de pellet doméstico também nesta unidade, aumentando assim a capacidade de resposta da Pinewells neste segmento. A estratégia de desenvolvimento de novos mix produtivos, permitiu gerir a matéria-prima disponível para conseguir manter a fábrica a laborar nos níveis da sua capacidade produtiva, mantendo a qualidade, que lhe é reconhecida pelos clientes. A continuidade da guerra na Ucrânia e os efeitos colaterais globais que impactaram também o setor, traduziram-se em alterações significativas na área da energia, pelo que 2023 caracterizou-se também por um

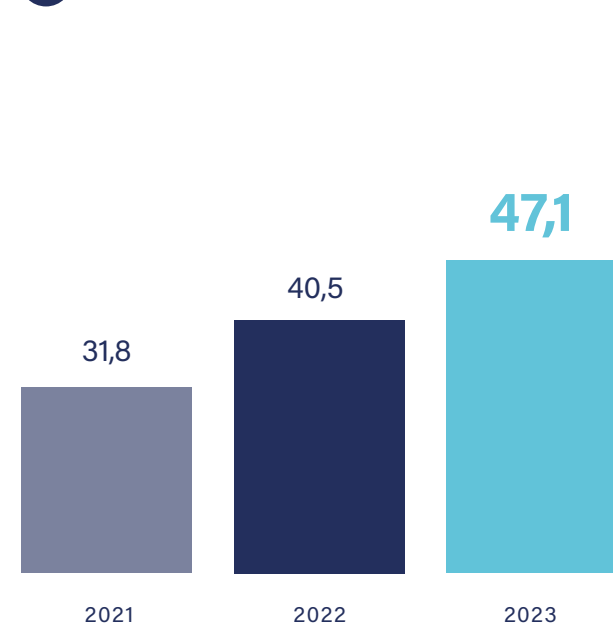
ajuste no preço dos pellets, originando uma diminuição significativa no seu preço de mercado, ajuste esse também verificado nas restantes fontes de energia. Neste complexo contexto, a Pinewells conseguiu consolidar a sua carteira de clientes, e firmou contratos que asseguraram o escoamento de todo o seu produto, tendo um desempenho que lhe permitiu atingir um volume de negócios que se configura como um novo máximo histórico. No que concerne aos mercados externos, há que dar especial ênfase ao comportamento do mercado e às exigências dos clientes de pellet industrial, que se orientam cada vez mais para a procura unicamente de produtos que sejam ambientalmente adequados, socialmente benéficos e economicamente viáveis. Esta garantia é dada através de mecanismos de certificação que garantem a sustentabilidade do produto, sendo que aqui a Pinewells mantém-se na linha da frente, reforçando a sua aposta estratégica neste posicionamento, que mantém desde a primeira hora. Outra aposta perene da empresa é nas competências das suas pessoas, e neste domínio é de realçar mais uma vez o esforço realizado pela Pinewells ao nível da capacitação e desenvolvimento dos seus recursos humanos, para fazer face à realidade produtiva da empresa e ao conseqüente e importante investimento na formação desses recursos. Como corolário de balanço do ano, são ainda de destacar alguns pontos de vital importância para afirmação da marca: A renovação das certificações de qualidade e produto, pelas normas ISO 9001 e ENplus para a unidade de Arganil, e a certificação da unidade do Cercal na ENplus; Manutenção da certificação GGL na unidade de Arganil; Manutenção da certificação SBP e FSC na unidade de Arganil; e ainda a Extensão do âmbito de certificação para a unidade do Cercal nos dois pilares referenciais: Certificação de qualidade, pelas normas ISO 9001 e Certificação SBP e FSC.

A **Ambitermo** atingiu um volume de negócios no patamar dos 13 milhões de euros, representando um crescimento de 11%. O desempenho da empresa reflete o comportamento do mercado, onde o setor da energia continua com forte crescimento e a Ambitermo tem reforçado o seu posicionamento e acompanhado as oportunidades. A par da capacidade técnica e de inovação também a diversidade nos equipamentos fabricados e soluções oferecidas aos clientes permite à Ambitermo uma grande flexibilidade em adaptar-se às solicitações do mercado e às necessidades emergentes. Ao longo do ano de 2023, a Ambitermo dedicou-se com especial atenção a negócios que envolvem a descarbonização principalmente em clientes nacionais, tais como as centrais térmicas, a biomassa residual e as caldeiras elétricas. No entanto, ainda continuaram a registar-se algumas encomendas de caldeiras tradicionais a combustíveis fósseis, gás natural e fuel. Estas opções foram essencialmente induzidas pela descida do preço do gás natural no ano de 2023, enquadramento em que alguns clientes preferiram manter este combustível, aproveitando o facto de estas caldeiras serem mais baratas e terem maior facilidade na operação e manutenção. Por outro lado, nas ilhas dos Açores e da Madeira, não existindo gás natural e não optando por biomassa, o combustível a utilizar continua a ser o fuel. A variada carteira de encomendas da Ambitermo foi ainda completada por equipamentos que permitem a economia de energia, nomeadamente caldeiras de recuperação, economizadores e permutadores de calor. Apesar da tendência dos preços dos combustíveis fósseis esteja a ser no sentido da estabilização, não estando a ser particularmente afetados pela guerra no Médio

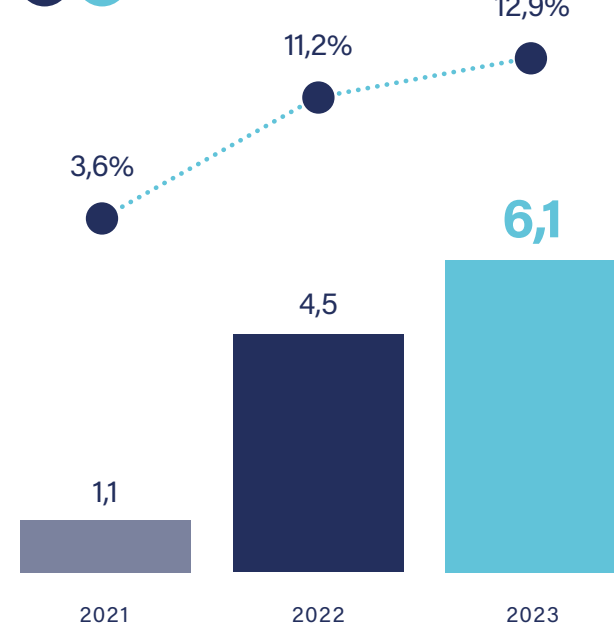
Oriente, nem pelos vários incidentes que aquela provocou no mar Vermelho, a procura de energias alternativas e sustentáveis continua a ser uma forte aposta do mercado em geral e será sem dúvida o caminho do futuro. Neste complexo contexto, a tendência global é a de procurar energia com baixo impacto ambiental, apesar do custo na utilização do gás natural poder ser mais atrativo neste momento. As empresas, muito impulsionadas por uma responsabilização social global e por procura de soluções de maior longevidade, têm apostado na transição energética e preocupam-se, cada vez mais, em produzir os seus produtos com um impacto ambiental mínimo. A Ambitermo, indo de encontro às expectativas e preocupações que os seus clientes manifestam, mantém-se na linha da frente deste setor e continua firmemente empenhada neste conceito, continuando a desenvolver alternativas ou melhorias com novas soluções para as centrais a biomassa. O ano de 2023 foi ainda o ano de conclusão do projeto de investigação e desenvolvimento científico (I&DT), em parceria com entidades empresariais e instituições do sistema científico e tecnológico. Este projeto teve como objetivo o desenvolvimento de um sistema de gaseificação de ciclo combinado que possa ser alimentado com materiais heterogéneos, seja adequado ao processamento de fluxos de resíduos pequenos a médios e assente na reutilização do syngas. O syngas ou gás de síntese é uma mistura combustível de gases que contém hidrogénio (H2) e monóxido de carbono (CO), que resulta da gaseificação daqueles resíduos para produção de energia elétrica e energia térmica, diminuindo o impacto ambiental deste processo e contribuindo para a eficiência e autonomia energética dos gestores de resíduos.

Biocombustíveis e Energia Térmica

M€ VOLUME DE NEGÓCIOS



M€ % EBITDA/MARGEM



Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços*

Indicadores Consolidados

	2023	2022	Var YoY
Volume de negócios	55,9	50,3	11%
EBITDA	14,6	14,6	0%
Margem EBITDA	26,0%	29,1%	-3,1 pp
Resultado operacional recorrente**	2,1	5,7	-63%
Margem operacional	3,8%	11,3%	-7,5 pp
Resultado líquido	-12,1	-3,1	290%
Investimento líquido	13,4	17,0	21%
Dívida	49	43	15%
Inventários	31,7	37,3	-15%
Ativos fixos (incluindo prop. de investimento e <i>goodwill</i>)	510	498	2%

*Não inclui a sociedade Grupo Visabeira, S.A.

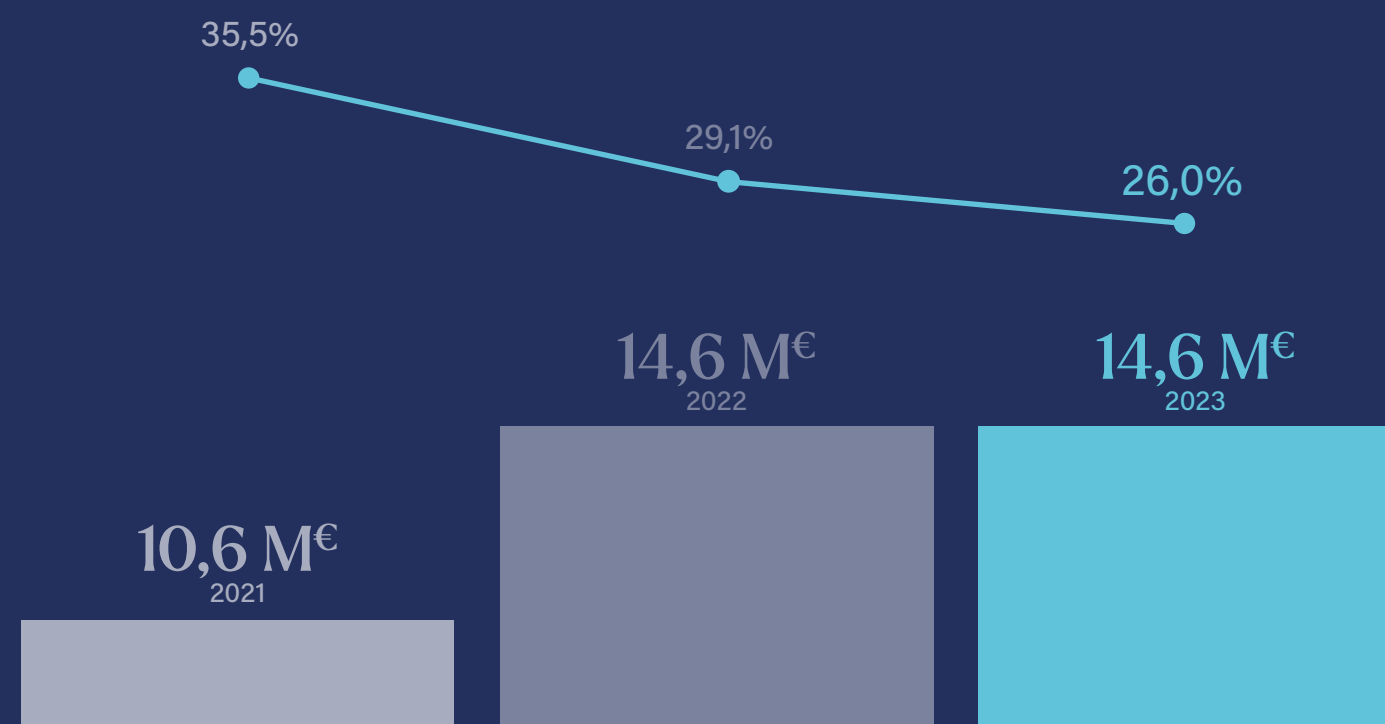
**Resultado operacional excluindo o efeito das variações do justo valor das propriedades de investimento e das provisões

Volume de negócios
55,9 M€

Volume de Negócios



EBITDA e Margem



Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços

A Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços, tem o desígnio, enquanto holding, de materializar a articulação das três áreas em que atua, integrando e maximizando as competências distintivas de cada uma, assegurando a otimização coletiva de recursos e garantindo uma gestão focada e eficaz, que potencia as suas sinergias e complementaridades. A empresa surgiu através da alteração da denominação, em março de 2019, da Visabeira Turismo e é detida em 100% pela holding principal, Grupo Visabeira. A criação desta sub-holding possibilitou a concentração de participações de capital numa matriz coerente e integrada das sociedades com atividades enquadráveis nos setores do turismo, imobiliária e serviços. Esta sub-holding avocou a responsabilidade pela definição da política de gestão a seguir nos vários projetos dinamizados nas suas áreas de intervenção, com destaque para: hotelaria, eventos, restauração, lazer, imobiliária e serviços.

A Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços, assume por inteiro um percurso que tem criado uma oferta integrada de serviços e soluções, que se afirmam pela inovação, complementaridade e qualidade. Na sequência desta estratégia, têm sido lançados empreendimentos turísticos de referência em vários segmentos de mercado, quer em Portugal, quer em Moçambique, visando a criação de massa crítica para sustentar uma oferta turística de qualidade, consistente e diversificada, apelativa para os diferentes segmentos de mercado. Simultaneamente, tem sido dada maior atenção à dinamização das participadas das áreas do imobiliário e serviços, assumindo uma ótica de complementaridade e maximização de sinergias mútuas. Com uma visão estratégica global, a Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços, tem como principal desígnio orientar os seus investimentos no sentido de fomentar uma oferta turística consistente, diversificada, apelativa e de cujas sinergias e complementaridades as diversas unidades possam não só beneficiar e maximizar valor, mas principalmente, potenciar sinergias, fomentando igualmente o desenvolvimento e a dinâmica das suas participadas nas áreas do imobiliário e serviços.

Complementarmente, no setor dos serviços, articula uma múltipla oferta de produtos e serviços ou soluções chave-na-mão, que vão do estudo, desenvolvimento e projetos até aos serviços especializados nos vários domínios empresariais, passando pela assistência e consultoria.

A Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços, no contexto complexo que o setor ainda continua e viver, registou um volume de negócios consolidado de 55,9 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 11% face a 2022, atingindo uma dimensão de 3,5% do volume de negócios do Grupo.

Turismo

O ano de 2023 para o setor do turismo e atividades afins fica marcado pela inversão de um ciclo negativo que atingiu os últimos anos e finalmente parece dar-se início a uma franca recuperação. Na oferta associada à Visabeira Turismo Imobiliária e Serviços, o ano fica marcado pela continuação da estratégia de expansão e enriquecimento da sua oferta turística com a concretização do plano de renovação e melhoria das unidades e com o crescimento da oferta através da abertura de novas unidades.

Na esfera dos **Empreendimentos Turísticos Montebelo**, o ano de 2023 é marcado pela presença da Montebelo Hotels em eventos nacionais e europeus, permitindo a divulgação da marca, bem como a difusão das novas unidades hoteleiras inauguradas e renovadas ao longo do exercício de 2023. Destaque especial para o Montebelo Alcobaça Historic Hotel que recebeu em 2023 o Prémio Nacional de Reabilitação Urbana (PNRU) na categoria de Turismo, atribuído por um júri constituído por personalidades da área académica e profissional. A marca Montebelo sempre se caracterizou por assumir um desígnio de oferta global de alojamento de características diferenciadoras, associando-se à boa gastronomia e a uma proposta enriquecida pelos mais diversos segmentos complementares que vão do lazer ao bem-estar, do desporto aos eventos, da natureza à cultura, integrando uma

oferta única que garantiu uma posição de referência no mercado e o reconhecimento dos clientes. Este reconhecimento está patente nos prémios recebidos pelo Montebelo Viseu Congress Hotel, o Montebelo Palácio dos Melos Viseu Historic Hotel, o Montebelo Indy Maputo Congress Hotel e o Montebelo Girassol Maputo Hotel, unidades distinguidas com o prémio "Expert's Choice 2023", atribuído pelo site Tripexpress. Este prémio analisa aproximadamente cinco mil atrações turísticas à escala global, representando 122 países. As unidades hoteleiras da Visabeira Turismo, em Portugal e em Moçambique, foram distinguidas após uma avaliação feita por profissionais do sector, guias turísticos, revistas e jornais da especialidade. Além do reconhecimento na área da hotelaria, também no setor da produção de vinhos, a Casa da Ínsua somou em 2023 vários prémios ao seu já longo palmarés de títulos e reconhecimentos nacionais e internacionais. O Vinho Tinto Casa da Ínsua Reserva 2017 foi distinguido com uma Tambuladeira de Ouro na nona edição do Concurso de Vinhos do Crédito Agrícola, um certame realizado em conjunto pela instituição bancária com a Associação dos Escanções de Portugal. Conquistou ainda uma medalha de ouro, no âmbito do 30.º Concurso Mundial de Bruxelas, que decorreu em Porec na Croácia, entre 12 e 14 de maio, onde o júri internacional degustou e avaliou 7504 vinhos enviados por milhares de





produtores à escala global. O Vinho Tinto Dão Casa da Ínsua Grande Reserva 2017 foi distinguido com uma grande medalha de Ouro, conquistada no prestigiado concurso “International Wine & Spirits Awards”, organizado pela Catavinum, em Vitória Gasteiz, Espanha. Neste conceituado concurso foram atribuídas à marca mais quatro medalhas de ouro e uma de prata: O júri do concurso premiou com ouro, o Vinho Rosé Casa da Ínsua 2022, o Vinho Encruzado Casa da Ínsua Branco 2022 e Vinho Tinto Casa da Ínsua Reserva 2017. E ainda com a medalha de prata o Vinho Tinto Casa da Ínsua Colheita 2018. Na Alemanha, em Berlim, a Casa da Ínsua esteve também em grande ao ver o Vinho Tinto Grande Reserva 2017 a ser distinguido com o Berliner Gold, no âmbito do 27.º Berlin Wine Trophy. No domínio do segmento da restauração, continua a reforçar a sua evolução e notoriedade nas unidades de prestígio situadas em Viseu e em pleno centro de Lisboa, na maior praça da Europa, o Terreiro do Paço, ou na zona mais histórica, junto ao Castelo de S. Jorge, com a qualidade que os Empreendimentos Turísticos Montebelo promovem e garantem. As demais unidades mostraram uma trajetória geral de crescimento e melhoria face aos anos anteriores, sempre com o foco em prestar o melhor serviço, tanto ao nível de alojamento como dos eventos, superando a imprevisibilidade e os desafios do atual enquadramento. Todas as alterações e melhorias implementadas durante o ano de 2023 tiveram por base garantir a prestação de um serviço melhor e mais diversificado, assente numa rede hoteleira renovada, refrescada, moderna e cada vez mais atrativa.

O ano de 2023 ficou marcado pela abertura em novembro e a inauguração a 4 de dezembro de uma nova unidade hoteleira da cadeia, no coração de Lisboa, o **Montebelo Vista Alegre Lisboa Chiado Hotel**. Em pleno Chiado, o novo hotel fica a um curto e prazeroso passeio a pé até às margens do rio Tejo. Naturalmente, a sua ligação à marca bicentenária Vista Alegre, a sua localização junto à estátua de Eça de Queirós numa zona recheada de história e a proximidade de algumas das principais atrações da cidade, como o Terreiro do Paço, o Príncipe Real e a Baixa Pombalina, fazem deste hotel um lugar preferencial para quem visita Lisboa, oferecendo nas imediações galerias de arte, cafés centenários, museus, teatros, bares, restaurantes e lojas. O Montebelo Vista Alegre Lisboa Chiado Hotel no coração da capital tem também uma localização ideal para partir à descoberta das zonas comerciais e de entretenimento mais icónicas de Lisboa. O Hotel beneficia da cuidada restauração de um edifício histórico, mantendo os seus traços de originalidade, como é apanágio da marca Montebelo Hotels e da sua associação com a marca Vista Alegre. A arte e o sortilégio da marca estão presentes em todos os recantos e pormenores e fazem a simbiose perfeito com um destino turístico único no mundo. A atenção aos detalhes e ao design é evidente em toda a unidade, destacando-se uma grande instalação em porcelana, candeeiros originais Vista Alegre, e várias peças de arte em porcelana pintada à mão, incluindo a numeração dos quartos e a decoração interior de cada quarto, o que faz desta unidade de luxo um dos pontos de referência da cidade.

A unidade está dotada de 58 quartos e suites com uma personalidade muito própria. Um hotel para viver e recordar, um prazer dos sentidos para uma estadia memorável.

Por outro lado, a primeira unidade da cadeia, no Lugar da Vista Alegre, o **Montebelo Vista Alegre Ílhavo Hotel**, aberto em outubro de 2015 e inaugurado em maio de 2016, é uma unidade que conquistou o mercado, um destino também repleto de história, que permite aos clientes usufruir da companhia do antigo bairro operário da Vista Alegre, visitar a Fábrica, o Museu, a Capela setecentista, monumento nacional e demais áreas sociais nela existentes e entretanto remodeladas, numa proximidade fantástica com a Ria de Aveiro em toda a sua plenitude e beleza. O Lugar da Vista Alegre mantém hoje a vitalidade de outras eras, dois séculos volvidos, recuperou a sua vida e enorme atratividade como destino turístico global com um hotel dedicado à porcelana e que integra ainda Palácio da Vista Alegre, Casa dos Mestres Pintores, Bairro da Vista Alegre, Terreiro, Capela, Museu, Teatro, Lojas da Vista Alegre, Loja Bordallo Pinheiro e uma Fábrica totalmente renovada. Uma oferta centrada no cliente, com um serviço de excelência, tornam este Hotel, com presença consolidada na região e no turismo nacional, um destino de eleição para quem visita esta zona do nosso país, ou para quem procura uma experiência inesquecível numa estadia junto à Ria de Aveiro. Montebelo Vista Alegre, associando duas insígnias de referência, a Montebelo na hotelaria, restauração e eventos e a bicentenária Vista Alegre na arte e na porcelana e cristal, consegue o desígnio de criar uma marca que associa a arte da porcelana à arte de bem receber e à arte da gastronomia, que já se consolidou no mercado e na oferta turística e que conquistou o seu público. O universo das empresas dos Empreendimentos Turísticos Montebelo, alcançou um volume de negócios na fasquia dos 20 milhões de euros, crescendo 27%, face ao ano transato. Por seu lado a VAA Empreendimentos Turísticos atingiu o patamar dos 6 milhões de euros correspondendo a um crescimento de 36%. Acrescem ainda os restaurantes de insígnia autónoma que superaram os 3 milhões de euros de volume de atividade. A cadeia Montebelo Hotel & Resorts revigora assim com maior plenitude o seu desígnio, assumido por toda a sua equipa e pelas unidades que integram a sua rede, consubstanciado no seu lema e assinatura: “Enjoy the best”.

Os Empreendimentos Turísticos Montebelo, S.A. integram uma oferta turística diversificada, que agrega hotelaria, restauração, espaços para congressos, golfe e hípico, potenciando as sinergias induzidas pelas restantes valências da Visabeira Turismo. A empresa está estruturada por unidades de negócio, que se apresentam no mercado como empreendimentos autónomos, mas cuja identidade tem como espinha dorsal a capacidade de oferecer produtos complementares e integrados tirando partido das sinergias existentes numa oferta tão vasta, rica e diversificada. Neste enquadramento, os Empreendimentos Turísticos Montebelo disponibilizam uma oferta variada e distintiva que integra, de forma complementar e coordenada, as seguintes principais unidades:

Montebelo Viseu Congress Hotel constitui-se como um pilar central da oferta que a Visabeira Turismo promove no destino Viseu, desde 1994. É uma unidade hoteleira de cinco estrelas, que inclui centro de conferências, SPA e piscinas interior e exterior, encontrando-se especialmente vocacionada para acolher eventos MICE (reuniões, incentivos, convenções e exposições) e possui atrativos singulares para o turismo em geral, de negócios ou de lazer.

Montebelo Golfe é outra valência importante na oferta global da Visabeira Turismo, na área do desporto e lazer. O Montebelo Golfe é um campo de golfe com 27 buracos que, pelas suas características ímpares e excepcional enquadramento paisagístico, é reconhecido como uma marca já firmada no panorama golfista nacional e internacional. Integra ainda uma área para a prática de footgolf. O campo tem como polo central o edifício panorâmico do Club House e um edifício para restaurante e eventos, que se complementam e que se localizam próximos da Academia, bem como das saídas e chegadas dos três percursos que constituem o campo: Caramulo, Estrela e Buçaco.

Centro Hípico Montebelo é um complexo totalmente equipado, com infraestruturas para as mais variadas atividades equestres, bem como toda a logística associada à estada e tratamento de cavalos e, ainda, as valências relacionadas com a aprendizagem e o passeio equestre, reunindo, assim, as condições ideais para a realização das mais importantes ou emblemáticas competições. Além das várias opções contruídas para o alojamento equestre, o empreendimento dispõe de picadeiro coberto, picadeiro de ar livre, paddock, campo de salto olímpico e Clube Hípico. Desde 1 de fevereiro de 2016, esta unidade está arrendada à IPSS – “Associação Hípica e Psicomotora de Viseu”, para realização de atividades equestres associadas àquele objetivo.

Parador Casa da Ínsua - A Casa da Ínsua, localizada em Penalva do Castelo, é um hotel de charme de 5 Estrelas, inaugurado em 29 de julho de 2009. Resulta da conversão de uma casa senhorial, estilo barroco, do século XVIII, mas com origens no século XVI. A Casa da Ínsua, pela harmonia da construção, pela imponência do traçado, pela multiplicidade de campos de interesse que integra e pelos magníficos jardins, está vocacionada para o turismo de lazer e de negócio de elevada qualidade. Desde 15 de outubro de 2015, na sequência da assinatura de um contrato de franchising com o grupo hoteleiro Paradores de Turismo de Espanha, a Casa da Ínsua passou a constituir o primeiro franchising hoteleiro do Grupo Visabeira e do grupo Paradores, bem como a primeira unidade Paradores fora de Espanha. A unidade hoteleira histórica possui: 31 quartos, 3 apartamentos T1 e 2 apartamentos T2; salas históricas e espaços de lazer; museu e vários espaços museológicos; salas de leitura e de jogos; capela seiscentista; adega e sala de provas de vinhos e queijos; loja gourmet; queijaria e doçaria; piscina exterior aquecida; salas e espaços para organização de reuniões e eventos de várias tipologias e, ainda, restaurante e bar. A Casa da Ínsua também desenvolve, paralelamente, a sua atividade em diversas vertentes do sector agrícola e possui o privilégio de estar localizada de molde que integra três regiões Demarcadas com Denominação de Origem: Vinho do Dão, Queijo Serra da Estrela e Maçã Bravo de Esmolfe. A Casa da Ínsua inclui estes três produtos na alargada produção agrícola da sua Quinta, assumindo um importante papel na preservação e divulgação dos produtos endógenos e também na interação desta vertente e das suas atividades com os seus hóspedes.

Hotel Príncipe Perfeito, integrado, desde 2009, na oferta dos Empreendimentos Turísticos Montebelo, e após obras de beneficiação, que lhe permitiram uma reclassificação como Hotel de 4 estrelas, veio a suprir a lacuna de unidades desta categoria, no portfólio da Visabeira Turismo. Esta unidade tem uma localização privilegiada, que agrega uma envolvente natural, e está perto do centro de Viseu e, ao mesmo tempo, do Parque Industrial, além de estar junto à saída para a Serra da Estrela e do principal nó da A25, para acesso à cidade. Graças a este posicionamento estratégico, o Hotel Príncipe Perfeito, assume-se como uma excelente opção enquanto hotel de negócios, mas é também o ponto de partida ideal para quem deseja descobrir a história, a cultura e a gastronomia das Beiras. Recentemente, a unidade hoteleira foi inteiramente renovada, privilegiando o seu enquadramento de hotel jardim, assumindo assim como seu público-alvo quem privilegia o contexto de hotel de relaxamento, terapias holísticas e a calma de se localizar fora do rebuliço do centro da cidade, num enquadramento de natureza, com amplos espaços verdes.

Complexo Desportivo Príncipe Perfeito, espaço de lazer e desporto, anexo ao Hotel Príncipe Perfeito, proporciona uma oferta desportiva ímpar, com atividades ao ar livre e nas suas instalações cobertas. Possui piscina exterior, parque aquático com escorregas, piscina interior, campo de squash, ginásios, academia de golfe, com driving range, pitch and putt e putting green, circuitos e pistas diversas, bar com esplanada e um pavilhão polivalente, onde foi integrado o “JF79 Sports Center”. Este centro desportivo é apadrinhado pelo futebolista João Félix e assegura uma nova oferta desportiva especializada incluindo três campos indoor de padel, dois campos outdoor de relva sintética para futebol, certificados pela FIFA, e ainda equipamento para a prática de teqball.





Hotel Palácio dos Melos, unidade que iniciou a atividade em junho de 2007, como hotel de charme, que está localizado em pleno centro histórico da cidade de Viseu, num edifício integrado no troço da muralha Afonsina, do século XV, incluindo uma das portas da antiga muralha. Muralha que constitui parte integrante das paredes exteriores da unidade e dos terraços do edifício, em que um dos quartos tem acesso privilegiado e exclusivo a uma zona superior da muralha, sobre uma das suas antigas sete portas. Este hotel reforça a oferta dos Empreendimentos Turísticos Montebelo e enriquece igualmente a oferta hoteleira desta região, em unidades de quatro estrelas, com espaços distintivos de qualidade definitivamente superior e que tira partido da sua inserção num centro histórico, particularmente rico em história e onde o próprio edifício do hotel está integrado.

Montebelo Aguieira Lake Resort & Spa, complexo localizado junto à Barragem da Aguieira, entre Viseu e Coimbra, é um aldeamento turístico, que abriu ao público no dia 30 de julho de 2009 e que representa um novo conceito integrado de turismo, lazer e habitação. Desenvolve-se numa área de 35 hectares, engloba 152 habitações de várias tipologias, que variam entre modernos apartamentos e espaçosas vilas, todos com vista panorâmica sobre a envolvente natural e sobre o espelho de água da albufeira. Inclui também um núcleo multiusos, com restaurante, salão de festas, ginásios, SPA e piscinas exterior e interior, ambas aquecidas. Em 2023 este empreendimento foi ampliado com um bloco de unidade hoteleira com 58 quartos todos com varandas com vista para a barragem e com jacuzzi privativo nas duas suites. Foram ainda acrescentadas novas salas e salões e renovados muitos dos apartamentos. A marina, com atividades náuticas à disposição de qualquer visitante, constitui um dos seus principais atrativos, com uma magnífica albufeira e acesso aos rios Mondego, Dão e Criz. O complexo tem-se afirmado no mercado como um excelente centro de treino de canoagem, de nível mundial. Este conceito desportivo que o tem caracterizado é uma importante base da procura de que é alvo principalmente em época baixa, potenciando o extraordinário espelho de água que circunda o empreendimento.

Montebelo Lisbon Downtown Apartments, situado na rua da Prata, em pleno centro da baixa pombalina de Lisboa, ocupa um edifício histórico, fielmente recuperado, em que se privilegiou a genuína traça da arquitetura pombalina, com base na construção suportada na conhecida "gaiola pombalina", e que conserva vestígios visíveis da construção do século XVIII. A marca Montebelo Hotels & Resorts expandiu o seu portefólio, em finais de 2019, com este novo modelo de negócio no setor do turismo, suportado em alojamento local. O edifício de seis andares, revestido a azulejos, datado de 1790, dispõe de 18 apartamentos, tipologia T1 e T2, que foram enriquecidos com elementos decorativos Bordallo Pinheiro. Esta unidade da Montebelo Hotels & Resorts enquadra-se numa das tendências atuais do turismo a nível global, os apartamentos turísticos. A sua vocação, em termos de público, está essencialmente vocacionada para o cliente estrangeiro, sobretudo de Espanha, França e EUA, com uma expectativa de taxa de ocupação elevada, uma vez que tem tudo para oferecer um produto especial, numa localização única.

Montebelo Alcobaça Historic Hotel, ocupa todo o Claustro do Rachadouro, integrado no Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, o único monumento português que vem desde antes da formação de Portugal e que acompanhou toda a história de Portugal até aos nossos dias, mas que agora se reafirma com uma visão de futuro. O edifício que estava em estado de enorme degradação, ganhou desta forma uma nova vida e tornou-se exemplo paradigmático de um excelente exemplo de recuperação do património. O conceito do arquiteto Souto Moura para ressuscitar o vetusto edifício foi inspirado no minimalismo e desapego da vida conventual, limpando o edifício das inúmeras intervenções mais recentes e recuperando o espírito que presidiu às suas vivências durante séculos. Esta visão de arquitetura conseguiu trazer ao de cima o virtuosismo e qualidade de materiais nobres como a pedra, a madeira, as peles, o aço, o betão e o vidro, em perfeito casamento com as seculares raízes do edifício e o irreprensível respeito pelas pré-existências e a história do Mosteiro. Em sintonia com o desígnio de fazer reviver a alma do edifício e garantindo a coerência global do projeto, o mobiliário, candeeiros e complementos do hotel foram desenhados pelo Arquiteto Souto Moura, alguns especificamente para este projeto e fabricados com madeiras e materiais nobres rigorosamente selecionados. Inclui também algumas peças da autoria do arquiteto Siza Vieira. Constitui um destino turístico onde se convive com um excepcional conjunto de peças, de linhas depuradas e elegantes, consonantes com o carácter do edifício e pensadas objetivamente para cada um dos vários espaços da unidade. O edifício está dotado de uma ambiência geral de uma magnitude única, que é enriquecida por recantos e pormenores que delicias qualquer visitante e ilustram bem as diferentes campanhas de obras que fizeram evoluir o edifício ao longo dos séculos. Os apontamentos de pedra nas paredes, os diversos modelos de pilares ou as diferentes abóbadas são apenas alguns dos pormenores que testemunham a evolução da construção e as suas diferentes fases ao longo dos tempos. O claustro pela sua dimensão, um dos maiores no seu género, os monumentais corredores, os quartos com identidade, o magnífico Salão da Biblioteca e o extraordinário espaço da piscina interior, são apenas tópicos que, associados ao conforto e agradabilidade de todas as ambiências, ficam na memória de quem tem o privilégio de usufruir do hotel. Ademais a unidade hoteleira está integrado no vasto edifício que constitui o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, Monumento Nacional e Património Mundial, classificado pela Unesco.

No segmento da **Restauração**, os Empreendimentos Turísticos Montebelo, adicionalmente às unidades integradas nos seus hotéis, detêm uma variada oferta complementar de restauração que inclui, entre outros segmentos, cozinha regional e doçaria tradicional, rodízio à brasileira, cozinha internacional, gastronomia representativa de vários países, pratos típicos de cervejaria, frango à moda da Guia, restauração de sabores italianos, comida moçambicana, sabores sul-americanos, cruzamento de gastronomia peruana com japonesa, numa mescla de sabores do mundo e ainda menus temáticos pastelaria e, ainda, os espaços para eventos. A esta oferta tão diversificada estão associadas marcas como o Forno da Mimi, o Rodízio do Gelo, o Rodízio Real, a Cervejaria Antártida, o Troppo Squisito, o Ponja Nikkei, o Amazônia e os Jardins da Mimi, entre outras.

Imobiliária

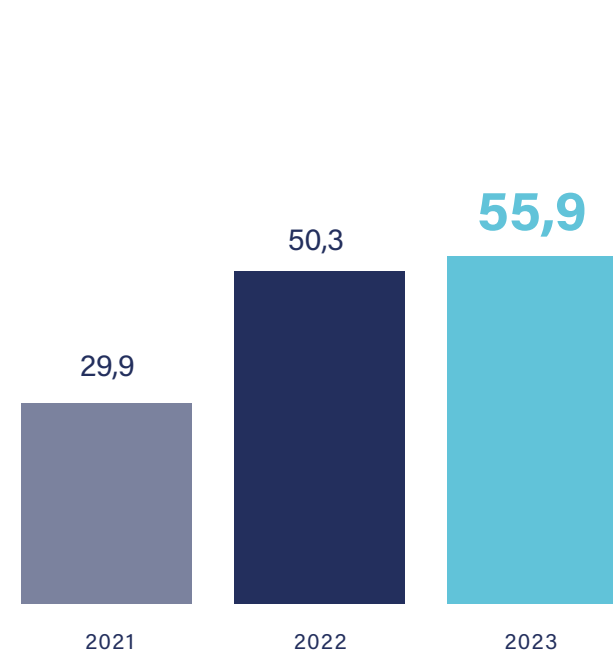
No que respeita à área imobiliária, a empresa, apesar do contexto muito complexo que afetou o setor, conseguiu preservar a sua posição de referência no mercado, pautando-se por dar continuidade à sua estratégia de expansão e alargamento da oferta. Além disso, neste contexto complexo, conseguiu consolidar o reconhecimento generalizado de que possui produto de confiança, com qualidade e estrategicamente bem localizado. A estratégia em 2023 focou-se na apresentação de novos produtos e ao mesmo tempo conseguir reposicionar o mix de atuação minimizando a quota de arrendamentos, face ao objetivo da empresa de maximizar as vendas como objetivo principal. Outro pilar do desempenho da sua atividade foi a forte aposta na insígnia umbrela, a Visahouse, marca que trouxe uma mais-valia na visibilidade e notoriedade da ação da empresa. O posicionamento da marca criou uma perceção mais forte e uma atratividade acrescida para a oferta, nomeadamente pela proactiva divulgação das qualidades e vantagens dos diferentes empreendimentos e produtos a par de uma dinâmica muito positiva criada nas redes sociais e nos vários canais digitais, uma aposta estratégica que se tem provado muito acertada.

Serviços

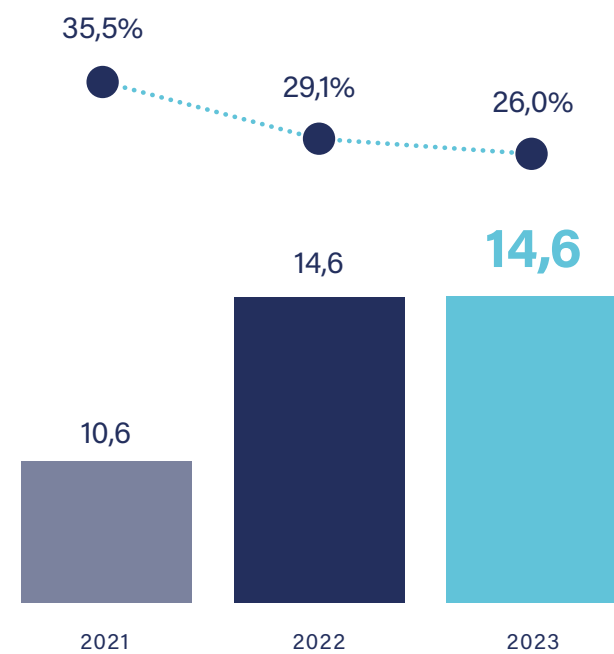
No que concerne à área dos serviços, a atividade manteve o desígnio transversal de oferecer a prestação de um serviço com soluções globais, de qualidade e caracterizado pela excelência do desempenho. A organização reforçou o seu conceito chave de entregar serviços integrados chave-na-mão com um conjunto de competências distintivas bem articuladas e estruturadas à medida das necessidades de cada cliente. Não obstante, e apesar das incertezas que se mantêm, intensificou-se a orientação estratégica de maximização de sinergias que se obtém fruto do posicionamento de empresa de serviços partilhados multidisciplinares. Um posicionamento que é imagem de marca e que a empresa associa globalmente a uma otimização granjeada com a carteira de empresas localizadas nas mais diversas zonas geográficas, base que é garante real da racionalização de recursos, mantendo uma estrutura flexível em que o rigor na ação se mantêm como desígnio e a coloca como uma referência no seu segmento.

Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços

M€ VOLUME DE NEGÓCIOS



M€ % EBITDA/MARGEM



Compromisso com a sociedade



Qualidade, Ambiente e Segurança

A atual emergência climática tem colocado em todas as organizações o desafio e a responsabilidade de integrar estratégias e soluções que minimizem o seu impacto ambiental e que permitam contribuir para a neutralidade carbónica.

O compromisso do Grupo Visabeira para o combate às alterações climáticas ilustra o poder do setor empresarial como veículo de mudança nesta jornada global de ação climática, contribuindo para um futuro sustentável para o planeta.

O Grupo Visabeira atua com com vista a minimizar os consumos energéticos das instalações e da frota e, conseqüentemente, a emissão de gases com efeito de estufa, procurando na melhoria do desempenho ambiental também uma maior eficiência operacional.

Reconhecendo o impacto causado pelas suas atividades ao nível de emissões de gases com efeito de estufa, o Grupo Visabeira tem sido um interveniente ativo, empenhando-se no combate às alterações climáticas. As emissões das principais atividades do Grupo Visabeira são contabilizadas através do cálculo da pegada de carbono e categorizadas em dois âmbitos, conforme definido no protocolo WBCSD GHG - Corporate Standard:

- Scope 1: emissões diretas de GEE decorrentes das operações que pertencem ou são controladas pelo Grupo. Inclui os consumos dos veículos da empresa.

- Scope 2: emissões indiretas de GEE provenientes do consumo de energia (nomeadamente de eletricidade) utilizada nas atividades e instalações do Grupo.

Também ao nível da gestão responsável de recursos, as atividades foram analisadas numa ótica de economia circular, em que o objetivo não foi apenas o tratamento adequado dos resíduos, mas sim definir estratégias para a evitar os resíduos; avaliar as oportunidades existentes para melhorar e tornar os processos mais circulares, com materiais mais duradouros.

De qualquer forma, o encaminhamento dos resíduos para destino final adequado, é fundamental para se reduzir os impactos negativos associados aos resíduos, tendo sido uma preocupação do Grupo Visabeira assegurar esse destino final adequado.

Nesta perspetiva, o Grupo procedeu à identificação de todos os resíduos produzidos no decorrer da sua atividade e estabeleceu como estratégia eliminar ou reduzir os resíduos na fonte, de forma a melhorar o impacto ambiental.

No que concerne à Segurança e Saúde no trabalho, o Grupo Visabeira mantém a perspetiva de uma ótica integrada na dimensão social da sustentabilidade, no desenvolvimento e na certificação dos principais Sistemas de Gestão das empresas, em conjunto com as diversas ações de prevenção da sinistralidade e com a contínua aposta na formação dos colaboradores. Esta política garante uma otimização das condições de trabalho e do desempenho profissional, melhorando de forma sustentada os índices nestas áreas.

Nesse sentido, em 2023 destacam-se um conjunto de atividades, no âmbito da qualidade, ambiente e segurança que se elencam de seguida:

- Elaboração e implementação de Planos de Racionalização Energética para a frota de algumas empresas da Visabeira Global, com definição de objetivos e metas a atingir, permitindo assim uma maior consciencialização dos colaboradores e uma redução dos consumos energéticos;

- Centralização da gestão dos resíduos da Visabeira Global, o que permitiu uma gestão e controlo adequado dos resíduos produzidos, otimizando as deslocações por parte do Operador de resíduos e reduzindo por sua vez os custos associados aos transportes;

- Contínua otimização do sistema de geolocalização nas viaturas, permitindo uma gestão eficiente dos recursos técnicos nas suas atividades diárias. Este sistema representa um contributo importante na sustentabilidade da empresa, uma vez que tem permitido ganhos evidentes quer na vertente económica, quer sobretudo na vertente ambiental;

- Compromisso com a sustentabilidade, através de uma crescente procura de produtos certificados e denominados sustentáveis, dando uma segurança aos clientes de que o produto que está a utilizar é proveniente de fontes sustentáveis e que não coloca em risco vertentes ambientais, sociais ou económicas;

- Otimização do *software* para a monitorização contínua das boas práticas em obra nas áreas da qualidade, ambiente e segurança, através da realização de auditorias e inspeções AQS, com especial ênfase nas áreas da Visabeira Global. Em 2023, foram realizadas cerca de 1500 auditorias na Visabeira Global, utilizando esta plataforma;

- Desenvolvimento da metodologia Kaizen nas empresas, com especial ênfase na indústria cerâmica. Esta metodologia tem permitido, para além dos ganhos de produtividade, uma melhoria no bem-estar dos colaboradores, uma vez que permite também melhorar o seu local de trabalho;

- Melhoria contínua da capacidade de resposta em situações de emergência ambiental, através da realização de exercícios de acidente de natureza ambiental, que permitam uma atuação eficaz por parte dos colaboradores no caso da eventual ocorrência de acidentes de natureza ambiental;

- Consciencialização ambiental na aquisição de equipamentos de trabalho, tendo sido desenvolvidos cadernos de encargos para os principais grupos de materiais e equipamentos, priorizando os que se traduzem em menores impactos ambientais e que simultaneamente permitem garantir a segurança dos utilizadores;

Relativamente à implementação e certificação de sistemas de gestão, 2023 fica marcado pela manutenção da certificação das empresas, de acordo com os referenciais normativos da qualidade (ISO 9001), ambiente (ISO 14001) e segurança (ISO 45001). Neste exercício avançou-se também para a consolidação de novos referenciais normativos em algumas empresas, nomeadamente a ISO 27001, Sistema de Gestão da Segurança da Informação e a ISO 37001, Sistema de gestão Anticorrupção.

Para 2024, o foco ao nível dos sistemas de gestão estará centrado no alargamento das certificações para novas empresas. Pretende-se também a implementação de um Sistema de Gestão da Continuidade do Negócio de acordo com a ISO 22301.

UN Global Compact

Graças a uma postura caracterizada pelo rigor, esforço e transparência, o Grupo Visabeira continua também a orientar esforços para uma atuação alinhada com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com foco nas pessoas, alicerçada em valores, íntegra e inovadora, com o compromisso de apoiar, divulgar e seguir os Objetivos do Milénio, respeitando e promovendo os direitos humanos de todos os cidadãos, diminuindo as desigualdades sociais e os desequilíbrios ambientais das regiões onde atua.

Alinhado com a orientação estratégica anteriormente referida, o Grupo Visabeira enquanto signatário do Global Compact das Nações Unidas, elaborou o seu décimo relatório de Comunicação de Progresso (COP), reafirmando uma vez mais o seu compromisso em continuar a fazer do Pacto Global e dos seus 10 princípios, a base da estratégia, da cultura e das operações diárias da organização.

As Pessoas

No ano de 2023, o Grupo Visabeira manteve o espírito de resiliência e a capacidade de adaptação de toda a sua organização aos novos e exigentes desafios, de molde a adaptar-se proativamente aos continuados reptos e complexos cenários que marcaram este exercício. O ano foi muito marcado pelas restrições económicas provocadas, principalmente, pelos impactos colaterais das guerras no Leste da Europa e no Médio Oriente. Neste contexto complexo têm especial incidência nas atividades da empresa e no dia a dia dos seus profissionais os problemas conexos de abastecimentos, de logística e a crise de materiais. Não esquecendo ainda que, em termos macro, o ano de 2023 foi também bastante condicionado pela fase de atenuação do surto inflacionista que marcou o ano anterior e que criou entraves ao desenvolvimento dos negócios da generalidade das empresas. O Grupo Visabeira, sempre atento ao contexto envolvente e à sua rápida e assertiva adaptação aos crescentes desafios, envolveu toda a equipa na contínua adaptação a esta nova realidade, e focou toda a organização na indispensável adaptação para dar uma resposta adequada e eficaz às necessidades do mercado e dos seus clientes e, simultaneamente, conseguir responder aos diferentes desafios de modo a assumir as suas responsabilidades de *player* principal em setores vitais como as telecomunicações, as energias, as tecnologias, a construção e tantas outras. Motivada por este cenário de grande exigência, toda a organização reforçou a aposta nas suas características identitárias de companhia de multiatividades e pluricontinental, privilegiando a capacitação das pessoas, as suas competências e a sua orientação para os objetivos, como foco primordial da política de recursos humanos. Neste enquadramento foi mantido sempre, como alvo primordial, o constante foco na melhoria contínua, na produtividade e na qualidade do serviço ou produto, com o objetivo permanente de manter como desígnio principal o serviço às pessoas e à sociedade.

As múltiplas e multifacetadas equipas de toda a empresa e cada uma das suas pessoas, nas várias frentes de atividade, empenharam-se em superar os obstáculos e focaram-se em manter como desígnio diário, o objetivo de ir de encontro às necessidades dos clientes e de suplantar as suas expectativas. Nesta nova realidade cada vez mais complexa e desafiante, manteve-se o desígnio individual de cada um

como protagonista essencial do coletivo sempre alinhado com a matriz identitária da marca, sustentada por um triângulo virtuoso, que articula proativamente três vértices fundamentais: i) a qualidade de serviços e produtos; ii) a expansão geográfica das atividades; iii) a dinâmica e rigor de atuação.

O Grupo Visabeira, em toda a sua matriz estrutural, assumiu também harmonizar as novas exigências e os cenários cada vez mais complexos, com o permanente desafio na compaginação de carreiras atrativas e de sucesso, orientadas para resultados individuais e coletivos. No espírito de todos está em primeira linha a eficaz administração do conhecimento, a competente gestão das equipas, a otimização dos recursos, a maximização de sinergias e a eficiente partilha da estratégia e valores da empresa, como pilar essencial para o sucesso de cada um e de todos.

O rumo de sucesso que se vem consolidando motiva todos para a contínua construção de um Grupo que se quer cada vez mais forte e que tem o crescimento sempre como principal desígnio, assumindo como missão primeira da sua gestão articular e envolver todos na promoção das boas práticas e promover a sua correta articulação com a gestão das expectativas profissionais e pessoais de todas e de cada uma das pessoas, com o alinhamento estratégico para a qualidade do desempenho e para o atingimento dos objetivos.

O Grupo Visabeira potencia a experiência consolidada que vem mantendo ao longo das últimas cinco décadas, desde a sua génese no ano de 1980, com a fulgurante evolução tecnológica que sempre integrou em todos os seus níveis, como alavanca fundamental do sucesso alcançado. Esta matriz operacional tem como principais pilares a polivalente capacidade de formação, a capacitação de técnicos e a dinâmica gestão de carreiras, promovendo em unísono oportunidades multissetoriais ao desenvolvimento de carreira de cada um dos seus colaboradores, com eficaz integração no cômputo geral da sua operação.

Como vetor essencial deste contexto deve ser também relevada a característica identidade de companhia multissetorial e transnacional do Grupo que se assume como fator potencial de parcerias com instituições de ensino, escolas técnico-profissionais, universidades e todas as organizações académicas com quem articula e maximiza a promoção das melhores condições de êxito para os jovens recém-formados de molde a desenhar à medida os melhores enquadramentos para a sua profícua integração na vida profissional, assegurando relações *win win* com futuro e potencial de evolução. O Grupo Visabeira, na sua estratégia global, continua a maximizar como principais prioridades, o crescimento, a permanente inovação e a miscigenação da tradição com a novidade, posicionamento que tem como base fundamental equilibrar os objetivos comuns, numa sábia articulação da experiência com sangue novo, de molde que estes processos se complementem e completem de forma harmoniosa para constituir um quadro sólido, competente e motivado, consentâneo com o modelo de expansão do Grupo. Esta articulação é a ferramenta que vem consolidando uma rota de pleno desenvolvimento com desafios cada vez mais ambiciosos, que tem sido o seu paradigma de atuação, num percurso que já vai na sua quinta década de atividade sempre com reconhecido sucesso e que granjeou a confiança dos mercados e das pessoas.

2023 é um ano em que, em conjunto e com irrepreensível espírito de equipa, se bateram de novo máximos históricos nos principais indicadores, comprovando o rigor e a eficiência da gestão e a eficácia da polivalente capacidade de formação e da multifacetada capacitação de técnicos e de equipas plurisectoriais. Como corolário desta intrincada cadeia de valores e diretivas, que é a base de toda a organização, foi fundamental, para o atingimento dos objetivos comuns, a otimização de uma sábia miscigenação da experiência com inovação, sempre pautada por uma plena interiorização dos valores da empresa e da sua missão.

Em termos de balanço, 2023 registou um crescimento de 5,2% no número médio de colaboradores, para os 14306, num ano em que o volume de negócios cresceu 16,4%, dinâmica conseguida num cenário de renovadas e adicionais exigências. Esta evolução do quadro de pessoal, em termos relativos, significativamente inferior à do volume de negócios, é bem demonstrativa da capacidade, competência e motivação com que toda a equipa se empenhou na concretização de um extraordinário nível de desempenho, com toda a estrutura imbuída

do mesmo espírito, sempre com um foco assertivo nos objetivos, o que permitiu o exercício de 2023 no topo dos máximos históricos na generalidade dos principais indicadores e, ao mesmo tempo, dar eficaz resposta às solicitações do mercado neste difícil contexto, assegurando às pessoas e à sociedade os serviços e produtos porque anseiam e necessitam.

Neste contexto e em síntese, o Grupo Visabeira, em 2023, registou um crescimento do seu quadro de pessoal que passou de um total de pessoas de 13.793, em 31 de dezembro de 2022, para 14.295 a 31 de dezembro de 2023, o que representa um acréscimo de 3,6%. Sectorialmente, cada uma das três sub-holdings do Grupo, à mesma referência a 31 de dezembro, registaram um comportamento consentâneo com os seus níveis de atividade: a Global passou de 8.880 para 9.055, ou seja mais 2%; a Indústria passou de 2.876 para 2841, representando um ligeiro decréscimo de 1,2%; e a TIS passou de 2.037 para 2.399, protagonizando um incremento de 17,8%. Rácios que estão em linha com os do ano anterior e que confirmam o comportamento individual de cada um destes segmentos de atividade.

A tabela seguinte espelha a evolução do quadro de pessoal no final de cada ano, com segmentação por sub-holding:

	2023	2022	2021	2020
Visabeira Global	9.055	8.880	8.008	7.592
Visabeira Indústria	2.841	2.876	2.899	2.852
Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços	2.399	2.037	1.800	1.899
TOTAL	14.295	13.793	12.707	12.343

Em conclusão, num ano em que, com imbatível espírito de equipa, atingiu novos máximos e importantes marcos históricos, nos principais indicadores e nos marcos da sua atividade, o Grupo Visabeira congratula-se reconhecidamente porque na base do sucesso alcançado estão, em primeira linha, as pessoas e a capacidade de formação e capacitação de técnicos e de equipas, compaginadas com uma dinâmica gestão das suas carreiras. O Grupo Visabeira, tendo como palavra de ordem “construir o futuro todos os dias”, manterá a prioridade de toda a gestão orientada para promover oportunidades multissetoriais e abrir a cada um dos seus colaboradores o desenvolvimento de uma carreira individual personalizada e focada na sua realização profissional e pessoal. Percurso pessoal que estará sempre associado à entrega total de cada um e de todas as equipas aos ambiciosos desafios assumidos, individual e coletivamente, o que permite conquistar vantagens mútuas e promover a superação dos objetivos comuns como vetor de realização pessoal, reconhecendo profundidade e alcance da sábia frase: “A única maneira de prever o futuro é construí-lo”.

Formação profissional

Os colaboradores desempenham um papel central no Grupo Visabeira e é sua responsabilidade assegurar que têm as condições ideais para executarem as suas funções. O Grupo está empenhado em garantir a satisfação dos seus colaboradores, e ao mesmo tempo, atrair novos talentos com a mesma vontade de vencer.

Com várias unidades de negócio, e com um rigoroso código ético e de conduta que permite alcançar o sucesso na atração e retenção de capital humano, o objetivo do Grupo Visabeira passa pela busca de talento em todas as suas vertentes.

Desta forma, a formação profissional eficaz, objetiva e evolutiva, perspetivando uma qualificação profissional de excelência, é uma das chaves do sucesso das empresas. Assim, a formação profissional pode constituir uma forma de colmatar baixos níveis de produção, resultantes de conhecimentos e competências insuficientes por parte do capital humano.

Paralelamente, num ambiente de crescente globalização dos mercados e externalização das atividades produtivas, associadas a um elevado grau de especialização e de crescente importância do nível de serviço ao cliente, é necessário dotar as empresas de ferramentas que permitam aumentar a competitividade das suas organizações. Neste contexto, é cada vez mais relevante a melhoria do desempenho dos colaboradores de qualquer empresa, em qualquer ramo de negócio, sendo fácil compreender que o desempenho dos profissionais com mais formação, ou experiência, são essenciais para uma organização atingir os seus objetivos e é crítico para o sucesso dos negócios baseados no conhecimento.

No Grupo Visabeira, a formação profissional contínua é uma das mais importantes ferramentas para elevar os níveis de produtividade e rentabilidade, e é essencial para também garantir a permanente atualização dos conhecimentos adquiridos. Além disso, ao manter os profissionais em linha com as mais recentes tendências, legislação, tecnologias e exigências práticas para as suas ocupações profissionais, contribui de forma positiva para a capacidade de inovação, adaptação ou até mesmo para fomentar a interação de grupo entre colaboradores, fatoes estes que se têm revelado verdadeiramente cruciais para as empresas. A entidade formadora Grupo Visabeira, S.A. (certificada pela DGERT desde 2005), tem como clientes privilegiados as empresas do Grupo e ainda os seus prestadores de serviços, sendo a formação ajustada à medida das necessidades de cada empresa. Desta forma, atua em diversas áreas de educação e formação, das quais se destacam as seguintes: Línguas estrangeiras; Enquadramento na organização/empresa; Informática na ótica do utilizador; Eletricidade e energia; Eletrónica e Telecomunicações; Construção civil; Hotelaria e restauração; Tecnologia de proteção do ambiente; Segurança e higiene no trabalho. Em linha com o que se vem a verificar nos últimos anos, em 2023, manteve-se um cenário de crescimento da internacionalização do Grupo Visabeira na área das telecomunicações e energia no mercado europeu, o que se traduziu num incremento do número de ações de formação realizadas, que permitiram responder à necessidade de qualificação de técnicos para esses novos mercados. Estas ações foram realizadas em vários locais de Portugal Continental e Ilhas (concentrando-se a sua grande maioria na Academia de Formação, em Viseu) e também da Europa, com especial relevância em França e Reino Unido e são uma boa base para o sucesso da internacionalização do Grupo e da sua notoriedade nos mercados.

Perspetivando 2024, com o reforço da aposta na internacionalização do Grupo Visabeira na área da engenharia de redes de telecomunicações no mercado europeu, prevê-se que o número de ações de formação a realizar, assim como o número de formandos envolvidos, registre um significativo acréscimo, face ao nível atual, com especial relevância para os mercados da Alemanha, Itália, Reino Unido e Bélgica.

Comunicação

O ano de 2023 foi marcado por uma série de acontecimentos significativos para o Grupo Visabeira, uma das empresas líderes em Portugal e além-fronteiras. Este balanço do clipping destaca não apenas as conquistas tangíveis, mas também o impacto imaterial e a resiliência demonstrada face aos desafios globais.

Ao longo do ano, o Grupo Visabeira continuou a consolidar a sua posição como um *player* influente nos setores em que opera, mantendo um foco incansável na inovação, na sustentabilidade e na criação de valor para todas as partes interessadas.

Resumem-se aqui os principais eventos, realizações e tendências que moldaram o panorama do Grupo Visabeira em 2023, dando assim uma visão abrangente das atividades e do desempenho da empresa durante esse período desafiante.

2023 não fugiu à regra do que tem sido o sucesso e a penetração da informação produzida pelo Grupo Visabeira e pelas suas empresas nos Órgãos de Comunicação Social, sejam os meios tradicionais, sejam os digitais que atualmente geram forte impacto junto dos consumidores. Num contexto geopolítico internacional com contornos que impactam na vida e atividade diária das empresas, o Grupo Visabeira conseguiu demonstrar que, apesar dos tempos adversos e de incertezas, é capaz de criar valor e estabilidade empresarial.

Fruto da sua dispersão geográfica e setores de atividade económica tão diversos como sejam as telecomunicações, energias, turismo, imobiliária, serviços e indústria, o Grupo Visabeira é gerador de informação que faz chegar, quase diariamente aos órgãos de comunicação social. A notoriedade alcançada atualmente fruto das suas mais de quatro décadas de existência permite que todos os comunicados de imprensa que emite sejam alvo de tratamento e difusão jornalística, havendo, igualmente por parte dos meios o interesse em conhecer mais e melhor o percurso e o rumo traçados para esta holding multisetorial e multinacional. Dentro do leque de empresas do universo do Grupo Visabeira, a Vista Alegre e a cadeia Montebelo Hotels são as marcas que mais impacto informativo produzem junto dos jornais, revistas, televisões e web. Relativamente a 2023, e no total do Grupo Visabeira, foram publicadas 5194 notícias com referência às empresas da holding, o que significa um ligeiro aumento relativamente a 2022, ano em que se cifrou com 5008 notícias.

No tocante aos meios de difusão, a prevalência do digital mantém a tendência de crescimento verificada nos períodos anteriores. Assim, do total de 5194 notícias, 3365 foram digitais, 1647 na imprensa escrita, 162 nas estações de televisão e 20 nas estações de rádio. Quanto aos números, que refletem de forma objetiva a penetração informativa, a Vista Alegre foi responsável por 1582 notícias, seguido pelo Grupo Visabeira com 1432; a Montebelo Hotels & Resorts com 727 publicações; a Bordallo Pinheiro com 650; a Visabeira Global com 103; e a Visabeira Indústria com 44 referências.

Mas, se a diferença de publicações relativa a 2022 foi superior em apenas 186 notícias ou referências, já o AAV, *Advertising Average Value*

2. 2023 em Retrospetiva

(valor médio em retorno publicitário), foi de 36.795.238,00, ou seja, mais quase 4 milhões e 597 mil euros, um incremento de mais de 14% comparativamente a 2022.

Os comunicados de imprensa e as iniciativas promovidas ou acolhidas pelas empresas do Grupo Visabeira tiveram destaque na RTP, SIC, TVI, CNN, CMTV, SPORTTV, CENTRO TV e VISEU NOW, entre outros canais televisivos, tradicionais e digitais.

As notícias do Grupo Visabeira e das suas empresas foram publicadas no Expresso, Agência Lusa, Público, Sol, Jornal de Notícias, Diário de Notícias, Correio da Manhã, Jornal de Negócios, Notícias ao Minuto, ECO, OJE, Sapo, Time Out, Dinheiro Vivo, Observador, Vida Económica, Diários de Viseu, Aveiro, Coimbra e Leiria, Diário As Beiras, Jornal do Centro, Via Rápida, Rua Direita, Jornal da Beira, Caras, Caras Decoração, Marketeer, Briefing, Visão, Sábado, Forbes, Exame, Imagens de Marca, Versa Lifestyle, Boa Cama Boa Mesa, Vou Sair, Máxima, Nova Gente, LUX e NIT, entre muitos outros títulos locais, regionais, nacionais e blogs.

As estações de rádio Antena 1, Renascença, Observador, TSF, Rádio Comercial, Rádio Jornal do Centro, Emissora das Beiras e Rádio Terra Nova, entre outras, noticiaram a atividade do Grupo.

Em 2023 foram difundidos cerca de 120 comunicados de imprensa, na esfera global do Grupo Visabeira. Alguns dos temas e momentos que marcaram o ano informativo relativo ao exercício de 2023 do Grupo Visabeira mereceram, pelo seu impacto na vida da empresa ou na economia, destaques especiais nos Órgãos de Comunicação Social. Desde logo, a divulgação em maio de 2023 relativa aos resultados operacionais do Grupo Visabeira em 2022, ainda nesta matéria, a informação enviada à Comunicação Social referente aos resultados do primeiro semestre de 2023 também esteve em grande destaque. A aquisição por parte da Visabeira Construções, empresa que é integralmente detida pela Visabeira Global, da empresa HCI Construções, despertou interesse junto da imprensa nacional ligada à economia. Também a aquisição por parte da Constructel Visabeira da empresa alemã Tavan, da área das telecomunicações e energia, foi notícia nos principais jornais nacionais e regionais.

Em 2023 há, ainda, a considerar com destaque os depoimentos que o Presidente do Conselho de Administração Executivo do Grupo Visabeira concedeu a dois jornais de economia sobre as perspetivas para 2024. Nuno Terras Marques que também esteve em destaque por ter sido distinguido pela Forbes no âmbito da Forbes Annual Summit 2023. Outro dos momentos de 2023 que gerou uma considerável divulgação nos media diz respeito ao Montebelo Vista Alegre Lisboa Chiado Hotel. A sua inauguração no mês de dezembro com a presença do secretário de Estado do Turismo, Nuno Fazenda e do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas, para além de inúmeras outras individualidades, teve ampla cobertura pelos principais jornais e revistas nacionais.

Contudo, mesmo antes da inauguração oficial, a recuperação da antiga sede da Vista Alegre no Chiado e a sua transformação em hotel de 5 estrelas da Montebelo Hotel & Resorts foi amplamente referenciada com reportagens exclusivas em algumas das publicações de referência do setor e mesmo em jornais generalistas. Destaque para o Boa Cama, Boa Mesa do Expresso e da SIC Notícias; Imagens de Marca – SIC Notícias; Vou Sair; Observador; Visão e Correio da Manhã, entre muitos outros. Agregado ao novo hotel, o restaurante Ponja Nikkei, uma das novas referências gastronómicas de Lisboa, despertou igualmente inúmeros artigos noticiosos.

Compromisso com a sociedade

Ainda no âmbito desta sub-holding, a abertura do novo hotel no Montebelo Agueira Lake Resort & Spa, com os seus 58 quartos com vista integral para a albufeira da Barragem da Agueira, foi notícia em inúmeros órgãos nacionais e regionais.

Num ano em que a vertente Turismo esteve em destaque, há ainda a sublinhar a cobertura mediática relativa a três prémios conquistados pelo Montebelo Mosteiro de Alcobça Historic Hotel, todos relativos à recuperação do Claustro do Rachadouro, que com o projeto assinado pelo arquiteto Eduardo Souto Moura deu origem à unidade hoteleira de 5 estrelas. Referimo-nos ao Prémio Nacional de Reabilitação, também conhecido como “Óscares do Imobiliário” do Magazine Imobiliário; ao Prémio Imobiliário do jornal Expresso/BPI e ao Prémio Nacional de Reabilitação Urbana, do Vida Imobiliária.

No que à Vista Alegre diz respeito, o aproximar das comemorações dos 200 anos de vida desta fábrica de porcelana, cristal e vidro, foram nos últimos meses de 2023 alvo de múltiplas notícias dada a longevidade da marca. É disso exemplo a reportagem que saiu no Expresso. Também os resultados operacionais divulgados trimestralmente mereceram referência, nomeadamente nos meios de economia. O lançamento de várias coleções, de que são exemplo como novidade o novo segmento de Home Cosmetics; as novas peças da linha têxtil; The Meaning (coleção que junta a Vista Alegre e a Bordallo Pinheiro) e as peças produzidas em exclusivo para a Jornada Mundial da Juventude, entre outras, estiveram em destaque.

Há ainda a considerar uma longa reportagem da revista Sábado que percorreu os 200 anos de história da Vista Alegre e da família Ferreira Pinto Basto que em 1824 criou esta empresa em Ílhavo.

Os prémios internacionais conquistados por diversas coleções da Vista Alegre nos mais relevantes certames de design, foi outro dos temas mediáticos.

Da Bordallo Pinheiro há a destacar o que foi noticiado relativo ao lançamento da coleção Cloudy Butterflies, assinada por Claudia Schiffer; a coleção Sardinhas by Bordallo, cujo lançamento decorreu com a tradicional sardinhada em Lisboa, e uma longa reportagem na Sapo Lifestyle, dedicada à Bordallo com o título “A fábrica criada pelo homem é liderada por mulheres”.

A tradicional festa em Honra de Nossa Senhora da Penha de França, também conhecida como “Festas da Vista Alegre” patrocinadas pela empresa, com um vasto programa musical, cultural e recreativo oferecido às populações, teve honras de grande destaque informativo. A 25.ª edição da festa OMA – Os Melhores Anos, realizada pelo Grupo Visabeira e que junta, anualmente, cerca de 1000 pessoas de todos os quadrantes da vida do país e de todas as geografias, num mega jantar dançante com música, gastronomia e animação, voltou a ter forte impacto nos meios de comunicação social, o mesmo se tendo verificado relativamente à comemoração do 15.º aniversário do Palácio do Gelo Shopping, em particular ao seu grande desfile de Moda. As iniciativas que um dos maiores centros comerciais do país promove, e são inúmeras ao longo do ano, têm sempre considerável divulgação, nomeadamente pelos OCS locais e regionais. Nota de destaque, ainda, para as diversas medalhas, sobretudo de ouro e de prata, conquistadas no país e no estrangeiro por parte dos Vinhos Casa da Ínsua, uma unidade da Montebelo Hotels & Resorts, considerado como um dos mais antigos produtores de vinho do Dão. Em Moçambique a presença do Grupo Visabeira e de alguma das suas empresas mais representativas, gerou em 2023, um total de 196 notícias a que correspondeu um AAV de 36.330 USD.



Comunicação Interna

Em 2023 a comunicação interna do Grupo Visabeira continuou o caminho de sucesso junto dos seus mais de 14 mil colaboradores, dispondo de algumas ferramentas de comunicação que ajudam a difundir todo o tipo de notícias onde se dá relevo à atividade empresarial quer da holding, quer das largas dezenas de empresas que a integram.

Newsletter *My Visabeira*

Como meio privilegiado de difusão, a Newsletter *My Visabeira*, uma publicação assumida pela Direção de Relações Públicas e Comunicação Institucional, é distribuída aos colaboradores através de correio eletrónico divulgando uma seleção de notícias, suportadas por texto e imagens, que dão nota da atividade empresarial nos países onde o Grupo Visabeira está implantado.

Intranet Corporativa

É, também, através do portal *My Visabeira*, a intranet corporativa, que muita da informação é veiculada. Dispõe de áreas para a colocação do clipping, com as notícias que são emitidas pelos Órgãos de Comunicação Social, bem como para a difusão dos comunicados de imprensa emitidos pelo Grupo Visabeira e as suas empresas. Para além destas duas funcionalidades, também a newsletter digital é alojada para consulta online.

Na intranet *My Visabeira*, os colaboradores têm igualmente acesso a toda a informação relativa aos protocolos que a empresa estabelece com entidades externas com benefícios para os mesmos, bem como os benefícios concedidos pelas empresas que integram o portefólio do Grupo Visabeira. É, igualmente, na intranet que estão publicados os Códigos de Conduta das diversas empresas, abertos para consulta por parte dos colaboradores e outras funcionalidades orgânicas de interesse interno.

Responsabilidade Social

O Grupo Visabeira, ciente do seu papel como agente transformador na sociedade, possui uma política de responsabilidade social robusta, pautada pela ética, transparência e compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Com mais de quatro décadas de atuação nos setores das telecomunicações e energia, construção, indústria e turismo, a empresa entende que a sua responsabilidade vai além dos resultados financeiros, englobando também o bem-estar das comunidades onde está inserido e o respeito pelo meio ambiente.

Uma das vertentes fundamentais da política de responsabilidade social do Grupo Visabeira é o investimento no desenvolvimento das comunidades locais. Por meio de programas e projetos sociais, a empresa pretende contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, promovendo a educação, a cultura, a saúde, o desporto e o empreendedorismo.

Além disso, o Grupo Visabeira valoriza a diversidade e a inclusão, procurando criar oportunidades para grupos minoritários e vulneráveis nas mais diversas geografias onde está presente. Outro aspeto de relevo é o comprometimento com a ética e a integridade nos negócios. A empresa adota padrões rigorosos de governança corporativa, garantindo a transparência e a conformidade com as leis e regulamentos em todas as suas atividades. Além disso, o Grupo

Visabeira valoriza o diálogo aberto e transparente com todas as partes interessadas, promovendo a confiança e o envolvimento com a comunidade, clientes, fornecedores e mais de 14 mil colaboradores. No âmbito da responsabilidade social corporativa, o Grupo Visabeira também se dedica a apoiar iniciativas de voluntariado e filantropia, incentivando os seus colaboradores a envolverem-se em ações sociais e causas relevantes para a comunidade.

Por meio de parcerias com as ONG's (organizações não governamentais) e entidades da sociedade civil, a empresa amplia o impacto positivo das suas iniciativas e contribui para a construção de um mundo mais justo e solidário. Através da constituição da Fundação Visabeira a empresa presta apoio na ação social e educativa ao financiar as duas creches da instituição – Os Infantinhos da Vilabeira e os Infantinhos da Quinta do Bosque. Estas duas creches recebem crianças da malha urbana da cidade de Viseu e das freguesias onde estão implantadas, bem como os filhos dos colaboradores da empresa, permitindo, desta forma a sua frequência com condições preferenciais.

Mantendo a sua política de concessão de benefícios diretos aos milhares de colaboradores das suas empresas, o Grupo Visabeira continuou em 2023 a permitir o acesso a bens e serviços por si comercializados com descontos significativos face ao mercado. Estão neste caso, por exemplo, gozo de férias na cadeia hoteleira Montebelo Hotels & Resorts, refeições no variado leque de restaurantes, a frequência no ginásio ForLife e nos serviços de beleza associados, a aquisição de viagens na sua agência Mundicor, a aquisição de produtos fabricados pelas empresas do Grupo Vista Alegre, entre muitos outros. Também através da celebração de protocolos com dezenas de entidades externas ao próprio Grupo Visabeira, os seus colaboradores têm acesso em condições vantajosas à aquisição de viaturas automóvel de diversas marcas, acesso a serviços de saúde, habitação, crédito, telecomunicações e outros bens considerados essenciais.

Também ao longo do ano, a empresa promove algumas iniciativas destinadas aos seus colaboradores, fomentando o convívio e a troca de experiências no sentido do fortalecimento dos laços afetivos com a própria organização. Referimo-nos à designada "Patuscada de verão" com a qual se assinala o período pré-férias estivais e os convívios de Natal com almoços ou ceias localizados um pouco por todo o país e nos países onde a empresa detém negócios.

Tal como se tem vindo a verificar nos últimos anos, o Grupo Visabeira foi, uma vez mais, sensível aos apelos da sociedade civil, apoiando a Gala da Freguesia de Viseu e a Gala da Associação Viseense dos Bombeiros Voluntários, ambas as iniciativas com o firme propósito da angariação de fundos para ações de caráter solidário e na prestação de socorro às populações, respetivamente.

Na área social, destaque para o protocolo que se mantém entre várias empresas do Grupo Visabeira e a Associação Hípica e Psicomotora de Viseu, uma IPSS instalada no Centro Hípico Montebelo, contribuindo com apoio financeiro mensal para promover a reabilitação e inclusão das pessoas com deficiência, incapacidade e/ou em situação de desvantagem social.

Na vertente desportiva, o Grupo Visabeira e as suas empresas continuaram sensíveis ao apoio solicitado por diversas agremiações da região, apoios a diferentes modalidades escalões etários do Académico de Viseu e Clube Desportivo de Tondela, Viseu 2001, Ténis Clube de Viseu, Termas Óquei Clube e equipas desportivas do ginásio Forlife na modalidade de natação.

No golfe, em 2023, o Grupo Visabeira manteve o apoio concedido ao Clube de Golfe de Viseu cuja sede está localizada no club house do Montebelo Golfe, campo que é o “berço” do clube que fomenta e incrementa o golfe na região centro.

Ainda no que ao desporto diz respeito, o Montebelo Golfe apoiou a realização de inúmeros torneios da modalidade, oferecendo prémios e preços especiais aos praticantes, o mesmo se verificando na modalidade de Footgolf com o grande apoio concedido para o Open de Portugal com mais de trezentos praticantes de 24 nacionalidades. Outras ações integradas na sua vasta Política de Responsabilidade Social estão diretamente relacionadas com o Palácio do Gelo Shopping, um dos maiores centros comerciais de Portugal, que continuou em 2023 a abrir as suas portas a inúmeras entidades sem fins lucrativos para a realização, por exemplo, de peditórios, instalação de exposições-venda, e rastreios na área da saúde e bem-estar, como o fim de semana da saúde ou o apoio à GiroHc.pt – associação de pessoas com pré-diabetes Portugal. Aos clientes e visitantes também foram proporcionadas, em continuação do que já vem sendo tradição, iniciativas diversas como por exemplo, concertos musicais e espetáculos de cariz lúdico e cultural, aconselhamento na área da beleza, e na área alimentar, entre outros. Dias especiais assinalados no calendário – Dia do Pai, da Mãe, dos Namorados, da Mulher ou da Criança não passaram em vão e tiveram a realização de inúmeras ações, o mesmo se tendo verificado na época da Páscoa e do Natal e Ano Novo.

Na colaboração com entidades externas, mas que contribuem para o desenvolvimento sustentado da região, o Palácio do Gelo Shopping apoiou as Cavalhadas de Vildemoinhos, bem como a realização da sexticentenária Feira de S. Mateus.

Uma nota ainda para o apoio que a cadeia Montebelo Hotels & Resorts presta a instituições dos territórios onde as suas unidades estão implementadas em Portugal e em Moçambique.

A título de exemplo, o Montebelo Mosteiro de Alcobaça Historic Hotel estabeleceu um protocolo de apoio ao festival Cistermúsica; à Mostra Internacional de Doces e Licores Conventuais; cedeu espaço para o arranque letivo na região com a presença de mais de 4 centenas de professores e para palestras com envolvimento da comunidade escolar, entre outras iniciativas.

No que diz respeito ao meio ambiente, o Grupo Visabeira adota práticas sustentáveis em todas as suas operações, visando a preservação dos recursos naturais e a redução dos impactos ambientais. Uma das ações neste âmbito da sensibilização ambiental envolveu mais de 700 crianças que no, Palácio do Gelo Shopping, foram alertadas para os problemas ecológicos por via de uma iniciativa designada “SOS Planeta”.

De referir, ainda, que a Arquiled, uma das mais recentes empresas a integrar o Grupo Visabeira apoia, desde 2022, a recolha de sangue no concelho de Mora, criando materiais promocionais e promovendo a divulgação da iniciativa junto dos órgãos de comunicação social e das redes sociais, ajudando à sensibilização e divulgação da dívida benévola de sangue, junto da população do concelho, onde se encontra inserida.

Grupo Vista Alegre Atlantis

A bicentenária Fábrica de Porcelana Vista Alegre, integrada no universo do Grupo Visabeira desde 2009, desenvolve desde a sua fundação em 1824, uma política de responsabilidade social notável. Muito antes do estabelecimento corrente destas práticas, a Vista Alegre foi pioneira em Portugal. Basta recordar que a empresa fundada por José Ferreira Pinto Basto criou habitações para a residência dos seus trabalhadores, creche para os filhos estudarem, escola básica e escola de pintura, teatro, filarmónica, bombeiros, apoio na área da saúde e fomento de atividades culturais, recreativas e sociais. Muitas dessas áreas foram mantidas ao longo das décadas como seja, por exemplo, o caso do Teatro Vista Alegre e o Sporting Clube da Vista Alegre.

No que ao desenvolvimento desportivo diz respeito, a Vista Alegre continua a ser o garante da existência do Sporting Clube da Vista Alegre, coletividade sediada em Ílhavo e que, para além da sua equipa de futebol sénior, que milita nos distritais de Aveiro, tem nas suas escolas de formação um dos grandes pilares do desenvolvimento desportivo e humano dos seus jovens atletas. Prática essa que se aplica não só ao futebol como também ao karaté.

Mas, também o apoio a diversas organizações externas é notado ao longo do ano. Muitas dessas ações estão ligadas ao desporto e ao desenvolvimento e afirmação de diversas modalidades. Exemplo disso é o apoio concedido ao Expresso BPI Golf Cup, com a oferta de troféus, numa competição que todos os anos contempla instituições de Solidariedade Social com a atribuição de verbas resultantes da inscrição nas diversas provas do circuito.

Outra das ações anuais e que se manteve em 2023 foi a oferta de produtos a diversas Instituições sem fins lucrativos. A Vista Alegre entregou peças de louça de mesa e outros bens, alguns destinados a quermesses e outras iniciativas para angariação de fundos, às seguintes entidades: Associação de Arrifana; Agrupamento de Escolas de Eixo; Seminário Maior de Coimbra; Orfeão da Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo; Ordem das Carmelitas Descalças do Funchal; Pais em Rede, núcleo de Aveiro; Associação da Carvalheira; Escola Básica Dr. João Rocha Pais; Escolas de Ílhavo; Associação Novo Futuro, Algés; Associação de Solidariedade Social de Carapinhos e Corticeiro de Baixo; Rancho Folclórico O Arrais: Lar Santa Beatriz, Fátima; Escuteiros de Vagos e ainda para o Bazar Diplomático – mercado solidário.

No âmbito das festas de cariz popular e tradicional, a Vista Alegre promoveu, uma vez mais, as Festas de Nossa Senhora da Penha de França, realizadas anualmente no Lugar da Vista Alegre, em Ílhavo, proporcionando a largos milhares de pessoas momentos de diversão e animação com diversos espetáculos com entrada livre. Estas festas são um marco no concelho ilhavense.

Também a Fábrica de Faianças Bordallo Pinheiro, integrada no Grupo Vista Alegre, manteve em 2023 as ações que fazem parte do seu histórico anual, tendo realizado, em julho, nas instalações da empresa nas Caldas da Rainha, a festa para os colaboradores e familiares diretos, atividade de caráter social e desportivo com as quais foi celebrado mais um aniversário da empresa.

Na época de Natal proporcionou a todos os seus colaboradores a deslocação a Viseu, sede do Grupo Visabeira, com o objetivo de participarem no almoço de Natal que juntou igualmente os colaboradores da Vista Alegre.

Na vertente externa, a Bordallo Pinheiro ofereceu a algumas instituições a designada louça de 2.ª escolha. Foram beneficiadas a Asas de Santo Tirso, a Associação Novo Futuro e a Mama Help.

A Cerutil, outra das empresas do Grupo Vista Alegre, também colocou em prática algumas iniciativas das quais assumem relevo as ofertas de louça de segunda escolha para o Trail do Trabulo, no Sátão e Demo Trail, em Vila Nova de Paiva. Há, ainda, a acrescentar a realização de uma festa na empresa destinada aos colaboradores e familiares diretos, com um lanche/jantar e outras atividades com as quais foram assinalados os 31 anos da fábrica de cerâmica. Outra atividade social diz respeito à participação dos colaboradores no almoço de Natal do Grupo Vista Alegre, realizado em Viseu.

Itália

A empresa IEME, sediada em Itália e pertencente à Constructel Visabeira não ficou indiferente às consequências das fortes inundações e deslizamentos de terra verificados na região de Emília-Romanha, onde está localizada.

Em maio de 2023, esta intempérie terá tirado a vida a 16 pessoas e provocou mais de 23 mil deslocados. Face à ativação do Plano de Emergência Regional, a IEME disponibilizou toda a sua estrutura operacional e humana para auxiliar as pessoas e as zonas afetadas, nomeadamente apoiando nas limpezas e remoção de destroços na zona de Cesena, localidade onde a IEME tem a sua sede. Também para o rápido restabelecimento do fornecimento de energia elétrica às populações, os técnicos da IEME trabalharam durante vários meses em condições particularmente duras ao nível da segurança e de forma ininterrupta.

Outra das ações anuais no que à Política de Responsabilidade Social diz respeito, a IEME continuou em 2023 a apoiar financeiramente duas crianças desprotegidas no continente africano, por via de uma ONG.

São Tomé e Príncipe

A Companhia Santomense de Telecomunicações, em São Tomé e Príncipe, desencadeou inúmeras ações de Responsabilidade Social. Dentro dessa política salientam-se os apoios à 4.ª Corrida Internacional – A Travessia do Hemisfério; a celebração do 70.º aniversário dos Mártires da Liberdade na ilha do Príncipe; o Dia da Mulher; o XI Congresso da Comunidade Médica de Língua Portuguesa; o Campeonato Nacional de Judo; a realização da 23.ª Cimeira da CPLP; a 6.ª edição do São Tomé Fest Film; o Fórum Participativo ProMulher; a segunda edição da Color Run, em parceria com as Nações Unidas e, ainda, o apoio às atividades alusivas ao Dia Mundial da Luta Contra o HIV/Sida.

Moçambique

Presente em Moçambique ao longo de quase quatro décadas, o Grupo Visabeira tem sido um parceiro ativo no desenvolvimento socioeconómico do país estando ao lado das principais causas que visam a promoção do bem-estar das populações. Materializada essencialmente através da TVCABO, a Política de Responsabilidade Social tem um largo espectro de atuação. A TVCABO, em parceria com o centro comercial Baía Mall, em Maputo, proporcionou um Natal cheio de vida e muita alegria aos idosos do Lar Nossa Senhora dos Desamparados, que oferece apoio a uma média mensal de 95 idosos residentes, assegurando as suas necessidades básicas, como alimentação, acomodação, saúde física e mental e higiene, bem como atividades de lazer, culturais e sociais, visando a melhoria da sua qualidade de vida.

A TVCABO Moçambique disponibilizou, uma vez mais, os serviços de Internet ao Espaço Futurando, reforçando, desse modo, a aposta em Moçambique na criação e melhoria das condições de acesso ao mundo da tecnologia, do conhecimento e da investigação. O Espaço Futurando tem como objetivo, aumentar o acesso a uma educação de qualidade por parte de rapazes e raparigas na cidade de Maputo.

A TVCABO celebrou o Dia da Mulher moçambicana de forma alegre e contagiante, tendo contado com a participação de todas as colaboradoras da TVCABO.

A TVCABO apoia financeiramente três pré-escolas da província de Gaza, contribuindo para garantir a mais de 180 crianças desfavorecidas, entre os 3 e os 5 anos, acesso à educação pré-escolar, alimentação diária, professores e material escolar. Relativamente ao serviço de internet, a TVCABO Moçambique melhorou as condições de acesso a todos os utilizadores da biblioteca do Instituto Camões. Também o Centro Cultural Franco-Moçambicano teve por parte da operadora a disponibilização do serviço de internet. Este centro tem como missão incentivar e apoiar a criação moçambicana em todas as suas formas artísticas artes visuais, dança, teatro, cinema e música. Outra instituição beneficiada com o acesso gratuito à internet é a Helpe com o serviço a ser disponibilizado no Espaço Futurando. De referir, ainda, que a TVCABO forneceu os serviços de internet a múltiplos eventos, entre os quais as transmissões do Festival do Índico; do Mega Help 2023 e do concerto de jazz Encounter, entre muitos outros, bem como em inúmeros certames e feiras.

Angola

O compromisso com a responsabilidade social ocupa um lugar cada vez mais importante na agenda da TVCABO Angola. Desde início de 2023, a empresa passou a oferecer mensalmente uma vasta gama de produtos alimentares ao Lar de Nazaré, uma instituição que cuida de crianças em situação de abandono.

No âmbito do outubro Rosa, mês dedicado ao Combate e Prevenção do Cancro da Mama, comemorado mundialmente, a TVCABO Angola, em parceria com a Fundação Mulher, promoveu um conjunto de ações dedicadas ao tema. A Marcha Solidária foi outra das ações apoiadas pela TVCABO que juntou mais de duas mil pessoas.

A TVCABO também integrou o projeto da Rede de Mediatecas de Angola e disponibilizou gratuitamente o serviço de internet em todas as bibliotecas informatizadas e de multimédia de Luanda.

De referir ainda, que a TVCABO Angola e a TVCABO Moçambique proporcionaram aos seus colaboradores a celebração do Natal com festas convívio. Estes são apenas alguns dos muitos exemplos de ações de Responsabilidade Social e Ambiental que são praticadas pelas empresas do Grupo Visabeira nos 18 países onde a empresa portuguesa está a operar.

Perspetivas futuras

As perspetivas futuras estão alinhadas com a continuidade do rumo de crescimento das atividades integrantes do Grupo Visabeira, seja com base na manutenção e reforço das unidades já detidas pelo Grupo pela Inovação e I&D, seja por via da aquisição de novas entidades estratégicas no país e no mundo.

Não obstante o cenário macroeconómico em que o país e o mundo se encontram presentemente, e as adversidades e obstáculos com que o Grupo Visabeira se tem deparado nos últimos anos, o Grupo tem registado níveis de desempenho notáveis os quais pretende manter e até reforçar em determinadas áreas de atividade.

A manutenção dos seus níveis de competitividade, consolidação do seu core business, bem como o alargamento da sua área de atuação nos diversos setores em que atua, tem sido o mote de crescimento do Grupo Visabeira, marcado pela criatividade, dinamismo, ambição e inovação, fatores esses que vão continuar a ser aposta forte para reforçar a sua presença nos mercados nacional e internacionais.

O foco na excelência e um serviço exímio, aliado a produtos de elevada qualidade e prestígio fazem parte da estratégia do Grupo para os próximos anos, como veículo de reforço da sua competitividade e liderança.

Visabeira Global

A Visabeira Global continuará a desenvolver e criar estratégias de negócios, de forma a potenciar as suas diversas competências e o seu dinamismo empreendedor, trunfos endógenos que a caracterizam e distinguem. O foco manter-se-á em ser um dos principais protagonistas nos seus segmentos, operando de forma integrada em cenários cada vez mais globais, expandindo os seus mercados de forma sustentada e perspetivando sempre a liderança nos seus negócios, com especial enfoque, na área das telecomunicações e energia.

A forte aposta na internacionalização manter-se-á como rumo chave, de forma a acompanhar o massivo investimento que os países da Zona Euro estão a efetuar nas redes de telecomunicações, nomeadamente no desenvolvimento das redes de fibra ótica, tirando partido de este ser um dos setores de atividade onde o Grupo Visabeira é um dos pioneiros e um dos principais *players* à escala mundial, com fortes capacidades distintivas e competências específicas, muito fruto da sua experiência consolidada, know-how abrangente e permanente capacidade de inovação.

A Visabeira Global continuará o investimento financeiro em aquisições de empresas, de modo a apoiar a sua expansão e a consolidar a sua forte relação junto dos principais operadores europeus, sendo, ao mesmo tempo, uma alavanca para catapultar ainda mais a marca nos mercados internacionais, onde já hoje tem um reconhecimento generalizado.

A estratégia de expansão continua também focada nas operações nos Estados Unidos da América, um mercado onde se perspetiva o reforço da rota de grande crescimento que o Grupo já ali vem protagonizando e que será reforçada, nomeadamente com a aquisição, em maio de 2024, de uma participação maioritária de 70% de capital social da Verità Telecommunications Corporation (“Verità”), uma empresa com sede no estado do Michigan, que opera nas áreas da engenharia, construção e manutenção de infraestruturas de rede de telecomunicações fixas e móveis na região Centro dos EUA.

Visabeira Indústria

A Visabeira Indústria agrega as competências do Grupo Visabeira no setor industrial em diversas áreas, nomeadamente com fábricas dedicadas ao fabrico e comercialização de peças de cerâmica, cristal e vidro (com as empresas Vista Alegre, Bordallo Pinheiro, Ria Stone, Cerutil), de mobiliário de cozinha (MOB), biocombustíveis orgânicos – pellets (pela empresa Pinewells), caldeiras e sistemas de recuperação de energia e serviços associados (através da Ambitermo). O ano de 2024 vai permitir consolidar os recentes investimentos encetados ao abrigo de projetos de inovação, que permitiram de uma forma geral aumentar a capacidade produtiva de diversas fábricas do grupo dotando-as de processos mais eficientes. Refira-se os projetos da MOB, da Pinewells e da Vista Alegre Atlantis, na sua fábrica sita em Aveiro, concluídos no ano de 2023, que concretizaram um aumento da capacidade produtiva, permitindo que essas fábricas cresçam no ano de 2024.

Paralelamente, a aposta na Descarbonização dos processos produtivos é a missão de toda a indústria Visabeira, seja pela instalação e utilização de sistemas de energia renováveis, mais propriamente centrais fotovoltaicas, seja pela aquisição de equipamentos tecnologicamente mais sustentáveis, nomeadamente fornos híbridos nas indústrias cerâmicas, introdução de sistemas de monitorização assentes em maior automatismo e digitalização para um controlo mais assertivo dos processos produtivos em tempo real. Havendo a necessidade de dar resposta aos desígnios europeus e ao Acordo de Paris, na mitigação das alterações climáticas, pela redução das emissões de CO2 para a atmosfera e utilização de tecnologias de baixo carbono, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) tem por objetivo alavancar a descarbonização do setor industrial e empresarial e promover uma mudança de paradigma na utilização dos recursos. Atendendo à sua responsabilidade e desígnio social, cada fábrica do Grupo Visabeira encetou desta forma projetos de investimento para

a descarbonização, a decorrerem até final de 2025, com o objetivo de incrementar o contributo nacional para uma economia neutra em carbono. A sustentabilidade, a utilização de processos “mais limpos” e a circularidade tornaram-se o mote da indústria do futuro, onde os produtos possam ser valorizados pelo seu impacto ambiental e não apenas pelas suas funcionalidades.

A realização de parcerias com diversos tipos de entidades, desde associações setoriais, entidades do sistema científico a tecnológico, entidades empresariais (fornecedores, clientes, empresas tecnológicas) perspetiva-se também como uma tendência para desenvolver os melhores produtos e reforçar a competitividade da indústria Visabeira.

A participação em projetos do PRR, desde as Agendas Verdes à Descarbonização da Indústria, dos quais todas as cerâmicas do Grupo fazem parte seja em consórcio ou individualmente, é o veículo utilizado para dar resposta à pressão para ajustar os seus processos e transitar para uma economia de maior neutralidade carbónica através da sustentabilidade e circularidade de processos de forma mais eficiente. Saliente-se que o objetivo do Grupo é sempre o de fornecer os produtos mais competitivos que vão ao encontro das necessidades dos seus clientes por forma a posicionar-se como líder no seu setor, sendo reconhecido não só a nível nacional, mas assumindo uma posição de destaque nos mercados internacionais como *player* de relevo.

Em termos financeiros em maio de 2024, a Vista Alegre concluiu com sucesso a organização e montagem de um empréstimo obrigacionista com recurso a uma oferta pública de subscrição (OPS) no montante global de 60 milhões de euros. A referida operação permitiu à VAA diversificar as suas fontes de financiamento, uma vez que este empréstimo obrigacionista foi colocado junto de investidores particulares nacionais. Em junho de 2024 a CR7, SA., detida pelo jogador Cristiano Ronaldo, adquiriu 10% do capital da Vista Alegre Atlantis SGPS.

Esta colaboração entre a Vista Alegre e a CR7, SA. permitirá acelerar o processo de expansão global das marcas no segmento de prestígio/luxo em vários mercados internacionais, nomeadamente na Ásia e no Médio Oriente, tanto no retalho como na hotelaria premium, com qualidade, história, tradição e inovação.

Visabeira Turismo, Imobiliária e Serviços

O Grupo Visabeira está também presente nos setores do Turismo, Imobiliária e Serviços com um leque de empresas variadas, assente na integração e maximização de competências distintivas que promovem uma oferta diversificada.

Tendo o ano de 2023 sido o melhor ano de sempre para o setor do turismo nacional, com um crescimento acima dos valores alcançados no ano de 2019 (ano de pré-pandemia), pode-se perspetivar que os anos vindouros sejam de ainda maior crescimento, com o incremento dos níveis e tendências das populações na realização de viagens, sejam elas internas (nacionais) ou pelo mundo. Portugal é cada vez mais um país reconhecido como destino de eleição, pela diversidade de ecossistemas que abriga, e reforço da promoção do turismo nacional, em várias regiões de norte a sul, nomeadamente no centro do país, indo além dos

destinos mais frequentados de praia e das grandes cidades, valorizando a diversificação de segmentos do setor turístico como o turismo cultural, rural, de natureza, enoturismo, saúde e bem-estar, entre outros. Neste sentido, espera-se que o setor do turismo nacional seja alavancado nos próximos anos com o incremento significativo de turistas no nosso país. Perspetivando-se a consolidação, em 2024, da sua posição de *player* de relevo no setor, a cadeia Montebelo Hotels & Resorts, pretende assumir uma nova fase de crescimento através do incremento dos seus níveis de notoriedade e reconhecimento do serviço que presta aos seus clientes. Tendo o ano de 2023 sido marcado pela abertura de uma nova unidade, o Montebelo Vista Alegre Lisboa Chiado Hotel, que seguramente conquistou um lugar de destaque no cenário hoteleiro lisboeta, perspetiva-se que a oferta turística do Grupo na capital, aporte mais visibilidade e reconhecimento, assumindo uma maior notoriedade com uma oferta ainda mais atrativa para o ano de 2024 e seguintes, até porque Lisboa está na lista das 35 cidades mais atrativas do mundo para o turismo. Em simultâneo, foi também em 2023 que se concluíram os trabalhos de aumento de capacidade da unidade do Montebelo Aguieira Lake Resort & Spa, estando esta unidade agora a laborar em pleno, com mais 30% de unidades de alojamento disponíveis. Destaque ainda para a primeira unidade da cadeia Montebelo, o Montebelo Viseu Congress Hotel que concluiu no ano de 2023 as obras de remodelação e modernização do edifício, dispondo agora de uma unidade renovada e mais adequada ao seu público-alvo. Desta forma, a conclusão de projetos de inovação em algumas unidades de turismo, permitirão que o ano de 2024 se perspetive como um ano de crescimento, com maiores taxas de ocupação e obtenção de feedbacks positivos, que reforçam a qualidade do serviço prestado pela Montebelo Hotels & Resorts. O Grupo dispõe no turismo de um total de nove unidades hoteleiras, nas quais se incluem, além das já referidas, o Montebelo Mosteiro de Alcobaça Histórico Hotel, Montebelo Vista Alegre Ílhavo Hotel, Montebelo Palácio dos Melos Viseu Histórico Hotel, Montebelo Príncipe Perfeito Viseu Garden Hotel, Montebelo Lisbon Downtown Apartments e Parador Casa da Ínsua.

Adicionalmente prevê-se a aquisição de novas unidades e desenvolvimento de parcerias que permitam fortalecer a presença da marca Montebelo Hotels & Resort no país, reforçando o posicionamento das unidades Montebelo a nível nacional. A prestação de serviços de excelência que se pauta pelo rigor e respeito é apanágio do Grupo Visabeira, pelo que o turismo é e vai continuar a ser, uma aposta do Grupo.

De referir ainda a presença do Grupo Visabeira no setor do turismo de Moçambique com cinco unidades hoteleiras, as quais também contribuem decisivamente para o crescimento deste setor. Por sua vez, ao nível da imobiliária perspetiva-se um crescimento na rentabilidade do setor. E no que respeita aos serviços mantém-se o destaque para a Visabeira Investigação & Desenvolvimento (VID) uma nova área tecnológica com relevo no Grupo e que tem como objetivo incrementar os níveis de competitividade das várias empresas do universo Visabeira, promovendo serviços ao nível das novas tecnologias, com o desenvolvimento de soluções no âmbito das indústrias 4.0 e das TIC, com uma atuação transversal nos setores da indústria, turismo e telecomunicações.

Anexo ao relatório do Conselho de Administração



Nos termos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detêm ações da Sociedade. A identificação de acionistas é a seguinte:

Acionista/membro dos órgãos sociais

Acionista/membro dos órgãos sociais	Número de ações em 31 de dezembro de 2023	%	Número de ações em 31 de dezembro de 2022	%	Movimentos em 2023
Fernando Campos Nunes	22 974 443	98,57%	22 974 443	98,57%	0
TOTAL	22 974 443	98,57%	22 974 443	98,57%	0

Viseu, 14 de junho de 2024

O Contabilista Certificado

Claudia Raquel Costa do Amaral Lourenço

O Conselho de Administração

Nuno Teves Raquel

Alfopes

Fernando Campos Nunes

Fernando Campos Nunes

Fernando Campos Nunes


```
... = modifier_ob.  
... mirror object to mirror  
... mirror_mod.mirror_object  
... operation == "MIRROR_X":  
... mirror_mod.use_x = True  
... mirror_mod.use_y = False  
... mirror_mod.use_z = False  
... operation == "MIRROR_Y":  
... mirror_mod.use_x = False  
... mirror_mod.use_y = True  
... mirror_mod.use_z = False  
... operation == "MIRROR_Z":  
... mirror_mod.use_x = False  
... mirror_mod.use_y = False  
... mirror_mod.use_z = True  
  
... selection at the end -add  
... mirror_ob.select= 1  
... modifier_ob.select=1  
... context.scene.objects.active  
... ("Selected" + str(modifier_ob.  
... mirror_ob.select = 0  
... bpy.context.selected_object  
... data.objects[one.name].select  
  
... print("please select exactly  
  
... OPERATOR CLASSES ----  
  
... types.Operator):  
... X mirror to the selected  
... object.mirror_mirror_x"  
... mirror X"  
  
... context):  
... context.active_object is not
```

Documentos de prestação das contas consolidadas

03

Demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração consolidada dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

	Notas	2023	2022
Operações continuadas			
Vendas		235.159.050	222.113.793
Prestações de serviços		1.455.180.754	1.229.658.980
Volume de negócios	10	1.690.339.804	1.451.772.773
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	26	-261.584.336	-209.419.749
Subcontratos	13	-595.646.611	-525.170.546
Margem bruta		833.108.857	717.182.478
Operações descontinuadas			
Trabalhos para a própria empresa	11	1.704.653	705.326
Outros proveitos	12	31.441.209	34.584.320
Fornecimentos e serviços externos	13	-234.013.871	-188.364.669
Gastos com o pessoal	14	-384.458.700	-335.461.836
Outros custos	12	-14.139.554	-19.017.102
Resultado operacional (s/ amortizações, provisões e justo valor de propriedades de investimento)		233.642.594	209.628.517
Operações descontinuadas			
Alteração do justo valor de propriedades de investimento	24	-5.326.427	4.964.752
Depreciações e amortizações	15	-98.893.933	-103.453.408
Provisões e perdas por imparidade	16	-6.054.685	-6.624.558
Resultado operacional		123.367.549	104.515.303
Operações descontinuadas			
Juros suportados, líquidos	17	-57.714.828	-38.792.855
Ganhos/(perdas) em ações cotadas	18	301.392	12.950
Outros custos financeiros, líquidos	19	-8.352.878	6.786.465
Ganhos/(perdas) em associadas e empreendimentos conjuntos	6	-264.755	-1.650.496
Resultado financeiro		-66.031.068	-33.643.935
Resultado antes de imposto		57.336.481	70.871.367
Operações descontinuadas			
Imposto sobre o rendimento corrente	20	-27.646.147	-19.232.675
Imposto sobre o rendimento diferido	20	7.300.627	-5.374.710
Imposto sobre o rendimento do exercício		-20.345.521	-24.607.385
Resultado líquido antes de operações descontinuadas		36.990.960	46.263.982
Operações descontinuadas			
Resultado líquido		36.990.960	46.263.982
Atribuível:			
Acionistas		24.076.022	31.451.113
Interesses que não controlam	34	12.914.938	14.812.870
Resultados por ação Operações continuadas:			
Básico	32	1,03	1,35
Diluído	32	1,03	1,35

As notas fazem parte integrante desta demonstração dos resultados consolidados

Demonstração consolidada do rendimento integral

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

	Notas	2023	2022
Resultado líquido consolidado do período (a)		36.990.960	46.263.982
Outro rendimento integral:			
Quantias que irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados			
Ajustamentos conversão cambial			
Conversão de operações em moeda estrangeira		-29.306.348	14.488.412
Conversão de operações em moeda estrangeira - relativas à hiperinflação em Angola em exercícios anteriores	2,2	-10.330.061	3.612.298
Efeito fiscal	20	3.615.521	-1.264.304
Contabilidade de cobertura de instrumentos financeiros	39	25.518	-11.958
Efeito fiscal	39	-5.359	2.511
Outros		51.225	224.053
Quantias que não irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados			
Ganhos/(perdas) atuariais em benefícios de reforma	41	-375.890	-143.958
Efeito fiscal	41	84.575	30.231
Variação da reserva do justo valor de outros investimentos financeiros	71	-115.204	-205.784
Efeito fiscal	71	24.193	43.215
Conversão de operações em moeda estrangeira - reavaliação de ativos	21	-72.917.623	48.165.989
Efeito fiscal	20	25.515.103	-16.734.191
Imparidade de ativos fixos tangíveis reavaliados	21	-68.867	-29.385.706
Efeito fiscal	20	22.038	9.845.261
Outro rendimento integral do período (b):		-83.781.179	28.666.068
Rendimento integral total do período (a) + (b)		-46.790.219	74.930.050
Rendimento integral total atribuível a:			
Rendimento integral total atribuível a:			
Interesses que não controlam		-17.470.732	25.039.605
Acionistas		-29.319.487	49.890.445

As notas fazem parte integrante desta demonstração consolidada de rendimento integral

Demonstração da posição financeira consolidada

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

	Notas	2023	2022
ATIVO			
Ativos não correntes			
Ativos tangíveis	21	727.533.176	762.165.068
Ativos sob direito de uso	22	93.014.548	81.453.520
<i>Goodwill</i>	23	297.740.726	192.240.162
Propriedades de investimento	24	299.299.646	305.754.119
Ativos intangíveis	25	119.159.425	103.550.988
Investimentos em empresas associadas e empreendimentos conjuntos	6	12.140.080	27.525.922
Outros investimentos financeiros	7	4.906.305	8.164.473
Ativos por impostos diferidos	20	45.271.307	36.134.620
Outras contas a receber	29	2.364.664	2.251.540
Total de ativos não correntes		1.601.429.877	1.519.240.413
Ativos correntes			
Inventários	26	181.800.447	158.492.807
Clientes	27	241.184.225	207.488.695
Imposto sobre o rendimento	28	0	2.393.894
Outras contas a receber	29	47.864.812	32.850.980
Outros ativos	29	18.489.601	18.221.294
Ativos associados a contratos com clientes	10	185.144.762	190.626.422
Outros investimentos financeiros	7	697.577	391.952
Caixa e equivalentes de caixa	30	173.759.694	198.719.972
Total de ativos correntes		848.941.117	809.186.016
Total do ativo		2.450.370.994	2.328.426.430
Capital próprio			
Capital	31	116.540.215	116.540.215
Prêmios de emissão de ações	31	47.292.404	47.292.404
Outros instrumentos de capital próprio	31	23.600.000	0
Outras reservas	33	-17.117.481	35.296.714
Resultados retidos	33	254.807.620	258.459.472
Capital próprio atribuível aos acionistas		425.122.757	457.588.805
Interesses que não controlam	34	190.130.787	231.058.640
Total do capital próprio		615.253.544	688.647.444
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Empréstimos remunerados de médio e longo prazo	35	553.004.707	411.002.498
Outras contas a pagar	37	112.695.090	105.633.290
Passivos por impostos diferidos	20	149.064.666	177.386.166
Provisões para outros riscos e encargos	41	8.668.334	8.143.887
Passivos de locação	38	49.459.330	46.650.038
Total do passivo não corrente		872.892.127	748.815.879
Passivo corrente			
Empréstimos remunerados de curto prazo	35	281.938.993	305.054.756
Fornecedores	36	261.955.263	225.867.283
Imposto sobre o rendimento	28	4.342.568	0
Passivos associados a contratos com clientes	10	89.002.915	66.919.206
Outras contas a pagar	37	165.092.058	157.966.077
Outros passivos	37	121.282.327	102.730.156
Passivos de locação	38	38.611.200	32.425.630
Total do passivo corrente		962.225.323	890.963.107
Total do passivo		1.835.117.450	1.639.778.985
Total do capital próprio e do passivo		2.450.370.994	2.328.426.430

As notas fazem parte integrante desta demonstração da posição financeira consolidada

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

	Capital (Nota 31)	Outros Instrumentos de Capital Próprio (Nota 31)	Prêmios de emissão (Nota 31)	Reserva de justo valor de ativos financeiros (Nota 33)	Reserva de conversão cambial (Nota 33)	Resultados retidos e outras reservas (nota 33)	Subtotal	Interesses que não controlam (Nota34)	Total do capital próprio
A 1 de janeiro de 2022	116.540.215	0	47.292.404	-2.338.194	-133.722.301	299.132.090	326.904.213	157.256.209	484.160.422
Rendimento integral do período	0	0	0	-205.784	28.505.930	21.590.299	49.890.445	25.039.605	74.930.050
Operações com detentores de capital									
Dividendos distribuídos	0	0	0	0	0	-31.893.760	-31.893.760	-54.351	-31.948.110
Aquisições, alienações e aumentos de capital	0	0	0	0	0	112.687.907	112.687.907	48.817.176	161.505.083
A 31 de dezembro de 2022	116.540.215	0	47.292.404	-2.543.978	-105.216.371	401.516.536	457.588.805	231.058.640	688.647.444
A 1 de janeiro de 2023	116.540.215	0	47.292.404	-2.543.978	-105.216.371	401.516.536	457.588.805	231.058.640	688.647.444
Rendimento integral do período	0	0	0	-115.204	-55.027.544	25.823.261	-29.319.487	-17.470.732	-46.790.219
Operações com detentores de capital									
Dividendos distribuídos	0	0	0	0	0	-27.000.000	-27.000.000	-2.190.705	-29.190.705
Aquisições, alienações e aumentos de capital	0	23.600.000	0	0	0	253.440	23.853.440	-21.266.416	2.587.024
A 31 de dezembro de 2023	116.540.215	23.600.000	47.292.404	-2.659.183	-160.243.916	400.593.237	425.122.757	190.130.787	615.253.544

As notas fazem parte integrante desta demonstração consolidada das alterações no capital próprio

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	1.949.925.911	1.646.459.796
Pagamentos a fornecedores	-1.348.298.942	-1.122.114.967
Pagamentos ao pessoal	-380.349.354	-334.483.089
Fluxo gerado pelas operações	221.277.615	189.861.740
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-21.189.869	-17.456.456
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade	-1.102.938	-912.642
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias	198.984.808	171.492.643
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)	198.984.808	171.492.643
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	0	674.258
Subsídios ao investimento	11.999.558	2.981.889
Juros e proveitos similares	0	97.298
Empréstimos concedidos a acionistas (Nota 29.1)	150.000	5.827.702
	12.149.558	9.581.146
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	0	-1.027.500
Aquisições de subsidiárias, líquido de caixa adquirido	-95.629.618	-64.949.182
Ativos fixos tangíveis	-88.730.873	-77.226.079
Empréstimos concedidos (Nota 29.1)	-2.190.705	0
Empréstimos concedidos a acionistas (Nota 29.1)	-18.810.000	-30.565.000
	-205.361.196	-173.767.760
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)	-193.211.638	-164.186.614
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos (Nota 35)	724.497.262	345.989.629
Aumentos de capital por interesses que não controlam	0	201.267.496
	724.497.262	547.257.126
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos (Nota 35)	-624.412.218	-385.332.192
Amortizações de contratos de locação (Nota 38)	-41.616.173	-33.192.221
Juros e custos similares	-73.445.100	-47.107.636
Custos transação	0	-5.273.116
Outras operações de financiamento	-7.276.372	-4.860.943
	-746.749.863	-475.766.109
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)	-22.252.600	71.491.016
Variação de caixa e equivalentes de caixa (1) + (2) + (3)	-16.479.430	78.797.044
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	194.570.057	114.981.462
Efeitos das diferenças de câmbio	-5.530.446	791.551
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	172.560.181	194.570.057

Anexo à Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

	2023	2022
1. AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE EMPRESAS		
a1) Pagamentos relativos a aquisições do exercício líquido de caixa adquirido (nota 8)		
TAVAN	55.500.000	0
HCI	24.500.000	0
TV CABO MOÇAMBIQUE	8.397.343	0
O+M	6.148.667	0
ARQUILED	2.297.970	0
TELEVISA	1.808.616	0
AEROPROTECHNICK	1.320.000	0
OBELISK	0	15.312.986
ELEKTRO-WÜRKNER	0	14.784.979
INPOWER	0	3.894.500
MJQUINN SOLAR	0	1.102.446
B1) Caixa Adquirido		
HCI	-28.891.813	0
O+M	-1.221.397	0
JAYME DA COSTA	-804.251	0
ARQUILED	-72.713	0
OBELISK	0	-1.540.571
ELEKTRO-WÜRKNER	0	-1.117.550
INPOWER	0	-1.002.997
MJQUINN SOLAR	0	-293.727
B1) Pagamentos Relativos A Aquisições De Exercícios Anteriores		
CUNHA SOARES & FILHOS	14.768.804	4.000.000
ELEKTRO-WÜRKNER	3.620.184	0
FACIM	2.663.785	0
OMVNATIE	1.747.986	1.868.929
EIP SERVIÇOS/TENSA/J.F.EDWARDS	1.557.999	15.506.798
INPOWER	900.000	0
MJQ SOLAR	478.004	134.483
MJQUINN	449.855	5.594.346
OBELISK	280.580	0
ESCOT MARROC	180.000	520.000
FRANZ-JOSEF BRAUN	0	2.383.113
CONSTELLATION	0	924.418
TOFT HANSEN	0	134.483
C1) Pagamentos Relativos A Aquisições Futuras (Nota 7)		
ARQUILED	0	2.877.030
	95.629.618	64.949.182
D1) Pagamentos Relativos A Investimentos Financeiros		
JAYME DA COSTA	0	500.000
LINCE CAPITAL	0	500.000
IBERIS	0	27.500
	0	1.027.500
A2) Alienações/Recebimento No Exercício Corrente		
PHAROL	0	74.248
	0	74.248
2. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Para as empresas do perímetro de consolidação		
a) Caixa		
Numerário	2.073.049	201.083
Depósitos bancários	170.342.029	190.970.539
Títulos negociáveis	145.093	3.398.435
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxo de caixa	172.560.181	194.570.057
Descobertos bancários	1.199.513	4.149.915
Caixa e equivalentes de caixa constantes do balanço (Nota 30)	173.759.694	198.719.972

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 (montantes expressos em euros)

1. Nota introdutória

O Grupo Visabeira, SA, com sede em Viseu, Portugal, iniciou a sua atividade em 1980, no setor das telecomunicações e da eletricidade. Com sede em Viseu e fruto de uma aposta concertada nos recursos humanos, num sistema integrado de informação e logística, numa rede própria de transportes e num parque de instalações estrategicamente localizadas, o Grupo rapidamente estendeu a sua atuação a todo o território nacional e transformou-se no maior empregador da região centro do país. O seu contributo para a modernização e desenvolvimento das telecomunicações, através da oferta de soluções integradas e globais, granjeou-lhe a liderança de mercado no setor da engenharia de redes de telecomunicações, posição que mantém há quatro décadas. Apostando na diversificação das suas atividades, Telecomunicações, Energia, Tecnologias, Construção, Indústria, Turismo, Imobiliária e Serviços, bem como na presença em diversos mercados, adotou uma estratégia de estruturação das suas operações em sub-holdings setoriais, de forma a potenciar cada um dos seus negócios e a dinamizar a capacidade de realização do Grupo.

O motor da sua estratégia de desenvolvimento assenta num modelo de gestão baseado em sistemas de informação globais, interligando todas as unidades de negócios e integrando todas as valências do Grupo. Tendo por base a confiança granjeada no mercado, definiu e consolidou uma arrojada estratégia de internacionalização que consolidou as capacidades e a dinâmica do Grupo em duas frentes paralelas.

Por um lado, expandiu e consolidou o seu modelo de atuação em novos países como extensão natural dos mercados e em países de economias emergentes, através de uma política de investimento em parceria ou de criação de empresas locais. Apostando, numa primeira fase, nos países de expressão portuguesa e, mais tarde, com grande foco nos países europeus, o Grupo exportou o seu modelo a partir da década de 80 e, fruto dessa estratégia, detém hoje empresas com atividades consolidadas em França, no Reino Unido, na Bélgica, na Alemanha, em Itália, na República da Irlanda, na Dinamarca e ainda nos Estados Unidos da América, em Angola, em Moçambique, e São Tomé e Príncipe, com presença em muitos outros países. Através da internacionalização dos seus mercados, o Grupo promoveu a colocação dos seus produtos em mais de uma centena de países, nos cinco continentes, entre os quais assumem particular relevo os mercados da União Europeia, países escandinavos, América do Norte, África, Austrália e Japão.

Presentemente, pela via do investimento, o Grupo Visabeira continua a ter no seu crescimento externo a principal via de desenvolvimento, alavancada pela sua matriz multissetorial e por uma atitude de constante atualização tecnológica. O Grupo Visabeira continuará a potenciar as suas competências distintivas e o dinamismo

empreendedor que o caracterizam, operará de forma integrada em cenários cada vez mais globais, expandindo os seus mercados de forma sustentada e perspetivando sempre a liderança nos seus negócios estratégicos.

O Grupo Visabeira consolida as suas contas na entidade NCFGest, S.A., acionista maioritária e detida a 100% por Fernando Campos Nunes. Em 31 de dezembro de 2023, o volume de negócios atingiu o valor de 1.690 milhões de euros. O capital próprio atingiu o montante de 615 milhões de euros, dos quais 190 milhões de euros correspondem a interesses não controlados pelo Grupo.

O Grupo Visabeira teve ao seu serviço, durante 2023, um número médio de 14.306 colaboradores (2022: 13.605). No final do ano, o número de colaboradores era de 14.151.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão em reunião de Conselho de Administração Executivo, realizada em 14 de junho de 2024, estando pendentes de aprovação pela Assembleia-Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal. O Conselho de Administração Executivo entende que as demonstrações financeiras vão ser aprovadas sem quaisquer modificações.

2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas materiais utilizadas na determinação dos resultados do exercício e na apresentação da posição financeira são as seguintes:

2.1 Bases de preparação

De acordo com o Dec. Lei nº35/2005, de 17 de fevereiro, posteriormente alterado pelo Dec. Lei nº98/2015 de 2 de junho, o qual transpôs para a legislação portuguesa as disposições do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002, estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), adotadas pela UE, em vigor em 1 de janeiro de 2023. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 5), mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites nas respetivas jurisdições e ajustados, no processo de consolidação e quando aplicável, de modo a

que as demonstrações financeiras consolidadas sejam apresentadas de acordo com as IAS/IFRS.

O Conselho de Administração Executivo procedeu à avaliação da capacidade da Empresa, e das suas subsidiárias, operarem em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes, tais como os divulgados na Nota 44, à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração Executivo concluiu que dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para as propriedades de investimentos, para os passivos financeiros mensurados ao justo valor (opções de venda/retribuição contingente contratualizadas com acionistas minoritários das subsidiárias – “Interesses que não controlam”) e alguns investimentos financeiros, os quais foram mensurados ao justo valor, tal como foram os ativos e passivos adquiridos no âmbito das concentrações de atividades empresariais.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o IFRS, o Conselho de Administração Executivo do Grupo Visabeira utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e os valores dos ativos e passivos, ganhos e perdas e que são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras estão apresentados na Nota 3. Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

2.2 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, com referência a 31 de dezembro de 2023, os ativos, os passivos e os resultados das empresas do Grupo, entendido como o conjunto do Grupo Visabeira e das suas subsidiárias, as quais são apresentadas na Nota 5.

Uma entidade é classificada como subsidiária quando é controlada pelo Grupo. O controlo é atingido apenas se o Grupo tiver, cumulativamente:

- poder sobre a investida;
- exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida; e
- a capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos resultados para o Grupo.

Geralmente, presume-se que existe controlo quando o Grupo detém a maioria dos direitos de voto. Para suportar esta presunção e nos casos em que o Grupo não detém a maioria dos direitos de voto da investida, todos os factos e circunstâncias relevantes são tidos em conta nas avaliações sobre a existência de poder e controlo, tais como:

- acordos contratuais com outros detentores de direitos de voto;
- direitos provenientes de outros acordos contratuais;
- os direitos de voto existentes e potenciais.

O Grupo controla uma participada quando, em virtude de acordos celebrados ou dos direitos de voto detidos, tenha a capacidade de dirigir na prática as atividades relevantes da participada e esteja exposto a retornos variáveis em consequência dessa capacidade, mesmo que não detenha a maioria dos direitos de voto.

Em contrapartida, o Grupo pode não controlar uma participada mesmo que detenha a maioria dos direitos de voto, se em virtude de acordos celebrados ou dos direitos de voto detidos, não tenha a capacidade de dirigir na prática as atividades relevantes da participada.

A existência de controlo por parte do Grupo é reavaliada sempre que haja uma alteração de factos e circunstâncias que levem à alteração num dos três elementos caracterizadores de controlo mencionados acima.

As subsidiárias/entidades controladas são incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, desde a data em que o controlo é adquirido e até à data em que o mesmo efetivamente termina.

Nas situações em que o Grupo detém, em substância, o controlo de entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

Os saldos e transações e fluxos de caixa entre entidades do Grupo, bem como os ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados.

Perdas não realizadas são também eliminadas exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Uma alteração no interesse detido numa subsidiária que não envolva perda de controlo é contabilizada como sendo uma transação entre acionistas. Um aumento no interesse detido numa entidade já controlada é também contabilizada como sendo uma transação entre acionistas, não dando origem a qualquer reconhecimento de *goodwill* ou de ganhos/perdas; no caso de uma diminuição no interesse participativo que não implique uma perda de controlo, uma eventual diferença entre a quantia recebida dos Interesses que não controlam e o respetivo saldo é também registada diretamente no capital próprio.

Se o Grupo perde o controlo sobre a subsidiária, os ativos correspondentes (incluindo *goodwill*), passivos, interesses que não controla e outros componentes de capital próprio são desreconhecidos e eventuais ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados. O interesse participativo retido é reconhecido ao justo valor no momento da perda de controlo.

Os ativos líquidos das subsidiárias consolidadas pelo método integral atribuíveis às ações ou partes detidas por terceiros são inscritos na demonstração da posição financeira consolidada na rubrica de Interesses que não controlam.

O resultado líquido do exercício das subsidiárias atribuíveis aos Interesses que não controlam são identificados e ajustados por dedução ao resultado atribuível aos acionistas do grupo e inscritos na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de Interesses que não controlam, mesmo no caso de resultados negativos. O mesmo acontece na demonstração do rendimento integral.

A aquisição de investimentos financeiros em entidades ou atividades empresárias sob controlo comum é registada:

- através do “método de comunhão de interesses”, sendo o diferencial entre o custo da concentração e os ativos líquidos adquiridos

(aos respetivos valores líquidos contabilísticos) registado por contrapartida de capital próprio; ou

ii) através do método de aquisição (previsto na IFRS 3), sempre que a concentração de atividades empresariais de entidades sob controlo comum tiver substância comercial, seja realizada com o propósito de combinar entidades com atividades complementares e a transação tenha sido conduzida ao justo valor.

ALTERAÇÃO DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO:

Durante o ano de 2023, as alterações mais significativas do perímetro (ver Nota 8) dizem respeito à aquisição em Portugal das entidades HCI Construções, Arquiled, BrightScience, Grupo Jayme da Costa (constituído por 5 empresas, destacando-se a Jayme da Costa – Energia e Sistemas, S.A.), em França do Groupe Ramalheira e da O+M, e na Alemanha do Grupo THG Tavan Holding GmbH (constituído por 4 empresas, destacando-se a Tavan Tiefbau & CO KG). Durante o ano de 2022, as alterações mais significativas do perímetro (ver Nota 8) decorreram da aquisição no Reino Unido da MJ Quinn Solar e Obelisk, na Alemanha da Elektro-Würkner e na Itália da InPower.

CLASSIFICAÇÃO DE ANGOLA COMO PAÍS COM ECONOMIA HIPERINFLACIONÁRIA EM 2017 E 2018:

No ano de 2017 e 2018, a economia angolana foi classificada como hiperinflacionária de acordo com a IAS 29 – Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias. Em 2019, com a inflação a baixar, Angola deixou de ser classificada como hiperinflacionária. No entanto, os impactos gerados nos exercícios de 2017 e 2018 manter-se-ão até que os ativos sejam alienados e consumidos/amortizados e até que os passivos sejam liquidados ou extintos. De acordo com este normativo, as demonstrações financeiras preparadas na moeda de uma economia hiperinflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data da preparação das demonstrações financeiras. Em consequência, tal como se encontra definido nas IAS 29 – Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias, os principais pontos a ter em consideração são os seguintes:

- Os ativos e passivos monetários não sofrem alterações dado que já se encontram atualizados à unidade corrente à data das demonstrações financeiras;
- Os ativos e passivos não monetários (que não estejam já expressos à unidade corrente à data das demonstrações financeiras) são reexpressos pela aplicação de um índice;
- O efeito da inflação na posição monetária líquida das empresas participadas encontra-se refletido na demonstração de resultados nos resultados financeiros como uma perda/ganho na posição monetária líquida.

Adicionalmente, a conversão de demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas situadas em Angola e expressas em moeda estrangeira (para as quais o Kwanza é a moeda funcional) é efetuada considerando a taxa de câmbio vigente à data do balanço. O coeficiente de conversão utilizado na correção monetária (IAS 29), em 2017 e 2018, foi o índice de preços ao consumidor (IPC), publicado pelo Banco Nacional de Angola.

Os principais impactos acumulados nas demonstrações financeiras consolidadas são assim discriminados:

Na posição da demonstração financeira:

Milhões de euros	2023	2022
Ativo fixo tangível e intangível	15,1	28,0
Imposto diferido passivo	-5,2	-9,6
	9,9	18,4
Capital atribuível aos acionistas	6,1	10,2
Interesses que não controlam	3,9	8,3
	9,9	18,5

2.3 Concentração de atividades empresariais e Goodwill

O método de aquisição é o método utilizado para reconhecer a entrada das subsidiárias do Grupo aquando da respetiva aquisição. No método de aquisição a diferença entre:

- a retribuição transferida juntamente com os interesses que não controlam e com o justo valor dos interesses de capital próprio anteriormente detidos, e
- a quantia líquida dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, é reconhecida, à data da aquisição como *goodwill*, se positiva ou como outros proveitos, se for negativa.

A retribuição transferida é mensurada pelo justo valor calculado como sendo o valor agregado dos justos valores, à data de aquisição, dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo. Para efeitos da determinação do *goodwill*/ ganhos da concentração de atividades empresariais, a retribuição transferida é expurgada de qualquer parte da retribuição que respeite a outra transação (ex.: remuneração para prestação de serviços futuros ou para liquidação de relações pré-existentes) cuja margem é reconhecida separadamente em resultados.

Sempre que uma concentração de atividades empresariais não está concluída na data de relato, serão ajustadas retrospectivamente, durante o período limite de doze meses a contar da data de aquisição, as quantias provisórias reconhecidas à data de aquisição e/ou reconhecidos ativos e passivos adicionais se novas informações forem obtidas sobre factos e circunstâncias que existiam à data da aquisição e que se tivessem sido conhecidos teriam resultado no reconhecimento desses ativos e passivos nessa data. Qualquer retribuição contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida pelo justo valor na data da aquisição. Os pagamentos contingentes são reconhecidos no passivo. A retribuição contingente classificada como capital próprio não é remensurada e a sua liquidação subsequente é contabilizada no capital próprio. A retribuição contingente classificada como um ativo ou passivo que é um instrumento financeiro no âmbito da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros é mensurada pelo justo valor com as variações no justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados de acordo com a IFRS 9 (a não ser que ocorra dentro do prazo de 12 meses acima referido e

esteja relacionada com eventos anteriores à data da aquisição, sendo que nesse caso é ajustada a quantia de *goodwill*). Outras retribuições contingentes que não estão dentro do âmbito da IFRS 9 são mensuradas pelo justo valor em cada data de relato, com as alterações no justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados. Os custos relacionados com a aquisição não fazem parte da retribuição transferida pelo que não afetam a determinação do *goodwill* negativo, sendo reconhecidos como gastos no exercício em que ocorrem. Na data de aquisição, são reavaliadas a classificação e designação de todos os ativos adquiridos e passivos transferidos, de acordo com as IFRS, com exceção das locações e contratos de seguro que são classificados e designados, tendo por base os termos contratuais e condições à data do início do contrato.

A data de aquisição é a data na qual o Grupo Visabeira obtém o controlo sobre a entidade adquirida, a que pode acontecer numa data anterior ou posterior à data de fecho (data na qual é transferida a retribuição e legalmente são adquiridos os ativos e assumidos os passivos) – nesse caso devem ser considerados todos os factos e circunstâncias pertinentes ao identificar a data de aquisição, o que requer julgamento por parte do Conselho de Administração Executivo. Por conveniência, a consolidação é efetuada a partir do início do mês no qual o controlo foi obtido. Os ativos que resultem de indemnizações contratuais por parte do vendedor relativas ao desfecho de contingências relacionadas, no todo ou em parte, com um passivo específico da entidade concentrada, passam a ter que ser reconhecidos e mensurados usando os mesmos princípios e pressupostos dos passivos relacionados. A determinação do justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos tem em conta o justo valor dos passivos contingentes que resultem duma obrigação presente originada por um evento passado (se o justo valor puder ser medido de modo fiável), independentemente de ser expectável uma provável saída de fluxos.

Para cada aquisição, o Grupo pode optar por mensurar os “Interesses que não controlam” ao respetivo justo valor ou pela respetiva quota-parte nos ativos e passivos transferidos da adquirida. A opção por um ou outro método influencia a determinação da quantia de *goodwill* a reconhecer. Quando a concentração de atividades empresariais é efetuada em fases, o justo valor na data de aquisição anterior dos interesses detidos é remensurado para o justo valor na data em que o controlo é obtido, por contrapartida de resultados do período em que o controlo é atingido, afetando a determinação do *goodwill*. Considera-se que o *goodwill* tem vida útil indefinida pelo que não é amortizável. Independentemente de haver ou não indicações de imparidade, o Grupo testa anualmente a existência de imparidade do *goodwill*. Quando a quantia escriturada do *goodwill* é superior ao seu valor recuperável, é registada uma perda por imparidade na demonstração dos resultados. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor deduzido de custos para vender e o valor de uso. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são geralmente determinados com base no cálculo do respetivo valor de uso, que é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que são esperados em virtude do uso continuado do ativo ou grupo de ativos e da sua alienação no final da sua vida útil. Estes cálculos exigem o uso de pressupostos efetuados com base em estimativas de circunstâncias futuras cuja ocorrência poderá ser diferente da estimada. As perdas por imparidade do *goodwill* não podem ser revertidas.

OPÇÃO DE VENDA PARA AQUISIÇÃO DE INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Quando é concedida uma opção de venda ao Grupo do interesse participativo não detido pelo Grupo numa entidade controlada, e o Grupo considera ter um interesse de propriedade efetivo nessas participações sujeitos à opção de venda, o Grupo não reconhece quaisquer interesses que não controlam, mas sim um passivo financeiro, mensurado de acordo com a IFRS 9 (ver Nota 2.6.2), ou seja, o Grupo contabiliza a concentração de atividades empresariais como se tivesse sido adquirido o interesse participativo sujeito à opção de venda concedida. Assim, a retribuição transferida inclui o valor presente da quantia a pagar aos interesses participativos minoritários aquando do exercício da opção de venda. Se a opção expirar sem ser exercida, será contabilizada como uma alienação de parte do negócio sem perda do controlo.

Quando é concedida uma opção de venda ao Grupo do interesse participativo não detido pelo Grupo numa entidade controlada, e o Grupo não considera ter um interesse de propriedade efetivo nessas participações sujeitos à opção de venda, o Grupo opta por reconhecer a totalidade dos Interesses que não controlam e reconhece também pela opção de venda como um passivo financeiro, mensurado de acordo com a IFRS 9 (ver Nota 2.6.2), sendo este passivo reconhecido pela dedução ao capital próprio do Grupo e não dos Interesses que não controlam. As alterações de valor subsequentes do passivo são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os fatores a considerados pelo Conselho Administração Executivo para determinar se existem ou não um interesse de propriedade efetivo nessas participações sujeitos à opção de venda, incluem:

- O preço de exercício ser fixo ou determinável e/ou aproximar-se do justo valor;
- Direitos de voto e outros direitos decisórios;
- Direito a dividendos.

2.4 Participações financeiras em associadas e entidades controladas conjuntamente (Joint Ventures)

Empresas associadas são as empresas sobre as quais o Grupo Visabeira exerce uma influência significativa, entendido como o poder de participar na determinação das políticas operacionais e financeiras, sem que, contudo, seja exercido controlo ou controlo conjunto. Geralmente presume-se que existe influência significativa quando a percentagem de participação é superior a 20%. A classificação das participações financeiras em entidades controladas conjuntamente é determinada com base na existência de acordos contratuais que demonstrem e regulem o controlo conjunto, o qual é assim entendido quando as decisões sobre as atividades relevantes do empreendimento requerem acordo unânime entre as partes. A avaliação da existência de influência significativa ou controlo conjunto tem em consideração o mesmo tipo de factos e circunstâncias aplicáveis na avaliação de controlo sobre subsidiárias. Estas participações financeiras são consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, isto é, são inicialmente registadas ao custo e subsequentemente as demonstrações consolidadas financeiras consolidadas incluem o interesse do Grupo no total de ganhos e perdas reconhecidos da associada/entidade controlada conjuntamente, desde

a data em que a influência significativa/controlo conjunto começa até à data em que efetivamente termina.

Os dividendos recebidos destas entidades são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

A participação do Grupo relativa aos ganhos e perdas das suas associadas/entidades controladas conjuntamente é reconhecida na demonstração dos resultados, e a sua parcela de movimentos de Reservas pós-aquisição são reconhecidos em Reservas. Os movimentos acumulados pós-aquisição são ajustados conforme os movimentos acumulados no investimento financeiro. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma associada/entidade controlada conjuntamente iguala ou ultrapassa o seu investimento, incluindo qualquer transação de recebimentos não segura, o Grupo deixa de reconhecer mais perdas, exceto se tiver incorrido em obrigações ou tiver efetuado pagamentos em nome da associada/entidade controlada conjuntamente.

A aquisição de investimentos financeiros em empresas associadas é registada pelo método da compra. Assim, qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre a participação do Grupo no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificados à data da aquisição da empresa associada/entidade controlada conjuntamente é reconhecido como *goodwill*, o qual é incluído no valor da participação financeira e a sua recuperação é avaliada anualmente como parte integrante do investimento financeiro.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor do valor líquido dos bens da associada/entidade controlada conjuntamente adquirida, a diferença é registada diretamente na demonstração dos resultados. Ganhos não realizados em transações entre o Grupo e as suas associadas/entidade controlada conjuntamente são eliminados na extensão da participação do Grupo nas associadas/entidades controladas conjuntamente. Perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um bem transferido. As políticas contabilísticas de associadas/entidades controladas conjuntamente são alteradas sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo avalia a existência de indicadores de imparidade; caso existam, o Grupo calcula o valor recuperável do investimento e reconhece uma perda por imparidade se este for inferior ao valor contabilístico do investimento, na linha “Ganhos/Perdas em associadas e empreendimentos conjuntos” da demonstração de resultados; esta perda por imparidade é reversível. Após a perda de influência significativa ou controlo conjunto, o Grupo reconhece inicialmente o investimento retido ao justo valor, e a diferença entre o valor contabilístico e o justo valor retido somado da receita da venda, é reconhecida na demonstração dos resultados.

2.5 Reconhecimento do rédito

O Grupo está organizado através de sub-holdings que agrupam as subsidiárias nas diversas áreas de negócio em que está presente. As principais áreas de negócio/fontes de rédito do Grupo nos exercícios de 2023 e 2022 podem ser detalhadas como se segue:

- Telecomunicações e energia na Europa;
- Energia na América;
- Engenharia e construção;
- Operador de telecomunicações;
- Indústria;
- Hotelaria e restauração;
- Gestão e exploração de centro comercial;
- Venda de imóveis;
- Serviços e gestão imobiliária.

NATUREZA, OBRIGAÇÕES DE DESEMPENHO E MOMENTO DE RECONHECIMENTO DO RÉDITO

a. Telecomunicações e energia na Europa

Nesta área de negócio, o Grupo celebra com os operadores de telecomunicações e energia diversos contratos de prestação de serviço, diferenciando-se os contratos relativos a rede exterior (serviços de construção e manutenção da rede e infraestrutura adjacente na via pública) e os contratos relativos a rede de clientes (serviços prestados no cliente final das operadoras de telecomunicações e energia).

Rede exterior

As ordens de encomenda efetuadas pelo cliente, ao abrigo do contrato geral estabelecido, identificam a obrigação de desempenho que o Grupo tem de executar. Deste modo, cada ordem de encomenda é tratada como sendo uma obrigação de desempenho única. O desempenho do Grupo cria um ativo que o cliente controla à medida da sua realização, deste modo a obrigação de desempenho do Grupo é satisfeita ao longo do tempo.

É disponibilizado às equipas operacionais um sistema de recolha de produção, onde são registadas regularmente as tarefas efetuadas com sucesso. Cada tarefa tem associado em sistema o preço contratualizado com o cliente, bem como os consumos *standard* de materiais previstos para essa tarefa. O reconhecimento do rédito é efetuado à medida das tarefas completadas e valorizado com base nos preços acordados. Periodicamente, e para os trabalhos concluídos, é submetido à validação dos clientes um auto de medição, com o resumo das folhas de produção. Após a aprovação do referido auto pelo cliente, é emitida a respetiva fatura. A periodicidade de apresentação das medições depende do tipo de cliente e dimensão dos trabalhos.

Rede de clientes

As ordens de encomenda efetuadas pelo cliente, ao abrigo do contrato geral estabelecido, identificam a obrigação de desempenho que o Grupo tem de executar. Deste modo, cada ordem de encomenda é tratada como sendo uma obrigação de desempenho única. As ordens de encomenda caracterizam-se por ser relativas a trabalhos de muito curta duração. A obrigação de desempenho é cumprida num momento específico, nomeadamente no momento em que o cliente aprova o serviço prestado. É disponibilizado às equipas operacionais um sistema de recolha de

produção, onde são registadas ao longo do dia as tarefas concluídas. O cliente aprova numa base diária a produção efetuada. Cada tarefa tem associado em sistema o preço contratualizado com o cliente, bem como os consumos *standard* de materiais previstos para essa tarefa. O reconhecimento do rédito é efetuado à medida das tarefas completadas e valorizado com base nos preços acordados. Dependendo do cliente, a faturação das tarefas concluídas e validadas pode ser efetuada com periodicidade quinzenal ou mensal.

b. Energia nos Estados Unidos da América e Alemanha (Tavan Tiefbau)

Nesta geografia da área de negócio de Energia, o Grupo celebra com entidades públicas e privadas diversos contratos de prestação de serviços de construção que incluem várias componentes/tarefas. Embora na maior parte dos casos os clientes possam beneficiar das diferentes componentes/tarefas isoladamente, dado que as mesmas são negociadas em conjunto, a promessa de transferência de cada uma delas não é separadamente identificável das outras. Adicionalmente, dado que as componentes/tarefas acima referidas tipicamente se encontram altamente interrelacionadas e dependentes entre si, o Grupo considera que as mesmas devem ser tratadas como uma obrigação de desempenho única. Deste modo, geralmente, cada contrato de construção é tratado como sendo uma obrigação de desempenho única. Por outro lado, dado que os clientes têm a capacidade (controlo) de orientar a utilização do ativo à medida que o mesmo vai sendo construído, e a capacidade de obter substancialmente todos os benefícios económicos remanescentes do mesmo, a obrigação de desempenho do Grupo nestes casos é satisfeita ao longo do tempo, sendo o rédito reconhecido de acordo com o método descrito abaixo. Os custos dos contratos de construção são reconhecidos quando incorridos. Quando as receitas do contrato não podem ser medidas com fiabilidade, os proveitos são reconhecidos na justa medida em que os custos são recuperados. Quando as receitas do contrato podem ser medidas com fiabilidade, e é provável que o contrato irá ser lucrativo, as receitas são reconhecidas ao longo do período da construção. Se o contrato não for lucrativo, a perda prevista é reconhecida imediatamente como custo do exercício.

É utilizado o método da percentagem de acabamento para reconhecer as receitas em cada período. O grau de acabamento é medido tendo em conta o peso dos custos incorridos nos custos estimados totais. Os custos dos contratos de construção são reconhecidos quando incorridos. Quando as receitas do contrato não podem ser medidas com fiabilidade, os proveitos são reconhecidos na justa medida em que os custos são recuperados. Quando as receitas do contrato podem ser medidas com fiabilidade, e é provável que o contrato irá ser lucrativo, as receitas são reconhecidas ao longo do período da construção. Se o contrato não for lucrativo, a perda prevista é reconhecida imediatamente como custo do exercício.

c. Engenharia e construção

Nesta área de negócio, o Grupo celebra com entidades públicas e privadas diversos contratos de prestação de serviços de construção que incluem várias componentes/tarefas. Embora na maior parte dos casos os clientes possam beneficiar das diferentes componentes/tarefas isoladamente, dado que as mesmas são negociadas em conjunto a promessa de transferência de cada uma delas não é separadamente identificável das outras. Adicionalmente,

dado que as componentes/tarefas acima referidas tipicamente se encontram altamente interrelacionadas e dependentes entre si, o Grupo considera que as mesmas devem ser tratadas como uma obrigação de desempenho única. Deste modo, geralmente, cada contrato de construção é tratado como sendo uma obrigação de desempenho única. Por outro lado, dado que os clientes têm a capacidade (controlo) de orientar a utilização do ativo à medida que o mesmo vai sendo construído, e a capacidade de obter substancialmente todos os benefícios económicos remanescentes do mesmo, a obrigação de desempenho do Grupo nestes casos é satisfeita ao longo do tempo, sendo o rédito reconhecido de acordo com o método descrito abaixo. Os custos dos contratos de construção são reconhecidos quando incorridos. Quando as receitas do contrato não podem ser medidas com fiabilidade, os proveitos são reconhecidos na justa medida em que os custos são recuperados.

Quando as receitas do contrato podem ser medidas com fiabilidade, e é provável que o contrato irá ser lucrativo, as receitas são reconhecidas ao longo do período da construção. Se o contrato não for lucrativo, a perda prevista é reconhecida imediatamente como custo do exercício.

É utilizado o método da percentagem de acabamento para reconhecer as receitas em cada período. O grau de acabamento é medido tendo em conta o peso dos custos incorridos nos custos estimados totais. Os custos incorridos no exercício, que estão associados às atividades futuras do contrato, são excluídos do cálculo do grau de acabamento, sendo classificados como inventários, custos diferidos ou outros. O Grupo apresenta como um ativo os valores a recuperar de clientes para os contratos em curso cujos custos incorridos adicionados dos proveitos reconhecidos (e subtraídos das perdas reconhecidas) excedem a faturação efetuada. As faturas por pagar são apresentadas na rubrica de clientes.

d. Operador de telecomunicações

Nesta área de negócio, o Grupo presta serviços de operador, disponibilizando televisão por cabo, banda larga fixa e voz fixa. As receitas decorrentes dos serviços prestados sobre a rede de fibra e cabo resultam de:

- subscrição de pacotes de canais base que podem ser comercializados em *bundle* com os serviços de banda larga fixa e/ou voz fixa;
- subscrição de pacotes de canais premium;
- aluguer de equipamento terminal.

Assim, no início de cada contrato, o Grupo avalia os bens ou serviços prometidos e identifica, como obrigação de desempenho, cada promessa de transferência para o cliente de qualquer bem ou serviço (ou um pacote de bens ou serviços) distintos. Estas promessas em contratos com clientes podem ser explícitas ou implícitas, desde que tais promessas criem uma expectativa válida no cliente de que a entidade transferirá um bem ou serviço para o cliente, com base em políticas publicadas, declarações específicas ou práticas comerciais habituais da entidade. O Grupo definiu internamente que uma obrigação de desempenho corresponde à promessa de entrega de um bem ou serviço, que possa ser utilizado de forma isolada/separada pelo cliente e sobre a qual existe uma percepção clara deste bem ou serviço por parte do cliente entre os restantes disponíveis em cada contrato.

As principais obrigações de desempenho resumem-se a Prestação de Serviços de Internet Fixa, Telefone Fixo, Televisão, Consultoria, Serviços de Cloud/IT, distribuição de direitos audiovisuais entre outros.

A disponibilização de set-top-boxes, routers, modems e outros equipamentos terminais em casa dos clientes e respetivos serviços de instalação e ativação foram considerados pelo Grupo como não correspondendo a uma obrigação de desempenho, dado serem ações necessárias para o cumprimento das obrigações de desempenho prometidas.

O reconhecimento do rédito ocorre no momento do cumprimento de cada obrigação de desempenho, sendo distinto entre:

Serviços pré-pagos

O rédito é reconhecido no momento em que os serviços são efetivamente prestados, isto é, os valores previamente recebidos são especializados pelo período da prestação de serviços a que a TVCabo se vê obrigada.

Serviços corporate

O rédito de subscrições de serviços de telecomunicações (subscrição de internet, televisão e voz fixa, isoladamente ou em conjunto) é reconhecido linearmente ao longo do período da subscrição. A faturação é emitida após a prestação do serviço, em função das condições previstas contratualmente com o cliente.

e. Indústria – nesta área, o Grupo desenvolve as seguintes atividades:

i) Cerâmica e cristalaria e Biocombustíveis

Na determinação do valor do rédito, o Grupo avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o Grupo efetua a sua melhor estimativa.

Os rendimentos decorrentes de vendas de produtos são registados na demonstração consolidada dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

O Grupo considera que, atendendo à natureza do produto ou serviço que está associado às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritariamente em data específica, mas poderão existir transações em que a transferência do controlo ocorre de forma contínua ao longo do período contratual definido. Para cada contrato, o Grupo avalia se existem outros compromissos no contrato que sejam obrigações de desempenho distintas e para as quais uma parte do preço de transação deva ser alocada (ex.: garantias e créditos de fidelização). Na determinação do preço da transação, o Grupo tem em conta eventuais retribuições variáveis, a existência, ou não, de uma componente significativa de financiamento, de retribuições a receber não monetárias e eventualidade de existirem retribuições a pagar ao cliente.

ii) Energia térmica

O rédito relativo à área de negócio de energia térmica é reconhecido de acordo com o método definido para a área de negócio relativa a b) Engenharia e construção.

f. Hotelaria e restauração

O rédito da prestação de serviços de Hotelaria e restauração é reconhecido no momento em que o serviço é prestado ou o controlo sobre o bem é transferido para o cliente. As vendas são normalmente efetuadas a dinheiro ou com cartão de crédito. Nos casos em que é estabelecido um período de crédito, o tempo de crédito concedido varia entre 30 e 60 dias, após a faturação.

g. Gestão e exploração de centro comercial

Rendas fixas

O Grupo atua como locatário em contratos de locação. Os rendimentos auferidos através de rendas são contabilizados, em linha reta, durante o período do arrendamento e são apresentados como "prestações de serviços", devido à sua natureza operacional. As rendas contingentes são reconhecidas apenas quanto o direito é estabelecido. Custos iniciais diretamente relacionados com a negociação e angariação dos *leasings* são registados como gastos durante o período de vida da locação na mesma cadência das rendas auferidas.

A duração da locação é a soma do período durante o qual a locação não pode ser cancelada com um período adicional que esteja previsto o locatário ter a opção de manter a locação e, no início do contrato, o Grupo tem uma certeza razoável que o locatário a vá exercer. Quantias a receber dos locadores por cessão contratual ou por compensações em desvalorizações patrimoniais são registadas na demonstração dos resultados quando o direito a receber estiver estabelecido.

Ganhos relativos a despesas comuns redebitadas aos locatários são registados no período no qual a compensação diz respeito. Fees de gestão e serviço são incluídos como Rendimentos de rendas, sem considerar os respetivos custos, porque o Grupo considera que atua como principal e não como agente nesta situação.

Rendas variáveis

Se a retribuição prevista num contrato incluir uma componente variável, o Grupo estima a quantia que considera vir a ter o direito de receber. A componente variável é estimada numa base mensal em função do volume de negócio dos locatários, e é restringida em caso de incerteza até que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa do rédito reconhecido quando a incerteza associada à componente de retribuição variável seja finalmente dissipada.

Direitos de ingresso

Os direitos de ingresso são reconhecidos no momento da assinatura do contrato do direito de reserva e consequente recebimento.

h. Venda de imóveis

A venda da propriedade completada é, geralmente, considerada como uma única obrigação de *performance* e o Grupo determinou que será satisfeita no momento em que o controlo é transferido.

No caso de trocas incondicionais de contratos, o momento ocorre, geralmente, quando o título legal é transferido para o cliente. No caso de vendas condicionadas, o momento verifica-se quando todas as condições se encontrarem satisfeitas.

Não é expectável que a determinação da transferência de controlo, tanto para vendas condicionadas, como não condicionadas, seja modificada com a adoção da IFRS 15.

Para contratos relacionados com a venda de propriedades em desenvolvimento, o Grupo é responsável pela gestão global do projeto e identificou vários bens e serviços a serem prestados, incluindo trabalhos de projeto, compra de materiais, preparação do local de obra e lançamento de fundações, cofragens e reboco, instalações mecânicas e elétricas, instalação de utensílios (ex.: janelas, portas, armários, etc.) e trabalhos de acabamento. Nestes contratos o Grupo determinou que os bens e serviços não são distintos, sendo contabilizados como uma única obrigação de performance.

Dependendo dos termos de cada contrato, o Grupo determina se o controlo é transferido num determinado ponto do tempo ou ao longo do tempo:

- Para a venda de propriedades em desenvolvimento atualmente reconhecidas de acordo com a percentagem de acabamento, o Grupo espera continuar a reconhecer os proveitos ao longo do tempo porque estima que o controlo será transferido com o decorrer do tempo.
- Para a venda de propriedades em desenvolvimento atualmente reconhecidas quando completadas, o Grupo entende que o controlo será transferido num ponto no tempo.

Nos contratos que cumprem os critérios de reconhecimento ao longo do tempo, a performance do Grupo é medida usando um método de imputação por referência aos custos incorridos para a satisfação da obrigação de performance (ex.: recursos consumidos, horas despendidas, custos incorridos, tempo incorrido ou horas máquina) proporcionalmente ao total estimado de inputs para completar a obra.

O Grupo exclui o efeito dos custos incorridos que não contribuem para a obrigação de performance em transferir o controlo de bens ou serviços para o cliente (sejam montantes não previstos de materiais defeituosos ou outros recursos) e ajusta o método de imputação face a custos incorridos que não são proporcionais ao progresso do Grupo na satisfação da obrigação de *performance* (ex.: materiais não instalados).

Alguns contratos para a venda de propriedades incluem considerações variáveis na forma de penalidades por atrasos e, em casos limitados, prémios de conclusão antecipada. Usualmente, o Grupo aguarda que a incerteza se dissipe antes de reconhecer estes proveitos. De acordo com a IFRS 15, estimativas de consideração variável são incluídas no preço da transação (após se considerarem os requisitos da limitação). Considerando o largo espectro de possíveis resultados, o Grupo aplica usualmente o método do valor esperado para estimar essa consideração variável e aplicará os requisitos da IFRS 15 em estimativas obrigatórias de consideração variável para determinar o montante de consideração variável que pode ser incluído no preço de transação. O Grupo utiliza o expediente prático previsto na IFRS 15 para a componente significativa de financiamento.

Como tal, o Grupo não irá ajustar o montante contratado pelos efeitos da componente significativa de financiamento em contratos onde o Grupo espera, no final do contrato, que o período entre o momento em que o cliente paga pelo bem ou serviço e quando o Grupo transfere o bem ou serviço acordado para o cliente seja de um ano, ou menos:

- Para contratos que envolvam a venda de propriedades em desenvolvimento reconhecida ao longo do tempo, geralmente, os clientes fazem pagamentos faseados conforme o avanço dos trabalhos. Nestes casos, o Grupo estima que o tempo entre o momento em que o cliente paga pelo ativo e o momento em que o Grupo transfere o ativo para o cliente será igual ou inferior a um ano.

- Para alguns contratos que incluem a venda de propriedades em desenvolvimento reconhecida ao longo do tempo e a venda de propriedades em desenvolvimento reconhecida num ponto específico do tempo, o Grupo tem direito ao reconhecimento de um adiantamento. Esta situação não é vista como uma componente significativa de financiamento dado que é por razões que não se relacionam com o financiamento do Grupo. A razão prende-se com o facto de estes pagamentos servirem de garantia de que a outra parte completa satisfatoriamente as suas obrigações referentes ao contrato, em situações em que os clientes não têm um histórico de crédito comprovado ou têm um histórico de pagamentos com atraso. Os contratos para a venda de propriedades contêm determinadas garantias que cobrem um período até dez anos após a conclusão da propriedade, que cobrem determinados requisitos sobre condições de performance operacional (ex.: isolamentos, eficiência energética, etc.). O Grupo determinou que estas condições representam garantias designadas de “fiabilidade” e que são legalmente requeridas como garantias de qualidade, continuando a ser contabilizadas de acordo com a IAS 37, consistentemente com a prática corrente.

i. Serviços e gestão imobiliária

Despesas de serviço, honorários de gestão e outras despesas recuperáveis de arrendatários

Consistentemente com a prática corrente, o Grupo determinou que estes serviços são componentes distintas da locação (transferidos separadamente do direito de uso do ativo) e estão no âmbito da IFRS15. O Grupo irá alocar a consideração do contrato à componente de locação e à componente de serviço numa base relativa, consistentemente com a contabilização atual. Para a componente de receitas, o Grupo concluiu que estes serviços representam uma série de serviços diários que são individualmente satisfeitos ao longo do tempo e será aplicada uma base de medição de progresso baseada no tempo incorrido. Os montantes cobrados aos inquilinos por estes serviços incluem honorários cobrados com base na percentagem de proveitos de renda e reembolso de despesas incorridas. O Grupo determinou que esta consideração variável só está relacionada com a componente que não é de locação e que alocá-la a cada período do serviço (ex.: cada dia) cumpre a exceção de alocação de consideração variável.

O Grupo disponibiliza a competência de terceiros para o fornecimento de serviços aos inquilinos. De acordo com a IFRS 15, o Grupo concluiu que é o principal porque é primariamente responsável pelo cumprimento da obrigação de performance do serviço específico e o Grupo está sujeito ao risco de crédito nestas transações porque tem de pagar ao terceiro mesmo se o cliente não cumprir o pagamento. A IFRS15 requer um teste para demonstrar que o Grupo controla um bem ou serviço específico antes de o transferir para o cliente. O Grupo determinou que controla o serviço antes de ser prestado ao inquilino e, consequentemente, é o principal em vez de agente nestes contratos. Consequentemente, o Grupo não sofreu nenhum impacto deste diagnóstico.

OBRIGAÇÕES DE GARANTIA

O Grupo geralmente oferece garantias de bom funcionamento dos seus produtos – reparação de defeitos existentes no momento da venda – tal como exigido por Lei.

Estas garantias de qualidade são contabilizadas de acordo com a IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Para além disso, o Grupo vende, por um período de um ano, uma garantia para reparar defeitos que possam existir no momento da venda. Estas garantias de serviço são vendidas separadamente ou em conjunto com a venda do equipamento.

Contratos que agregam equipamento e garantias de serviços contêm duas obrigações de desempenho porque as promessas de transferir o equipamento e de assegurar a garantia de serviço são distintas.

Através do uso do método de preço de venda autónoma, uma parte do preço de transação é alocada ao serviço de garantia de qualidade e registado como passivo relativo a contratos com clientes.

O rédito é reconhecido ao longo do período durante o qual a garantia é prestada com base na passagem do tempo.

ALIENAÇÃO DE PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO NO CURSO NORMAL DOS NEGÓCIOS

Os requisitos de reconhecimento e mensuração da IFRS 15 são aplicáveis para determinar o momento de desreconhecimento e a mensuração da retribuição (incluindo a aplicação de requisitos para consideração variável) quando se apura os ganhos ou perdas na alienação de ativos não financeiros, quando essa alienação não está no curso normal dos negócios. O Grupo determinou que não há necessidade de modificações decorrentes da transição para a IFRS 15, relativamente a alienações de propriedades de investimento que tenham ocorrido no passado que eram detidas para obtenção de rendas.

CUSTOS DE CONTRATOS

O Grupo incorre em comissões que são custos incrementais de obter um contrato com um cliente. O Grupo pretende utilizar o expediente prático previsto na IFRS15 para custos de obter um contrato para dispensar esses custos que teriam sido amortizados num ano ou menos. Nos casos em que o período de amortização seria superior a um ano, o Grupo irá capitalizar os custos de obter um contrato que cumpra o critério de reconhecimento da IFRS15. Custos incorridos pelo Grupo para angariar um contrato antes do início da sua *performance* (ex.: custos de proposta) compreendem usualmente custos gerais e administrativos que são despendidos quando incorridos.

ATIVOS E PASSIVOS CONTRATUAIS

i) Ativos de contratos com clientes

Um ativo de contrato com clientes é um direito a receber uma retribuição em troca de bens ou serviços transferidos para o cliente. Se o Grupo entrega os bens ou presta os serviços a um cliente antes do cliente pagar a retribuição, ou antes da retribuição ser devida, o ativo contratual corresponde ao valor da retribuição que é condicional.

ii) Contas a receber de clientes

Uma conta a receber representa o direito incondicional (ou seja, apenas depende da passagem de tempo até que a retribuição seja devida) do Grupo em receber a retribuição – Ver Nota 27.

iii) Passivos de contratos com clientes

Um passivo de contratos com clientes é a obrigação de transferir bens ou serviços para os quais o Grupo recebeu (ou tem direito a receber) uma retribuição de um cliente. Se o cliente paga a retribuição antes que o Grupo transfira os bens ou serviços, um passivo contratual é registado quando o pagamento é efetuado ou quando é devido (dependendo do que aconteça primeiro). Os passivos contratuais são reconhecidos como rédito quando o Grupo executa as suas obrigações de desempenho contratuais.

2.6 Ativos e passivos financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dê direito a um ativo financeiro por parte de uma entidade e um passivo financeiros ou instrumento de capital próprio de outra entidade.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira do Grupo quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo seu justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão dos ativos e passivos financeiros (que não sejam ativos ou passivos financeiros mensurados pelo justo valor através da demonstração dos resultados) são adicionados ou deduzidos ao justo valor do ativo ou passivo financeiro, conforme o caso, no reconhecimento inicial.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos ou passivos financeiros reconhecidos pelo justo valor através da demonstração dos resultados são reconhecidos imediatamente na demonstração consolidada dos resultados.

2.6.1 ATIVOS FINANCEIROS

i) Reconhecimento inicial e mensuração

Todas as compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira. No momento inicial, os ativos são classificados e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ou ao justo valor através do outro rendimento integral ou ao justo valor através dos resultados.

A classificação inicial dos ativos financeiros depende das características contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócio que o Grupo adota para os gerir. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm uma componente financeira significativa e para as quais o Grupo adota o expediente prático, o Grupo mensura no momento inicial um ativo financeiro ao seu justo valor adicionado, no caso de um ativo não classificado como de justo valor através dos resultados, dos custos de transação. As contas a receber de clientes que não contêm uma componente financeira significativa e para as quais o Grupo adota o expediente prático são mensuradas ao preço da transação determinado de acordo com a IFRS 15.

De forma a ser possível que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através do outro rendimento integral, ele deve proporcionar fluxos de caixa que representem apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros “solely payments of principal and interest (SPPi)” sobre o capital em dívida. Esta avaliação, conhecida como o teste dos “fluxos de caixa apenas de reembolsos de capital e pagamentos de juros”, é realizada para cada instrumento financeiro.

O modelo de negócio estabelecido para a gestão dos ativos financeiros diz respeito ao modo como o Grupo gere os ativos financeiros com vista a obter os fluxos de caixa.

O modelo de negócio pode ser concebido para obter os fluxos de caixa contratuais, para alienar os ativos financeiros ou ambos. Compras ou vendas de ativos financeiros que exijam a entrega dos ativos dentro de um prazo estabelecido por regulação ou convenções no mercado em questão (regular way trades) são reconhecidos na data da negociação, isto é, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

ii) Mensuração subsequente

Para a sua mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral, com reciclagem dos ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral, sem reciclagem dos ganhos e perdas acumulados no momento do seu desreconhecimento (instrumentos de capital);
- Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente através do método do juro efetivo e são sujeitos a imparidade. Os ganhos e perdas são registados nos resultados quando o ativo é desreconhecido, modificado ou esteja em imparidade.

Os ativos financeiros que o Grupo mensura ao custo amortizado incluem as contas a receber de clientes e de outros devedores, os empréstimos a acionistas e partes relacionadas e os empréstimos. A receita associada aos juros é registada na demonstração dos resultados na linha de Juros suportados, líquidos, através do método da taxa de juro efetivo, a qual se aplica à quantia escriturada bruta do ativo financeiro.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Esta categoria é a mais relevante para o Grupo. O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições se encontrarem satisfeitas:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter o ativo financeiro para obter os fluxos de caixa previstos contratualmente e
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente através do método do juro efetivo e são sujeitos a imparidade. Os ganhos e perdas são registados nos resultados quando

o ativo é desreconhecido, modificado ou esteja em imparidade. Os ativos financeiros que o Grupo mensura ao custo amortizado incluem as contas a receber de clientes e de outros devedores, os empréstimos a acionistas e partes relacionadas e os empréstimos. A receita associada aos juros é registada na demonstração dos resultados na linha de Juros suportados, líquidos, através do método da taxa de juro efetivo, a qual se aplica à quantia escriturada bruta do ativo financeiro.

Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral (instrumentos de dívida)

O Grupo mensura os instrumentos de dívida ao justo valor através do outro rendimento integral se ambas as seguintes condições se encontrarem satisfeitas:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter o ativo financeiro para obter os fluxos de caixa previstos contratualmente e os fluxos de caixa decorrentes da sua venda; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

No caso dos instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através do outro rendimento integral, os juros obtidos, as diferenças de câmbio e as perdas e reversões de imparidade são registadas nos resultados e calculadas do mesmo modo dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações de justo valor remanescentes são registadas no outro rendimento integral. No momento do desreconhecimento, as alterações no justo valor acumuladas no outro rendimento integral são transferidas (recicladas) para os resultados. Os instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através do outro rendimento integral incluem instrumentos de dívida cotada. O Grupo não detém este tipo de ativos financeiros a 31 de dezembro de 2023.

Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral (instrumentos de capital)

Aquando do reconhecimento inicial, o Grupo pode optar por classificar de forma irrevogável os instrumentos de capital detidos como instrumentos de capitais designados ao justo valor através do outro rendimento integral quando eles satisfazem a definição de capital prevista na IAS 32 - Instrumentos financeiros: Apresentação e não são detidos para negociação. A classificação é determinada instrumento a instrumento.

Ganhos e perdas nestes ativos financeiros nunca são recicladas para os resultados. Os dividendos são registados como ganho financeiro nos resultados quando o direito a receber o pagamento do dividendo estiver estabelecido, exceto quando o Grupo beneficia desses dividendos como recuperação de parte do custo do ativo financeiro e, nesse caso, os dividendos são registados no outro rendimento integral. Os instrumentos de capital detidos como instrumentos de capitais designados ao justo valor através do outro rendimento integral não são sujeitos a avaliação de imparidade.

O Grupo decidiu classificar de forma irrevogável os seus investimentos em instrumentos de capital de entidades não cotadas nesta categoria, bem com as ações detidas na Pharol.

Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração dos resultados

Os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados incluem ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros designados no momento de reconhecimento inicial como mensurados ao justo valor através dos resultados, ou os ativos financeiros que obrigatoriamente têm de ser mensurados ao justo valor. Os ativos financeiros são classificados como detidos para negociação se foram adquiridos com a finalidade de ser vendido ou recomprado num prazo muito curto. Derivados, incluindo derivados embutidos separados, são também classificados como detidos para negociação exceto se foram designados como instrumentos de cobertura eficazes. Os ativos financeiros com fluxos de caixa que não correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida são mensurados ao justo valor independentemente do modelo de negócio subjacente. Não obstante o critério para a classificação dos instrumentos de dívida ao custo amortizado ou ao justo valor através do outro rendimento integral descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao justo valor através dos resultados no momento do reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento.

Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração dos resultados são apresentados na Demonstração da Posição Financeira ao justo valor com as alterações líquidas no justo valor apresentadas nos resultados.

Esta categoria inclui os derivados e os investimentos em ações cotadas para as quais o Grupo não decidiu irrevogavelmente mensurar ao justo valor através do outro rendimento integral.

Se um contrato híbrido incluir um contrato de base que não seja um ativo financeiro, um derivado embutido deve ser separado do contrato de base e contabilizado como derivado se, e apenas se:

- as características económicas e os riscos do derivado embutido não estiverem intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base;
- um instrumento separado com os mesmos termos que o derivado embutido satisfizesse a definição de um derivado;
- o contrato híbrido não for mensurado pelo justo valor através dos resultados.

Derivados embutidos são mensurados ao justo valor com as alterações no justo valor reconhecidas nos resultados. A reavaliação da classificação só é possível quando ou existe uma alteração nos termos contratuais que modifique de forma significativa os fluxos de Caixa ou a reclassificação do ativo financeiro no sentido de deixar de ser classificado na categoria de justo valor através dos resultados. Um derivado embutido num contrato híbrido que inclui um contrato de base que contenha um ativo financeiro não é contabilizado separadamente. O ativo financeiro do contrato de base e o derivado embutido são classificados conjuntamente na sua totalidade como ativos financeiros ao justo valor através dos resultados.

iii) Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte do ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros ativos) é desreconhecido (ou seja, removido da Demonstração da Posição Financeira Consolidada) quando:

- Os direitos contratuais a receber fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram, ou
- O Grupo transferiu os seus direitos contratuais a receber fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro ou assumiu uma obrigação de pagar os fluxos de caixa recebidos na sua totalidade num curto prazo no âmbito de um acordo no qual o Grupo:
 - não tem qualquer obrigação de pagar quantias aos destinatários finais a menos que receba quantias equivalentes resultantes do ativo original;
 - está proibido pelos termos do contrato de transferência de vender ou penhorar o ativo original que não seja como garantia aos destinatários finais pela obrigação de lhes pagar fluxos de caixa;
 - o Grupo tem uma obrigação de remeter qualquer fluxo de caixa que receba em nome dos destinatários finais sem atrasos significativos;
- O Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os ativos e benefícios do ativo, mas transferiu o controlo sobre o ativo.

Quando o Grupo transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou é parte de um acordo que pode possibilitar o desreconhecimento, avalia se, e em que extensão, foram retidos os riscos e benefícios associados à titularidade do ativo.

Quando não foram transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade de um ativo, nem transferido o controlo do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece o passivo correspondente, o ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados numa base que reflete os direitos e obrigações que o Grupo reteve.

Se o envolvimento continuado do Grupo assumir a forma de garantia prestada sobre o ativo transferido, a medida do envolvimento continuado é a menor entre o valor contabilístico original do ativo e a quantia máxima da retribuição recebida que o Grupo pode vir a pagar. Consequentemente, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em factoring à data de cada demonstração da posição financeira, com exceção das operações de "factoring sem recurso" (e para as quais seja inequívoco que são transferidos os riscos e benefícios inerentes a estas contas a receber) são reconhecidas nas demonstrações financeiras do Grupo até ao momento do seu recebimento.

No desreconhecimento de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre a quantia escriturada e a retribuição recebida é reconhecida na demonstração dos resultados.

No caso de desreconhecimento de um ativo financeiro mensurado ao justo valor através do outro rendimento integral, o ganho ou perda acumulado na reserva de justo valor é reclassificado para a demonstração dos resultados ("Reciclagem"), exceto se seja um ativo financeiro representativo de um instrumento de capital assim designado no momento inicial de forma irrevogável, situação para a qual o ganho ou perda acumulado na reserva de justo valor é transferido diretamente para resultados transitados.

O Grupo procede à anulação contabilística de um ativo financeiro apenas quando existe informação que o devedor se encontra num processo de liquidação ou falência.

Caso os saldos sejam recuperados posteriormente são contabilizados na demonstração dos resultados.

iv) Imparidade de ativos financeiros

Divulgações adicionais sobre imparidade de ativos financeiros encontram-se nas seguintes Notas:

- Divulgações sobre pressupostos significativos – Nota 3
- Contas a receber, incluindo ativos relativos a contratos com clientes – Notas 10, 27 e 29

O Grupo reconhece um ajustamento para as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mensurados ao justo valor através dos resultados. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais que sejam devidos e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa próxima da taxa de juro efetiva original. Os fluxos de caixa que se esperam vir a receber incluem os fluxos de caixa resultantes de colaterais detidos ou de outras garantias de crédito que sejam parte integrante dos termos contratuais e para as contas a receber de clientes e contas a receber relativas a contratos com clientes, o Grupo adota a abordagem simplificada na determinação das perdas de crédito esperadas.

Assim, para estas contas, o Grupo não monitoriza alterações no risco de crédito, mas, ao invés, reconhece uma perda por imparidade baseada na perda de crédito esperada ao longo da duração do ativo, a cada data de relato. O Grupo estabeleceu uma matriz de imparidade baseada nos créditos que foram perdidos no passado, ajustada por fatores prospetivos específicos dos devedores e do ambiente económico. Para este efeito, os saldos de clientes e outros devedores foram segregados tendo em conta os respetivos perfis de risco e a antiguidade do incumprimento.

Para os saldos a receber de empresas associadas e participadas, que não sejam considerados parte do investimento financeiro nessas empresas, a imparidade é avaliada atendendo a critérios de risco. Nos casos em que o saldo a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, o risco de incumprimento é avaliado como sendo muito próximo de zero e, como tal, a imparidade é zero. Nos casos em que o saldo a receber não é imediatamente exigível, é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for baixo ou se o prazo for inferior a 12 meses, então o Grupo apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos doze meses. Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, o Grupo adota a abordagem geral do modelo de imparidade. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em dois estágios. Para as situações onde não tenha existido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas incidem sobre perdas que possam vir a ser incursas de incumprimentos que sejam de possível ocorrência nos próximos 12 meses; para as situações onde tenha existido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, a perda por imparidade é calculada para todas as perdas de crédito esperadas ao longo da duração do ativo, independentemente de quando ocorra o incumprimento, de acordo com as políticas de gestão de risco divulgadas na Nota 39.

O Grupo considera que um ativo financeiro está em incumprimento quando está vencido a mais de 90 dias.

Porém, em certos casos, o Grupo pode também considerar que um ativo financeiro está em incumprimento quando exista informação interna e externa que indique que é improvável que o Grupo venha a receber a totalidade do crédito sem que tenha de acionar as garantias que possua. Um ativo financeiro é desreconhecido quando não há uma expectativa razoável de vir a recuperar os fluxos de caixa contratuais.

2.6.2 PASSIVOS FINANCEIROS

i) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no momento de reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, empréstimos, contas a pagar, ou derivados designados como instrumento de cobertura numa relação de cobertura eficaz.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso dos empréstimos e das contas a pagar, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros do Grupo, incluem contas a pagar a fornecedores e outros credores, empréstimos incluindo descobertos bancários, e derivados.

ii) Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação inicial, como segue:

Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Passivos financeiros ao justo valor através da demonstração dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e os passivos financeiros que no momento de reconhecimento inicial foram assim designados e, ainda, os passivos financeiros associados a uma contraprestação contingente decorrente de uma concentração de atividades empresariais.

Os passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se tiverem sido incorridos com a finalidade de serem recomprados no curto prazo. Esta categoria inclui derivados que não sejam designados como sendo instrumentos de cobertura numa relação de cobertura, tal como previsto na IFRS 9. Derivados embutidos separados são também classificados como detidos para negociação a não ser que sejam considerados instrumentos de cobertura eficazes. Ganhos e perdas em passivos detidos para negociação são registados na demonstração dos resultados.

Os passivos financeiros que são classificados, no momento de reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao justo valor são assim designados no momento do reconhecimento inicial apenas se os critérios previstos na IFRS 9 forem satisfeitos. As opções de venda concedidas no âmbito de aquisições de participações financeiras (ver nota 2.3) são classificadas nesta categoria.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado através da utilização do método do juro efetivo. Ganhos e perdas são registados na demonstração dos resultados quando os passivos são desreconhecidos e através da amortização decorrente do método do juro efetivo.

O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer desconto ou prémio na aquisição e os honorários e outros custos que sejam parte integral da taxa de juro efetiva. O efeito do juro efetivo é registado nos gastos financeiros na demonstração dos resultados.

Esta categoria geralmente é aplicável às contas a pagar a fornecedores e outros credores, e aos empréstimos incluindo empréstimos bancários, factoring e descobertos bancários. Os empréstimos sob a forma de papel comercial são classificados como passivos não correntes quando têm garantia de colocação por um prazo superior a um ano e é intenção do Conselho de Administração Executivo utilizar este instrumento de financiamento por um prazo superior a um ano.

O Grupo contrata operações de *confirming* com instituições financeiras, as quais são enquadráveis como reverse factoring agreements. Estes acordos são utilizados para gerir a tesouraria do Grupo, sendo que os valores das faturas adiantadas aos fornecedores que aderem a estes contratos mantidos no Passivo, na conta de outras contas a pagar, sendo os pagamentos do valor adiantado aos fornecedores tratados como pagamentos operacionais e os pagamentos relativos aos juros e comissões incorridos tratados como atividades de financiamento. Os custos incorridos com as operações de *confirming* são registados na rubrica de outros gastos financeiros líquidos.

iii) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente é satisfeita ou cancelada, ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro da mesma contraparte e com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo financeiro são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre os respetivos valores contabilísticos é reconhecida na demonstração dos resultados. Considera-se que os termos são substancialmente diferentes se o valor atual dos fluxos de caixa do passivo financeiro renegociado, incluindo comissões, descontados utilizando a taxa de juro efetiva original, é pelo menos 10% diferente do valor atual dos fluxos de caixa remanescentes do passivo financeiro original.

Se a troca der origem a uma modificação que não seja substancial, a diferença entre a quantia escriturada do passivo antes da modificação e a quantia escriturada após a modificação (correspondente ao valor presente dos fluxos de caixa futuros) é registada na demonstração dos resultados como um ganho ou perda da modificação.

2.6.3 COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o respetivo valor líquido é apresentado na demonstração da posição financeira consolidada se existir um direito presente de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas e existe a intenção de ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo.

2.6.4 CONTABILIDADE DE COBERTURA

i) Reconhecimento inicial e subsequente

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados, tais como *swaps* de taxas de juros, para cobrir os seus riscos de juro. Tais instrumentos financeiros derivados são inicialmente registados ao justo valor na data em que o derivado é contratado e são subsequentemente mensurados ao justo valor na data de relato. O ganho ou perda resultando é registado na demonstração dos resultados exceto se o derivado seja classificado como instrumento de cobertura, caso em que o reconhecimento da variação do justo valor depende da natureza da relação de cobertura. Os derivados são apresentados no ativo quando o seu justo valor é positivo e no passivo quando o seu justo valor é negativo.

Em termos de contabilidade de cobertura, as coberturas são classificadas como:

- Cobertura de justo valor quando a finalidade é cobrir a exposição a alterações de justo valor de um ativo ou passivo registado ou de um compromisso do Grupo não registado.
- Cobertura de fluxos de caixa quando a finalidade é cobrir a exposição à variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de um risco específico associado à totalidade ou a uma componente de um ativo, ou passivo registado, ou a uma transação prevista de ocorrência altamente provável, ou o risco de câmbio associado a um compromisso do Grupo não registado;
- Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.

No início da relação de cobertura, o Grupo formalmente designa e documenta a relação de cobertura para a qual pretende aplicar a contabilidade de cobertura bem como a finalidade de gestão e estratégia dessa cobertura.

Antes de 1 de janeiro de 2018, a documentação incluía a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação coberta, a natureza do risco coberto e o modo como o Grupo avaliava a eficácia das variações do justo valor do instrumento de cobertura face à exposição do Grupo a variações do justo valor do item coberto ou fluxos de caixa decorrentes do risco coberto. Tais coberturas deveriam ser altamente eficazes para compensar alterações nos justos valores ou nos fluxos de caixa e eram avaliadas numa base contínua de forma a demonstrar que eram de facto altamente efetivas durante o período de relato financeiro. A partir de 1 de janeiro de 2018, a documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação coberta, a natureza do risco a ser coberto e o modo como o Grupo avalia se a relação de cobertura cumpre com os requisitos de contabilidade de cobertura (incluindo a sua análise das fontes de ineficácia da cobertura e a forma como determina a taxa de cobertura). O relacionamento de cobertura é qualificável para contabilidade de cobertura se satisfaz todos os seguintes requisitos de eficácia da cobertura:

- Existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura;
- O efeito do risco de crédito não domina as alterações de valor que resultam dessa relação económica; e
- O rácio de cobertura do relacionamento de cobertura é o mesmo que o que resulta da quantidade do item coberto que uma entidade cobre efetivamente e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade do item coberto.

Os relacionamentos de cobertura que satisfaçam os critérios de elegibilidade acima, são contabilizados como segue:

ii) Cobertura de justo valor

A alteração no justo valor do instrumento de cobertura é registada como resultado financeiro do período. A alteração no justo valor do item coberto atribuível ao risco coberto é registada como parte do valor contabilístico do item coberto.

Para cobertura de justo valor de itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajustamento ao valor contabilístico é amortizado na demonstração dos resultados pelo período remanescente da cobertura usando o método do juro efetivo. A amortização através do método do juro efetivo inicia-se quando existe o ajustamento e nunca mais tarde do momento no qual o item coberto deixa de ser ajustado pelas alterações no justo valor atribuíveis ao risco que está sendo coberto. Se o item coberto é desreconhecido, o justo valor por amortizar é registado imediatamente na demonstração dos resultados. Quando um compromisso não registado é designado como item coberto, as alterações acumuladas subsequentes no justo valor do compromisso do Grupo atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas como um ativo ou passivo e o correspondente ganho ou perda registado na demonstração dos resultados.

iii) Cobertura de fluxos de caixa

A parcela eficaz do ganho ou perda no instrumento de cobertura é reconhecida no Outro rendimento integral na reserva de cobertura de fluxos de caixa, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida imediatamente na demonstração dos resultados. A reserva de cobertura de fluxos de caixa é ajustada para o menor dos valores entre o ganho ou perda acumulada no instrumento de cobertura e a alteração acumulada no justo valor do item coberto.

A partir de 1 de janeiro de 2018, o Grupo designa apenas o elemento à vista dos contratos *forward* como instrumento de cobertura. O elemento *forward* é reconhecido no Outro rendimento integral e acumulado numa componente separada de capital próprio.

As quantias acumuladas no Outro rendimento integral são contabilizadas em função da natureza da relação de cobertura respetiva. Se a relação de cobertura subsequentemente se traduz no registo de um item não financeiro, a quantia acumulada é removida da componente separada de capital próprio e incluída no custo inicial ou valor contabilístico do ativo ou passivo coberto. Tal não é um ajustamento de reclassificação e não deve ser registado no Outro rendimento integral do período. Isto também é aplicável quando uma transação esperada coberta de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro se converte num compromisso do Grupo sujeito a contabilidade de cobertura.

Para quaisquer outras coberturas de fluxos de Caixa, a quantia acumulada no Outro rendimento integral é reclassificada para a demonstração dos resultados como um ajustamento de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa cobertos afetam a demonstração dos resultados.

Se a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa for interrompida, a quantia acumulada no Outro rendimento integral deve permanecer se se esperar que os fluxos de caixa futuros cobertos ainda ocorram. Caso contrário, a quantia acumulada é reclassificada imediatamente para a demonstração dos resultados como um ajustamento de

reclassificação. Após a interrupção, assim que os fluxos de caixa sejam cobertos, qualquer quantia acumulada remanescente no Outro rendimento integral deve ser contabilizada de acordo com a natureza da transação subjacente como descrito acima.

iv) Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira

Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira, incluindo a cobertura de itens monetários que sejam contabilizados como integrantes do investimento líquido, são contabilizados de modo similar ao da cobertura de fluxos de caixa. Qualquer ganho ou perda no instrumento de cobertura relativo à parcela eficaz da cobertura é registada no Outro rendimento integral enquanto os ganhos ou perdas relativos à parcela ineficaz são registados na demonstração dos resultados. No momento da alienação da operação no estrangeiro, o valor acumulado dos ganhos e perdas contabilizados no capital próprio são transferidos para a demonstração dos resultados.

2.6.5 INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. Os instrumentos de capital próprio emitidos pelas empresas do Grupo são registados pelo valor recebido, líquido dos custos suportados com a sua emissão.

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio.

Os ganhos ou perdas ocorridas na sua alienação das ações próprias são registados em "Outras reservas", não sendo considerados nos resultados do período em que ocorrem.

2.6.6 CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS

O Grupo capitaliza os custos de empréstimos obtidos (custos de juros e outros incorridos devido a pedidos de empréstimos de fundos) que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo, ou seja, um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Todos os outros custos de empréstimos obtidos devem ser contabilizados como um gasto no período em que sejam incorridos.

Em 2023, o Grupo Visabeira não capitalizou juros de empréstimos obtidos.

2.7 Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis, com exceção dos ativos das redes da TVCabo Angola e da TVCabo Moçambique, são registados ao custo de aquisição líquido das respetivas depreciações acumuladas e de perdas de imparidade.

Custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, quando for provável que benefícios económicos futuros, que excedam o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente, fluirão para a empresa e o custo do ativo para a empresa possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

Os ativos das redes da TVCabo Angola e da TVCabo Moçambique são mensurados, a partir de 1 de outubro de 2019, de acordo com o modelo de revalorização, ou seja, são mensurados ao justo valor à data das revalorizações menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

As revalorizações são efetuadas com suficiente regularidade para assegurar que a quantia escriturada não difira materialmente daquela que seria determinada pelo uso do justo valor no fim do período de relato. A frequência das revalorizações depende das alterações nos justos valores dos ativos fixos tangíveis que estão a ser revalorizados.

Quando o justo valor de um ativo revalorizado diferir materialmente da sua quantia escriturada, é exigida uma nova revalorização. Tais revalorizações frequentes são desnecessárias para itens do ativo fixo tangível apenas com alterações insignificantes no justo valor. Em vez disso, pode ser necessário revalorizar o item apenas a cada três ou cinco anos. Quando a quantia escriturada destes ativos é aumentada como resultado de uma revalorização, o aumento deve ser reconhecido em outro rendimento integral e acumulado no capital próprio na rubrica de "Excedentes de revalorização". Contudo, o aumento deve ser reconhecido na demonstração dos resultados até ao ponto em que reverta um decréscimo de revalorização do mesmo ativo previamente reconhecido nos lucros ou prejuízos. Se a quantia escriturada de um ativo for diminuída como resultado de uma revalorização, a diminuição deve ser reconhecida na demonstração dos resultados.

Contudo, a diminuição deve ser reconhecida em outro rendimento integral até ao ponto de qualquer saldo credor existente no excedente de revalorização com respeito a esse ativo. A diminuição reconhecida em outro rendimento integral reduz a quantia acumulada no capital próprio com o título de excedente de revalorização.

É efetuada uma transferência anual entre a rubrica de "Excedentes de revalorização" e os resultados transitados que corresponde à diferença entre a depreciação baseada no valor reavaliado do ativo e a depreciação baseado no seu custo histórico.

Na data da alienação, qualquer reserva de reavaliação remanescente é transferida para os resultados transitados.

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos destinados à produção/aquisição de ativos que exigem um período de tempo substancial para que estejam prontos a ser utilizados são adicionados ao custo destes ativos.

Depreciações

Os terrenos não são amortizados, exceto os afetos à atividade extrativa, sendo as depreciações dos restantes bens calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas refletem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens.

Os valores residuais dos bens e as suas vidas úteis são reavaliados, e ajustados caso necessário, à data de cada balanço. As taxas de depreciação praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	2023	2022
Terrenos e recursos naturais	0,00%	2,50%
Edifícios	2,00% - 4,00%	2,00% - 5,00%
Outras construções	6,67% - 12,50%	6,67% - 33,33%
Equipamento básico	10,00% - 25,00%	16,66% - 25,00%
Equipamento de transporte	4,00% - 25,00%	4,00% - 25,00%
Ferramentas e utensílios	4,00% - 10,00%	4,00% - 10,00%
Equipamento administrativo	4,00% - 10,00%	4,00% - 10,00%

Em 2023, foram revistas as vidas úteis dos equipamentos das subsidiárias mais recentemente adquiridas do setor das Telecomunicações e Energia na Europa e América, no sentido de garantir uma adequada uniformização com os critérios de depreciação, aprovadas pelo Grupo Visabeira, tendo em conta o estado de uso dos bens. Desta análise, resultou a revisão das taxas de depreciação que eram aplicadas nestas subsidiárias, com um impacto de cerca de 8 milhões de euros de redução das depreciações.

2.8 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem imóveis e terrenos detidos para auferir rendimento ou valorização de capital, ou ambos, não sendo utilizados na prossecução da atividade normal dos negócios. Inicialmente as propriedades de investimento são mensuradas ao custo de aquisição, incluindo os custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao justo valor, determinado por referência à data de balanço e refletindo condições atuais de mercado. O justo valor é determinado por entidades independentes devidamente credenciadas e segundo as metodologias recomendadas internacionalmente. Ganhos ou perdas resultantes de alterações do justo valor das propriedades de investimento são relevadas na demonstração dos resultados no ano em que são geradas.

As propriedades de investimento são desreconhecidas quando as mesmas forem alienadas ou quando forem retiradas de uso não sendo expectável que benefícios económicos futuros resultem da sua retirada. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento de propriedades de investimento são reconhecidos na demonstração de resultados nesse ano.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos nos resultados consolidados do período a que respeitam.

A transferência para, ou de, propriedades de investimento deve ser feita quando, e apenas quando, houver uma alteração no seu uso. Numa transferência de propriedades de investimento escriturada pelo justo valor para propriedade ocupada pelo dono, o custo considerado da propriedade para subsequente contabilização deve ser o seu justo valor à data da alteração de uso.

Se uma propriedade ocupada pelo dono se torna numa propriedade de investimento que seja escriturada pelo justo valor, o Grupo utiliza os mesmos princípios contabilísticos que aplica aos ativos fixos tangíveis, até à data da alteração de uso.

Se um ativo inicialmente reconhecido nos inventários é posteriormente considerado como propriedade de investimento após ter sido determinada a sua alteração de uso, qualquer diferença entre o justo valor da propriedade nessa data e a sua quantia escriturada anterior é reconhecida nos lucros ou prejuízos do exercício. Se o Grupo inicia o desenvolvimento ou a construção de um imóvel com a intenção de o vender, este deve ser transferido para inventários. Se essa propriedade for mensurada ao justo valor, essa transferência deverá ser mensurada ao justo valor na data da transferência e esse será o custo considerado para o registo da propriedade em inventários.

2.9 Locações

O Grupo avalia, no início de cada acordo, se o acordo é, ou contém, uma locação. Isto é, se transmite o direito de controlar o uso de um ativo ou ativos específicos por um determinado período de tempo em troca de uma contrapartida. Para se concluir que um contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período de tempo, o Grupo avalia se possui cumulativamente o i) direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos derivados do uso do ativo em causa; e ii) o direito de direcionar o seu uso.

GRUPO COMO LOCATÁRIO

O Grupo aplica o mesmo método de reconhecimento e mensuração a todas as locações, exceto para as locações de curto prazo e locações associadas a ativos de baixo valor.

O Grupo reconhece um passivo relativo aos pagamentos da locação e um ativo identificado como direito de uso do ativo subjacente.

I. Ativos sob direito de uso

À data de início da locação (isto é, data a partir da qual o ativo está disponível para uso), o Grupo reconhece um ativo relativo ao direito de uso. Os "Ativos sob direito de uso" são mensurados ao custo, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas, ajustado pela remensuração do passivo da locação. O custo compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustado por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido (caso aplicável).

O ativo sob direito de uso é depreciado utilizando o método de depreciação linear, com base na sua vida útil ou no prazo da locação, dos dois o mais baixo.

Se a propriedade do ativo se transmitir para o Grupo no final do prazo da locação, ou o custo incluir uma opção de compra, as depreciações são calculadas tendo em conta a vida útil estimada do ativo. Os "Ativos sob direito de uso" são ainda sujeitos a perdas por imparidade.

II. Passivos da locação

À data de início da locação, o Grupo reconhece um passivo mensurado ao valor presente dos pagamentos de rendas a efetuar ao longo do acordo. Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem os pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos (caso aplicável) e pagamentos variáveis associados a um índice ou taxa. Os pagamentos incluem ainda, caso aplicável, o preço de exercício de uma opção de compra, que será exercida pelo Grupo com uma certeza razoável, e pagamentos de penalizações por terminar o contrato, se os termos da locação refletirem a opção de exercício do Grupo.

O passivo da locação é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo, sendo remensurado quando se verificam alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração da taxa ou índice, bem como das possíveis modificações dos contratos de locação. Quando o passivo de locação é remensurado, o direito de uso do ativo é ajustado em igual montante, exceto se a sua quantia já se encontrar reduzida a zero, sendo nesse caso registado um ganho/perda na demonstração dos resultados.

Pagamentos variáveis que não estejam associados a quaisquer índices ou taxas são reconhecidos como gasto do exercício, no exercício em que ocorre o evento ou condição que leva ao pagamento. Para o cálculo do valor presente dos pagamentos futuros da locação, o Grupo usa a sua taxa de juro incremental à data de início da locação, uma vez que a taxa de juro implícita ao contrato não é prontamente determinável. Após essa data, o montante do passivo da locação é aumentado por acréscimo de juros e reduzido por pagamentos de rendas efetuados. Adicionalmente, o valor é remensurado se ocorrer alguma alteração nos termos do acordo, no valor das rendas (e.g., alterações dos pagamentos futuros causadas por uma alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos) ou uma alteração da avaliação de uma opção de compra associada ao ativo subjacente.

III. Locações de curto prazo e locações de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento às suas locações de curto prazo de ativos (i.e., locações com prazos de 12 meses ou inferiores e não contém uma opção de compra). O Grupo aplica igualmente a isenção de reconhecimento a locações de ativos considerados de baixo valor. Os pagamentos de rendas de locações de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como gasto do exercício, ao longo do período da locação.

GRUPO COMO LOCADOR

As locações nas quais o Grupo não transfere substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade de um ativo são classificadas como locações operacionais. Os rendimentos auferidos através de rendas são contabilizados, em linha reta, durante o período da locação e são apresentados no rédito, devido à sua natureza operacional. Custos iniciais diretamente relacionados com a negociação e angariação dos *leasings* são adicionados ao valor contabilístico do ativo e são registados como gastos durante o período de vida da locação na mesma cadência das rendas auferidas. As rendas contingentes são reconhecidas apenas quanto o direito é estabelecido. A duração da locação é a soma do período durante o qual a locação não pode ser cancelada com um período adicional que esteja previsto o locatário ter a opção de manter a locação e, no início do contrato, o Grupo tem uma certeza razoável que o locatário a vá exercer. Quantias a receber dos locatários por cessão contratual ou por compensações em desvalorizações patrimoniais são registadas na demonstração dos resultados quando o direito a receber estiver estabelecido. Ganhos relativos a despesas comuns redebitadas aos locatários são registados no período no qual a compensação diz respeito. *Fees* de gestão e serviço são incluídos como Rendimentos de rendas, sem considerar os respetivos custos, porque o Grupo considera que atua como principal e não como agente nesta situação.

2.10 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade. As amortizações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, pelo seu período de vida útil (geralmente 3 anos). Custos com ativos intangíveis gerados internamente e marcas próprias são registados em resultados do exercício na medida em que são incorridos. As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos, ou na procura de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando for demonstrável a exequibilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento e o Grupo tiver intenção e capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou o seu uso. No âmbito das concentrações de atividades empresariais são identificados ativos intangíveis relativos a *order backlog*, os quais são amortizados em linha reta durante o período previsto para a execução dos contratos identificados.

2.11 Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis

Os ativos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas estão sujeitos a testes de imparidade anuais. Para aqueles que, tendo uma vida útil definida, estão sujeitos a amortizações, realizam-se também testes de imparidade sempre que as circunstâncias se alteram e o valor pelo qual se encontra escriturado possa não ser recuperável.

Uma perda por imparidade é a quantia pela qual a quantia escriturada de um ativo excede a sua quantia recuperável.

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido de um ativo (justo valor – custos de venda) e o seu valor de uso, o qual decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto antes de imposto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do(s) ativo(s) em causa.

Para a determinação do valor recuperável, os ativos são analisados individualmente ou agrupados aos mais baixos níveis para os quais são identificados separadamente como unidades geradoras de fluxos de caixa. Uma unidade geradora de caixa (UGC) é o grupo mais pequeno de ativos que inclui o ativo e que gera influxos de caixa provenientes do uso continuado, que sejam em larga medida independentes dos influxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Sempre que o valor contabilístico do ativo é superior ao seu valor recuperável é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração de resultados do período a que se refere. Se esta perda for subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado em conformidade, mas nunca se poderá tornar superior ao valor que estaria reconhecido caso a perda por imparidade não tivesse sido registada. A reversão da imparidade é também reconhecida na demonstração de resultados do período a que se refere.

2.12 Inventários

Os inventários são valorizados ao menor, de entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda deduzido dos custos estimados para terminar a produção do bem e correspondentes custos de venda. Matérias-primas, subsidiárias e de consumo – Inclui terrenos para futuros empreendimentos imobiliários que se encontram valorizadas ao preço de aquisição acrescido das despesas de compra, o qual é inferior ao respetivo preço de mercado. As restantes matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao preço de aquisição acrescido das despesas de compra até à armazenagem. Produtos acabados e em curso – Quando correspondem a frações de edifícios para venda em empreendimentos concluídos e os produtos em curso, encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra direta e indireta, subcontratos, outros custos variáveis e fixos e encargos financeiros. Os encargos financeiros considerados correspondem aos custos reais dos empréstimos incorridos em contratos de financiamento que referem explicitamente o empreendimento, até ao ponto em que seja razoável face a nível da aplicação. As mercadorias estão valorizadas ao preço médio de aquisição, incluindo custos de transporte e armazenagem.

2.13 Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigida para liquidar a obrigação.

- Reestruturação: Uma provisão para reestruturação é relevada após aprovação formal de uma operação de reestruturação, e esta tenha sido iniciada ou tornada pública. Os custos operacionais não devem ser considerados no valor da provisão.
- Contratos onerosos: Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios expectáveis da consecução do contrato são inferiores aos custos decorrentes da obrigação imposta por este.

As provisões para os custos de desmantelamento, remoção de ativos e restauração do local são reconhecidas quando os bens começam a ser utilizados e se for possível estimar a respetiva obrigação com fiabilidade. O montante da provisão reconhecida corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada em resultados como custo financeiro na rubrica de “Juros líquidos”. Um passivo contingente reconhecido no âmbito de uma concentração de atividades empresariais é inicialmente reconhecido ao justo valor. Após o reconhecimento inicial e até o passivo ser liquidado, cancelado ou expirar, é mensurado um passivo contingente reconhecido numa concentração de atividades empresariais pelo valor mais alto entre a quantia que seria reconhecida de acordo com a IAS 37 e a quantia inicialmente reconhecida menos, quando apropriado, a amortização cumulativa reconhecida de acordo com a norma do Rédito. As provisões são revistas e atualizadas à data do balanço, de modo a refletir a melhor estimativa, nesse momento, da obrigação em causa.

2.14 Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes (fora do âmbito de uma concentração de atividades empresariais) não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de um ex-fluxo de fundos seja remota, e neste caso não são objeto de divulgação. Os ativos contingentes não são reconhecidos, e apenas são divulgados quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.15 Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida. O Grupo Visabeira encontra-se abrangido pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades, estabelecido ao nível da NCFGest, SA, o qual abrange todas as empresas em que esta participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do respetivo capital e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC). A partir de 2014, as subsidiárias do denominado Grupo VAA são incluídas no perímetro fiscal do Grupo Visabeira.

As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades em Portugal, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e nas taxas de imposto aplicáveis. O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros fiscais futuros contra os quais a reversão de diferenças temporárias dedutíveis existentes, os prejuízos fiscais e os créditos fiscais podem ser usados. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados. Não são calculados impostos diferidos sobre as diferenças de consolidação e sobre as diferenças temporárias no reconhecimento inicial de um ativo e passivo quando as mesmas não afetam o resultado contabilístico, nem o fiscal. Também não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos em associadas e interesses em empreendimentos conjuntos por se considerar que se encontram satisfeitas, simultaneamente, as seguintes condições:

- O Grupo é capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e
- É provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada por forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como o Grupo espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos, tendo por base decisões do ponto de vista fiscal substancialmente implementadas à data das demonstrações financeiras consolidadas. O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido que resulte das transações ou eventos reconhecidos em reservas, é registado diretamente nestas mesmas rubricas, não afetando o resultado do exercício.

Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais (e leis) decretadas ou substancialmente decretadas à data do balanço e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do imposto diferido ativo ou de liquidação do imposto diferido passivo. De acordo com a legislação em vigor, consideramos a taxa de IRC de 21% e, nas situações não ligadas a prejuízos fiscais, uma derrama de 1,5% sobre o valor das diferenças temporárias que originaram ativos ou passivos por impostos diferidos.

A breve trecho, o Grupo Visabeira será abrangido pelas regras de tributação mínima efetiva de grupos multinacionais (comumente designadas por “Pilar 2”) as quais, em virtude da transposição da Diretiva (UE) 2022/2523 do Conselho, de 15 de dezembro de 2022, relativa à garantia de um nível mínimo mundial de tributação para os grupos de empresas multinacionais e grandes grupos nacionais na União, se aplicarão a partir de 1 de janeiro de 2024, nas jurisdições (ou na maioria das jurisdições) onde o Grupo Visabeira opera. Em Portugal, sendo a jurisdição onde está sediada a entidade-mãe do Grupo, a Diretiva ainda não foi transposta, mas espera-se que o seja durante 2024 e que as regras produzam já efeito nesse ano. A Diretiva (UE) 2022/2523 do Conselho, de 15 de dezembro de 2022, não produziu qualquer impacto em 2023 no imposto corrente do Grupo

Visabeira, dado que a legislação sobre o Pilar 2 não se encontrava em vigor à data de relato. Quanto aos impostos diferidos relacionados com a adoção futura das novas regras, o Grupo aplicou a exceção ao seu reconhecimento e divulgação, tal como previsto na revisão à IAS 12 emitida em maio de 2023.

O Grupo Visabeira tem presença nas seguintes jurisdições: Portugal, França, Itália, Dinamarca, Alemanha, Bélgica, República da Irlanda, Reino Unido, Espanha, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Marrocos, Estados Unidos da América, México, Brasil e Índia. Destas jurisdições, apenas a Irlanda tem uma taxa nominal de imposto inferior a 15% (as restantes jurisdições aplicam, em regra, uma taxa nominal de imposto superior a 20%).

Atendendo à complexidade das regras previstas na Diretiva (UE) 2022/2523 do Conselho de 15 de dezembro de 2022 e aquela que poderá ser a sua aplicação no Grupo Visabeira, foi realizado um estudo preliminar tendo por base o *Country-by-Country Reporting* e as demonstrações financeiras de 2022, às diversas jurisdições onde o Grupo Visabeira opera (e de acordo com as atuais taxas de tributação e benefícios fiscais em vigor), para avaliar todos os eventuais impactos futuros decorrentes da sua adoção no imposto corrente ou nos impostos diferidos. Verificou-se que, na generalidade, o nível de tributação efetiva por jurisdição é superior ao limite mínimo de 15% previsto nas regras do Pilar 2 (ainda que aplicando apenas as regras de tributação locais), não se estimando daí impactos materiais decorrentes da sua aplicação. No caso da Irlanda, na medida em que se verifique o apuramento de um resultado antes de impostos positivo em 2024 e anos seguintes, tendo em conta uma taxa de imposto aplicável de 12,5%, poderá verificar-se o apuramento de imposto adicional no âmbito do Pilar 2.

2.16 Benefícios a empregados

2.161 PROVISÕES PARA PENSÕES DE REFORMA - PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Algumas empresas do Grupo, nomeadamente as empresas do Grupo Vista Alegre, possuem esquemas de pensões atribuídos a antigos funcionários, na forma de um plano de benefício definido, sendo este um plano de pensões que define o montante de benefício de pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço e remuneração. O Grupo tem em vigor vários planos de benefícios de reforma, uns a cargo do Grupo e outros a cargo da Futuro/Grupo Montepio. O passivo reconhecido no balanço relativamente ao plano de benefícios definidos é o valor presente da obrigação do benefício definido à data de balanço. A obrigação do plano de benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, utilizando o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto das saídas de caixa futuras, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

Todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de ajustamentos em função da experiência e alterações nas premissas atuariais são reconhecidos diretamente no capital próprio e apresentados em outros rendimentos integrais no período em que ocorrem, não sendo reclassificados nos resultados subsequentemente.

Os custos financeiros líquidos e os rendimentos decorrentes dos ativos do plano são reconhecidos nos resultados.

Os custos financeiros são calculados aplicando a taxa de desconto ao passivo de benefício definido ou ativo. O Grupo reconhece os custos de serviços correntes, passados, os ganhos e perdas nos cortes e liquidações, bem como os custos financeiros líquidos na rubrica de “Gastos com o Pessoal”.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos em resultados, exceto se as alterações no plano de pensões forem condicionadas pela permanência dos empregados em serviço por um determinado período de tempo (o período que qualifica para o benefício). Neste caso, os custos de serviços passados são amortizados numa base de linha reta ao longo do período em causa.

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos nos resultados do exercício em que o corte ou a liquidação ocorre. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado para que os benefícios definidos sejam reduzidos, com efeito material, originando assim uma redução nas responsabilidades com o plano.

2.16.2 CESSAÇÃO DE EMPREGO

Os benefícios de cessação de emprego são devidos para pagamento quando há cessação de emprego antes da data normal de reforma ou quando um empregado aceita sair voluntariamente em troca destes benefícios. O Grupo reconhece estes benefícios quando se pode demonstrar estar comprometido a uma cessação de emprego de funcionários atuais, de acordo com um plano formal detalhado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada ou estes benefícios sejam concedidos para encorajar a saída voluntária. Sempre que os benefícios de cessação de emprego se vençam a mais de 12 meses após a data do balanço, eles são descontados para o seu valor atual. Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos no momento imediatamente anterior:

- i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado; e
- ii) uma provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37.

2.16.3 FÉRIAS, SUBSÍDIO DE FÉRIAS E PRÉMIOS

De acordo com a lei laboral dos diversos países, as responsabilidades do Grupo Visabeira relativas ao direito de férias anuais dos seus colaboradores, subsídios de férias e outros direitos adquiridos no ano anterior ao seu pagamento são registadas quando incorridas, independentemente do momento do seu pagamento, e são refletidas na rubrica de “Outras contas a pagar”.

2.16.4 FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO (FCT) E O FUNDO DE GARANTIA DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO (FGCT) - PORTUGAL

Com a publicação da Lei n.º 70/2013 e subsequente regulamentação através da Portaria n.º 294-A/2013, entraram em vigor no dia 1 de outubro os regimes do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT). Neste contexto, as empresas que contratem um novo trabalhador são obrigadas a descontar uma percentagem do respetivo salário para estes dois novos fundos (0,925% para o FCT e 0,075% para o FGCT), com o objetivo de assegurar, no futuro, o pagamento parcial da indemnização em caso de despedimento.

Tendo em conta as características de cada Fundo foi considerado o seguinte:

- As entregas mensais para o FGCT, efetuadas pela entidade empregadora, são reconhecidas como gasto do período a que respeitam;
- As entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, são reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados.

No final do ano de 2023 o Decreto-Lei 115/2023, de 15 de dezembro, alterou os regimes jurídicos destes fundos, extinguindo o FCT e suspendendo até 31/12/2026 a obrigação de adesão e de pagamento de entregas ao FGCT, a partir de 01/01/2024.

2.16.5 PENSÕES

Os compromissos da empresa em termos de indemnizações por reforma são calculados para determinar o valor presente das suas obrigações de benefícios definidos e respetivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo dos serviços passados. O Método da Unidade de Crédito Projetada (também conhecido como método de benefícios acrescidos com pro-rata do serviço ou como método benefício/anos de serviço) vê cada período de serviço como dando origem a uma unidade adicional do direito do benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final. Estas responsabilidades são reconhecidas na Demonstração da posição financeira consolidada na rubrica “Provisões para outros riscos e encargos”.

Nas contas consolidadas, apenas as provisões para indenizações por reforma em empresas francesas foram registadas nas contas do Grupo Visabeira. Para outras empresas, provisões semelhantes são registadas nas contas corporativas ou são insignificantes.

2.17 Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de “caixa e equivalentes de caixa” inclui numerário, depósitos à ordem e aplicações de tesouraria, com prazo de vencimento curto e que são mobilizáveis rapidamente sem risco significativo de alteração de valor. Para efeitos de demonstração de fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, inclui também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de “Empréstimos bancários”, e os ativos financeiros detidos para negociação.

2.18 Trabalhos para a própria empresa

Os custos internos (por exemplo: mão de obra, materiais, transportes) incorridos na produção de ativos tangíveis e inventários são objeto de capitalização, apenas quando preenchidas as seguintes condições:

- os ativos são identificáveis e mensuráveis de forma fiável;
- existe forte probabilidade de que gerem benefícios económicos futuros.

Não são reconhecidas quaisquer margens geradas internamente.

2.19 Especialização de exercícios

Genericamente, os proveitos e os custos são registados conforme o princípio da especialização de exercícios, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas na medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças, entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas, são registadas na demonstração consolidada da posição financeira nas rubricas de “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”, respetivamente.

2.20 Subsídios

Os subsídios só são reconhecidos quando recebidos ou após existir segurança de que o Grupo cumprirá as condições a eles associadas. Os subsídios ao investimento são incluídos na rubrica de Outros passivos não correntes e o proveito subjacente é reconhecido em quotas constantes ao longo da vida útil estimada dos ativos associados. Os subsídios atribuídos para apoiar ações de formação e investimento são reconhecidos na demonstração dos resultados ao mesmo tempo em que o Grupo incorre nos gastos elegíveis e são apresentados na linha de “Outros proveitos”.

2.21 A mensuração ao justo valor

O Grupo mensura alguns dos seus ativos financeiros, alguns dos seus ativos não financeiros, como as propriedades de investimento e as redes da TVCabo, bem como os derivados, ao justo valor à data de referência das demonstrações financeiras.

A mensuração do justo valor presume que o ativo ou passivo é trocado numa transação ordenada entre participantes do mercado para vender o ativo ou transferir o passivo, à data de mensuração, sob as condições atuais de mercado.

A mensuração do justo valor é baseada no pressuposto de que a transação de vender o ativo ou transferir o passivo pode ocorrer no mercado principal do ativo e do passivo, ou, na ausência de um mercado principal, presume-se que a transação aconteça no mercado mais vantajoso. Este é o que maximiza o valor que seria recebido na venda do ativo ou minimiza o valor que seria pago para transferir o passivo, depois de considerar os custos de transação e os custos de transporte.

Devido ao facto de diferentes entidades e diferentes negócios dentro de uma única entidade poderem ter acesso a diferentes mercados, o mercado principal ou o mais vantajoso para o mesmo ativo ou passivo pode variar de uma entidade para outra, ou até mesmo entre negócios dentro de uma mesma entidade, mas pressupõe-se que estão acessíveis ao Grupo.

A mensuração do justo valor utiliza premissas que participantes do mercado utilizariam na definição do preço do ativo ou passivo, assumindo que os participantes de mercado utilizariam o ativo de modo a maximizar o seu valor e utilização.

O Grupo utiliza as técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização de dados relevantes observáveis e minimizando a utilização de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos mensurados ao justo valor ou para os quais a sua divulgação é obrigatória são classificados segundo uma hierarquia de justo valor, que classifica em três níveis os dados a utilizar na mensuração pelo justo valor, detalhados abaixo:

- Nível 1** – Preços de mercado cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode aceder na data de mensuração;
- Nível 2** – Técnicas de valorização que utilizam *inputs* que não sendo cotados, são direta ou indiretamente observáveis para o ativo ou passivo;
- Nível 3** – Técnicas de valorização que utilizam *inputs* não baseados em dados de mercado observáveis, ou seja, baseados em dados não observáveis relativamente ao ativo ou passivo. Os dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar pelo justo valor na medida em que não existam dados observáveis relevantes, permitindo assim contemplar situações em que existe pouca ou nenhuma atividade de mercado no que respeita ao ativo ou passivo à data da mensuração. No entanto, o objetivo da mensuração pelo justo valor permanece o mesmo, ou seja, um preço de saída à data da mensuração na perspetiva de um participante no mercado que é detentor do ativo ou devedor do passivo. Assim, os dados não observáveis devem refletir os pressupostos que os participantes no mercado considerariam ao apreçar o ativo ou passivo, incluindo pressupostos sobre o risco.

A mensuração do justo valor é classificada integralmente no nível mais baixo (dados não observáveis) da hierarquia do justo valor correspondente ao input que é mais significativo para a mensuração como um todo.

2.22 Transações em moeda diferente do euro

A moeda funcional e de apresentação do Grupo é o euro. As empresas sediadas em Angola e Moçambique têm moedas funcionais diversas, sendo as suas demonstrações financeiras transpostas para o euro utilizando as *cross rates* kwanza e metical *versus* dólar americano e deste para o euro.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, para os quais não há acordos de fixação de câmbio, são convertíveis para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes à data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, que resultam da comparação entre as taxas de câmbio em vigor à data das transações e as vigentes à data das cobranças, dos pagamentos, ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados, exceto no que respeita às diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos de empréstimos que, na prática se constituam como uma extensão de investimentos financeiros no estrangeiro e cujo reembolso não seja previsível num futuro próximo, as quais são registadas no capital próprio, até à alienação do investimento, momento em que são transferidos para os resultados do exercício.

Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo são convertidos para a moeda oficial de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor à data em que foram adquiridos.

Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda oficial de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor à data em que o justo valor foi determinado.

A conversão de demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira é efetuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- Taxa de câmbio vigente à data do balanço para a conversão dos ativos e passivos;
- Taxa de câmbio média do período para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados, exceto no caso de subsidiárias situadas em economias hiperinflacionárias, para as quais é usada a taxa de câmbio vigente à data do balanço;
- Taxa de câmbio média do período para a conversão dos fluxos de caixa (nos casos em que essa taxa de câmbio se aproxime da taxa real, sendo que para os restantes fluxos é utilizada a taxa de câmbio da data das operações);

O *goodwill* relativo a investimentos em empresas sediadas no estrangeiro, adquiridas após 1 de janeiro de 2005, encontra-se registado na moeda de reporte dessas empresas, sendo convertido para euros à taxa de câmbio em vigor à data do balanço.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira são incluídas no capital próprio, na rubrica de Reservas de conversão cambial. Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro, as diferenças cambiais associadas à participação financeira previamente registadas em reservas são reconhecidas em resultados.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros com base nas seguintes taxas de câmbio:

TAXA DE CÂMBIO DE FECHO

2023	2022	Código	Designação
915,99	537,44	AON	Kwanza Angolano
70,65	68,18	MT	Metical Moçambicano
5,37	5,60	BRL	Real Brasileiro
7,45	7,44	DKK	Coroa Dinamarquesa
1,11	1,07	USD	US Dólar
0,87	0,88	GBP	Libra Esterlina

TAXA DE CÂMBIO MÉDIA

2023	2022	Código	Designação
757,87	484,73	AON	Kwanza Angolano
69,21	67,28	MT	Metical Moçambicano
5,39	5,41	BRL	Real Brasileiro
7,45	7,44	DKK	Coroa Dinamarquesa
1,08	1,05	USD	US Dólar
0,87	0,86	GBP	Libra Esterlina

Ver na Nota 2.2 a referência à economia angolana como hiperinflacionária.

2.23 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos entre a data da demonstração da posição financeira e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos entre a data da demonstração da posição financeira e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

2.24 Reconciliação das medidas alternativas de desempenho

Apresenta-se de seguida uma tabela a reconciliar as medidas de desempenho referidas no relatório de gestão e nas demonstrações financeiras que não sejam de leitura direta nas demonstrações financeiras primárias.

RELATÓRIO DE GESTÃO E NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Volume de negócios	Vendas + Prestações de serviços
Margem bruta	Volume de negócios - Subcontratos - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
EBITDA	Resultado operacional (s/ amortizações, provisões e justo valor de propriedades de investimento)
Resultados operacionais	EBITDA + Alteração do justo valor de propriedades de investimento - Amortizações - Provisões e perdas por imparidade
Dívida líquida	Empréstimos bancários de longo prazo + Empréstimos bancários de curto prazo + Passivos de locação + Factoring + Confirming - Caixa e equivalentes de caixa
Dívida financeira líquida	Empréstimos bancários de longo prazo + Empréstimos bancários de curto prazo + Passivos de locação - Caixa e equivalentes de caixa
Dívida financeira líquida / EBITDA	Dívida financeira líquida / EBITDA
<i>Gearing ratio</i>	Dívida líquida / Total do capital próprio

3. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS, o Conselho de Administração Executivo do Grupo Visabeira utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação, ou experiência adquirida. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas são como segue:

a) Análise de imparidade do *goodwill*

O Grupo testa anualmente o *goodwill* com o objetivo de verificar se o mesmo está em imparidade. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados com base na metodologia do valor em uso. A utilização deste método requer a estimativa de fluxos de caixa futuros provenientes das operações de cada unidade geradora de caixa e a escolha de uma taxa de desconto apropriada.

b) Valorização e vida útil de ativos tangíveis

O Grupo utilizou diversos pressupostos na estimativa dos fluxos de caixa futuros provenientes dos ativos intangíveis adquiridos como parte de processos de aquisição de empresas, entre os quais a estimativa de receitas futuras, taxas de desconto e vida útil dos referidos ativos. Os ativos associados à rede da TVCABO Angola e da TVCABO Moçambique são mensurados através do modelo de revalorização, o que implica a determinação do respetivo justo valor, o qual é determinado com recurso a avaliações, executadas por peritos externos devidamente credenciados e independentes. O processo de avaliação envolve a utilização de pressupostos (ver nota 21) cuja efetiva concretização tem subjacente incerteza de diversa ordem, tais como a evolução das taxas de inflação e das taxas de juro. O Grupo revê anualmente a razoabilidade das vidas úteis dos ativos utilizados na determinação das taxas de amortização/depreciação dos ativos afetos à atividade. Sempre que aplicável, o Grupo altera prospectivamente a taxa de amortização/depreciação do período com base na revisão realizada.

c) Passivo de locação (Rendas vincendas de contratos de arrendamento)

Com a adoção da IFRS 16, o Grupo reconhece ativos sob direito de uso ("ROU asset") e passivos de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento) sempre que o contrato preveja o direito de controlar a utilização de um ativo identificável durante um certo período de tempo, em troca de uma retribuição. Para aferir quanto à existência de controlo sobre a utilização de um ativo identificável, o Grupo avalia se: i) o contrato envolve o uso de um ativo identificável; ii) tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos do uso do ativo durante o período de locação; e iii) tem o direito de controlar o uso do ativo. A análise dos contratos de arrendamento, nomeadamente no que respeita às opções de cancelamento e renovação previstas nos contratos e na determinação da taxa incremental de financiamento a aplicar para cada portfólio de locações identificado requer a utilização de julgamentos pelo Grupo.

d) Reconhecimento de provisões e ajustamentos

O Grupo é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências (nota 40). Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio. A política do Grupo relativamente à atribuição de *plafonds* à concessão de crédito, quer em termos nacionais, quer em termos internacionais, é feita através de recurso a empresas especializadas em cobertura de risco de crédito. Excluindo os organismos estatais e os clientes com notação de risco nacional e internacional superior, refira-se que a exposição média de risco interno ascende a 20%. Porém, uma análise detalhada à variação das provisões anuais demonstra, claramente, a quase inexistência de risco de cobrança. Acresce que o Grupo possui acesso às principais bases de dados do mercado que juntamente com o seu corpo de análise técnica lhe permitem ajuizar e minimizar claramente o risco creditício.

e) Justo valor das propriedades de investimento

O Grupo recorre a entidades externas para proceder ao cálculo do justo valor das propriedades de investimento.

Na nota 24 – Propriedades de Investimento, são descritos os pressupostos utilizados bem como a respetiva análise de sensibilidade. Uma avaliação é uma previsão do valor de mercado, mas não é uma garantia do valor que seria obtido numa transação. Adicionalmente, outros avaliadores podem legitimamente calcular um valor de mercado diferente. Embora com sinais de recuperação, as transações no mercado têm sido raras e as cotações de mercado têm-se mostrado instáveis, pelo que foi utilizado o método dos *cash flows* descontados e o método dos comparativos para determinar o justo valor das propriedades de investimento.

Esta valorização está muito dependente do valor das rendas futuras e da taxa de ocupação de longo prazo e também no caso dos terrenos detidos para valorização futura dependente da evolução do mercado imobiliário em Viseu e Aveiro.

f) Impostos

São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas. Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte do Conselho de Administração Executivo para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis; e
- As estratégias de otimização fiscal futuras.

g) Benefícios pós-emprego

A avaliação das responsabilidades por benefícios de reforma e de saúde atribuídos aos colaboradores do Grupo ao abrigo de planos de benefícios definidos é efetuada anualmente recorrendo a estudos atuariais elaborados por peritos independentes, baseados em pressupostos atuariais associados a indicadores económicos e demográficos. Todos os indicadores utilizados são os específicos dos países onde os benefícios aos empregados são atribuídos e incluem, entre outros:

- Taxas de desconto baseadas nas taxas dos "corporate bonds" do respetivo país com um rating AAA ou AA;
- Tábuas de mortalidade disponíveis para o público do respetivo país;
- Aumentos futuros de salários e pensões baseados nas taxas de inflação esperadas para o futuro, específicas para o respetivo país.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, são corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

h) Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Para determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Grupo avalia em que medida está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade (controlo de facto). A decisão de que uma entidade tem de ser consolidada pelo Grupo requer a utilização de julgamento, pressupostos e estimativas para determinar em que medida o Grupo está exposto à variabilidade do retorno e à capacidade de se apoderar dos mesmos através do seu poder. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto direto nas demonstrações financeiras consolidadas.

i) Justo valor de passivos financeiros derivados

Com a entrada do investidor Goldman Sachs na Constructel Visabeira (ver notas 8 e 37) foram celebrados um conjunto de acordos, cujos termos e condições foram objeto de uma avaliação cuidadosa pelo Conselho de Administração quando à substância económica e respetivo enquadramento contabilístico em termos de reconhecimento, classificação e mensuração dos instrumentos financeiros envolvidos. Esta análise envolveu julgamento significativo e determinou o reconhecimento de um passivo financeiro derivado associado fundamentalmente a mecanismos de *Downside Protection* previstos naqueles acordos. A mensuração do justo valor do passivo financeiro foi efetuada por recurso a modelos de apreçamento de opções, designadamente o Modelo Lattice Binomial, envolvendo pressupostos relativos ao futuro e outras variáveis significativas, com base na melhor informação disponível à data da mensuração. A informação sobre os pressupostos mais relevantes utilizados na mensuração do passivo financeiro encontra-se divulgada nas Notas 37.

4. Alterações de políticas contabilísticas e erros

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos. No entanto, de realçar que o Grupo optou por apresentar na demonstração dos fluxos de caixa, o efeito de alteração do perímetro como líquido das aquisições e alienações de subsidiárias nas atividades de investimento, antes apresentado autonomamente em "Efeito da alteração do perímetro". Relativamente a novas normas e interpretações, ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações:

4.1 Normas, interpretações, emendas e revisões que entram em vigor no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas ("endorsed") pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2023:

• Adoção da IFRS 17 – Contratos de seguro e Alterações à IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa

A IFRS 17 substitui a IFRS 4 e aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Em termos gerais, IFRS 17 fornece um modelo contabilístico para os contratos de seguro de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 fornece um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes. Esta alteração à IFRS 17 refere-se à apresentação de informação comparativa de ativos financeiros na aplicação inicial da IFRS 17. A emenda adiciona uma opção de transição que permite que uma entidade aplique um "overlay" na classificação de um ativo financeiro no(s) período(s) comparativo(s) apresentado(s) na aplicação inicial da IFRS 17. O "overlay" permite que todos os ativos financeiros, incluindo aqueles mantidos em relação a atividades não relacionadas a contratos no âmbito da IFRS 17 possam ser classificados, instrumento a instrumento, no(s) período(s) comparativo(s) de forma alinhada com a forma como a entidade espera que esses ativos sejam classificados na aplicação inicial da IFRS 9.

• Alterações à IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas

Estas alterações pretendem auxiliar uma entidade na divulgação das políticas contabilísticas ‘materiais’, anteriormente designadas por políticas ‘significativas’. No entanto, devido à inexistência deste conceito nas normas IFRS, foi decidido substituir pelo conceito “materialidade”, um conceito já conhecido pelos utilizadores das demonstrações financeiras.

Ao avaliar a materialidade das políticas contabilísticas, a entidade deve considerar não só a dimensão das transações como também outros eventos ou condições e a natureza dos mesmos.

• Alterações à IAS 8 – Definição de estimativas contabilísticas

A alteração vem esclarecer qual a distinção entre alteração de estimativa contabilística, alteração de política contabilística e a correção de erros. Adicionalmente, esclarece de que forma uma entidade usa as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contabilísticas.

• Alterações à IAS 12 – Imposto diferido relacionados com ativos e passivos decorrentes a uma transação única

A IAS 12 passa a exigir que uma entidade reconheça imposto diferido quando o seu reconhecimento inicial dê origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Contudo, trata-se de uma questão de julgamento profissional se tais deduções são atribuíveis ao passivo que está reconhecido nas demonstrações financeiras ou ao ativo relacionado. Este facto é particularmente importante na determinação da existência de diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou do passivo, na medida em que a exceção de reconhecimento inicial não é aplicável às transações que originaram diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Entre as transações aplicáveis encontram-se o registo de

- (i) ativos sob direito de uso e passivos de locação;
- (ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes montantes reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais.

Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

• Alterações à IAS 12 – Reforma Fiscal Internacional – Regras- Modelo do Segundo Pilar

Estas alterações surgem no âmbito da implementação das regras do *Global Anti-Base Erosion* (“Globe”) da OCDE, as quais poderão implicar impactos significativos no apuramento de impostos diferidos que à data de emissão destas alterações são difíceis de estimar.

Estas alterações introduzem uma exceção temporária à contabilização de impostos diferidos decorrentes da aplicação das regras-modelo do segundo pilar da OCDE, e adicionalmente institui novos requisitos de divulgações específicos para as entidades afetadas.

Estas normas e alterações não tiveram impactos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Visabeira.

Relativamente às alterações à IAS 12 foram feitas mais divulgações na Nota 20.

4.2 À data de aprovação destas demonstrações financeiras, as normas e interpretações endossadas pela União Europeia, mas cuja aplicação obrigatória ocorre em exercícios futuros, são as seguintes:

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

• Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos correntes e não correntes (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024)

Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato.

A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um “covenant”.

No entanto, se o direito de adiar a liquidação por pelo menos doze meses estiver sujeito ao cumprimento de determinadas condições após a data de balanço, esses critérios não afetam o direito de diferir a liquidação cuja finalidade seja de classificar um passivo como corrente ou não corrente.

Esta alteração inclui ainda uma nova definição de “liquidação” de um passivo e é de aplicação retrospectiva.

• Alterações à IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024)

Esta alteração à IFRS 16 introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transações de venda e relocação (“sale & leaseback”) que qualificam como “venda” de acordo com os princípios da IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa.

Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos” de maneira que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

• Alterações a IAS 7 e IFRS 7 - Divulgações: Acordos de financiamento de fornecedores

Estas alterações à IAS 7 Demonstração de Fluxos de Caixa e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, visam esclarecer as características de um acordo de financiamento de fornecedores e introduzem requisitos de divulgação adicionais quando tais acordos existam.

Os requisitos de divulgação destinam-se a auxiliar os utilizadores das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento do fornecedor quanto aos passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez da entidade.

As alterações entram em vigor no período com início em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, contudo deverá ser divulgada.

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

4.3 Normas e Interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não endossadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

• Alterações a IAS 21- Os efeitos das Alterações nas Taxas de Câmbio: Falta de permutabilidade

Esta alteração visa clarificar a forma de avaliar a permutabilidade de uma moeda, e como deve ser determinada a taxa de câmbio quando esta não é permutável por um longo período.

A alteração especifica que uma moeda deverá ser considerada permutável quando uma entidade é capaz de obter a outra moeda num período que permita uma gestão administrativa normal, e mediante um mecanismo de troca ou de mercado em que uma operação de troca crie direitos obrigações passíveis de execução.

Se uma moeda não puder ser trocada por outra moeda, uma entidade deverá estimar a taxa de câmbio à data de mensuração da transação.

O objetivo será determinar a taxa de câmbio que seria aplicável, à data de mensuração, para uma transação similar entre participantes de mercado. As alterações referem ainda que uma entidade pode utilizar uma taxa de câmbio observável sem proceder a qualquer ajustamento. As alterações entram em vigor no período com início em ou após 1 de janeiro de 2025. A adoção antecipada é permitida, contudo, deverá ser divulgada nos requisitos de transição aplicados.

• IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

A IFRS 18 Apresentação e Divulgação de Demonstrações Financeiras vem substituir a IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras e surge em resposta às solicitações dos investidores que procuram informação relativa à performance financeira. Com a introdução dos novos requisitos da IFRS 18, os investidores terão acesso a informação mais transparente e comparável sobre o desempenho financeiro das empresas, tendo como objetivo assim melhores decisões de investimento.

A IFRS 18 introduz essencialmente três conjuntos de novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro:

Comparabilidade da demonstração dos resultados: A IFRS 18 introduz três categorias definidas para rendimentos e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as empresas forneçam novos subtotais definidos, incluindo o resultado operacional. A nova estrutura e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para a análise do desempenho das empresas facilitando a sua comparação.

Transparência das medidas de desempenho definidas pela Gestão:

A IFRS 18 vem exigir que se divulguem informações adicionais sobre os indicadores específicos de performance da empresa relacionados com a demonstração dos resultados, denominados medidas de desempenho definidas pela Gestão.

Agregação e desagregação de itens nas demonstrações financeiras:

A IFRS 18 estabelece orientações sobre o modo como os itens da demonstração dos resultados devem ser agregados.

A IFRS 18 entra em vigor no exercício iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027 sendo a sua aplicação retrospectiva.

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

5. Empresas do Grupo incluídas na consolidação

	Condições de inclusão	Sede social	% de capital detido 2023	% direta 2023	% de capital detido 2022	% direta 2022
GRUPO VISABEIRA, SA		Viseu	Mãe		Mãe	
VISABEIRA GLOBAL						
Aeroprotechnik - Aerial Engineering, Lda*		Viseu	58,59%		39,84%	
Arquiled - Projetos de Iluminação, SA*		Évora	62,19%		-	
Bright Science - Estudos de Engenharia e Ensaíos, Lda*		Évora	62,19%		-	
Base Force, Lda		Viseu	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cabling Station Data, SA*		Mont-Sur-Marchienne	78,11%		78,11%	
Comatel Infraestruturas, Lda		Luanda	100,00%		100,00%	
Constructel - Contructions et Telecommunications Belgique*		Mons	78,11%		78,11%	
Constructel - Contructions et Telecommunications, SARL*		Valence	78,11%		78,11%	
Constructel BAU GmbH*		Berlim	78,11%		78,11%	
Constructel Denmark, ApS*		Copenhaga	78,11%		78,11%	
Constructel Energie, S.A.*		Clermont-Ferrant	78,11%		77,38%	
Constructel GmbH*		Berlim	78,11%		78,11%	
Constructel Itália, SRL*		Galliate	78,11%		78,11%	
Constructel Modal, SA *		Flemalle	78,11%		78,11%	
Constructel Visabeira, SA*		Lisboa	78,11%		78,11%	28,07%
CST - Companhia Santomense de Telecomunicações, S.A.R.L.		São Tomé e Príncipe	51,00%		51,00%	
Cunha Soares & Filhos, SA*		Lousada	62,49%		62,49%	
Edivisa - Empresa de Construção Lda		Luanda	100,00%		100,00%	
Edivisa - Empresa de Construções, SA		Viseu	100,00%		100,00%	
EIP Angola		Luanda	100,00%		100,00%	
EIP Serviços, SA*		Loulé	78,11%		78,11%	
Electrotec, SA	a)	Maputo	49,00%		49,00%	
Elektro-Würkner GmbH*		Farmstätt	78,11%		78,11%	
Energydisti, Ltd*		Manchester	-		78,11%	
Escotel, SASU*		Aurillac	78,11%		78,11%	
Ferreira & Coelho, Lda		Viseu	51,00%		51,00%	
Field Force Atlântico, SA		Viseu	100,00%		100,00%	
Franz-Josef Braun GmbH & Co. KG*		Mechernich	78,11%		78,11%	
Gatel, SAS*		Domessin	78,11%		78,11%	
Geovento Imobiliária, Lda*		V. Nova Gaia	70,30%		-	
Groupe Ramalheira, SAS*		Bois-d'Arcy	78,11%		-	
Hidroáfrica - Comércio e Indústria, SARL		Maputo	96,79%		96,79%	
Holding Escot Telecom Maroc, SARL		Casablanca	100,00%		100,00%	
HCI - CONSTRUÇÕES, S.A.		Lisboa	100,00%		-	
I. Tavan GmbH*		Verden	78,11%		-	
IEME, SRL*		Cesena	78,11%		78,11%	
Infrassign SARL*		Beveren	78,11%		96,79%	
Inpower Group, SCPA*		Nápoles	42,57%		42,57%	
lutel - Infocomunicações, SA*		Viseu	78,07%		78,07%	
Jayme da Costa - Energia e Sistemas, SA*		V. Nova Gaia	78,11%		-	

*Consolidadas pela Constructel Visabeira S.A.

	Condições de inclusão	Sede social	% de capital detido 2023	% direta 2023	% de capital detido 2022	% direta 2022
GRUPO VISABEIRA, SA		Viseu	Mãe		Mãe	
VISABEIRA GLOBAL						
Jayme da Costa SGPS, SA*		V. Nova Gaia	70,30%		-	
Jayme da Costa - Tecnologia e Serviços, Lda*		V. Nova Gaia	78,11%		-	
J. F. Edwards Construction Company*		Des Moines - Iowa	78,11%		78,11%	
Landwalk Unipessoal, Lda*		V. Nova Gaia	78,11%		-	
MJ QUINN - Integrated Services, Ltd*		Liverpol	78,11%		78,11%	
MJ Quinn Constructel, Ltd*		Liverpol	78,11%		78,11%	
MJ Quinn Solar, Ltd*		Liverpol	78,11%		78,11%	
Modal Installation, SA*		Marchienne-Au-Port	78,11%		78,11%	
Naturenergia - Agro-Energias, SA		Viseu	100,00%		100,00%	
Obelisk International Group Holdings, Ltd*		Dublin	78,11%		78,11%	
Oude MarktVoerlieden Natie NV (OMV Natie)*		Beveren	78,11%		78,11%	
O+M Operation + Maintenance, SASU*		Bois-d'Arcy	78,11%		-	
PDT - Projectos e Telecomunicações, SA*		Lisboa	78,11%		78,11%	
Quinn Constructel, Ltd*		London	78,11%		78,11%	
Real Life - Tecnologias de Informação, SA		Algés	65,00%		65,00%	
Real Life Advanced Technologies Academy MZ, SA		Maputo	65,70%		65,70%	
Real Life Technologies MZ, SA		Maputo	65,70%		65,70%	
SCI Constructel*		Valence	78,11%		78,11%	
SCI Constructel Itália, SRL*		Cesena	78,11%		78,11%	
Selfenergy Moçambique, SA		Maputo	79,60%		79,60%	
Sociedade Imobiliária Avenida Gago Coutinho, SA		Lisboa	100,00%		-	
Sogitel - Sociedade de Gestão Imobiliária, Lda		Maputo	96,00%		90,00%	
Tavan Immobilien GmbH*		Verden	78,11%		-	
Tavan Tiefbau & Co. KG*		Verden	78,11%		-	
Televisa - Sociedade Técnica de Obras e Projectos, Lda		Maputo	80,00%		50,00%	
Tensa, S.A.*		Oviedo	78,11%		78,11%	
THG Tavan Holding GmbH*		Verden	78,11%		-	
Toft Hansen ApS*		Kirke Hylling	78,11%		78,11%	
TV Cabo - Comunicações Multimédia, Lda		Maputo	80,00%		50,00%	
TV Cabo Angola, Lda	a)	Luanda	50,00%		50,00%	
Viatel - Tecnologia de Comunicações, SA*		Viseu	78,11%		78,11%	
Visabeira Global, SGPS, SA		Viseu	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Visabeira Infraestruturas, SA*		Viseu	78,11%		78,11%	
Visacasa - Serviços de Assistência e Manutenção Global, SA		Cacém	100,00%		100,00%	
Visactys, SASU*		Valence	78,11%		100,00%	
VisaPower II, S.A.		Viseu	100,00%		100,00%	
VisaPower, Unipessoal, Lda*		Viseu	76,67%		78,11%	

*Consolidadas pela Constructel Visabeira S.A.

	Condições de inclusão	Sede social Viseu	% de capital detido 2023 Mãe	% direta 2023	% de capital detido 2022 Mãe	% direta 2022
GRUPO VISABEIRA, SA						
VISABEIRA INDÚSTRIA						
Agrovisa - Agricultura e Pecuária, Lda		Maputo	100,00%		100,00%	
Álamo - Indústria e Desenvolvimento Florestal, Lda		Luanda	100,00%		100,00%	
Ambitermo - Engenharia e Equipamentos Térmicos, SA		Cantanhede	51,00%		51,00%	
Ambitermo Maroc Chaudieres Industrielles, SARL		Casablanca	51,00%		51,00%	
Armisepi, SA		Viseu	70,00%		70,00%	
Besconsigo - Materiais, Construção de Besteiros, Lda	a)	Tondela	50,00%		50,00%	
Bordalgest, SA*		Lisboa	-		85,60%	
Celmoque - Cabos de Energia e Telec. de Moçambique, SARL		Maputo	99,77%		91,23%	
Cerexport - Cerâmica de Exportação, SA *		Aveiro	85,60%		85,60%	
Cerutil - Cerâmicas Utilitárias, SA*		Sátão	85,60%		85,60%	
Faianças Artísticas Bordalo Pinheiro, Lda*		Caldas da Rainha	73,74%		73,74%	
Faianças da Capôa - Indústria de Cerâmica, SA *		Aveiro	85,60%		85,60%	
Granbeira II - Rochas Ornamentais, SA		Vouzela	100,00%		100,00%	
Marmonte - Mármore de Moçambique, SARL		Maputo	98,38%		80,00%	
Mexicova, SA*		Cidade do México	85,60%		85,60%	
Mob - Indústria de Mobiliário, SA		Viseu	97,78%		97,78%	
Mob Cuisines, SASU		Paris	97,78%		97,78%	
Pinewells, SA		Arganil	100,00%		100,00%	
Rodinerte - Transportes, Lda	a)	Tondela	50,00%		50,00%	
Ria Stone - Fábrica de Louça de Mesa em Grés, SA*		Ílhavo	85,60%		85,60%	
Ria Stone II, SA*		Ílhavo	85,60%		85,60%	
Shree Sharda Vista Alegre Private Limited*		Ílhavo	42,80%		42,80%	
Visabeira Indústria, SGPS, SA		Viseu	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Visaconstroi - Construção e Gestão Imobiliária, Lda		Luanda	100,00%		100,00%	
Vista Alegre Atlantis, SA*		Lisboa	85,60%		85,60%	
Vista Alegre Atlantis Brasil - Comércio, Importação e Exportação, SA*		Vitória	85,60%		83,92%	
Vista Alegre Atlantis Imobiliária e Investimento, SA*		Ílhavo	83,92%		85,60%	
Vista Alegre Atlantis Moçambique, Lda.*		Maputo	85,75%		85,75%	
Vista Alegre Atlantis, SGPS SA		Ílhavo	85,60%	3,31%	85,60%	3,31%
Vista Alegre Atlantis USA *		Nova Iorque	85,60%		85,60%	
Vista Alegre España, SA*		Madrid	85,60%		85,60%	
Vista Alegre France, SAS*		Paris	85,60%		85,60%	

*Consolidadas pela VAA, SGPS,S.A., empresa cotada.

	Condições de inclusão	Sede social Viseu	% de capital detido 2023 Mãe	% direta 2023	% de capital detido 2022 Mãe	% direta 2022
GRUPO VISABEIRA, SA						
VISABEIRA TURISMO, IMOBILIÁRIA E SERVIÇOS						
Ambitermo Angola, Lda		Luanda	100,00%		100,00%	
Angovisa, Lda		Luanda	70,00%		70,00%	
Asfalís - Mediação de Seguros, SA		Viseu	100,00%		100,00%	
Autovisa - Serviços Auto, SARL		Maputo	100,00%		100,00%	
Catari Angola, Lda	a)	Luanda	100,00%		100,00%	
Cepheus, SA		Maputo	99,96%		99,96%	
Combustíveis do Songo, SA		Songo	100,00%		100,00%	
Constellation, SA		Maputo	57,12%		57,12%	
Creative Shots, SA		Lisboa	100,00%		100,00%	
Empreendimentos Tur. Montebelo - Soc. Tur. e Recreio, SA		Viseu	100,00%		99,82%	
FIMMO - Fundo Esp. Inv. Imob. Fechado		Porto Salvo	100,00%		100,00%	
Gesvisa - Património Imobiliário, SA		Lisboa	99,85%		99,85%	
Ifervisa - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento Imobiliário, SA		Lisboa	100,00%		100,00%	
Imobiliária Panorama, Lda		Maputo	70,00%		70,00%	
Imovisa - Imobiliária de Moçambique, Lda	a)	Maputo	49,00%		49,00%	
Inhambane Empreendimentos, Lda		Maputo	80,00%		80,00%	
Martifer-Visabeira, SA	a)	Maputo	50,00%		50,00%	
Mercury Comercial, Lda		Maputo	100,00%		100,00%	
Mercury Comercial, Lda		Luanda	100,00%		100,00%	
Mercury South Africa, Lda		Joanesburgo	100,00%		100,00%	
Milibangalala, SA		Maputo	70,00%		70,00%	
Montebelo Alcobaca Historic Hotel, SA		Alcobaca	100,00%		100,00%	
Mundicor - Viagens e Turismo, SA		Viseu	100,00%		100,00%	
Nikkei Chiado, Lda	a)	Lisboa	50,00%		-	
Panamericana Morfi y Tragos, Lda	a)	Viseu	50,00%		-	
PDA - Parque Desportivo de Aveiro, SA		Aveiro	54,57%		54,57%	
Soginveste Empreendimentos, Lda		Maputo	70,00%		70,00%	
Turvisa - Empreendimentos Turísticos, Lda		Maputo	100,00%		100,00%	
Troppo Squisito Lisboa, Lda		Lisboa	84,85%		84,85%	
VAA - Empreendimentos Turísticos, SA		Ílhavo	99,55%		99,55%	
Vibeiras, Sociedade Comercial de Plantas SA		Maputo	64,43%		64,43%	
Visabeira Angola - Investimento e Participações, Lda		Luanda	100,00%		100,00%	
Visabeira Espanha, SA		Madrid	61,00%		61,00%	
Visabeirahouse - Sociedade de Mediação Imobiliária, SA		Viseu	100,00%		100,00%	
Visabeira Imobiliária, SA		Viseu	100,00%		100,00%	
Visabeira Imobiliária II, SA		Viseu	100,00%		100,00%	
Visabeira Moçambique, Lda		Maputo	100,00%		100,00%	
Visabeira Saúde, SA		Viseu	-		100,00%	
Visabeira Serviços, SGPS, SA		Viseu	100,00%		100,00%	
Visabeira Turismo Imobiliária e Serviços, SGPS, SA		Viseu	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Visabeira Investigação e Desenvolvimento, S.A.		Viseu	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Visaqua - Gestão de Infra- estruturas e Serviços, Ambientais, SA		Maputo	51,00%		51,00%	
Visauto - Reparações Auto, Lda		Luanda	100,00%		100,00%	
Visa House - Sociedade de Mediação Imobiliária, SA		Maputo	100,00%		100,00%	
Zambeze - Restauração, SA	a)	Lisboa	50,00%		50,00%	
Zambeze Village, Lda		Maputo	63,00%		63,00%	

a) As empresas indicadas são consideradas subsidiárias e consolidadas pelo método integral, porque o Grupo Visabeira tem o poder de controlar as participadas e nessa capacidade está exposto a resultados variáveis. Na avaliação da existência de controlo, foram tidos em consideração aspetos particulares, como sejam a detenção da maioria dos direitos de voto, acordos de gestão e representatividade nos órgãos de gestão. No caso específico da TVCABO Angola, detida em 50% pelo Grupo Visabeira e 50% pela Angola Telecom, que beneficia do know-how e competência técnica que a marca Visabeira garante com mais de 40 anos de atividade no domínio das Telecomunicações, o Grupo possui o controlo de todas as atividades relevantes: construção, financiamento (dependente da manutenção do *Management and Technical Assistance Agreement* (MTAA) da TVCABO com a Visabeira); conteúdos; apoio tecnológico e seleção de recursos humanos, incluindo o Diretor-geral. No caso específico da TVCABO Moçambique e da Televisa, ambas detidas em 50% pelo Grupo Visabeira e 50% pela TMCEL, a situação é idêntica à da TVCABO Angola.

6. Investimentos em empresas associadas e empreendimentos conjuntos

	Sede social	Participação		Capital próprio	Resultado líquido	Valor contabilístico		Efeito do MEP no resultado	
		2023	2022	2023	2023	2023	2022	2023	2022
VISABEIRA GLOBAL									
Aceec, ACE	Viseu	50,00%	50,00%	51.397	0	-357	-357	0	0
Beiragás, SA	Viseu	23,55%	23,55%	48.714.705	2.006.832	11.805.522	11.330.053	472.644	388.530
Birla Visabeira Private Limited	Delhi	49,00%	49,00%	-461.113	-1.502.602	-109.099	651.073	-736.275	-422.363
Domingos da Silva Teixeira/Visabeira, ACE	Lisboa	50,00%	50,00%	-329.827	0	0	0	0	0
Ventos de Inhambane	Inhambane	32,50%	32,50%	150.000	0	48.750	48.750	0	0
Vista Power, Lda	Luanda	50,00%	50,00%	382.000	0	191.000	191.000	0	0
Yetech, SA	Cancun	30,00%	30,00%	105.000	0	0	0	0	0
Jayme da Costa - Energia e Sistemas, SA	Vila Nova de Gaia	-	15,00%	-	-	-	1.906.802	-	-1.670.594
VISABEIRA TURISMO, IMOBILIÁRIA E SERVIÇOS									
Doutibelo, SA	Viseu	-	19,97%	-	-	-	3.210.457	-	37.923
Doutibelo, SA - empréstimos						0	2.580.524	-	-
Lipilichi Wilderness Investments, Lda	Port-Louis	30,00%	30,00%	-2.943.293	0	0	0	0	0
Mtdendele Holdings, Lda	Port-Louis	25,00%	25,00%	1.518	0	0	0	0	0
Sem Amarras, Lda	Viseu	-	19,97%	-	-	-	2.258.735	-	17.028
Sem Amarras, Lda - empréstimos						-	5.143.498	-	-
Imensis - Soc. Gestão Empeen. Imobiliários, Lda	Maputo	49,00%	49,00%	297.628	0	66.629	66.629	0	0
Predibeira - Compra e Venda de Propriedades, Lda	Viseu	50,00%	50,00%	207.681	-2.247	103.840	104.964	-1.124	-1.019
Twin City Maputo, Lda	Maputo	39,00%	39,00%	28.770	0	33.794	33.794	0	0
TOTAL						12.140.080	27.525.922	-264.755	-1.650.496

O quadro que se segue evidencia a informação resumida das associadas mais significativas:

	Ano	Ativos	Passivos	Proveitos	Custos
VISABEIRA GLOBAL					
Beiragás, SA	2022	80.575.445	33.879.568	15.117.517	13.467.829
	2023	81.094.872	32.380.167	16.217.126	14.210.294
Jayme da Costa - Energia e Sistemas, SA	2022	31.057.373	35.704.298	30.040.911	40.962.913
	2023	0	0	0	0
VISABEIRA TURISMO, IMOBILIÁRIA E SERVIÇOS					
Doutibelo, SA	2022	7.231.122	4.429.328	741.992	552.093
	2023	0	0	0	0
Sem Amarras, Lda	2022	8.088.075	6.200.356	394.093	308.827
	2023	0	0	0	0
TOTAL 2022		126.952.015	80.213.550	46.294.513	55.291.662
TOTAL 2023		81.094.872	32.380.167	16.217.126	14.210.294

A Beiragás é a concessionária das infraestruturas de distribuição de gás da região Centro Interior, que consiste na gestão da rede de distribuição de gás, em média e baixa pressão, exercida em regime de serviço público, nos termos da regulamentação aplicável.

Em 2023, foram adquiridos os restantes 85% de participação na Jayme da Costa, passando o Grupo Visabeira a ter controlo/influência sobre este Grupo e, com isso, consolidá-lo pelo método integral (ver Nota 8). O Grupo Jayme da Costa tem como área de intervenção o setor das energias e instalações elétricas sendo que nos últimos anos se tem afirmado na execução de parques fotovoltaicos.

Para além desta aquisição, a Empreendimentos Turísticos Montebelo adquiriu os restantes 80% da participação da Doutibelo Participações, S.A. e Sem Amarras – Empreendimentos Turísticos, Lda., ficando a deter 100% destas sociedades que passaram a consolidar integralmente no Grupo Visabeira (ver Nota 8). Estas empresas têm como a atividade principal a indústria hoteleira, empreendimentos turísticos e prestação de serviços inerentes. Importa referir ainda que estas entidades foram fundidas na sociedade Empreendimentos Turísticos Montebelo.

7. Outros investimentos financeiros

7.1 Outros investimentos financeiros não correntes

PARTICIPAÇÕES NO CAPITAL	Sede Social	2023	Valor de Balanço	2022	Valor de Balanço
		%	2023	%	2022
a) Investimentos financeiros ao justo valor através de resultado*					
Participações no capital					
C2 Capital Partners (Ex Capital Criativo)		1,05%	1.450.000	1,05%	1.450.000
Lince capital		n.d.	500.000	n.d.	500.000
Core Capital, SA	Lisboa	n.d.	448.718	n.d.	448.718
Transcom - S. F. C. Auditoria T. Comunicações, SARL	Maputo	22,00%	431.199	22,00%	431.199
Parque de Ciência e Inovação (PCI)	Ílhavo	5,00%	375.000	5,00%	375.000
Fundação Visabeira, ISS	Viseu	76,58%	0	76,58%	288.000
Iberis Capital	Lisboa	n.d.	260.000	n.d.	260.000
Outras participações*			1.131.042		1.124.649
			4.595.958		4.877.566
b) Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral					
Pharol SGPS, SA		0,87%	310.347	0,87%	409.877
c) Pagamentos antecipados					
Investimento em curso			0		2.877.030
Total			4.906.305		8.164.473

*Não foi apurado o justo valor destes ativos, uma vez que se trata de participações minoritárias de reduzida dimensão para as quais o Conselho de Administração Executivo entende que o seu justo valor está próximo do respetivo custo de aquisição.

Relativamente aos investimentos na C2 Capital Partner, Lince Capital, Core Capital e Iberis Capital, são investimentos em fundos de investimento, cuja percentagem detida de unidades de participação é reduzida, não tendo o Grupo Visabeira controlo ou influência significativa sobre os referidos fundos. A Fundação Visabeira é uma IPSS e apesar da percentagem elevada de participação (76,58%), estatutariamente, o Grupo Visabeira não exerce controlo ou influência significativa sobre a Fundação.

Em 2022, o adiantamento por conta da aquisição de investimentos financeiros diz respeito ao processo da aquisição da Arquiled, como descrito na Nota 8.

7.2 Outros investimentos financeiros correntes

Outros instrumentos financeiros registados ao justo valor através do resultado	Valor de Balanço 2023	Valor de Balanço 2022
BCP	646.109	344.717
Outras participações em empresas cotadas	51.468	47.235
TOTAL	697.577	391.952

8. Alterações ao perímetro de consolidação

AQUISIÇÕES 2023

Durante o exercício de 2023, o Grupo Visabeira manteve a sua estratégia de investimento para expansão de novas geografias e reforço da sua posição nos mercados onde está presente através da aquisição de empresas como detalhado abaixo:

AQUISIÇÕES / CONSTITUIÇÕES	País	Sede Social		% Adquirida/Constituída	% Capital detido após a aquisição	Data	Custo de Aquisição
Arquiled							
Arquiled	Portugal	Évora	Aquisição	100,00%	100,00%	01.05.2023	4.245.595
Brightscience	Portugal	Évora	Aquisição	100,00%	100,00%	01.05.2023	
Jayme da Costa							
Jayme da Costa - ES, Lda	Portugal	Porto	Aquisição	85,00%	100,00%	01.01.2023	4.222.175
Jayme da Costa SGPS	Portugal	Porto	Aquisição	76,50%	90,00%	01.01.2023	
Jayme da Costa -TS, Lda	Portugal	Porto	Aquisição	85,00%	100,00%	01.01.2023	
Geovento Imobiliária, Lda	Portugal	Porto	Aquisição	76,50%	90,00%	01.01.2023	
Landwalk Unipessoal, Lda	Portugal	Porto	Aquisição	85,00%	100,00%	01.01.2023	
Groupe Ramalheira							
Groupe Ramalheira	França	Bois-d'Arcy	Aquisição	100,00%	100,00%	01.01.2023	8.981.798
O+M	França	Bois-d'Arcy	Aquisição	100,00%	100,00%	01.01.2023	
Grupo Tavan							
THG Tavan Holding GmbH	Alemanha	Verden	Aquisição	100,00%	100,00%	01.05.2023	75.131.035
Tavan Tiefbau & Co. KG	Alemanha	Verden	Aquisição	100,00%	100,00%	01.05.2023	
I. Tavan GmbH	Alemanha	Verden	Aquisição	100,00%	100,00%	01.05.2023	
TAVAN immobilien GmbH	Alemanha	Verden	Aquisição	100,00%	100,00%	01.05.2023	
HCI							
HCI Construções, S.A.	Portugal	Lisboa	Aquisição	100,00%	100,00%	01.11.2023	38.093.601
Sociedade Imobiliária Avenida Gago Countinho, S.A.	Portugal	Lisboa	Aquisição	100,00%	100,00%	01.11.2023	
Doutibelo	Viseu	Viseu	Aquisição	80,03%	100,00%	31.01.2023	40.000
Sem Amarras	Viseu	Viseu	Aquisição	80,03%	100,00%	31.01.2023	40.000
Panamericana	Portugal	Viseu	Constituição	50,00%	50,00%	01.10.2023	10.000
Nikkei Chiado	Portugal	Lisboa	Constituição	50,00%	50,00%	01.08.2023	50.000
TOTAL							130.814.204

Nas situações que deram origem ao reconhecimento do *Goodwill* (ver Nota 23), o mesmo justifica-se pelas sinergias esperadas decorrentes das atividades desenvolvidas pelas empresas e do acesso a novas geografias. A quantia do *goodwill* apurada não é dedutível fiscalmente.

Nenhuma das aquisições deu lugar ao reconhecimento de ativos a receber de indemnizações, tal como não foram identificados quaisquer passivos contingentes.

Nas aquisições do exercício, o Grupo optou por mensurar os “interesses que não controlam” pela respetiva quota-parte nos ativos e passivos transferidos da adquirida.

As percentagens de interesse consideradas para efeitos de consolidação têm em consideração o exercício das referidas opções de venda (20,38% no caso da Arquiled e 25% no caso da O+M e da Tavan) por parte dos anteriores acionistas. A este respeito, ver em 2.3 a política contabilística seguida para mensurar as opções de venda concedidas a acionistas minoritários no âmbito de combinações de negócios.

Os custos de transação associados às aquisições descritas ascenderam a 1,4 milhões de euros (2022: 0,8 milhões de euros) sendo reconhecidos no exercício na rubrica de “Fornecimentos e serviços externos”.

AQUISIÇÕES NA EUROPA

As aquisições na Europa deram origem a um *goodwill* de 104,8 milhões de euros e a um aumento dos ativos e dos passivos do Grupo (reportado às datas de aquisição) de 136,9 milhões de euros e 114,5 milhões de euros, assim resumidos:

	Arquiled	Grupo Jayme da Costa	Groupe Ramalheira	Grupo TAVAN	HCI - Construções	TOTAL
VALOR DA POSIÇÃO ANTES DA AQUISIÇÃO						
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	2.723.986	8.162.035	58.665	24.967.720	16.583.700	52.496.106
Outros ativos	323.938	3.503.883	1.731.360	1.614.741	14.976.486	22.150.409
Clientes	3.700.695	13.522.408	2.033.970	7.369.227	8.354.626	34.980.926
Caixa e equivalentes de caixa	72.713	804.251	0	-2.478.441	28.891.813	27.290.337
Financiamentos obtidos	-7.658.699	-4.149.143	-386.289	-7.598.016	-8.835.352	-28.627.499
Outros passivos	-244.864	-31.504.558	-2.428.083	-6.871.943	-44.837.292	-85.886.740
Total de ativos líquidos	-1.082.231	-9.661.125	1.009.623	17.003.289	15.133.981	22.403.538
Custo de aquisição	4.245.595	4.222.175	8.981.798	75.131.035	38.093.601	130.674.204
Goodwill	5.327.826	7.603.569	7.972.175	58.127.746	22.959.620	101.990.935
Interesses que não controlam	0	-4.830.562	0	0	0	-4.830.562

Constituída em 2005, a Arquiled é um fabricante líder português a desenvolver soluções e sistemas de iluminação pública e privada LED, com especial foco em projetos de eficiência energética. A Arquiled tem uma participada, detida a 100%, a Bright Science, empresa de engenharia de investigação e desenvolvimento, de novos produtos e tecnologias aplicadas ao cluster de soluções de iluminação inteligente, e às infraestruturas de apoio à gestão da cidade.

No apuramento do justo valor à data de aquisição da Arquiled, o valor da marca própria foi considerado nulo, tal como o saldo escriturado de 44 mil euros relativos a clientes em imparidade.

Nos restantes ativos e passivos não foram identificadas diferenças significativas entre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos e os respetivos valores escriturados.

	Arquiled
Custo de aquisição da participação	4.245.595
Pagamento feitos a fornecedores e outros credores	1.834.000
Total do investimento	6.079.595
Pagamentos ano anterior	2.877.030
Pagamentos no exercício	2.497.970
Opção de venda	704.595

O grupo Jayme da Costa (Jdc) é o grupo mais antigo do sector eletromecânico nacional, ultrapassando os 100 anos de existência com uma experiência consolidada nacional e internacionalmente. Ao longo dos anos diversificou a sua área de intervenção através de aquisições e da internacionalização do sector das Energias e Instalações Elétricas. Nos últimos anos tem vindo a afirmar-se na execução de parques fotovoltaicos e é constituído pelas seguintes empresas Jayme da Costa - Energia e Sistemas, Jayme da Costa SGPS, Jayme da Costa - Tecnologia e Serviços, Geovento e Landwalk.

No que diz respeito a este grupo, as principais diferenças entre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos e os valores escriturados dizem respeito ao reconhecimento de um ativo intangível relacionado com contratos com clientes no valor de 3,3 milhões de euros (considerando uma taxa de desconto de 9,7%), ao valor do ativo tangível relativo ao edifício fabril (superior em 1,4 milhões de euros) e ao desreconhecimento do *Goodwill* gerado de aquisições anteriores ocorridas em anos passados. O ativo da Jayme da Costa apresenta 4,2 milhões de euros relativos a clientes já com imparidade registada à data de aquisição e cujo justo valor considerado foi nulo

A aquisição da Jayme da Costa, resulta de uma aquisição por fases. No final de 2022, o Grupo Visabeira já detinha 16% da Jayme da Costa (sendo que 15% diretamente e 1% de forma indireta) que se encontravam mensurados pelo Método de Equivalência Patrimonial por 1,9 milhões de euros (ver Nota 6), não tendo sido apurada uma diferença material entre o valor líquido contabilístico e o justo valor da participação. Por referência a janeiro de 2023, o Grupo Visabeira adquiriu uma participação de 35%, assumindo assim o controlo do Grupo. Em dezembro de 2023, o Grupo Visabeira adquiriu os restantes 50% da Jayme da Costa, sendo que por se tratar de um aumento no interesse participativo numa entidade já controlada foi contabilizado como sendo uma transação entre acionistas, pelo que a diferença entre valor do capital detido pelos Interesses que não controlam e o respetivo custo de aquisição, não deu origem a qualquer reconhecimento de *goodwill* ou de ganhos/perdas, tendo sido registado diretamente no capital próprio. Os impactos desta transação encontram-se detalhados abaixo na "Alteração das percentagens de interesses em entidades controladas".

	Grupo Jayme da Costa
Custo de aquisição da participação	4.222.175
Valor pago aos acionistas minoritários	6.001.789
Total do investimento	10.223.964
Retribuição Contingente	6.001.789
Pagamentos em anos anteriores	4.222.175

O Groupe Ramalheira, fundado em outubro de 2021, detém 100% da O+M, não tendo qualquer outra atividade ou ativo significativo para além desta participação financeira.

A O+M, empresa operacional, foi fundada em 2019, com o intuito de dar resposta às necessidades dos operadores móveis, prestando serviços desde a conceção até à manutenção de redes de Telecomunicações em França.

No que diz respeito a este grupo, não foram identificadas diferenças significativas entre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos e os valores escriturados.

Os impactos desta transação encontram-se detalhados abaixo na "Alteração das percentagens de interesses em entidades controladas".

	Groupe Ramalheira
Custo de aquisição da participação	8.981.798
Total do investimento	8.981.798
Pagamentos no exercício	6.148.668
Opção de venda	2.833.130

A Tavan é uma empresa que está no mercado desde 2015, conta com cerca de 200 colaboradores e desenvolve a sua atividade nas áreas de engenharia, construção e manutenção de infraestruturas de telecomunicações e energia no norte da Alemanha. O perímetro da transação compreende as empresas Tavan Tiefbau GmbH Co KG (empresa operacional), THG Tavan Holding GmbH, I Tavan GmbH e Tavan Immobilien GmbH. Na Tavan, a principal diferença entre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos e os valores escriturados, diz respeito ao registo de um ativo intangível relacionado com a carteira de clientes, valorizado por 11,5 milhões de euros (considerando uma taxa de desconto de 9,0%) e o respetivo imposto diferido passivo no valor de 3,4 milhões de euros. Adicionalmente, no âmbito da norma IFRS16, foi registado um ativo sob direito de uso e correspondente passivo de locação nos montantes de 601 mil euros e 632 mil euros, respetivamente. Relativamente aos saldos de clientes a estimativa é que sejam totalmente recebidos.

	Grupo TAVAN
Custo de aquisição da participação	75.131.035
Total do investimento	75.131.035
Pagamentos no exercício	55.500.000
Opção de venda	19.631.035

A HCI – Construções, S.A. foi constituída em 1979 e desenvolve a sua atividade na área da construção das instalações industriais, edifícios de escritórios, edifícios habitacionais e na área de reabilitação de construções onde se assumiu como empresa líder. Para além disso, a HCI - Construções tem uma participada, detida a 100%, a Sociedade Imobiliária Avenida Gago Coutinho, que tem como atividade principal a compra e venda de imóveis.

Na HCI- Construções, as principais diferenças entre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos e os valores escriturados foram o registo de um ativo intangível no valor de 7,2 milhões de euros (considerando uma taxa de desconto de 9,7%) e o respetivo imposto diferido passivo no valor de 1,6 milhões de euros, relacionado com os contratos de construção em carteira na data de aquisição bem como o desreconhecimento de um *Goodwill* registado na entidade.

	HCI - Construções
Custo de aquisição da participação	38.093.601
Total do investimento	38.093.601
Pagamentos no exercício	24.500.000
Retribuição Contingente	13.593.601

AQUISIÇÕES ATIVOS

De destacar as seguintes subsidiárias adquiridas pelos seus ativos e não pela sua atividade, não se consubstanciando, portanto, numa combinação de negócios:

- Douthel, que detinha uma participação financeira de 35% da Jayme da Costa (adquirida em 2019) e o direito de utilização do Hotel Casa da Ínsua; e a - Sem amarras, que detinha no seu ativo o direito de utilização do aldeamento turístico Montebelo Agueira Lake Resort & Spa. Importa referir que estas empresas foram posteriormente fusionadas na empresa Empreendimentos Turísticos Montebelo.

IMPACTO DAS AQUISIÇÕES

As aquisições tiveram o seguinte impacto na demonstração de resultados do Grupo:

PRINCIPAIS INDICADORES	Arquiled	Grupo Jayme da Costa	Groupe Ramalheira	Grupo TAVAN	HCI - Construções	TOTAL
	(maio-dez)	(jan-dez)	(jan-dez)	(maio-dez)	(nov-dez)	
Volume de negócios	2.418.590	43.863.797	10.292.324	27.864.157	25.183.806	109.622.674
EBITDA	-632.484	3.981.834	944.008	5.950.096	4.081.355	14.324.809
Resultado líquido	-1.025.040	-39.788	28.736	2.128.937	2.535.759	3.628.604

O impacto das aquisições nos ativos não correntes do Grupo, e nas rubricas de Inventários e Clientes encontra-se divulgado nas respetivas Notas. Caso as aquisições acima descritas tivessem ocorrido a 1 de janeiro de 2023, a demonstração dos resultados (pró-forma) para o exercício de 2023 seria a seguinte:

Demonstração consolidada dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (valores em euros)

Operações continuadas	2023 "pró-forma" Não auditado	2023
Vendas	236.662.812	235.159.050
Prestações de serviços	1.575.901.524	1.455.180.754
Volume de negócios	1.812.564.336	1.690.339.804
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-870.189.604	-857.230.947
Trabalhos para a própria empresa	1.704.653	1.704.653
Outros proveitos	32.735.243	31.441.209
Fornecimentos e serviços externos	-328.477.344	-234.013.871
Gastos com o pessoal	-394.402.202	-384.458.700
Outros custos	-15.042.702	-14.139.554
Alteração do justo valor de propriedades de investimento	-5.326.427	-5.326.427
Amortizações	-101.181.664	-98.893.933
Provisões e perdas por imparidade	-6.189.579	-6.054.685
Juros suportados, líquidos	-58.262.309	-57.714.828
Ganhos/(perdas) em ações cotadas	301.392	301.392
Outros gastos financeiros, líquidos	-8.826.799	-8.352.878
Ganhos/(perdas) em associadas	-264.755	-264.755
Resultado antes de imposto	59.142.238	57.336.481
Imposto sobre o rendimento corrente	-21.030.266	-20.345.521
Resultado líquido	38.111.972	36.990.960

AQUISIÇÕES DE 2022

Durante o exercício de 2022, é de destacar as seguintes aquisições:

AQUISIÇÕES / CONSTITUIÇÕES	País		% Adquirida/ Constituída	% Capital detido após a aquisição	Data	Custo de aquisição
Inpower Group	Itália	Aquisição	54,50%	54,50%	01.01.2022	3.650.000
Elektro-Würkner	Alemanha	Aquisição	100,00%	100,00%	01.01.2022	21.214.372
Obelisk	República da Irlanda	Aquisição	100,00%	100,00%	01.01.2022	7.642.023
MJ Quinn Solar	Reino Unido	Aquisição	100,00%	100,00%	01.01.2022	2.456.854
Montebelo Mosteiro de Alcobaça Historic Hotel	Portugal	Constituição	100,00%	100,00%	01.01.2022	50.000
Visabeira Investigação e Desenvolvimento	Portugal	Constituição	100,00%	100,00%	01.01.2022	50.000
EIP Angola	Angola	Aquisição	100,00%	100,00%	01.01.2023	44.238
TOTAL						35.107.487

Nas situações que deram origem ao reconhecimento do *Goodwill* (ver Nota 23), o mesmo justifica-se pelas sinergias esperadas decorrentes da atividade desenvolvidas pelas novas empresas e do acesso a novas geografias. A quantia do *goodwill* apurado não é dedutível fiscalmente. Nenhuma das aquisições envolveu acordos de retribuição contingente nem deu lugar ao reconhecimento de ativos a receber de indemnizações, tal como não foram identificados quaisquer passivos contingentes.

Nas aquisições do exercício, o Grupo optou por mensurar os "interesses que não controlam" ao respetivo justo valor.

AQUISIÇÕES EM ÁFRICA

Em 2022, ocorreu a entrada no perímetro do Grupo Visabeira da EIP Angola. Esta entidade foi adquirida no âmbito do processo de aquisição das subsidiárias do Grupo EIP SA, sendo a operação relativa à aquisição desta empresa sediada em Angola concluída apenas no início do ano 2022. Os valores de aquisição e o efeito das alterações do perímetro são imateriais na esfera do Grupo Visabeira.

AQUISIÇÕES NA EUROPA

As aquisições na Europa deram origem a um *goodwill* de 29.749.021 euros e a um aumento dos ativos e dos passivos do Grupo (reportado às datas de aquisição) de 56.218.052 euros e 45.627.926 euros, assim resumidos:

	Inpower	Elektro-Würkner	Obelisk	MJ Quinn Solar	TOTAL
VALOR DA POSIÇÃO ANTES DA AQUISIÇÃO					
Ativos tangível e intangível	2.075.310	4.620.757	9.331.795	86.735	16.114.597
Clientes	11.174.157	4.195.593	3.400.176	1.055.159	19.825.085
Outros ativos	7.153.497	1.356.386	7.739.195	74.446	16.323.524
Caixa e equivalentes de caixa	1.002.997	1.117.550	1.540.571	293.727	3.954.846
Financiamentos obtidos	-1.188.549	0	-3.106.579	-14.080	-4.309.208
Outros passivos	-17.873.038	-4.766.011	-21.627.298	-1.361.579	-45.627.926
Total de ativos líquidos	2.344.375	6.524.276	-2.722.140	134.408	6.280.919
Preço de aquisição	3.650.000	21.214.372	7.642.023	2.456.854	34.963.249
Goodwill	2.372.316	14.690.096	10.364.163	2.322.446	29.749.021
Interesses que não controlam	1.066.691	0	0	0	1.066.691

No que diz respeito à InPower, a principal diferença entre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos e os valores escriturados dizem respeito a um ativo intangível relativo a contratos com clientes (considerando uma taxa de desconto de 4,9%) e o respetivo imposto diferido passivo. Para os restantes ativos e passivos não foram identificadas diferenças significativas entre o seu justo valor e o respetivo valor contabilístico. O montante de investimento realizado pelo Grupo para aquisição desta subsidiária detalha-se como segue:

	InPower
Custo de aquisição da participação	3.650.000
Aumento de capital	1.144.500
Total do investimento	4.794.500
Pagamentos no exercício	3.894.500
Retribuição contingente	900.000

Em relação à Elektro-Würkner GmbH, as principais diferenças entre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos e os valores escriturados dizem respeito ao registo de um ativo intangível no valor de 3,8 milhões de euros, relacionado com contratos com clientes (considerando uma taxa de desconto de 3,8%) e o respetivo imposto diferido passivo. Para os restantes ativos e passivos não foram identificadas diferenças significativas entre o seu justo valor e o respetivo valor contabilístico. O montante de investimento realizado pelo Grupo para aquisição desta subsidiária detalha-se como segue:

	Elektro-Würkner
Custo de aquisição da participação	21.214.372
Aumento de capital	2.044.395
Total do investimento	23.258.767
Pagamentos no exercício	14.784.979
Retribuição contingente	8.473.788

Na Obelisk, as principais diferenças entre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos e os valores escriturados dizem respeito a um ativo intangível relacionado com contratos com clientes (considerando uma taxa de desconto de 4,6%) e o respetivo imposto diferido passivo. Para os restantes ativos e passivos não foram identificadas diferenças significativas entre o seu justo valor e o respetivo valor contabilístico. O montante de investimento realizado pelo Grupo para aquisição desta subsidiária detalha-se como segue:

	Obelisk
Custo de aquisição da participação	7.642.023
Aumento de capital	10.409.984
Total do investimento	18.052.007
Pagamentos no exercício	15.312.986
Retribuição contingente	2.739.021

Por fim, em relação à MJ Quinn Solar, onde não foi efetuada qualquer alteração aos valores dos ativos e passivos escriturados à data de aquisição, o montante de investimento realizado pelo Grupo detalha-se como segue:

	MJ Quinn Solar
Custo de aquisição da participação	2.456.854
Total do investimento	2.456.854
Pagamentos no exercício	1.102.446
Retribuição contingente	1.202.430
Efeito cambial	151.978

IMPACTO DAS AQUISIÇÕES

As aquisições tiveram o seguinte impacto na demonstração de resultados do Grupo:

PRINCIPAIS INDICADORES	Inpower	Elektro-Würkner	Obelisk	MJ Quinn Solar	TOTAL
Impacto em 2022 nas contas consolidadas	(jan-dez)	(jan-dez)	(jan-dez)	(jan-dez)	
Volume de negócios	33.635.155	29.258.644	32.716.917	4.282.049	99.892.765
EBITDA	1.886.657	4.708.035	2.640.694	566.644	9.802.030
Resultado líquido	1.420.601	2.311.209	836.840	482.585	5.051.235

De referir que as quatro empresas são controladas pela Constructel Visabeira desde o início do exercício, pelo que toda a atividade 2022 foi incluída na consolidação.

DISSOLUÇÕES

Durante o exercício de 2022 ocorreu a dissolução da Constructel Sweden. A 31 de dezembro de 2021, os ativos e passivos desta empresa no consolidado da Constructel Visabeira eram de 98.164 euros e 89.549 euros, respetivamente. Tais valores são considerados materialmente irrelevantes.

Durante o exercício de 2023, ocorreu a dissolução da Energydisti e da Visabeira Espanha, as quais se encontram inativas.

Ainda durante o exercício de 2023 ocorreu a dissolução da Visabeira Saúde. A 31 de dezembro de 2022, os ativos e passivos desta empresa no consolidado do Grupo Visabeira eram de 201.431 euros e 9.401 euros, respetivamente. No final do ano, ocorreu a dissolução da Bordalgest. Esta dissolução não produziu quaisquer efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023.

A entidades dissolvidas não detinham ativos ou passivo de valor significativo e a sua atividade era residual, pelo que não sendo consideradas unidades geradoras de caixa, relevantes o Grupo optou por não apresentar de forma autónoma da Demonstração dos Resultados por Natureza como uma atividade descontinuada. Os efeitos decorrentes da alienação foram contabilizados em "Outros gastos".

ALTERAÇÃO DAS PERCENTAGENS DE INTERESSES EM ENTIDADES CONTROLADAS

Durante 2022, o Grupo Visabeira concluiu o processo de alienação de parte do capital social da subsidiária Constructel Visabeira. Foi alienado 21,86% do capital social à Goldman Sachs e 0,03% a outros acionistas minoritários, nomeadamente membros da Gestão da Constructel Visabeira, passando assim o Grupo Visabeira a deter 78,11% da empresa. A alienação ocorreu por via de um aumento de capital da Constructel Visabeira que não foi acompanhado pelo Grupo Visabeira, existindo, portanto, uma diluição da sua participação.

A alteração da percentagem gerou um reforço do capital próprio de valor significativo que pode ser detalhado da seguinte forma:

Retribuição recebida de interesses que não controlam	200.215.997
Valor dos ativos líquidos atribuídos aos Interesses que não controlam	-49.089.902
Custos incorridos com a transação	-4.366.635
Justo Valor do passivo financeiro de <i>Downside Protection</i> (ver nota 37)	-35.517.221
Diferença reconhecida em Resultados Retidos	111.242.239

Em novembro de 2023, a Constructel Visabeira adquiriu mais 24% da sociedade Aeroprotechnik por 1,3 milhões de euros excedendo em 838 mil euros o valor dos interesses que não controlam.

Retribuição paga aos interesses que não controlam	1.320.000
Valor de capital do interesse que não controla	482.293
Diferença reconhecida em Resultados Retidos	837.707

A Visabeira Moçambique adquiriu mais 30% da sociedade Televisa por 1,9 milhões, o valor dos interesses que não controlam estava avaliado em 2,3 milhões de euros. Por meio desta aquisição o Grupo Visabeira passou a deter 80% da sociedade.

Retribuição paga aos interesses que não controlam	1.929.036
Valor de capital do interesse que não controla	2.339.364
Diferença reconhecida em Resultados Retidos	-410.328

Em novembro de 2023, a Visabeira Moçambique adquiriu mais 30% da sociedade TV Cabo Moçambique por 8,9 milhões, o valor dos interesses que não controlam que estava avaliado em 15,9 milhões de euros. Por meio desta aquisição o Grupo Visabeira passou a deter 80% da sociedade.

Retribuição paga aos interesses que não controlam	8.956.448
Valor de capital do interesse que não controla	15.930.726
Diferença reconhecida em Resultados Retidos	-6.974.278

Adicionalmente, em dezembro de 2023, a Constructel Visabeira adquiriu mais 50% da sociedade Jayme da Costa por 6,0 milhões de euros excedendo em 6,3 milhões de euros o valor dos interesses que não controlam que estava avaliado negativamente em 292 mil euros.

Retribuição paga aos interesses que não controlam	6.001.789
Valor de capital do interesse que não controla	-291.670
Diferença reconhecida em Resultados Retidos	6.293.459

Por fim, em 2023, ocorreu a alteração de percentagem da Sogitel, Celmoque e Marmonte. Estas alterações não tiveram impacto material das demonstrações financeiras do Grupo Visabeira.

AQUISIÇÕES 2024

Após o fim do período de relato, em maio de 2024, a Constructel Visabeira US, constituída em abril de 2024, adquiriu uma participação de 70% do capital social da Verità Telecommunications Corporation ("Verità"), uma empresa que presta serviços de engenharia de construção e manutenção de infraestruturas de redes de telecomunicações fixas e móveis na região Centro dos EUA. A Verità tem a sede no estado do Michigan.

9. Atividades descontinuadas

Durante o ano de 2022 e 2023, não se registaram atividades descontinuadas. No mesmo sentido, desde 31 de dezembro de 2023 até à presente data não existem decisões para descontinuar atividades operacionais.

10. Principais indicadores de atividade**10.1 Principais indicadores por atividade / geografia****A) POR ÁREA DE ATIVIDADE**

	Anos	Global	Indústria	Turismo, Imobiliária e Serviços	TOTAL
Volume de negócios	2022	1.209.706.565	189.202.407	52.863.801	1 451.772.773
	2023	1.449.014.983	181.578.103	59.746.718	1.690.339.804
EBITDA	2022	160.324.917	32.666.693	16.636.907	209.628.517
	2023	185.649.668	33.828.784	14.164.142	233.642.594
Resultado operacional recorrente **	2022	86.822.268	17.661.455	1.691.386	106.175.109
	2023	115.498.592	17.895.634	1.354.435	134.748.661
Resultado líquido	2022	59.731.122	5.266.650	-18.733.790	46.263.983
	2023	52.352.523	2.735.493	-18.097.056	36.990.960
Ativos tangíveis/intangíveis/direito de uso	2022	482.444.465	236.075.545	228.649.566	947.169.576
	2023	449.004.974	270.429.105	220.273.069	939.707.149
Inventários	2022	72.944.802	53.856.460	31.691.546	158.492.807
	2023	90.003.215	60.057.520	31.739.712	181.800.447

Em 2023, o Volume de negócios detalha-se como se segue:

	Global	Indústria	Turismo, Imobiliária e Serviços	TOTAL
Rédito de contratos com clientes	1.449.014.983	181.578.103	59.385.003	1.689.978.089
Rédito de rendas	0	0	361.715	361.715
TOTAL	1.449.014.983	181.578.103	59.746.718	1.690.339.804

B) POR GEOGRAFIA*

	Anos	Portugal	Europa	África	América e Ásia	TOTAL
Volume de negócios	2022	436.258.236	785.052.989	153.831.287	76.630.261	1.451.772.773
	2023	519.840.345	898.929.116	142.372.509	129.197.835	1.690.339.804
EBITDA	2022	64.565.113	77.319.908	52.179.263	15.564.234	209.628.517
	2023	72.060.460	96.339.020	47.598.056	17.645.058	233.642.594
Resultado operacional recorrente **	2022	25.029.386	24.013.246	47.044.383	10.088.095	106.175.109
	2023	33.461.972	64.249.836	22.022.121	15.014.732	134.748.661
Resultado líquido	2022	2.917.586	27.518.991	8.490.862	7.336.542	46.263.982
	2023	-15.917.956	38.234.023	3.661.462	11.013.431	36.990.960
Ativos tangíveis/ intangíveis/ direito de uso	2022	433.371.848	76.507.002	418.312.663	18.978.063	947.169.576
	2023	505.245.427	121.349.261	285.818.562	27.293.900	939.707.149
Inventários	2022	105.924.841	26.057.117	20.884.088	5.626.761	158.492.807
	2023	130.927.856	28.523.896	16.357.254	5.991.441	180.800.447

* Distribuição de acordo com a localização da sede da empresa

** Excluindo o efeito das variações do justo valor das propriedades de investimento e das provisões

10.2 Ativos associados a contratos com clientes

	Anos	Global	Indústria	Turismo, Imobiliária e Serviços	TOTAL
Total ativos associados a contratos com clientes	2022	187.967.643	1.769.911	888.869	190.626.422
	2023	181.028.059	444.789	3.671.914	185.144.762

Os valores dos ativos associados a contratos com clientes são principalmente valores relativos à Visabeira Global, nomeadamente da área das telecomunicações. Estes valores dizem respeito a serviços já realizados segundo os termos contratados com os clientes e ainda não faturados.

No que diz respeito às novas empresas do perímetro do Grupo Visabeira, importa destacar o contributo da Tavan com 4,9 milhões de euros, da Jayme da Costa com 1,9 milhões de euros e da O+M com 1,5 milhões de euros.

Apesar do impacto das alterações de perímetro ser relevante e de existirem aumentos significativos em empresas como a InPower (5,7 milhões de euros), a Constructel GmbH (3,5 milhões de euros), e a Constructel Modal (3,5 milhões de euros), há também de assinalar a diminuição dos saldos na Constructel Bélgica (8,7 milhões de euros), na MJ Quinn (6,5 milhões de euros) e na Constructel França (2,6 milhões de euros).

Foi considerado o cálculo das perdas por imparidade, de acordo com o modelo de Perdas de Crédito Esperadas (IFRS 9). Tendo em conta a natureza dos clientes e a maturidade dos saldos a receber, o valor apurado é imaterial.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 nenhum cliente representava mais do que 15% do volume de negócios consolidado. De salientar que existem ainda saldos relativos a contratos com clientes, relativos a serviços já faturados no valor de 241 milhões de euros (ver Nota 27).

10.3 Passivos associados a contratos com clientes

	Anos	Global	Indústria	Turismo, Imobiliária e Serviços	TOTAL
Adiantamentos de clientes	2022	9.640.796	2.504.703	2.654.977	14.800.477
	2023	17.779.392	538.323	2.444.119	20.761.834
Faturação efetuada relativa a serviços por prestar	2022	47.966.524	3.095.238	1.056.967	52.118.730
	2023	63.010.439	2.545.240	2.685.402	68.241.081
Total passivos associados a contratos com clientes	2022	57.607.321	5.599.941	3.711.944	66.919.206
	2023	80.789.831	3.083.563	5.129.521	89.002.915

O incremento nos valores dos passivos associados a contratos com clientes na área da Visabeira Global resulta do aumento do perímetro, nomeadamente das entidades da Jayme da Costa (10,7 milhões) e da HCI Construções (5,9 milhões).

11. Trabalhos para a própria empresa

	2023	2022
Aumento da capacidade fabril e introdução de novas tecnologias avançadas - MOB	219.322	278.347
Remodelação e otimização do sistema produtivo - Pinewells	0	237.565
Projeto Horus - Real Life	80.444	189.414
Projeto de aumento da capacidade produtiva do forno e louça grés - Vista Alegre	368.334	0
Construção do estaleiro do Mazoco - EIP Angola	317.141	0
Apoio na instalação, beneficiação e melhoria do equipamento - Pinewells	293.185	0
Desenvolvimento de software - Brighscience	218.163	0
Projeto de Investigação e Desenvolvimento - Jayme da Costa	208.065	0
TOTAL	1 704 653	705 326

12. Outros proveitos e outros custos operacionais

	2023	2022
OUTROS PROVEITOS		
Proveitos suplementares	22.367.284	25.651.437
Ganhos com imobilizações corpóreas	2.735.649	3.233.108
Subsídios ao investimento e exploração	6.338.276	5.699.774
TOTAL	31.441.209	34.584.320

	2023	2022
OUTROS CUSTOS		
Impostos	6.814.156	7.037.947
Outros	7.325.398	11.979.155
TOTAL	14.139.554	19.017.102

Em "Proveitos suplementares" estão incluídos vendas e débitos a subempreiteiros relativos a despesas suportadas em nome dos mesmos e ainda redébitos a outras partes relacionadas.

Os "Outros custos", a 31 de dezembro de 2023, registaram uma diminuição de 4 milhões de euros, devido ao reconhecimento a 31 de dezembro de 2022 de custos não recorrentes do montante de 3 milhões de euros.

Na rubrica de "Impostos" está incluída essencialmente a tributação sobre o volume de atividade em França.

13. Fornecimentos e serviços externos

	2023	Peso %	2022	Peso %
Subcontratos	595.646.611	72%	525.170.546	74%
Rendas e alugueres	45.983.763	6%	29.745.709	4%
Trabalhos especializados	31.678.853	4%	20.349.053	3%
Conservação e reparação	25.552.351	3%	24.186.804	3%
Combustíveis	24.107.571	3%	24.865.853	3%
Seguros	14.909.108	2%	13.065.264	2%
Deslocações e estadas	8.841.923	1%	5.723.789	1%
Eletricidade	8.310.325	1%	8.329.166	1%
Honorários	7.142.495	1%	4.174.243	1%
Transporte de mercadorias	7.093.857	1%	5.796.552	1%
Comunicação	5.376.642	1%	5.211.922	1%
Publicidade	5.234.488	1%	3.768.590	1%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	4.785.345	1%	4.510.171	1%
Comissões	4.312.329	1%	4.723.794	1%
Limpeza, higiene e conforto	3.335.728	-	2.820.295	-
Vigilância e segurança	3.141.869	-	2.539.322	-
Despesas de representação	2.437.011	-	1.474.081	-
Material de escritório	1.653.097	-	1.649.051	-
Outros	30.117.115	4%	25.431.009	4%
TOTAL	829.660.482	100%	713.535.215	100%

O aumento de 71 milhões de euros verificados nos subcontratos é explicado pelas alterações do perímetro (40 milhões de euros) e pelo crescimento da atividade do Grupo, que passa, no negócio de telecomunicações, por uma estratégia de contratação de mão de obra externa.

Em 2023, o aumento de 16,2 milhões de euros de rendas face ao ano anterior está essencialmente relacionado com contratos de aluguer /arrendamentos cuja duração é inferior a 12 meses.

14. Gastos com o pessoal

	2023	2022
Remunerações do pessoal	304.708.431	264.985.608
Contribuições para a segurança social	48.096.687	43.559.729
Prémios para remunerações	3.715.318	3.531.071
Órgãos sociais	5.408.403	4.061.380
Seguros	2.382.047	2.267.157
Custos de ação social	2.125.065	1.043.284
Pessoal eventual e avençado	729.899	838.981
Outros	17.292.850	15.174.626
TOTAL	384.458.700	335.461.836

Em 2023, o Grupo na rubrica de "Remunerações do pessoal" registou um incremento de 40 milhões de euros, dos quais 12 milhões de euros são relativos às empresas adquiridas no ano.

O número médio de colaboradores, ao longo do ano de 2023, ao serviço do Grupo foi de 14.306 empregados (2022: 13.605), com a distribuição por setor de atividade e geografia, evidenciada nos quadros seguintes:

Número médio de colaboradores por áreas de negócio	2023	2022
Global	9.155	8.794
Indústria	2.830	2.863
Turismo, Imobiliária e Serviços	2.321	1.947
TOTAL	14.306	13.605

Número médio de colaboradores por geografia	2023	2022
Portugal	6.076	5.686
Europa	4.357	4.074
África	3.539	3.465
América e Ásia	334	380
TOTAL	14.306	13.605

A remuneração do "pessoal-chave de gerência" (nos termos da IAS 24) é essencialmente de natureza fixa e não incluiu benefícios pós-emprego nem benefícios de cessação de emprego. No exercício de 2023 ascendeu a 5,4 milhões de euros (2022: 4 milhões de euros). O pessoal chave de gerência é referente ao Conselho de Administração do Grupo Visabeira bem como a outros administradores das principais participadas.

15. Depreciações e amortizações

	2023	2022
DEPRECIAÇÕES TANGÍVEIS		
Terrenos e recursos naturais	283.178	106.812
Edifícios e outras construções	22.919.595	25.477.543
Equipamento básico	19.861.171	23.834.809
Equipamento de transporte	4.172.826	3.769.389
Equipamento administrativo	1.782.427	1.481.009
Outros	2.406.927	2.274.411
Total depreciações tangíveis	51.426.124	56.943.973

	2023	2022
DEPRECIAÇÕES ATIVOS DE DIREITOS DE USO		
Terrenos e recursos naturais	15.825	14.818
Edifícios e outras construções	14.304.779	12.959.045
Equipamento básico	605.062	946.261
Equipamento de transporte	18.970.337	19.682.918
Equipamento administrativo	25.678	83.406
Outros	249.423	526.407
Ativos tangíveis	17.210	15.776
Total depreciações ativos de direitos de uso	34.188.314	34.228.632

	2023	2022
AMORTIZAÇÕES INTANGÍVEIS		
Projetos de desenvolvimento e programas de computador	212.936	1.360.488
<i>Order to Backlog</i>	9.204.274	7.145.219
Outros	3.862.284	3.775.097
Total amortizações intangíveis	13.279.495	12.280.803
TOTAL DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	98.893.933	103.453.408

Em 2023, foram revistas as vidas úteis dos cadastros de imobilizado da maioria das subsidiárias mais recentemente adquiridas do setor das Telecomunicações e Energia na Europa e América, no sentido de garantir uma adequada uniformização com os critérios de depreciação aprovados pelo Grupo Visabeira, tendo em conta o estado de uso dos bens. Desta análise, resultou a revisão das taxas de depreciação que estavam a ser aplicadas nestas subsidiárias, com um impacto de cerca de 8 milhões de euros de redução das depreciações.

Foi também revista nos ativos sob direito de uso a vida útil dos equipamentos de transporte, de forma a que nos contratos em que seja transferida a propriedade do ativo subjacente para o Grupo Visabeira no fim do prazo da locação, seja depreciado o ativo sob direito de uso desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do ativo subjacente vida útil que se estima entre 8 a 10 anos dependendo da tipologia da viatura, tendo um impacto de cerca de 4 milhões de euros na redução das depreciações do exercício, com maior impacto na Constructel França.

16. Provisões e perdas por imparidade

	2023	2022
Aumentos nas provisões e perdas por imparidade	7.043.181	8.896.066
Reduções nas provisões e perdas por imparidade	-988.496	-2.271.507
TOTAL	6.054.685	6.624.558

Em 2023 e 2022, nos “aumentos nas provisões e perdas por imparidade” destacam-se as provisões constituídas para, essencialmente, cobertura de riscos de cobranças de clientes, e o reforço de provisões para cobrir outras perdas estimadas, assim detalhados:

	2023	2022
Outras contas a receber	884.549	0
Perdas Imparidade Clientes	1.681.914	2.841.614
Provisões de Pensão de Reforma	682.583	941.365
Provisões Outros e Encargos	-334.222	-1175.163
Imparidade do <i>Goodwill</i>	0	3.759.771
Imparidade de Inventários	1.555.293	0
Aumentos/Reversões Imparidade Ativos Tangíveis (Nota 21)	2.203.310	0
Outros	-618.742	256.971
TOTAL	6.054.685	6.624.558

De destacar que a TV Cabo Moçambique registou uma perda por imparidade no valor de 2 milhões euros, referente à rede Coaxial que foi descontinuada e uma perda por imparidade sobre equipamentos cedidos aos clientes no valor de 130 mil euros.

17. Juros suportados, líquidos

	2023	2022
Juros suportados		
Empréstimos obtidos	-59.948.382	-40.978.480
	-59.948.382	-40.978.480
Juros obtidos		
Empréstimos concedidos	2.233.554	2.185.625
	2.233.554	2.185.625
TOTAL	-57.714.828	-38.792.855

O ano 2023 iniciou-se com a Euribor a 3 meses no valor de -0,57%, tendo-se fixado nos 2,132%. Esta tendência de aumento da Euribor provocou um aumento significativo dos custos com juros do Grupo Visabeira durante o período.

Um aumento de 25 pontos base na taxa de juro implicaria para o Grupo Visabeira, por referência às contas consolidadas, um incremento nos encargos financeiros de cerca de 1,2 milhões de euros.

18. Ganhos / (perdas) em ações cotadas

	2023	2022
Outros ativos financeiros registados ao justo valor através de resultado (ver nota 7.2)	301.392	12.950
TOTAL	301.392	12.950

19. Outros custos financeiros, líquidos

	2023	2022
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-17.245.528	-11.272.247
Outros custos	-13.537.462	-7.670.913
Varição de justo valor das retribuições contingentes	-240.952	-170.275
Varição do justo valor do passivo financeiro de <i>Downside Protection</i> (ver nota 37)	6.149.522	9.020.770
Descontos de pronto pagamento concedidos	-398.737	-455.373
Diferenças de câmbio favoráveis	15.951.056	17.061.408
Descontos de pronto pagamento obtidos	113.143	99.714
Outros proveitos	856.081	173.381
TOTAL	-8.352.878	6.786.465

As diferenças de câmbio são explicadas essencialmente pelas transações com as seguintes moedas Metical, Kwana, Libra Esterlina e Dólar Americano. As operações de Moçambique contribuíram negativamente em 220 mil de euros (2022: positivamente com 6,1 milhões de euros), em resultado da desvalorização do metical (2023: 70,65; 2022: 68,18), enquanto as operações em Angola contribuíram negativamente com 2,0 milhões de euros (2022: positivamente em 45 mil euros), em resultado da desvalorização do Kwana (2023: 915,99; 2022: 537,44), para o saldo líquido das diferenças de câmbio. Relativamente ao impacto das Libras e dos Dólares, tal não foi significativo, dado que as moedas em causa mantiveram uma cotação bastante estável em 2023.

Os custos registados na rubrica de “Varição do justo valor do passivo financeiro de *Downside Protection*” respeita à variação do passivo associado ao mecanismo de *Downside Protection* que permite à Goldman Sachs obrigar o Grupo Visabeira a cobrir perdas caso se verifique uma performance financeira negativa que conduza à desvalorização das ações da Constructel Visabeira para um nível inferior ao valor de investimento realizado pela Goldman Sachs. O valor do passivo financeiro mensurado à data da transação foi de 35,5 milhões de euros (ver Nota 8), sendo que a 31 de dezembro de 2022 o passivo financeiro tinha diminuído para 26,5 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante do passivo financeiro é de 20,3 milhões de euros sofrendo uma diminuição de 6,2 milhões euros face ao ano transato.

Na rubrica de “Outros custos” estão contabilizados custos de juros relativos a *factoring* e *confirming*, em 2023 verificou-se um aumento significativo devido essencialmente ao aumento das taxas de juro.

Na rubrica de “Outros proveitos” foram registados descontos financeiros por antecipação de pagamentos aos fornecedores.

20. Imposto sobre o rendimento

	2023	2022
Imposto corrente	-27.646.147	-19.232.675
Imposto diferido	7.482.500	-3.274.710
Provisões imposto sobre o rendimento	-181.873	-2.100.000
Imposto sobre o rendimento do exercício	-20.345.521	-24.607.385

ATIVO POR IMPOSTO DIFERIDO	2022	Alteração do perímetro	Efeito em resultados	Efeito em Capital Próprio	Transferências	2023
Ajustamentos e outras provisões não aceites fiscalmente	29.269.064	106.921	2.009.790	19.285	380.531	31.785.591
Prejuízos fiscais	3.798.202	7.689.426	-670.713	-479.534	0	10.337.381
Variações cambiais não aceites fiscalmente	295.101	0	157.680	18.213	0	470.993
Créditos fiscais	1.593.984	0	-36.396	-58.516	0	1.499.072
Resultados não realizados em operações intra-Grupo	575.744	0	-2.101	2.101	0	575.744
Ajustamento fiscal de transição "snc"	602.526	0	0	0	0	602.526
TOTAL	36.134.620	7.796.347	1.458.260	-498.452	380.531	45.271.307

PASSIVO POR IMPOSTO DIFERIDO

Variação no justo valor de propriedades investimento	51.915.490	0	-2.871.536	1.035.446	0	50.079.400
Correção monetária (IAS 29 - Angola)	9.561.417	0	-546.094	-3.857.185	0	5.158.137
Diferença para o justo valor de ativos intangíveis	18.993.466	5.788.394	-2.518.573	0	0	22.263.287
Diferença para o justo valor de ativos fixos tangíveis	81.404.353	1.748.429	-2.039.691	-25.684.855	0	55.428.236
Ajustamento fiscal de transição "snc"	1.155.393	0	0	0	0	1.155.393
Resultados não realizados em operações intra-Grupo	32.869	0	-19.686	0	0	13.183
Variações cambiais não aceites fiscalmente	2.741.498	0	-1.961.046	-67.618	0	712.834
Amortizações com taxas diferentes das fiscalmente aceites	4.319.325	0	3.932.387	-169.025	0	8.082.687
Outras provisões	7.262.354	0	181.873	0	-1.272.719	6.171.508
TOTAL	177.386.166	7.536.823	-5.842.366	-28.743.237	-1.272.719	149.064.666

Nos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022, a coluna "Efeito em Capital Próprio" incluía, essencialmente, o efeito cambial decorrente da transposição de demonstrações financeiras das empresas participadas expressas em moeda estrangeira, nomeadamente das localizadas nas unidades de negócio da Angola e Moçambique.

Os valores presentes da rubrica "Diferença para o justo valor de ativos intangíveis" é relativa aos ativos intangíveis de contratos com clientes identificados nos processos de combinação de negócios, tal como descrito na Nota 8.

A quantia incluída em "Outras provisões" está relacionada com contingências fiscais em sede de imposto sobre o rendimento. Durante o exercício de 2023 existiu uma diminuição de 1,3 milhões de euros devido ao pagamento relativo a contingências previamente provisionadas.

As alterações do perímetro, que se verificaram no exercício, são consequência da entrada no perímetro da Jayme da Costa, Arquiled, Brightscience e HCI-Construções.

ATIVO POR IMPOSTO DIFERIDO	2021	Alteração do perímetro	Efeito em resultados	Efeito em Capital Próprio	Transferências	2022
Ativo por imposto diferido						
Ajustamentos e outras provisões não aceites fiscalmente	33.270.926	0	-4.235.095	231.852	1.381	29.269.064
Prejuízos fiscais	5.184.130	0	-1.967.184	601.394	-20.138	3.798.202
Variações cambiais não aceites fiscalmente	829.591	0	-583.340	48.850	0	295.101
Créditos fiscais	259.730	0	1.334.254	0	0	1.593.984
Resultados não realizados em operações intra-Grupo	577.845	0	-2.101	0	0	575.744
Ajustamento fiscal de transição "snc"	602.526	0	0	0	0	602.526
Total ativo por imposto diferido	40.724.748	0	-5.453.466	882.096	-18.757	36.134.620

PASSIVO POR IMPOSTO DIFERIDO

Variação no justo valor de propriedades investimento	49.933.003	0	1.097.175	885.312	0	51.915.490
Correção monetária (IAS 29 - Angola)	9.216.663	0	-880.466	1.225.221	0	9.561.417
Variação no justo valor de ativos intangíveis	18.490.141	2.476.990	-1.973.665	0	0	18.993.466
Variação no justo valor de ativos fixos tangíveis	76.970.846	0	-2.359.587	6.814.900	-21.806	81.404.353
Ajustamento fiscal de transição "snc"	1.155.393	0	0	0	0	1.155.393
Resultados não realizados em operações intra-Grupo	59.230	0	-26.360	0	0	32.869
Variações cambiais não aceites fiscalmente	1.293.813	0	1.391.267	63.725	-7.307	2.741.498
Ajustamento diferença amortizações aceites fiscalmente	3.526.803	0	572.880	219.642	0	4.319.325
Outras provisões	6.366.328	0	2.100.000	0	-1.203.974	7.262.354
Total passivo por imposto diferido	167.012.220	2.476.990	-78.757	9.208.800	-1.233.087	177.386.166

No ano 2022, devido à valorização do metical e do kwanza, verificou-se um aumento de 9 milhões de euros no saldo passivo, com efeito, em Capital Próprio. A quantia incluída em "Outras provisões" está relacionada com contingências fiscais em sede de imposto sobre o rendimento. Durante o exercício de 2022 existiu um reforço de 2,1 milhões de euros de provisões e uma diminuição de 1,2 milhões de euros devido ao pagamento relativo a contingências previamente provisionadas.

As alterações do perímetro, que se verificaram no exercício, são consequência da entrada no perímetro da Elektro-Würkner e Inpower Group. A reconciliação do imposto do exercício detalha-se como se segue:

	2023	2022
Resultados antes de impostos	57.336.481	70.871.367
Taxa nominal de imposto sobre os lucros	21,0%	21,0%
Taxa de imposto - 21%	-12.040.661	-14.882.987
Taxas nominais de imposto diferenciadas	-7.306.130	-3.693.657
Diferenças entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	0	2.546.125
Tributação Autónoma	-775.543	-705.736
Provisões não dedutíveis	0	-445.000
Encargos financeiros não dedutíveis	-6.326.089	-2.848.500
Variações Patrimoniais negativos não refletidas no resultado líquido	0	1.173.877
Derrama	-209.273	-247.073
Diferenças temporárias	-99.000	240.000
Benefícios fiscais	-52.000	-48.000
Correções de exercícios anteriores	-50.000	-222.440
Outros efeitos	-787.452	-99.285
Total imposto corrente	-27.646.147	-19.232.675
Imposto diferido	7.482.500	-3.274.710
Provisões	-181.873	-2.100.000
Imposto do exercício	-20.345.521	-24.607.385

*Taxas IRC diferenciadas: França e Bélgica 25%; Moçambique 32%; Angola 25% (TV Cabo Angola – 35%); UK 19%; Itália 27,9%; Dinamarca 22%, Espanha 24% e Estados Unidos da América 30%.

REFORMA FISCAL INTERNACIONAL - PILAR 2

A breve trecho, o Grupo Visabeira será abrangido pelas regras de tributação mínima efetiva de grupos multinacionais (comumente designadas por “Pilar 2”) as quais, em virtude da transposição da Diretiva (UE) 2022/2523 do Conselho, de 15 de dezembro de 2022, relativa à garantia de um nível mínimo mundial de tributação para os grupos de empresas multinacionais e grandes grupos nacionais na União, se aplicarão a partir de 1 de janeiro de 2024, nas jurisdições (ou na maioria das jurisdições) onde o Grupo Visabeira opera. Em Portugal, que é a jurisdição onde está sediada a entidade-mãe, o Grupo Visabeira, a Diretiva ainda não foi transposta, mas espera-se que o seja durante 2024 e que as regras produzam já efeito nesse ano.

A Diretiva (UE) 2022/2523 do Conselho, de 15 de dezembro de 2022, não produziu qualquer impacto em 2023 no imposto corrente do Grupo Visabeira, dado que a legislação sobre o Pilar 2 não se encontrava em vigor à data de relato. Quanto aos impostos diferidos relacionados com a adoção futura das novas regras, o Grupo aplicou a exceção ao seu reconhecimento e divulgação, tal como previsto na revisão à IAS 12 emitida em maio de 2023.

O Grupo Visabeira tem presença nas seguintes jurisdições: Portugal, França, Itália, Dinamarca, Alemanha, Bélgica, República da Irlanda, Reino Unido, Espanha, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Marrocos, Estados Unidos da América, México, Brasil e Índia. Destas jurisdições, apenas a Irlanda tem uma taxa nominal de imposto inferior a 15% (as restantes jurisdições aplicam, em regra, uma taxa nominal de imposto superior a 20%). Atendendo à complexidade das regras previstas na Diretiva (UE) 2022/2523 do Conselho de 15 de dezembro de 2022 e aquela que poderá ser a sua aplicação ao Grupo Visabeira, foi realizado um estudo preliminar tendo por base o *Country-by-Country Reporting* e as demonstrações financeiras de 2022, às diversas jurisdições onde o Grupo Visabeira opera (e de acordo com as atuais taxas de tributação e benefícios fiscais em vigor), para avaliar os eventuais impactos futuros decorrentes da sua adoção no imposto corrente ou nos impostos diferidos. Verificou-se que, na generalidade, o nível de tributação efetiva por jurisdição é superior ao limite mínimo de 15% previsto nas regras do Pilar 2 (ainda que aplicando apenas as regras de tributação locais), não se estimando daí impactos materiais decorrentes da sua aplicação. No caso da Irlanda, na medida em que se verifique o apuramento de um resultado antes de impostos positivo em 2024 e anos seguintes (em 2022 foi apurado um prejuízo e em 2023 foi apurado lucro), tendo em conta uma taxa de imposto aplicável de 12,5%, poderá verificar-se o apuramento de imposto adicional no âmbito do Pilar 2.

21. Ativos tangíveis

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos tangíveis	TOTAL
Saldo Inicial a 1 de janeiro de 2022	22.627.052	385.719.481	187.800.702	12.920.651	4.422.718	29.477.840	51.084.600	198.213	694.251.257
Aumentos	1.263.591	17.407.163	22.174.768	2.257.259	1.881.851	-3.039.166	25.479.437	0	67.424.903
Alienações/transferências	2.440.438	39.793.514	-8.422.058	-246.168	-779.588	7.202.378	-25.777.021	0	14.211.494
Alterações ao perímetro *	33.725	2.120.251	956.965	2.650.769	89.979	367.894	322.638	0	6.542.221
Atualização cambial das Reavaliações	0	46.835.102	1.323.115	0	4.030	3.741	0	0	48.165.988
Efeito cambial	86.012	14.555.792	3.092.280	210.740	213.181	-36.377	676.507	0	18.798.134
Imparidade	-452.000	-18.760.790	-8.129.401	0	-19.380	-2.923.385	0	0	-30.284.956
Amortizações do exercício	-106.812	-25.477.543	-23.834.809	-3.769.389	-1.481.009	-2.274.411	0	0	-56.943.973

Saldo final a 31 de dezembro de 2022 25.892.005 462.192.970 174.961.563 14.023.862 4.331.782 28.778.513 51.786.161 198.213 762.165.068

A 31 de dezembro de 2022

Custos de aquisição	26.790.056	472.608.140	396.026.447	65.324.923	32.965.860	71.339.740	51.779.029	198.213	1.117.032.408
Amortizações acumuladas	397.636	166.218.031	258.959.913	51.239.470	28.042.318	51.799.288	-7132	0	556.649.523
Perdas de imparidade	500.415	2.573	5.196.180	61.591	682.359	22.605	0	0	6.465.724
Efeito das reavaliações líquido	0	155.805.434	43.091.209	0	90.599	9.260.665	0	0	208.247.907

Ativos tangíveis 25.892.005 462.192.970 174.961.563 14.023.862 4.331.782 28.778.513 51.786.161 198.213 762.165.068

	25.892.005	462.192.970	174.961.563	14.023.862	4.331.782	28.778.513	51.786.161	198.213	762.165.068
Saldo Inicial a 1 de janeiro de 2023	25.892.005	462.192.970	174.961.563	14.023.862	4.331.782	28.778.513	51.786.161	198.213	762.165.068
Aumentos	1.834.044	16.326.592	38.373.049	11.061.164	4.129.057	1.556.755	5.352.523	0	78.633.184
Alienações/transferências	1.311.339	30.246.034	6.705.173	31.672	-465.364	1.069.462	-42.448.518	0	-3.550.202
Alterações ao perímetro *	4.185.571	27.039.177	5.789.619	4.179.343	616.047	237.971	74.488	0	42.122.217
Atualização cambial das Reavaliações	0	-67165.789	-37166	0	193.555	-5.908.222	0	0	-72.917.622
Efeito cambial	-119.814	-20.450.201	-4.215.996	-476.211	-79.381	1.531.566	-1.158.727	0	-24.968.764
Imparidade	452.000	-2.668.319	-308.261	0	0	0	0	0	-2.524.580
Amortizações do exercício	-283.178	-22.919.595	-19.861.171	-4.172.826	-1.782.427	-2.406.927	0	0	-51.426.124

Saldo final a 31 de dezembro de 2023 33.271.967 422.600.869 201.406.811 24.647.003 6.943.269 24.859.118 13.605.927 198.213 727.533.176

A 31 de dezembro de 2023

Custos de aquisição	33.446.722	488.117.063	437.085.624	75.453.518	37.309.594	54.872.735	13.599.543	198.213	1.140.083.013
Amortizações acumuladas	126.339	159.554.426	254.630.668	50.744.924	29.736.822	39.718.329	-6.384	0	534.505.124
Perdas de imparidade	48.415	2.670.893	5.504.440	61.591	682.359	22.605	0	0	8.990.304
Efeito das reavaliações líquido	0	96.709.124	24.456.295	0	52.856	9.727.316	0	0	130.945.591

Ativos tangíveis 33.271.967 422.600.869 201.406.811 24.647.003 6.943.269 24.859.118 13.605.927 198.213 727.533.176

*Optou-se por apresentar os valores das amortizações acumuladas fiscais associadas aos ativos adquiridos.

Em 2023, os aumentos ocorridos são explicados essencialmente pela aquisição de equipamentos na Grupo Constructel Visabeira no valor de 31 milhões de euros e pelos investimentos para construção e expansão da rede de cobertura das operações de TVCabo em Angola e Moçambique, no valor de 11,3 milhões de euros.

No Grupo Vista Alegre, no exercício de 2023 os investimentos realizados cifram-se em cerca de 15,6 milhões de euros e estão maioritariamente relacionados com a aquisição de novos equipamentos e benfeitorias na fábrica da Cerexport (aproximadamente 9,3 milhões de euros). Ainda na área da Indústria, é de realçar os investimentos feitos pela Mob no valor de 6,7 milhões de euros e pela Pinewells no valor de 5,8 milhões de euros.

As alterações do perímetro com maior impacto no aumento do ativo fixo tangível foram as empresas do grupo Tavan (13,8 milhões de euros), a Jayme da Costa (4,5 milhões de euros), a Doutibelo (4,8 milhões de euros), a Sem amarras (7,7 milhões de euros), a Arquiled (1,8 milhões de euros) e a HCl Construções, incluído a Sociedade imobiliária Gago Coutinho, (9,3 milhões de euros) (ver Nota 8).

Os valores mais significativos apresentados como "Ativos tangíveis em curso" dizem respeito às obras de ampliação e remodelação das unidades hoteleiras no montante de 4,5 milhões de euros, na área do Turismo, nomeadamente a ampliação do Montebelo Milibangala Bay Resort que representa 2,2 milhões de euros. Os investimentos das subsidiárias da Visabeira indústria representam nesta rubrica um total de 4,0 milhões de euros relacionados com os projetos de investimento em fase de desenvolvimento e implementação.

Importa referir que durante o ano 2023, passaram de ativo tangíveis em curso para firme cerca de 42,4 milhões de euros, dos quais importa realçar 29,5 milhões de euros da área de Turismo, na sua maioria relativos a obras de ampliação e remodelação das unidades hoteleiras e 9,9 milhões de euros relacionados os projetos da Indústria.

REAVALIAÇÃO DOS ATIVOS DAS REDES

A partir do exercício de 2019, o Grupo passou a mensurar os ativos das redes da TVCabo Angola e da TVCabo Moçambique de acordo com o modelo da reavaliação, em virtude da muito significativa desvalorização cambial do kwanza e do metical. O Grupo contratou uma entidade independente e credenciada, a PricewaterhouseCoopers GmbH Wirtschaftsprüfungsgesellschaft, para proceder à determinação do justo valor a 31 de outubro de 2019 das redes da TVCabo e da TVCabo Moçambique, as quais incluem ativos como a rede de cobre, rede de fibra ótica, construção civil e equipamentos de controlo de rede (tais como servidores, routers e terminais) e equipamentos instalados nos clientes.

O justo valor foi determinado com base na abordagem de custo, que reflete a quantia que seria necessária para substituir a capacidade de serviço do ativo (habitualmente designada por custo atual de substituição). Como elementos relevantes da avaliação, destaca-se o custo de aquisição dos bens adquiridos na Europa, estimado por especialistas externos, apoiados pelos técnicos do Grupo. Ao custo de aquisição dos bens foi acrescentado uma quantia correspondente a transporte, montagem, e inclusivamente taxas aduaneiras, e alfandegárias para colocar os equipamentos em Angola e Moçambique, e ainda o custo de mão-de-obra para a sua instalação. Foram utilizadas estimativas quanto a custos de transporte e taxas aduaneiras. O apuramento do justo valor enquadra-se no nível 3 da IFRS 13.

Em 31 de dezembro de 2023, o efeito líquido do incremento da reavaliação dos ativos das redes ascende a 96,7 milhões de euros (Edifícios e outras Construções) e 24,5 milhões de euros (Equipamento Básico).

Se os ativos da TVCabo Angola, da TVCabo Moçambique e da Companhia de Santomense de Telecomunicações tivessem sido mantidos ao custo, as quantias escrituradas seriam de 32,3 milhões de euros, 27 milhões de euros e 19,5 milhões de euros, respetivamente.

Em resultado da reavaliação, as amortizações do exercício foram de 5,7 milhões de euros (2022: 6,7 milhões de euros).

TESTES DE IMPARIDADE

O Grupo avalia, tal como descrito na Nota 2.11, a existência de indícios de imparidade dos ativos tangíveis.

Tendo em conta o aumento significativo da quantia escriturada das redes da TVCabo Angola, da TVCabo Moçambique e de São Tomé (Companhia Santomense de Telecomunicações), foram realizados testes de imparidade de acordo com o método do valor de uso, baseados em planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração Executivo do Grupo, com os seguintes pressupostos:

PRESSUPOSTOS TESTE DE IMPARIDADE	Angola	Moçambique	São Tomé
Período	2024-2028	2024-2028	2024-2028
Taxa de crescimento das vendas (CAGR)	7,74%	5,70%	2,35%
Taxa de câmbio (Euros)	915,99	70,65	24,37
Taxa de crescimento na perpetuidade	7,44%	5,50%	5,03%
Taxa de desconto (2023)	17,09%	19,58%	11,38%
Taxa de desconto (2022)	17,16%	18,50%	11,38%

Em 2022, o Grupo Visabeira registou nos ativos relativos às redes de Angola e Moçambique uma imparidade no montante de 29,4 milhões de euros na reserva de reavaliação. O motivo do registo desta imparidade resultou do aumento das taxas de desconto de Angola e Moçambique devido ao prémio de risco de investimentos nestas geografias e ao aumento da taxa de juro sem risco.

Em 2023, o Grupo Visabeira não registou qualquer imparidade nos ativos relativos às redes de Angola e Moçambique.

A sensibilidade dos resultados dos testes de imparidade, efetuados aos ativos das redes dos principais pressupostos-chave, nomeadamente à taxa de desconto e à taxa de crescimento na perpetuidade foram os seguintes:

SENSIBILIDADE AOS PRESSUPOSTOS CHAVE	Taxa de desconto na perpetuidade*		Taxa de crescimento na perpetuidade	
	0,50%	-0,50%	0,50%	-0,50%
TVCABO Angola	-3.240.717	3.618.058	2.631.275	-2.371.866
TVCABO Moçambique	-1.537.907	1.664.352	1.083.537	-1.009.226
Companhia Santomense de Telecomunicações	-1.723.628	2.028.564	1.610.393	-1.375.230

*Tendo em conta o impacto da inflação nas economias em causa, são usadas taxas de descontos diferentes em cada um dos períodos em análise.

Em relação aos ativos acima, a diminuição da taxa de desconto na perpetuidade, bem como a diminuição da taxa de crescimento das vendas na perpetuidade pode implicar registo de imparidades adicionais.

No que diz respeito aos ativos de São Tomé, um aumento na taxa de desconto de 0,5% ou uma diminuição na taxa de crescimento na perpetuidade, implica um registo de imparidade no montante de 1,4 milhões de euros e de 1 milhão de euros, respetivamente.

22. Ativos sob direito de uso

A rubrica de "Ativos sob direitos de uso", em 2023, tem a seguinte decomposição:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos tangíveis em curso	Ativos intangíveis	TOTAL
Saldo Inicial a 1 de janeiro de 2022	19.248	40.689.783	3.587.955	43.319.582	140.609	984.516	119.932	65.972	88.927.597
Aumentos	20.066	7.933.712	1.423.955	20.767.205	0	1.190.433	0	0	31.335.372
Abates	0	-5.350.715	-537.075	439.825	0	-485.439	0	0	-5.933.404
Efeito cambial	9.447	417.662	-110.983	1.036.450	0	12	0	0	1.352.587
Amortizações do exercício	-14.818	-12.959.045	-946.261	-19.682.918	-83.406	-520.155	-6.252	-15.776	-34.228.632
Saldo final a 31 de dezembro de 2022	33.944	30.731.396	3.417.590	45.880.143	57.204	1.169.367	113.679	50.196	81.453.520
A 31 de dezembro de 2022									
Custos de aquisição	66.902	64.353.794	6.589.428	93.889.348	447.307	2.007.687	136.415	103.261	167.594.142
Amortizações acumuladas	32.958	33.622.397	3.171.838	48.009.205	390.103	838.320	22.736	53.065	86.140.622
Ativos sob direito de uso	33.944	30.731.397	3.417.590	45.880.143	57.204	1.169.367	113.679	50.196	81.453.520
Saldo Inicial a 1 de janeiro de 2023									
Aumentos	1.732	31.778.360	585.898	15.478.942	1.240	134.775	7.585	0	47.988.533
Abates	-2.183	1.394.796	-386.557	-102.400	-16.166	-268.190	-568	-1.434	617.296
Efeito cambial	-6.631	-208.821	0	157.686	0	9.224	0	0	-48.542
Amortizações do exercício	-15.825	-14.304.779	-605.062	-18.970.337	-25.678	-242.223	-7.200	-17.210	-34.188.314
Saldo final a 31 de dezembro de 2023	11.038	45.535.539	3.011.869	43.491.502	16.600	802.953	113.496	31.552	93.014.548
A 31 de dezembro de 2022									
Custos de aquisição	28.561	74.159.177	5.172.433	109.340.363	20.918	1.371.947	144.000	103.261	190.340.660
Amortizações acumuladas	17.524	28.623.638	2.160.563	65.848.862	4.318	568.994	30.504	71.709	97.326.113
Ativos sob direito de uso	11.037	45.535.538	3.011.869	43.491.502	16.600	802.953	113.496	31.552	93.014.548

Os ativos mais relevantes nesta rubrica são, nos Edifícios e outras construções, o Montebelo Viseu Congress Hotel e nos Equipamentos de transporte, as diversas viaturas, destacando-se as frotas da MJ Quinn e da Constructel França.

Em 2023, o Grupo teve um aumento de 48 milhões de euros dos ativos sob direito de uso. Para este incremento, as empresas do perímetro da Constructel Visabeira contribuíram com 21,2 milhões de euros, dos quais 14,5 milhões de euros relativos a investimento em equipamentos de transporte e restante aumento, 14 milhões de euros está maioritariamente relacionado com o Montebelo Vista Alegre Lisboa Chiado Hotel.

A diminuição registada como alteração de perímetro está relacionada com a entrada no perímetro das empresas Doutibelo e Sem Amarras, pois estas empresas arrendavam ativos ao Grupo Visabeira, que davam origem a ativos de direito de uso de aproximadamente 3,8 milhões de euros.

Em 2022, o Grupo teve um aumento de 29 milhões de euros dos ativos sob direito de uso. Para este incremento, as empresas do perímetro da Constructel Visabeira contribuíram com 24,7 milhões de euros, dos quais 20,5 milhões de euros relativos a investimento em equipamentos de transporte.

23. Goodwill

	Ano de aquisição	Valor do goodwill 2023	Valor do goodwill 2022
VISABEIRA GLOBAL			
TELECOMUNICAÇÕES			
Tavan Tiefbau & CO.Kg	2023	58.127.746	0
MJ QUINN - Integrated Services, Ltd	2018	54.903.187	53.970.861
Viatel - Tecnologia de Comunicações, SA	1997, 2002	14.997.178	14.997.178
Elektro-Würkner GmbH	2022	14.690.096	14.690.096
Franz-Josef Braun GmbH & Co. KG	2020	11.860.192	11.860.192
Oude Marktvoerliedennatie NV (OMV Natie)	2020	11.635.976	11.635.976
Obelisk International Group Holdings Ltd	2022	10.364.164	10.364.164
O+M	2023	7.972.091	0
Constructelmodal, SA	2017	5.666.717	5.666.717
Inpower Group SCPA	2022	2.372.316	2.372.316
Escot Marrocos	2021	2.090.500	2.090.500
Outros		1.494.749	1.494.749
CONSTRUÇÃO			
HCI Construções	2023	22.959.620	0
Martifer Visabeira	2019	2.225.413	2.305.872
Edivisa - Empresa de Construções, SA	1993, 2002	888.354	888.354
Outros		415.801	415.801
ENERGIA			
Cunha Soares & Filhos, SA	2021	31.528.217	31.528.217
EIP Serviços, SA	2021	17.278.810	16.070.135
Jayme da Costa	2023	9.052.738	0
Arquiled	2023	5.327.826	0
Toft Hansen, ApS	2019	2.609.671	2.609.671
MJ Quinn Solar, Ltd	2022	2.322.446	2.322.446
IEME, SRL	2017	1.263.270	1.263.270
Outros		153.502	153.502
VISABEIRA INDÚSTRIA			
Mob - Indústria de Mobiliário, SA	1998, 2002	1.320.221	1.320.221
Granbeira II - Rochas Ornamentais, SA	1992, 1998, 2001, 2002	905.101	905.101
Outros		325.420	325.420
VISABEIRA TURISMO, IMOBILIÁRIA E SERVIÇOS			
Visabeira Moçambique, SARL	2001, 2002	0	0
Empreendimentos Turíst. Montebelo, SA	1998, 2002	2.768.845	2.768.845
Outros		220.557	220.556
TOTAL		297.740.726	192.240.162

Em 2023, houve a aquisição de novas empresas que representam um aumento de 103 milhões de euros.

O aumento no montante do *goodwill* da MJ Quinn é exclusivamente explicada pela valorização cambial da libra esterlina ocorrida durante o exercício em análise enquanto que a diminuição do *goodwill* da Martifer é exclusivamente explicada pela desvalorização cambial do metical.

TESTES DE IMPARIDADE

Para efeitos da análise da imparidade, o *goodwill* foi distribuído pelas unidades geradoras de caixa, as quais correspondem aos segmentos de negócio reportáveis. O Conselho de Administração Executivo, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais daqueles segmentos, descontados à taxa considerada aplicável a cada negócio, conclui que em 31 de dezembro de 2023 o valor contabilístico dos investimentos financeiros, incluindo o *goodwill*, não excede o seu valor recuperável.

Na Visabeira Global no setor das telecomunicações, os principais pressupostos utilizados no teste de imparidade para 2023 foram os seguintes:

PRESSUPOSTOS TESTES DE IMPARIDADE	Tavan	MJ Quinn	Viatel	Elektro-Würkner	Franz-Josef Braun	OMV Natie	Obelisk
Método utilizado	Método dos cash-flow atualizados	Método dos cash-flow atualizados	Método dos cash-flow atualizados	Método dos cash-flow atualizados	Método dos cash-flow atualizados	Método dos cash-flow atualizados	Método dos cash-flow atualizados
Base utilizada	Projeção	Projeção	Projeção	Projeção	Projeção	Projeção	Projeção
Anos de projeção	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos
Crescimento vendas em 2024	13,97%	8,05%	2,33%	-4,99%	0,05%	6,46%	18,08%
CAGR vendas 2025-2028	6,38%	2,00%	2,23%	2,07%	2,07%	1,76%	2,00%
Taxa de crescimento na perpetuidade	1,99%	2,00%	1,96%	1,99%	1,99%	1,96%	2,00%
WACC utilizada na perpetuidade	9,00%	6,39%	6,52%	4,88%	4,88%	4,84%	6,39%

No setor da energia, os principais pressupostos utilizados no teste de imparidade para 2023 foram os seguintes:

PRESSUPOSTOS TESTES DE IMPARIDADE	Cunha Soares	EIP Serviços	Jayme da Costa
Método utilizado	Método dos cash-flow atualizados	Método dos cash-flow atualizados	Método dos cash-flow atualizados
Base utilizada	Projeção	Projeção	Projeção
Anos de projeção	5 anos	5 anos	5 anos
Crescimento vendas em 2024	-9,01%	39,70%	12,05%
CAGR vendas 2025-2028	2,13%	2,13%	1,70%
Taxa de crescimento na perpetuidade	1,96%	1,96%	1,96%
WACC utilizada na perpetuidade	6,52%	6,52%	9,24%

No setor da construção, os principais pressupostos utilizados no teste de imparidade para 2023 foram os seguintes:

PRESSUPOSTOS TESTES DE IMPARIDADE	HCI-Construções
Método utilizado	Método dos cash-flow atualizados
Base utilizada	Projeção
Anos de projeção	5 anos
Crescimento vendas em 2024	-18,08%
CAGR vendas 2025-2028	1,50%
Taxa de crescimento na perpetuidade	2,00%
WACC utilizada na perpetuidade	9,66%

A sensibilidade dos resultados dos testes de imparidade efetuados ao *Goodwill* aos principais pressupostos-chave, nomeadamente à taxa de desconto e à taxa de crescimento na perpetuidade foram os seguintes:

SENSIBILIDADE AOS PRESSUPOSTOS CHAVE	Taxa de desconto na perpetuidade*		Taxa de crescimento na perpetuidade	
	0,50%	-0,50%	0,50%	-0,50%
MJ Quinn	27.365	-21.766	-17.652	22.188
Viatel	10.870	-8.728	-8.839	11.018
Franz Josef Braun	8.028	-5.657	-6.170	8.758
OMV Natie	32.797	-23.107	-18.199	25.829
Obelisk	6.495	-5.172	-1.790	2.250
Elektro-Wurkner	17.277	-12.177	-10.833	15.376
Tavan	8.972	-7.783	-5.362	6.185
Cunha Soares	13.350	-10.715	-8.978	11.190
EIP Serviços	6.628	-5.321	-4.436	5.529
Jayme da Costa	2.277	-1.992	-2.039	2.340
HCI	6.130	-5.373	-4.061	3.988

Em 31 de dezembro de 2023, caso se tivesse utilizado uma taxa de desconto superior em 0,5%, ou uma taxa de crescimento na perpetuidade inferior em 0,5%, ou projetado *cash flows* inferiores em 5%, os resultados apurados nos testes acima referidos não originariam o registo de imparidades.

O valor de uso corresponde à estimativa do valor presente dos fluxos de caixas futuros, apurados com base em orçamentos e business plans devidamente aprovados pelo Conselho de Administração Executivo do Grupo, os quais abrangem em média um período de cinco anos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi registada qualquer perda por imparidade.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, foram registadas perdas de imparidade em algumas das Unidades Geradoras de Caixa ("UGC") localizadas em Moçambique, sendo tal justificado essencialmente pelo aumento da taxa de desconto utilizada nessa geografia, a qual subiu de forma significativa, devido ao prémio de risco de investimentos em Moçambique e ao aumento da taxa de juro sem risco. As imparidades registadas foram de 3,8 milhões de euros.

24. Propriedades de investimento

	2023	2022
	Nível 3*	Nível 3*
Saldo inicial	305.754.119	297.323.457
Alteração do perímetro	1.023.400	0
Transferência inventários e ativo tangível	0	-597.973
Aquisições	258.060	14.765
Reservas de conversão cambial	-2.409.505	4.447.530
Alienação	0	-398.412
Variação no justo valor	-5.326.427	4.964.752
TOTAL	299.299.646	305.754.119

* Classificado de acordo com a hierarquia de justo valor definida na IFRS 13 (não aplicável a propriedades de investimento mensuradas ao custo de aquisição)

	Técnica de avaliação	2023	2022
Projeto Parque Desportivo	Método do DCF	73.576.000	72.959.000
Projeto Golfe Montebelo Resort	Método do DCF	59.113.614	59.324.614
Projeto imobiliário Maputo	Método do DCF	52.896.833	60.691.918
Projeto Urbeira	Método dos comparativos	33.290.000	33.290.000
Projeto Quinta dos Areais	Método dos comparativos	19.320.000	19.320.000
Terrenos para valorização	Método dos comparativos	17.536.991	17.551.756
Edifícios Vista Alegre	Método dos comparativos e DFC	14.743.212	14.717.822
Projeto para a Quinta do Bosque	Método do DCF	11.809.000	11.809.000
Empreendimento Condomínio de Belo Horizonte (Moçambique)	Método dos custos	7.673.122	7.949.371
Projeto espaço comercial Moçambique	Método do DCF	4.285.068	4.439.138
Projeto Marinha Grande	Método do DCF	3.653.000	3.653.000
Imóveis Jayme da Costa	Método dos comparativos e DFC	1.356.000	0
Agrovisa (Terreno Xinavane)		46.808	48.501
TOTAL		299.299.646	305.754.119

As propriedades de investimento em uso estão mensuradas ao justo valor, determinado pela utilização do *discounted cash flow* (DCF) e as propriedades em desenvolvimento ou para valorização estão mensuradas ao justo valor, determinado pelo método do DCF, método dos comparativos ou método dos custos. Nos casos em que o justo valor não pode ser determinado fiavelmente, as propriedades de investimento são mantidas a custo. De acordo com o método de DCF, o justo valor de um imóvel é estimado com base no valor atual dos fluxos de caixa que se espera que o imóvel venha a gerar no futuro, com base nas projeções financeiras relativas ao negócio desenvolvido ou a desenvolver (arrendamento). Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa de desconto a qual reflete o valor temporal do dinheiro, assim como os riscos associados aos *cash flows*. O método comparativo tem por referência os valores de imóveis similares e pretende estimar o valor presumível de venda. O método dos custos considera que o valor do bem é o somatório dos custos de aquisição do terreno, construção, projetos, licenciamentos, encargos financeiros, encargos com a comercialização e lucro estimado para o projeto. No caso das propriedades de investimento que não estão a gerar rendimentos, foram descontados, nomeadamente, os custos estimados com a construção e desenvolvimento do projeto.

As avaliações foram efetuadas por avaliadores independentes acreditados (Envisábio - Engenharia, Unipessoal Lda, Figueira Center Imobiliária, Lda, EVIA - Eng. Valuation & Invest., Lda, REC - Real Estate Consulting, Lda e JF - Consultores Associados, Lda) com a qualificação e experiência necessária em avaliações de imóveis. Os modelos de avaliação usados são consistentes com princípios preconizados pela IFRS 13.

No exercício de 2023, não existiram alterações na técnica de valorização das propriedades de investimento. As propriedades de investimento incluem um conjunto de terrenos adquiridos há vários anos para desenvolvimento no âmbito da atividade imobiliária do Grupo, mas que, no atual contexto financeiro, estão detidos para valorização futura.

Considera-se na determinação do justo valor das propriedades de investimento a sua melhor utilização possível (*highest and best use*).

A classificação de determinados terrenos como propriedades de investimento, e não como Inventários ou Ativos tangíveis, depende do uso que o Conselho de Administração prevê para os ativos como sendo aquele que maximiza o seu valor recuperável para o Grupo.

PROJETO PARQUE DESPORTIVO DE AVEIRO

Projeto situado no extremo nascente da cidade de Aveiro, junto ao Estádio Municipal de Aveiro, ocupando uma área de cerca de 165 hectares, localiza-se numa zona particularmente privilegiada em termos de acessos, seja à cidade, seja à A25 e à A17. É um projeto abrangente que consolida turismo, habitação, serviços, desporto, lazer e entretenimento numa envolvente única, fundamentalmente pelo requinte e qualidade das suas áreas verdes pautadas por riachos e espelhos de água, dos seus amplos parques e jardins que criarão uma vivência singular e em permanente contacto com a natureza.

O PDA terá uma área de construção na ordem dos 320.000 m² distribuídos por comércio, habitação, serviços, equipamentos desportivos e de lazer/turismo, destacando-se o campo de golfe de 18 buracos, hotel de 5 estrelas, centro hípico e complexo de ténis.

O justo valor foi determinado através do método do DCF, resumindo-se como segue:

Polo		Área de construção (m ²)	Valor de avaliação 2023	Valor de avaliação 2022
Polo 2	Hípico	31.448	12.842.000	12.694.000
Polo 3	Ludo Parque	48.246	9.778.000	9.690.000
Polo 5	Central	74.750	14.328.000	14.343.000
Polo 6	Central Sul	71.175	10.957.000	10.830.000
Polo 7	Resort Golf	68.478	25.671.000	25.402.000
	Hotel	24.000		
TOTAL		318.097	73.576.000	72.959.000

Para além da taxa de desconto, o preço de venda, o preço de construção e a calendarização das vendas estimadas do projeto são as variáveis que mais influenciam o valor da avaliação, pelo que a análise de sensibilidade a estas variáveis resultou nos seguintes valores:

- Um aumento de 5% nos preços de construção reduziria o valor da avaliação para 63,8 milhões de euros. Esta variação nos preços de construção, conjugada com as variações indicadas na análise de sensibilidade da taxa de desconto, traduzem-se num valor mínimo de 58,9 milhões de euros (+5% nos preços de construção e mais 1 pp na taxa de desconto) e num valor máximo de 89,3 milhões de euros (-5% nos preços de construção e menos 1 pp na taxa de desconto);
- Uma diminuição de 5% nos preços de venda, previstas na avaliação, traduzir-se-ia num valor de 59,2 milhões de euros e um aumento de 5% desses mesmos preços de venda traduzir-se-ia num valor de 87,96 milhões de euros, conjugada com aumento da taxa de desconto de 1 pp seria de 82 milhões de euros. O crescimento de 5% nos preços de venda com a diminuição da taxa de desconto em 1 pp aumentaria o valor de avaliação para 94,3 milhões de euros;
- Um adiamento de 10% das vendas consideradas na avaliação em cada ano, acrescentando em alguns Polos mais um ano de comercialização ao projeto face ao cenário base, reduziria o valor da avaliação para 47,9 milhões de euros. Esta variação na comercialização do projeto, conjugada com as variações indicadas na análise de sensibilidade da taxa de desconto, traduzem-se num valor mínimo de 41,4 milhões de euros (10% adiamento nas vendas, mais 1 ano de comercialização e mais 1 pp na taxa de desconto) e num valor máximo de 86,5 milhões de euros (5% de antecipação das vendas no primeiro ano, tendo em consideração igual faseamento nos anos seguintes, corrigindo esta antecipação no último ano de projeção de vendas, e menos 1 pp na taxa de desconto).

PROJETO GOLFE MONTEBELO RESORT

O Projeto Golfe Montebelo Resort visa colmatar as carências e potenciar as características do Campo de Golfe de 27 buracos, existente no local há largos anos. Além de valorizar e revitalizar a área do Golfe, irá permitir a sua dinamização e o reconhecimento daquela área como um lugar urbano e parte articulada da cidade, criando um núcleo desportivo-turístico de prestígio numa única unidade.

São cerca de 168.422 m² de construção, divididos por moradias (68.913 m²), apartamentos (70.506 m²) e hotel de 5 estrelas (29.003 m²). A intervenção distingue-se em 3 áreas diferenciadas; a primeira destinada à rede imobiliária, de pequena expressão e que não colide com a área de Resort.

O projeto prevê também uma área comum de serviços, equipamento e comércio.

Os valores de avaliação foram os seguintes:

	Área	2023	2022
Terreno para moradias	203.600 m ²	39.515.000	40.000.000
Terreno para apartamentos	55.412 m ²	17.214.000	17.000.000
Terreno para hotel	24.275 m ²	1.500.000	1.440.000
Adições por construção de infraestruturas		884.614	884.614
TOTAL	283.287 m²	59.113.614	59.324.614

Para além da taxa de desconto, o preço de venda, o preço de construção e a calendarização das vendas estimadas do projeto são as variáveis que mais influenciam o valor da avaliação, pelo que a análise de sensibilidade a estas variáveis resultou nos seguintes valores:

- Um aumento de 5% nos preços de construção reduziria o valor da avaliação para 52,2 milhões de euros. Esta variação nos preços de construção, conjugada com as variações indicadas na análise de sensibilidade da taxa de desconto, traduzem-se num valor mínimo de 48,7 milhões de euros (+5% nos preços de construção e mais 1 pp na taxa de desconto) e num valor máximo de 70,4 milhões de euros (-5% nos preços de construção e menos 1 pp na taxa de desconto);
- Uma diminuição de 5% nos preços de venda, previstas na avaliação, traduzir-se-ia num valor de 49,3 milhões de euros e um aumento de 5% desses mesmos preços de venda traduzir-se-ia num valor de 69 milhões de euros, conjugada com o aumento da taxa de desconto de 1 pp seria de 64,8 milhões de euros. O crescimento de 5% nos preços de venda com a diminuição da taxa de desconto em 1 pp aumentaria o valor de avaliação para 73,5 milhões de euros;
- Um adiamento de 5% das vendas em todos os anos consideradas na avaliação, acrescentando mais um ano de comercialização ao projeto face ao cenário base, reduziria o valor da avaliação para 55,9 milhões de euros. Esta variação na comercialização do projeto, conjugada com as variações indicadas na análise de sensibilidade da taxa de desconto, traduzem-se num valor mínimo de 52 milhões de euros (5% adiamento nas vendas, mais 1 ano de comercialização e mais 1 pp na taxa de desconto) e num valor máximo de 66,2 milhões de euros (5% de antecipação das vendas e menos 1 pp na taxa de desconto);
- No que diz respeito à análise de sensibilidade à taxa de desconto, uma diminuição de -1 pp na taxa de desconto, prevista na avaliação, traduzir-se-ia num valor de avaliação de 63,2 milhões de euros e um aumento de 1 pp dessa mesma taxa de desconto traduzir-se-ia num valor de avaliação de 55,4 milhões de euros.

PROJETO IMOBILIÁRIO MAPUTO

O Projeto Imobiliário Maputo trata-se de um terreno ocupado pela antiga FACIM, na baixa da Cidade de Maputo, com a área total de cerca de 82.389 m².

O terreno possui um projeto “master plan” aprovado pelo Município de Maputo em outubro de 2018, para um desenvolvimento imobiliário com área bruta de construção acima do solo de 456.456 m², distribuídos pelos segmentos residencial, escritórios, comércio e turismo.

A avaliação foi realizada pela REC, Lda (Real Estate Consulting) que é membro do Royal Institution of Chartered Surveyors (RICS) e teve como finalidade a determinação do Justo Valor (Fair Value) do terreno para desenvolvimento imobiliário, acima referido.

Foi apurado o valor do terreno do Projeto Imobiliário Maputo através do Método Residual em cerca de 52,8 milhões de euros.

Para além da taxa de desconto, o preço de venda, o preço de construção e a calendarização das vendas estimadas do projeto são as variáveis que mais influenciam o valor da avaliação, pelo que a análise de sensibilidade a estas variáveis resultou nos seguintes valores:

- Um aumento de 5% nos preços de construção reduziria o valor da avaliação para 32,6 milhões de euros. Esta variação nos preços de construção, conjugada com as variações da taxa de desconto, traduzem-se num valor mínimo de 22,9 milhões de euros (+5% nos preços de construção e mais 1 pp na taxa de desconto) e num valor máximo de 85,4 milhões de euros (-5% nos preços de construção e menos 1 pp na taxa de desconto);
- Uma diminuição de 5% nos preços de venda, previstas na avaliação, traduzir-se-ia num valor de 44,5 milhões de euros e um aumento de 5% desses mesmos preços de venda traduzir-se-ia num valor de 61,2 milhões de euros. A diminuição de 5% nos preços de venda com o aumento da taxa de desconto em 1 pp diminuiria o valor de avaliação para 34,5 milhões de euros. Já o crescimento de 5% nos preços de venda com a diminuição da taxa de desconto em 1 pp, aumentaria o valor de avaliação para 73,1 milhões de euros;
- Um adiamento de 10% das vendas consideradas na avaliação em cada ano, acrescentando mais um ano de comercialização ao projeto face ao cenário base, reduziria o valor da avaliação para 21,2 milhões de euros. Esta variação na comercialização do projeto, conjugada com as variações indicadas na análise de sensibilidade da taxa de desconto, traduzem-se num valor mínimo de 11,6 milhões de euros (10% adiamento nas vendas, mais 1 ano de comercialização e mais 1 pp na taxa de desconto) e num valor máximo de 66,2 milhões de euros (5% de antecipação das vendas e menos 1 pp na taxa de desconto).

PROJETO URBEIRA

O denominado terreno “Urbeira”, que é uma propriedade com cerca de 279.860 m² situada a sudoeste da cidade de Viseu e que se encontra a uma distância de apenas 3 km do centro da cidade, tem um projeto imobiliário aprovado com uma viabilidade de construção de 137.421 m² divididos por habitação, comércio e serviços.

O justo valor foi determinado através do método dos comparativos, com um preço médio por m² de 242 euros, considerando a área de construção.

EDIFÍCIOS VISTA ALEGRE ATLANTIS

Trata-se de imóveis (terrenos e edifícios) não utilizados no decurso ordinário dos negócios do Grupo, estando, no seu estado atual ou após processo de valorização, destinado a venda.

O justo valor foi determinado pela EVIA - Eng. Valuation & Invest e pela Envisábio - Engenharia, Unipessoal Lda., como se segue:

Edifícios Vista Alegre Atlantis	Justo valor 2023	Justo valor 2022	Técnica de avaliação	Avaliador	Localização	Pressupostos	Intervalos (média em euros)
Pinhais	938.237	938.237	Método dos custos	J. Curvelo	Alcobaça	preço por m ²	25,09 €
Imóveis Diversos	2.994.025	2.994.025	Método dos custos	J. Curvelo	Ílhavo	preço por m ²	187,77 €
R. Neves Ferreira	509.390	484.000	Método dos comparativos	J. Curvelo	Lisboa	preço por m ²	523,61 €
Terrenos RAN	407080	407080	Método dos comparativos	J. Curvelo	Ílhavo	preço por m ²	2,20 €
Urbanização I	1.496.990	1.496.990	Método dos custos	J. Curvelo	Ílhavo	preço por m ²	147,73 €
Loteamento Bairro e Terr. Anexos	5.386.000	5.386.000	Método dos custos	J. Curvelo	Ílhavo	preço por m ²	137,38 €
Loteamento da Murteira	1.209.000	1.209.000	Método dos custos	J. Curvelo	Ílhavo	preço por m ²	30,02 €
Loteamento da Rua Fáb. VA	1.607.000	1.607.000	Método dos custos	J. Curvelo	Ílhavo	preço por m ²	122,42 €
Investimento em curso	195.489	195.489					
TOTAL	14.743.211	14.717.822					

A determinação do justo valor das propriedades de investimento foi suportada por evidências do mercado. Relativamente às propriedades de investimento arrendadas, existem contratos de arrendamento de duração limitada, normalmente de cinco anos, renováveis automaticamente por períodos de um ano se não denunciados.

PROJETO QUINTA DOS AREAIS

Propriedade com 51.633 m² situada a cerca de 500 metros do Hospital São Teotónio de Viseu que confina a poente com a Primeira Circular Sul de Viseu. Possui projeto imobiliário com uma viabilidade de construção de 61.375 m² divididos por habitação, comércio e serviços.

O justo valor foi determinado através do método dos comparativos, com um preço médio por m² de 315 euros, considerando a área de construção.

TERRENOS PARA VALORIZAÇÃO

Dizem respeito a 13 lotes, 12 dos quais localizados na Quinta do Bosque junto ao Hotel Montebelo, uma zona predominantemente residencial, e em Guimarães, junto à estação dos caminho-de-ferros de Guimarães. Trata-se de lotes já urbanizados, com todas as infraestruturas necessárias, e com uma área de construção total de 54.406 m² para terrenos com uma área global de 12.854 m².

O justo valor destes imóveis foi determinado fundamentalmente através do método dos comparativos, com um preço médio por m² de 344 euros, considerando a área de construção.

PROJETO PARA A QUINTA DO BOSQUE

O denominado “Projeto para a Quinta do Bosque”, que se encontra dividido em dois lotes, tem 31.915 m² de área de construção, está localizado na cidade, junto ao Hotel Montebelo, numa zona predominantemente residencial. Destina-se à construção de um espaço de comércio e serviços no sentido de ampliar a oferta na região centro.

O justo valor foi determinado através do método do DCF, com um preço médio por m² de 448 euros, considerando a área de construção.

PROJETO EMPREENDIMENTO CONDOMÍNIO DE BELO HORIZONTE (MOÇAMBIQUE)

O terreno do futuro Condomínio do Belo Horizonte, localizado em Matola, nos arredores de Maputo, está integrado numa zona residencial constituída predominantemente por moradias isoladas do segmento médio/alto. Trata-se de uma zona residencial consolidada, constituída por moradias isoladas de qualidade média/alta, e é constituído por 69 lotes, com uma área total de 67.667 m². O seu justo valor, apurado por uma entidade independente, após obtenção de licença de construção em 16 de dezembro de 2013, é de 7,7 milhões de euros.

PROJETO ESPAÇO COMERCIAL MOÇAMBIQUE

Trata-se de duas frações urbanas (lojas comerciais) com áreas de 468,78 m² e 600 m², não utilizados no decurso ordinário dos negócios do Grupo, e que se encontram arrendadas a terceiros. O justo valor destas duas frações foi apurado através do método do DFC com um preço médio por m² de 2.489 euros e 3.792 euros, respetivamente, considerando a área de construção.

Relativamente a estas propriedades de investimento, existem contratos de arrendamento de duração limitada, renováveis automaticamente por períodos de um ou dois anos se não denunciados. A determinação do justo valor destas propriedades de investimento foi suportada por evidências de mercado utilizando o Método do Rendimento.

PROJETO MARINHA GRANDE

Este terreno em 2021 estava classificado como inventários, mas em 2022 existiu uma alteração de uso deixando de estar disponível para venda, passando agora ser a detido para valorização futura.

A Envisábio-Engenharia, Lda. avaliou o terreno, utilizando essencialmente o Método do Rendimento (DFC). O terreno localiza-se junto a uma das principais artérias da cidade da Marinha Grande, onde a mancha urbana é essencialmente constituída por prédios habitacionais, de volumetria variada, entre os 4 a 7 pisos, com os pisos térreos dedicados ao sector comercial ou serviços.

Com 8.976 m² podemos dividir este projeto em duas áreas: a ZONA A1 que é onde está implantada a Fábrica construída em tijolo burro e onde não será considerado qualquer aumento da área de construção para além do já edificado. As opções consideradas para esta zona passarão por desenvolver no local um equipamento de restauração e de *Coworking*/incubadora de empresas, eventualmente com sala de exposições multiusos que esteja disponível para a comunidade, mas que respeite obrigatoriamente o edificado e preserve e valorize a memória do local, potenciando e aproveitando o facto de este edifício estar classificado como “imóvel de interesse público”; e a ZONA A2 é composta maioritariamente por terreno descampado e barracões em estado de ruína completa, onde será possível desenvolver um projeto imobiliário com 6.880 m² de construção.

Os valores de avaliação foram os seguintes:

	Área	2023
Terreno para moradias	3.243 m ²	853.000
Adições por construção de infraestruturas	5.733 m ²	2.800.000
TOTAL	8.976 m²	3.653.000

Para além da taxa de desconto, o preço de venda, o preço de construção e a calendarização das vendas estimadas do projeto são as variáveis que mais influenciam o valor da avaliação, pelo que a análise de sensibilidade a estas variáveis resultou nos seguintes valores:

- Um aumento de 5% nos preços de construção reduziria o valor da avaliação para 3,3 milhões de euros. Esta variação nos preços de construção, conjugada com as variações indicadas na análise de sensibilidade da taxa de desconto, traduzem-se num valor mínimo de 3,2 milhões de euros (+5% nos preços de construção e mais 1 pp na taxa de desconto) e num valor máximo de 4,1 milhões de euros (-5% nos preços de construção e menos 1 pp na taxa de desconto);
- Uma diminuição de 5% nos preços de venda, previstas na avaliação, traduzir-se-ia num valor de 3,2 milhões de euros e um aumento de 5% desses mesmos preços de venda traduzir-se-ia num valor de 4,1 milhões de euros, conjugada com o aumento da taxa de desconto de 1 pp seria de 3,1 milhões de euros. O crescimento de 5% nos preços de venda com a diminuição da taxa de desconto em 1 pp aumentaria o valor de avaliação para 4,2 milhões de euros;
- Um adiamento de 10% das vendas em todos os anos consideradas na avaliação, acrescentando mais um ano de comercialização ao projeto face ao cenário base, reduziria o valor da avaliação para 3,5 milhões de euros. Esta variação na comercialização do projeto, conjugada com as variações indicadas na análise de sensibilidade da taxa de desconto, traduzem-se num valor mínimo de 3,3 milhões de euros (10% adiamento nas vendas, mais 1 ano de comercialização e mais 1 pp na taxa de desconto) e num valor máximo de 3,8 milhões de euros (5% de antecipação das vendas e menos 1 pp na taxa de desconto).

IMÓVEIS “JAYME DA COSTA”

Esta rubrica refere-se a dois imóveis, um prédio térreo e um terreno, situados em Vila Nova de Gaia que à data de aquisição da empresa estavam escriturados por 1,0 milhões de euros. A área de terreno conjunta é de 13.766 m² e o edifício tem uma área de 708,63 m².

Em 2023, nomeadamente o terreno, foi alvo de um grande projeto de intervenção no sentido de garantir a nivelção do terreno para futura rentabilização. Por referência a 31 de dezembro de 2023, a Jayme da Costa contratou um avaliador independente, a Structure Value -Sociedade de Consultadoria e Avaliação de Ativos, Lda., o qual procedeu à avaliação dos imóveis, tendo determinado um valor de 1,3 milhões de euros, com base no método comparativo de mercado (valor médio de 65 €/m² para o terreno e de 1.050 €/m² para o prédio).

Decorrente desta avaliação o valor líquido desta propriedade de investimento foi aumentado em 333 mil euros.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO DADAS EM GARANTIA E RESPONSABILIDADES CONTRATUAIS

A 31 de dezembro de 2023 e a 31 de dezembro de 2022, não existem obrigações contratuais de comprar, construir ou desenvolver as propriedades de investimento. De igual modo, não existem restrições sobre a capacidade da realização de propriedades de investimento ou sobre a remessa de rendimentos e proveitos de alienação.

QUANTIAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Para além das variações de justo valor identificadas acima e apresentadas na linha de “Alteração de justo valor de propriedades de investimento”, as propriedades de investimento não geraram rendimentos no período e os correspondentes gastos diretos foram de valor imaterial.

25. Ativos intangíveis

	Projetos de desenvolvimento e programas de computador	Order to Backlog	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2022	1.754.978	7.325.004	88.988.358	1.891.824	99.960.164
Aumentos	75.811	0	1.852.602	426.376	2.354.789
Alienações/transferências	402.035	0	413.651	-236.513	579.173
Alterações ao perímetro	144.788	12.450.818	193.047	159.766	12.948.418
Efeito cambial	94.772	0	296.939	-402.261	-10.550
Imparidade	0	0	-202	0	-202
Amortizações do exercício	-1.360.488	-7145.219	-3.775.097	0	-12.280.804
Saldo final a 31 de dezembro de 2022	1.111.896	12.630.603	87.969.298	1.839.191	103.550.998
A 31 de dezembro de 2022					
Custos de aquisição	10.423.793	31.685.273	100.581.805	1.839.191	144.530.062
Amortizações acumuladas	9.311.898	19.054.670	12.418.113	0	40.784.681
Perdas de imparidade	0	0	194.393	0	194.393
Ativos intangíveis	1.111.895	12.630.603	87.969.298	1.839.191	103.550.988
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2023					
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2023	1.111.895	12.630.603	87.969.298	1.839.191	103.550.988
Aumentos	4.582.623	2.004.117	1.769.973	621.995	8.978.707
Alienações/transferências	-3.374.800	0	3.878.160	-1.270.203	-766.844
Alterações ao perímetro	608.190	9.913.861	12.058.414	218.163	22.798.628
Efeito cambial	291.267	0	-2.037.031	-1.760	-1.747.524
Amortizações do exercício	-212.936	-9.204.274	-3.862.284	0	-13.279.495
Saldo final a 31 de dezembro de 2023	3.006.241	15.344.307	99.401.493	1.407.385	119.159.424
A 31 de dezembro de 2023					
Custos de aquisição	16.347.018	30.856.388	125.240.915	1.407.385	173.851.704
Amortizações acumuladas	13.340.778	15.512.081	25.464.385	0	54.317.244
Perdas de imparidade	0	0	375.036	0	375.036
Ativos intangíveis	3.006.241	15.344.307	99.401.493	1.407.385	119.159.424

O *Order to Backlog* são ativos intangíveis que resultam de direitos contratuais identificados à data de aquisição das subsidiárias de acordo com a definição da IFRS3. O aumento do ano resulta de novas aquisições, nomeadamente da Jayme da Costa, da Tavan e da HCI (ver Nota 8).

Na rubrica de “Outros ativos Intangíveis” destaca-se o valor da marca Vista Alegre (cerca de 80 milhões de euros), atribuída por uma entidade independente especializada, aquando da aquisição do Grupo Vista Alegre Atlantis.

O valor da marca é regularmente validado através de uma avaliação externa que suporta o valor do balanço da marca. A última avaliação foi realizada pela Brand Practice, por referência a 31 de dezembro de 2022. Simultaneamente, o valor da marca foi sujeito a teste de imparidade, avaliada por meio de uma metodologia DCF, baseados em planos de negócio das UGC dos segmentos da porcelana e cristal e vidro aprovados pelo Conselho de Administração Executivo do Grupo, com os seguintes pressupostos: taxa de desconto de 7,81%, projeções até 2028; com uma taxa de crescimento das vendas de 11,1% em 2024; crescimento na perpetuidade de 1,96%.

Da avaliação efetuada bem como dos testes adicionais efetuados, não resultou qualquer evidência de imparidade do valor da marca.

26. Inventários

	2023			2022			Ajustamentos	
	Ativo Bruto	Imparidades	Ativo Líquido	Ativo Bruto	Imparidades	Ativo Líquido	Movimentos 2023	Movimentos 2022
Matérias-Primas	74.670.386	-3.411.216	71.259.170	62.780.344	-2.823.325	59.957.019	-587.891	-1.537.728
Mercadorias	30.528.607	-3.990.626	26.537.981	26.635.232	-3.048.666	23.586.566	-941.960	-389.363
Produtos acabados	102.179.587	-22.128.348	80.051.239	95.515.756	-22.102.906	73.412.850	-25.442	-287.537
Produtos e trabalhos curso	5.263.450	-1.311.393	3.952.056	2.847.766	-1.311.393	1.536.373	0	97.000
TOTAL	212.642.029	-30.841.583	181.800.447	187.779.097	-29.286.290	158.492.807	-1.555.293	-2.117.628

	Matérias-primas	Mercadorias	Produtos acabados	Produtos e trabalhos em curso	Total
Inventários em 1 de janeiro de 2022	44.245.098	20.478.387	67.829.145	29.334	132.581.964
Compras	174.630.210	56.115.468	0	0	230.745.679
Regularizações de Inventários	3.557.947	4.225	1.730.331	1.410.039	6.702.542
Imparidades/Reversões	-1.537.728	-389.363	-287.537	97.000	-2.117.628
Existências em 31 de dezembro de 2022	-59.957.019	-23.586.566	-73.412.850	-1.536.373	-158.492.807
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas 2022	160.938.509	52.622.151	-4.140.911	0	209.419.749
Inventários em 1 de janeiro de 2023	59.957.019	23.586.566	73.412.850	1.536.373	158.492.807
Compras	153.806.279	119.892.702	0	0	273.698.982
Regularizações de Inventários	6.307.181	3.640.848	384.573	2.415.684	12.748.286
Imparidades/Reversões	-587.891	-941.960	-25.442	0	-1.555.293
Existências em 31 de dezembro de 2023	-71.259.170	-26.537.981	-80.051.239	-3.952.056	-181.800.447
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas 2023	148.223.419	119.640.175	-6.279.258	0	261.584.336

As regularizações de inventários são principalmente resultantes das alterações de perímetro. A 31 de dezembro de 2023, as subsidiárias adquiridas no exercício contribuíram com 14,8 milhões de euros para o total desta rubrica.

De salientar o contributo da sub-holding Visabeira Indústria para esta rubrica (Nota 10.a).

Em produtos acabados estão incluídos 24,2 milhões de euros relativos a ativos imobiliários, nomeadamente edifícios e terrenos, detidos pelas empresas do setor imobiliário do grupo em Portugal.

27. Clientes

	2023	2022
Clientes - conta corrente	262.378.627	225.819.536
Imparidade acumulada de dívidas a receber	-21.194.402	-18.330.841
TOTAL	241.184.225	207.488.695

Os montantes escriturados encontram-se líquidos das perdas de imparidade acumuladas para cobranças duvidosas, estimadas pelo Grupo de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica, sendo o cálculo das perdas por imparidade efetuado conforme o modelo de Perdas de Crédito Esperadas (IFRS 9). O Conselho de Administração Executivo entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor. As empresas do Grupo Visabeira que atuam como prestadoras de serviços de infraestruturas e telecomunicações faturam a entidades de reconhecida idoneidade financeira. Neste grupo de entidades estão normalmente os operadores de telecomunicações locais, regra geral participados diretamente pelo Estado de cada país, pelo que o risco de crédito se substitui pelo risco político. São exemplo disso a TMCEL, EDM - Eletricidade de Moçambique, Angola Telecom, Orange, Belgacom, British Telecom, Deutsche Telekom, PT, Nos, EDP e as concessionárias de gás natural.

Durante o ano de 2023, a rubrica de clientes teve uma variação de 36,5 milhões de euros sendo que grande parte deste aumento se deve às alterações de perímetro, onde se destaca a entrada da HCI - Construções, com um contributo de 24 milhões de euros para este saldo.

A maturidade dos montantes a receber tem o seguinte detalhe:

Clientes - conta corrente	Não vencido	Meses de antiguidade após a data de vencimento				TOTAL
		< 6	6 - 12	12 - 18	> 18	
2023	158.551.481	48.906.916	10.329.312	8.868.391	38.087.191	264.743.291
2022	115.409.443	42.245.552	13.333.574	10.035.991	47.046.517	228.071.076

*O total de "Clientes - conta corrente" inclui o montante de 2,4 milhões de euros (2022: 2,3 milhões de euros) que se encontram classificados como "Outros devedores" não correntes (ver Nota 29.1).

Do saldo com antiguidade superior a 18 meses, mais de 40% diz respeito a saldos a receber de empresas em Angola e Moçambique, que na sua maioria são participadas pelos Estados de cada um desses países.

O Conselho de Administração Executivo entende que a imparidade acumulada das dívidas a receber é adequada, sendo a sua evolução assim detalhada:

2023	Saldo Inicial	Alterações perímetro	Write-off e efeito cambial	Aumentos / Diminuições	Saldo Final
Imparidade acumulada de dívidas a receber	18.330.841	888.000	293.647	1.681.914	21.194.402

Em 2022, a evolução do ajustamento das dívidas a receber era assim detalhada:

2022	Saldo Inicial	Alterações perímetro	Write-off e efeito cambial	Aumentos / Diminuições	Saldo Final
Imparidade acumulada de dívidas a receber	15.406.200	384.454	-301.427	2.841.614	18.330.841

28. Estado e outros entes Públicos

	Ativo		Passivo	
	2023	2022	2023	2022
Imposto sobre o rendimento	0	2.393.894	4.342.568	0
Total - Imposto sobre o rendimento	0	2.393.894	4.342.568	0
Retenções de impostos sobre rendimentos de terceiros	0	0	2.622.676	5.132.546
Imposto sobre o valor acrescentado	0	0	5.734.594	6.993.704
Contribuições para a segurança social	0	0	8.740.692	7.020.777
Total - Estado e outros entes públicos	0	0	17.097.962	19.147.026
Total	0	2.393.894	21.440.529	19.147.026

Os saldos relativos a "Estado e outros entes públicos" que não estejam relacionados com Imposto sobre o rendimento são apresentados nas Outras Contas a pagar (Nota 37.1).

29. Outras contas a receber e outros ativos

29.1. Outras contas a receber

	2023	2022
NÃO CORRENTES		
Outros devedores	2.364.664	2.251.540
	2.364.664	2.251.540
CORRENTES		
Acionistas	4.347.125	1.051.152
Outros devedores	31.408.128	25.723.589
Adiantamentos a fornecedores	7.668.773	4.745.848
Saldos devedores de fornecedores	4.325.334	329.918
Empresas participadas	1.000.000	1.000.474
	48.749.361	32.850.980
Imparidade acumulada de outros devedores	-884.549	0
TOTAL	50.229.475	35.102.520

A rubrica "outros devedores" inclui o saldo de 18,3 milhões de euros relativos ao Regime especial de tributação dos grupos de sociedades (RETGS) (ver Nota 43).

Durante o período de 2023, a evolução da rubrica "Acionistas" pode ser representada como segue:

ACIONISTAS	2023
Saldo Inicial a 1 de janeiro de 2023	1.051.152
Transações com impacto em caixa	
Atividades de investimento	
Recebimentos de empréstimos concedidos	-150.000
Pagamentos empréstimos concedidos a acionistas	18.810.000
	18.660.000
Transações com impacto em caixa	
Prestações Suplementares do acionista	23.600.000
Dividendos distribuídos	-27.000.000
Compensação com dívida ao acionista contabilizada em Outros Devedores	-11.964.027
	-15.364.027
Saldo final a 31 de dezembro de 2023	4.347.125

29.2. Outros ativos

	2023	2022
CORRENTES		
Gastos diferidos	18.489.601	18.221.294
TOTAL	18.489.601	18.221.294

O valor de "Gastos diferidos" corresponde essencialmente ao custo de aquisição de material/ serviços, reconhecido como um gasto em função do seu consumo/utilização.

30. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Depósitos à ordem	139.867.190	130.983.117
Depósitos a prazo	31.674.362	64.137.336
Caixa	2.073.049	201.083
Aplicações de tesouraria	145.093	3.398.435
TOTAL	173.759.694	198.719.972

Os valores apresentados em caixa e equivalentes de caixa estão imediatamente mobilizáveis (ou seja, correspondem a aplicações vencíveis a menos de 3 meses que podem ser imediatamente mobilizáveis sem perda de valor significativa).

31. Capital Social e prémios de emissão

31.1. Capital Social

O Capital Social autorizado está representado por 23.308.043 ações ao portador, com o valor nominal unitário de cinco euros e está realizado no montante de 116.540.215 euros.

À data de 31 de dezembro de 2022 e 2023, o acionista último maioritário, Fernando Campos Nunes, detinha 98,57%, indiretamente, do Grupo Visa-beira possuindo 22.974.443 ações.

31.2. Outros instrumentos de Capital Próprio

O valor de 23.600.000 euros em "Outros instrumentos de capital próprio" respeita a prestações acessórias realizadas por parte da acionista, NCFGEST.

31.3. Prémios de emissão

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a "Reserva legal", isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

32. Resultado por ação

	2023	2022
Básico		
Resultado líquido do ano para efeito do cálculo	24.076.022	31.451.113
Nº médio ponderado de ações para efeito do cálculo	23.308.043	23.308.043
Resultado por ação básico	1,033	1,349
Diluído		
Resultado líquido do ano para efeito do cálculo	24.076.022	31.451.113
Nº médio ponderado de ações para efeito do cálculo	23.308.043	23.308.043
Resultado por ação diluído	1,033	1,349

33. Resultados retidos e outras reservas

	2023	2022
Resultados retidos	254.807.620	258.459.472
Investimentos financeiros - Swaps	0	25.518
Reservas	145.785.617	143.031.546
Reserva justo valor de ativos financeiros	-2.659.183	-2.543.978
Reservas de conversão cambial	-160.243.916	-105.216.371
TOTAL	237.690.139	293.756.186

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado com base nas demonstrações financeiras separadas do Grupo Visabeira, S.A., apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia (IFRS-UE). A legislação comercial portuguesa estabelece que se deve transferir para reserva legal 5% dos lucros líquidos até que aquela represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível e só pode ser utilizada para incorporação no capital ou para cobrir prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas.

O saldo dos resultados retidos não se encontra totalmente disponível para distribuição, na medida em que incluiu os ganhos por aumento de justo valor em propriedades de investimento. Em 2022, esta rubrica foi reforçada em 111,2 milhões de euros após a alienação de 22% da Constructel Visabeira à Goldman Sachs (ver Nota 8).

De acordo com a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 31 de dezembro de 2023, foi deliberada a distribuição de resultados transitados de 27 milhões de euros, as quais foram utilizadas para regularizar um saldo devedor do acionista. Com base na informação disponível nesta data, não está prevista qualquer distribuição de dividendos aos acionistas em 2024. A rubrica de "reservas" corresponde essencialmente a reservas de reavaliação, reservas contratuais e reservas legais constituídas em cada subsidiária.

A Reserva de Justo valor de ativos financeiros corresponde essencialmente à desvalorização das ações registadas ao justo valor através de Outro Rendimento Integral (ver Nota 71).

34. Interesses que não controlam

	% Interesses minoritários		Valor do balanço		Resultados atribuídos		Principais Acionistas
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	
VISABEIRA GLOBAL							
TVCABO Angola, Lda	50,00%	50,00%	29.474.521	60.815.370	-1.693.100	2.227.674	Angola Telecom (50%)
TVCABO Moçambique, Lda	80,00%	50,00%	9.728.649	25.418.999	480.889	1.183.747	TMCEL (50%)
Televisa, Lda	80,00%	50,00%	2.058.777	2.804.276	937.721	672.892	TMCEL (50%)
Cunha Soares & Filhos, SA	20,00%	20,00%	1.382.208	1.178.164	1.105.865	890.555	P&C-Pintos e Companhia, SGPS, S.A (20%)
CST - Companhia Santomense de Telecomunicações, S.A.R.L.	49,00%	49,00%	18.485.150	19.102.752	474.103	43.120	Estado Santomense (49%)
Martifer-Visabeira, SA	50,00%	50,00%	3.803.281	2.815.049	1.124.907	1.031.257	Martifer Metallic Constructions (50%)
Electrotec, SA	51,00%	51,00%	2.082.534	1.781.413	370.790	1.389.690	Intelec Holdings (50%); Salimo Abdula (1%)
Constructel Visabeira	21,89%	21,89%	62.571.040	53.530.458	11.249.479	5.663.810	Goldman Sachs (22%)
Inpower Group	45,50%	45,50%	2.017.822	2.405.706	-17.665	383.516	Inpower Group- Consorzio Stabile S.C.P.A. (46%)
VISABEIRA INDÚSTRIA							
Vista Alegre, SA	14,40%	14,40%	21.660.878	20.710.581	984.862	1.066.164	Free Float (14,40%)
Ambitermo, SA	49,00%	49,00%	3.891.779	3.506.062	385.717	-77.897	Raquel Mateus Gomes da Silva (44%); Hidrax (5%)
VISABEIRA TURISMO, IMOBILIÁRIA E SERVIÇOS							
PDA, SA	45,00%	45,00%	16.972.823	17.730.107	-757.285	-492.562	município de Aveiro (45%)
Constellation, SA	42,86%	42,86%	14.787.163	17.098.301	-1.757.638	309.843	Fundo de Pensões do Banco de Moçambique (23%); Seguradora Internacional de Moçambique (20%)
Outros			1.214.164	2.161.401	26.293	521.062	
TOTAL			190.130.787	231.058.640	12.914.938	14.812.870	

A informação financeira destas empresas é a seguinte:

	TVCABO Angola	TVCABO Moçambique	Televisa	Vista Alegre	Ambitermo
Ativos Fixos tangíveis e intangíveis e Direito de Uso	104.936.650	72.165.048	1.557.118	136.732.829	4.258.976
Propriedades de investimento	0	0	0	938.237	0
Outros ativos	14.823.418	4.365.590	12.469.555	88.667.457	4.727.846
Caixa e equivalentes de caixa	2.379.146	2.547.498	718.253	16.803.970	5.027.528
Empréstimos bancários	-3.636.662	-3.473.733	-893.459	-81.183.056	-591.894
Outros passivos	-63.982.108	-24.001.448	-6.601.163	-79.235.376	-5.825.773
Total de ativos líquidos	54.520.444	51.602.955	7.250.304	82.724.061	7.596.683
Volume de negócios consolidado	27.286.103	26.123.543	11.273.224	129.598.632	12.540.808
Resultado Líquido	-1.788.324	2.834.960	1.875.441	6.840.946	787.260

	PDA	Constellation	Companhia Santomense de Telecomunicações	Constructel Visabeira
Ativos Fixos tangíveis e intangíveis e Direito de Uso	0	0	21.610.927	180.087.395
Propriedades de investimento	73.576.000	52.896.832	0	11.356.000
Outros ativos	606.474	86.333	7.735.053	684.567.228
Caixa e equivalentes de caixa	1.316	292	3.405.566	112.271.598
Empréstimos bancários	-24.433.462	-2.601.201	0	-149.123.941
Outros passivos	-11.010.055	-6.887.544	-6.550.678	-523.554.230
Total de ativos líquidos	38.740.273	43.494.712	26.200.868	315.604.050
Volume de negócios consolidado	55.472	0	12.965.337	1.257.432.636
Resultado Líquido	70.752	-144.918	1.560.622	52.604.095

35. Endividamento

	2023			2022		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Papel comercial	82.550.000	8.750.000	91.300.000	147.100.000	32.050.000	179.150.000
Empréstimos bancários	94.672.906	165.455.494	260.128.400	151.744.158	139.260.949	291.005.107
Empréstimos obrigacionistas	102.801.522	365.189.014	467.990.536	4.184.983	227.954.314	232.139.297
Subsídios reembolsáveis	1.914.564	13.610.200	15.524.764	2.025.615	11.737.235	13.762.850
TOTAL	281.938.993	553.004.707	834.943.700	305.054.756	411.002.498	716.057.254

Durante o período de 2023, a evolução do endividamento pode ser representada como segue:

	Endividamento	
	2023	2022
Saldo Inicial a 1 de janeiro	716.057.254	739.996.344
Transações com impacto em caixa:		
Atividades de investimento		
Recebimentos de subsídios reembolsáveis	4.860.970	2.450.625
Atividades de financiamento		
Recebimentos de empréstimos	724.497.262	345.989.629
Amortizações e reembolsos de empréstimos	-624.412.218	-385.332.192
	104.946.014	-36.891.938
Transações sem impacto em caixa:		
Variação cambial	-4.855.274	-555.455
Reconhecimento do custo amortizado	-7.401.998	2.630.284
Alteração do perímetro	26.607.794	3.355.203
Reclassificações	0	8.212.275
Financiamento não reembolsado	-410.090	-689.469
	13.490.432	12.952.838
Saldo final a 31 de dezembro	834.943.700	716.057.254

Partes das emissões de papel comercial, embora tenham o seu vencimento num prazo inferior ou igual a um ano, encontram-se abrangidas por programas de médio e longo prazo que asseguram a sua renovação automática ao longo do período do programa. Assim, as emissões de papel comercial são apresentadas como exigíveis no médio e longo prazo, exceto se o programa termine num prazo inferior a 12 meses.

Os empréstimos contratados, designadamente programas de papel comercial, obrigacionistas e mútuos, incorporam, em geral, para além das condicionantes habituais, cláusulas de *cross default*, *pari passu* e *negative pledge*, a *ownership* do Grupo ou do acionista maioritário.

As operações de financiamento que estão sujeitas a "covenants" relacionados com níveis de autonomia financeira e rácios de endividamento, determinados com base nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e de algumas das subsidiárias, foram negociadas em condições normais de mercado. Em 31 de dezembro de 2023, nenhum credor poderia exigir o reembolso antecipado de qualquer financiamento concedido ao Grupo como consequência de um incumprimento dos "covenants".

Na data da demonstração da posição financeira, a maturidade média do endividamento do Grupo era de 2,8 anos (2022: 2 anos) fruto do refinanciamento da sua dívida ocorrido ao longo do ano.

35.1 Papel comercial

	2023			2022		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Grupo Visabeira, SA	43.400.000	0	43.400.000	86.700.000	10.050.000	96.750.000
Viatel, SA	0	5.000.000	5.000.000	0	0	0
Visabeira Global, SGPS, SA	0	0	0	58.400.000	20.000.000	78.400.000
Pinewells, SA	750.000	3.750.000	4.500.000	500.000	2.000.000	2.500.000
Visabeira Indústria, SGPS, SA	18.400.000	0	18.400.000	1.500.000	0	1.500.000
Constructel Visabeira, SA	20.000.000	0	20.000.000	0	0	0
TOTAL	82.550.000	8.750.000	91.300.000	147.100.000	32.050.000	179.150.000

35.2 Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários apresentam a seguinte divisão geográfica:

	2023			2022		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
DESCOBERTOS BANCÁRIOS AUTORIZADOS	1.159.789	39.724	1.199.513	4.021.510	128.406	4.149.916
Portugal	955.228	0	955.228	3.648.075	0	3.648.075
África	91.109	0	91.109	148.063	0	148.063
Europa	113.451	39.724	153.175	225.372	128.406	353.778
EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	93.513.117	165.415.770	258.928.887	147.722.648	139.132.543	286.855.191
Portugal	77.156.871.	138.225.828.	215.382.699	135.529.524	107.050.649	242.580.173
África	6.567.053.	5.467.022.	12.034.075	5.968.489	12.763.885	18.732.374
Europa	9.789.193.	21.722.920.	31.512.113	6.224.635	19.318.009	25.542.644
TOTAL	94.672.906	165.455.494	260.128.400	151.744.158	139.260.949	291.005.107

A taxa de juros varia de acordo com o país, a empresa, o tipo de linha contratada, as garantias e o prazo dos financiamentos.

Na Europa, as taxas mais baixas apresentam margens reduzidas nomeadamente em algumas linhas de suporte de liquidez assinadas no contexto da pandemia, sendo a taxa máxima de 10,395%. A taxa de juro média dos novos empréstimos às empresas continuou o movimento ascendente do ano anterior, tendo registado uma subida de 1,23pp (de 4,54% para 5,77%) entre dezembro 2022 e dezembro de 2023.

Em Angola, os financiamentos são contratados em moeda local indexados maioritariamente à Luibor ou com spreads entre os 1,5% de 4%.

Em Moçambique os financiamentos são contratados em moeda local indexados maioritariamente à Prime Rate do Sistema financeiro, com *spreads* entre -4.5% e 4.75%.

35.3 Empréstimos por obrigações

	2023			2022		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Grupo Visabeira, SA	0	0	0	0	92.000.000	92.000.000
Constructel Constructions et Télécommunications, SA	55.000.000	0	55.000.000	0	55.000.000	55.000.000
Visabeira Moçambique, SA	707.500	884.375	1.591.875	733.000	1.649.250	2.382.250
Visabeira Global, SGPS, SA	0	368.000.000	368.000.000	2.238.186	27158.788	29.396.974
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA	47.500.000	0	47.500.000	1.250.000	47.500.000	48.750.000
Visabeira Investigação e Desenvolvimento	0	6.400.000	6.400.000	0	6.400.000	6.400.000
Custo amortizado e justo valor	-405.978	-10.095.361	-10.501.339	-36.203	-1.753.724	-1.789.927
TOTAL	102.801.522	365.189.014	467.990.536	4.184.983	227.954.314	232.139.297

No ano de 2023 foi contratado na Visabeira Global um empréstimo obrigacionista no montante de 368 milhões de euros com vencimento em 2027 e com uma taxa de 6,2%. Esta contratação está incluída numa operação de refinanciamento da dívida estrutural de todo o Grupo, que implicou o reembolso antecipada de alguns financiamentos em curso à data, e que teve como objetivo a reorganização da dívida financeira com impactos relevantes na sua maturidade, ficando, após conclusão da operação, mais alinhada com o plano estratégico em curso. A operação contemplou a contratação de um valor total de 450 milhões de euros, em várias modalidades de financiamento, que para além do empréstimo obrigacionista inclui também um mútuo bancário, assim como uma conta corrente, contratados na modalidade de taxa fixa e taxa variável.

A operação de refinanciamento foi liderada pelo Santander, mas contou com a participação ativa de vários bancos com quem o Grupo já mantinha relação comercial. O valor do empréstimo obrigacionista inclui duas emissões sindicadas da Constructel, com data de emissão em 27 de setembro de 2018 e em 23 de novembro de 2018, de valor nominal global de 55 milhões de euros e com vencimento em 27 de setembro de 2024, com um cupão de taxa fixa de 4,2%, pago semestralmente no dia 27 de março e 27 de setembro.

O Grupo Visabeira, através da sua subsidiária Constructel Visabeira, definiu como um dos objetivos de curto prazo proceder ao refinanciamento da sua dívida bancária com vista a aumentar o prazo da dívida bancária, dotar maior capacidade de financiamento para adequar o seu endividamento com a estratégia de crescimento prevista para os próximos anos e, consolidar a sua dívida na Constructel Visabeira, S.A., permitindo desta forma uma maior robustez financeira das suas subsidiárias operacionais e que o foco das mesmas se centre meramente em aspetos operacionais e consequentemente no crescimento do negócio.

Neste sentido, foi lançado ainda em 2023 um processo para refinanciamento da dívida da Constructel Visabeira com vista à conclusão do refinanciamento ainda durante o primeiro semestre.

Esta operação está atualmente em fase de negociação, sendo prevista a contratação de uma linha de médio longo prazo com o intuito de refinanciar a dívida a dezembro de 2023, uma linha de Capex para dotar a Constructel Visabeira com uma maior capacidade de investimento para dar sequência ao seu plano estratégico e uma linha de Conta Corrente para uso generalizado e apoio de tesouraria. Conforme também referido, esta operação deverá apresentar uma maturidade de 5 anos, com uma vida média superior a 3 anos.

Por esse motivo, o saldo da dívida financeira que se vence a curto prazo apresenta um valor de 54,8 milhões de euros valor inserido na referida operação de refinanciamento, e, sendo nossa forte convicção que teremos a capacidade para concluir atempadamente este processo de refinanciamento.

O valor dos empréstimos obrigacionistas inclui ainda o empréstimo obrigacionista garantido da Vista Alegre no valor de 50 milhões de euros emitidos em duas tranches: i) uma tranche emitida no MARF (Mercado Alternativo de *Renta Fija*) no valor de 45 milhões de euros, tomada por vários investidores institucionais, com início em 21/10/2024 por 5 Anos bullet e ii) uma segunda tranche no valor de 5 milhões de euros com início em 21/10/2019 e vencimento em 21/10/2024 com liquidações anuais constantes de capital, subscrita pelo Banco BPI. Este empréstimo obrigacionista será assim objeto de amortização integral em outubro de 2024, razão pelo qual se encontra integralmente classificado como um passivo corrente. Importa referir que em maio de 2024, a Vista Alegre concluiu com sucesso a organização e montagem de um empréstimo obrigacionista com recurso a uma oferta pública de subscrição (OPS) no montante global de 60 milhões de euros. A referida operação permitiu à VAA diversificar as suas fontes de financiamento. Com resultado desta emissão obrigacionista, a VAA irá reembolsar (em outubro de 2024) a emissão obrigacionista lançada em 2019 - VAA *Fixed Rate Guaranteed Senior Secured Notes 2019-2024 Class A* (colocada junto de investidores institucionais) - bem como permitir financiar os investimentos previstos para a sua atividade.

De forma geral estas emissões incluem os "covenants" habituais neste tipo de financiamento designadamente de autonomia financeira e rácios de endividamento assim como cláusulas com condições *pari passu*, *cross default*, *negative pledge* e *ownership*.

35.4 Maturidade da dívida e moeda contratada

	Portugal	Europa	África	TOTAL
2024	209.838.060	64.735.270	7.365.662	281.938.993
2025	47.977.575	9.616.749	2.219.275	59.813.599
2026	67.129.652	6.548.822	1.700.975	75.379.449
2027	383.237.799	2.269.354	1.578.578	387.085.731
2028 e seguintes	26.545.641	3.327.718	852.569	30.725.929
TOTAL	734.728.727	86.497.914	13.717.059	834.943.700

O Grupo tem definido como objetivo a reestruturação da sua dívida bancária, alinhada e adaptada com a estratégia de crescimento prevista para os próximos anos.

O valor da dívida de curto prazo incorpora cerca de 376 milhões de euros relativos a contas correntes caucionadas e descobertos autorizados e o montante de 102,8 e 82,5 milhões de euros de empréstimos obrigacionistas e papel comercial respetivamente, sendo o valor restante relativo a operações de financiamento bilaterais. A dívida de curto prazo ascende a 282 milhões de euros, representando cerca de 34% da dívida consolidada, para os quais contribuíram grandemente os 2 obrigacionistas com vencimento em 2024, tendo já concretizado (no caso da Vista Alegre) e a montar (no caso da Constructel) programas de refinanciamento de forma a alinhar a dívida financeira com o plano estratégico previsto.

36. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores - conta corrente	261.955.263	225.867.283
TOTAL	261.955.263	225.867.283

A rubrica de "Fornecedores" no ano 2023 sofreu um aumento de 36,1 milhões de euros. Apesar do impacto significativo de 47,8 milhões de euros decorrentes da entrada das subsidiárias adquiridas no exercício, há a assinalar, em sentido oposto grandes diminuições em empresas como a TV Cabo Angola e a Mob que, face a 2022, diminuíram o seu saldo de fornecedores em 7,4 milhões de euros e 4,1 milhões de euros, respetivamente.

37. Outras contas a pagar e outros passivos

37.1 Outras contas a pagar

	2023	2022
NÃO CORRENTE		
Subsídios ao investimento	32.120.319	30.194.304
Dívida relacionada com aquisições de subsidiárias - Retribuição contingente	22.317.028	18.012.485
Opção de venda relativa à aquisição de subsidiárias	23.635.077	11.003.837
Passivo financeiro de <i>Downside Protection</i>	20.346.929	26.496.451
Dívida relacionada com aquisições de subsidiárias	10.835.767	15.737.577
Outros	3.440.000	4.188.636
Total não corrente	112.695.090	105.633.290
CORRENTE		
Factoring	9.703.168	14.020.518
Desconto de remessas documentárias	3.249.762	3.889.541
Express Bill	10.762.428	2.248.234
Confirming	54.715.289	45.265.519
Fornecedores de investimento	4.686.723	258.727
Subsídios ao investimento	3.568.924	2.173.564
Adiantamentos por conta de vendas	512.866	530.886
Empresas associadas e participadas	1.039.795	1.039.795
Dívida relacionada com aquisições de subsidiárias	3.269.403	3.987.605
Dívida relacionada com aquisições de subsidiárias - Retribuição contingente	23.545.805	12.816.647
Opção de venda relativa à aquisição de subsidiárias	6.037.929	5.035.122
Benefícios pós-emprego	206.566	214.539
Saldos credores de Clientes	1.541.945	1.232.118
Estado e outros entes públicos (Exceto imposto sobre o rendimento)	17.097.962	19.147.026
Pessoal	6.876.314	5.476.648
Outros	18.277.178	40.629.586
Total corrente	165.092.058	157.966.075
TOTAL	277.787.149	263.599.365

O aumento no saldo não corrente de pagamentos diferidos de aquisição de subsidiárias resulta das obrigações contratuais com interesses que não controlam em resultados de retribuições contingentes e acordos de opções de venda concedidas. Importa realçar o incremento das opções de venda relativo às aquisições ocorridas durante o exercício em análise (ver Nota 8).

Em 31 de dezembro de 2022, o total do passivo relativo de opções de recompra exercido de participações da Visabeira Global SGPS, SA e Visabeira Indústria, SGPS, SA na rubrica de "Outros", ascendia a 7,2 milhões de euros, pagamento esse que foi realizado durante o ano de 2023.

Adicionalmente, existe um passivo de 1,2 milhões de euros relativos a um acordo de recompra de edifícios que fazem parte do ativo fixo tangível da Bordalo Pinheiro.

Em 2023, na rúbrica de outras contas não correntes a pagar, que ascende a 3,4 milhões de euros, estão registados saldos de fornecedores com garantia correspondentes a montantes retidos pela HCI - Construções com salvaguarda de obras em curso. Os saldos de *confirming* foram exclusivamente contratados em Portugal e Itália.

Em 2022, na rúbrica "Outros", foram incluídos 9,4 milhões de euros relativos a saldos a pagar aos acionistas da Cunha Soares (ver Nota 7), este pagamento foi realizado durante o ano 2023.

Em outubro de 2021, foi celebrado um acordo entre a Constructel Visabeira e a Goldman Sachs, com vista à aquisição por parte da última, de 21,86% do capital da Constructel Visabeira por um valor de 200 milhões de euros, sendo que a operação se concretizou a 12 de maio de 2022, após a obtenção das autorizações necessárias, nomeadamente a autorização das autoridades da concorrência. Ao abrigo do referido acordo, a Goldman Sachs detém um mecanismo de *Downside Protection* que permite obrigar o Grupo Visabeira a cobrir perdas caso se venha a verificar uma performance financeira negativa que conduza à desvalorização das ações Constructel Visabeira para um nível inferior ao valor de investimento realizado pela Goldman Sachs. O referido instrumento constitui um instrumento financeiro derivado, sendo as variações do justo valor reconhecidas por contrapartida de resultados. O Grupo Visabeira realizou uma estimativa do justo valor do passivo financeiro, utilizando para o efeito um Modelo Lattice Binomial em que para cada uma das condições em que o mecanismo *Downside Protection* pode ser exercido pela Goldman Sachs é apurado o justo valor da obrigação correspondente, caso tal cenário se venha a concretizar. No referido modelo o valor do passivo financeiro é apurado através da soma dos montantes apurados em cada um dos cenários possíveis, sendo que cada um dos cenários possíveis é ponderando pela respetiva probabilidade de ocorrência e o seu valor descontado para o momento presente através de uma taxa de desconto.

O valor estimado do passivo financeiro (nos termos acima descritos) depende em grande medida de dois fatores:

- Volatilidade esperada do valor do negócio da Constructel Visabeira - A volatilidade foi determinada com base no desempenho histórico das ações (retorno diário) de empresas do mesmo setor de atividade da Constructel Visabeira S.A. nos últimos 3 anos. A volatilidade observada, depois de anualizada, foi de 40,0%.
- Taxa de desconto (Ke) - A taxa de desconto que corresponde ao custo de oportunidade, consiste no Custo de Capital Próprio (Ke) determinado pelo modelo de Capital Asset Pricing Model (CAPM). O Custo de Capital Próprio (Ke) aplicado na estimativa foi de 11,20%.

Na tabela seguinte é apresentada a sensibilidade da estimativa do valor do passivo financeiro a variações nos principais pressupostos (nomeadamente os dois fatores acima descritos):

	TAXA DE DESCONTO		
	10,20%	11,20%	12,20%
VOLATILIDADE ANUALIZADA			
30,00%	16,2	14,5	13,0
40,00%	22,6	20,3	18,3
50,00%	29,7	27,1	24,7

O valor do passivo financeiro mensurado à data da transação foi de 35,5 milhões de euros (ver Nota 8), sendo que a 31 de dezembro de 2022 o passivo financeiro diminuiu para 26,5 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante do passivo financeiro é de 20,3 milhões de euros sofrendo uma diminuição de 6,2 milhões de euros face ao ano passado. Esta redução foi justificada pela performance financeira positiva da Constructel Visabeira e pela redução da volatilidade das ações de empresas do setor nos mercados bolsistas.

A variação futura do justo valor deste passivo financeiro dependerá em grande parte da performance financeira da Constructel Visabeira, mas também das condições de mercado que se vierem a verificar e que possam ter impacto no valor das ações da Constructel Visabeira e consequentemente, nas condições em que o mecanismo *Downside Protection* possa vir a ser exercido pela Goldman Sachs.

Caso se concretizem as perspetivas atuais de crescimento a tendência de redução do passivo financeiro associado deverá ser mantida nos próximos exercícios.

37.2. Outros passivos

	2023	2022
CORRENTE		
Remunerações a liquidar	23.610.677	20.893.024
Trabalhos em curso não faturados por fornecedores	97.671.650	81.811.614
Investimentos financeiros derivados (Ver nota 39)	0	25.518
TOTAL	121.282.327	102.730.156

Em 2023, o valor dos “Trabalhos em curso não faturados por fornecedores” está essencialmente relacionado com o negócio das telecomunicações.

38. Passivos de locação

O detalhe dos passivos de locação, e o respetivo movimento no ano 2023, discrimina-se como segue:

Passivo de locação não corrente	46.650.038
Passivo de locação corrente	32.425.630
Saldo final a 31 de dezembro de 2022	79.075.668
Alterações do perímetro	1.454.046
Aumentos	49.156.988
Amortização de dívida	-41.616.173
Saldo final a 31 de dezembro de 2023	88.070.529

NÃO CORRENTE

Instituição financeira	16.432.660
Outros credores	33.026.670
Total passivo de locação não corrente	49.459.330

CORRENTE

Instituição financeira	10.470.642
Outros credores	28.140.558
Total passivo de locação corrente	38.611.200

TOTAL	88.070.529
--------------	-------------------

38.1. Maturidade do passivo de locação

	Portugal	África	Europa	Total
2024	11.407.435	634.860	26.568.905	38.611.200
2025	8.840.674	437.512	7.648.237	16.926.423
2026	6.800.004	363.634	4.150.787	11.314.426
2027	2.860.451	255.364	2.119.951	5.235.766
2028 e seguintes	14.337.189	527.780	1.117.746	15.982.715
TOTAL	44.245.753	2.219.150	41.605.626	88.070.529

39. Riscos financeiros

O Grupo Visabeira coloca sempre na primeira linha da sua matriz de controlo o conjunto de riscos diversificados resultante das diversas áreas de negócio, como tal assume como prioridade a gestão do risco de crédito e a proteção da sua tesouraria, reconhecendo, neste enquadramento, a importância do seguro de crédito como instrumento essencial, tanto no mercado interno como nos mercados externos.

Neste enquadramento, vem assumindo, desde sempre, a curial importância da adoção de uma gestão ativa dos diferentes riscos financeiros, com vista a minimizar os seus potenciais impactos negativos no *cash flow*, nos resultados e no valor da empresa. Por isso, permanentemente atento à primordial importância desta temática, o Grupo Visabeira promove uma rigorosa e proativa gestão desses riscos, com uma constante acutilância e formulando as medidas de cobertura mais adequadas a cada situação.

Com este contexto, o Grupo Visabeira tem plena consciência de que o sucesso das operações depende, de forma crítica, da mitigação e controlo dos riscos que podem significativamente afetar o conjunto dos seus ativos (equipamentos, qualidade de serviço, informação, instalações) e, com esta postura procura evitar pôr em risco os seus objetivos estratégicos.

Risco de mercado

RISCO DA TAXA DE JURO

No Grupo Visabeira, a exposição ao risco de taxas de juro advém essencialmente dos empréstimos obtidos, uma vez que as aplicações financeiras são normalmente contratadas por prazos curtos. Face às alterações registadas a partir do segundo trimestre de 2022 no comportamento dos principais indexantes, com o respetivo reflexo no aumento das taxas de juros, e que se acentuou no ano de 2023, impactarão os encargos financeiros associados aos financiamentos em vigor.

O saldo da dívida financeira consolidada do Grupo Visabeira no final de dezembro de 2023, foi contratado, maioritariamente, à taxa de juro indexada, sendo o principal indexante utilizado a Euribor nas várias maturidades, para financiamentos nacionais, e a Libor para financiamentos em dólares, maioritariamente concedidos no estrangeiro. No final do exercício de 2023, a exposição do Grupo Visabeira a taxa de juro variável representava menos de metade da sua dívida financeira. De forma a mitigar o impacto do aumento previsto das taxas de juro, o Grupo Visabeira tomou a decisão de lançar um programa de reestruturação de parte da sua dívida financeira, tendo decidido pela contratação de financiamentos com fixação da taxa, reduzindo assim o risco de flutuação dos indexantes. Em 2023 o Grupo Visabeira concluiu um programa de refinanciamento da dívida do Grupo Visabeira e da Visabeira Global, no montante de 450 milhões de euros, sendo 50% deste montante contratado com taxa fixa. Após a conclusão desta operação, a dívida financeira contratada à taxa de juro variável reduziu-se para cerca de metade, o que representa uma redução considerável da exposição do Grupo Visabeira à imprevisibilidade que as oscilações da taxa de juro variável implicam. Adicionalmente, para além destas operações, o Grupo Visabeira tem continuamente procurado, e concluído com sucesso, negociações com as diversas instituições financeiras com quem o Grupo Visabeira se relacionada, no sentido de reduzir os *spreads* de empréstimos em curso, bem como amortizar linhas em vigor, sempre numa ótica de eficácia e gestão eficiente e rigorosa da sua tesouraria.

Tendo o ano iniciado com o valor de 2,162%, a Euribor a 3 meses fixou-se no final do ano nos 3,909%. Esta tendência de aumento da Euribor no ano de 2023, motivou um aumento significativo dos custos com juros do Grupo Visabeira em 2023. Um aumento de 25 pontos base na taxa de juro implicaria para o Grupo Visabeira, por referência às contas consolidadas, um incremento nos encargos financeiros de cerca de 2,1 milhões de euros.

RISCO DA TAXA DE CÂMBIO

O Grupo Visabeira, no âmbito das suas várias áreas de atividade, está sujeito aos riscos cambiais de transação e de transposição. A exposição ao risco de transação refere-se a alterações potenciais no valor de obrigações em aberto, devido a mudanças nas taxas de câmbio, entre a data de início e a data de liquidação e tem expressão nos resultados do exercício. A exposição ao risco cambial de transposição resulta da conversão para a moeda nacional das demonstrações financeiras das suas subsidiárias, cujos ativos e passivos estão denominados em divisas diferentes da moeda de relato das contas consolidadas - Euro - sendo refletidas, ao nível do capital próprio, na rubrica de reservas de conversão cambial. O Grupo detém ativos e passivos em dólares em diferentes geografias e subsidiárias, o que permite uma cobertura parcial do risco cambial face a essa moeda. Nos mercados externos, designadamente em Angola e Moçambique, as empresas locais importam do mercado europeu bens e serviços expressos em euros, faturando aos clientes em kwanzas e meticais, respetivamente. Estes mercados apresentam uma tendência histórica de desvalorização face às moedas “fortes”, Euro e Dólar Americano, à exceção de 2021 e 2022. Em Moçambique, registou-se, em 2023, uma desvalorização de 0,05% do metical face ao dólar americano e uma desvalorização de 3,62% do metical face ao euro. Em Angola, a moeda europeia passou a ser a referência desde o início de 2017, devido às restrições que afetaram os bancos correspondentes. Conforme estratégia definida pelo Governo Angolano, desde 2018 que está em curso um processo conducente à desvalorização da moeda eliminando o peg face ao dólar, através de leilões limitados em volume e taxa de câmbio, controlados pelo BNA, no âmbito do Programa de Estabilização Macroeconómica. Por decisão do Comité de Política Monetária do BNA em 2019 foram introduzidos novos objetivos no âmbito da reforma que vinha sendo levada a cabo onde o Banco Nacional de Angola decidiu, a partir de finais desse ano, pela implementação de um regime de câmbio flutuante em que a taxa de câmbio é livremente definida pelo mercado, isto é, de acordo com a procura e oferta de moeda estrangeira. Desde então, o BNA continuou o processo de liberalização do mercado cambial, dando continuidade ao trabalho desenvolvido em anos transatos onde vinha a atualizar e clarificar as regras e procedimentos para a realização de pagamentos ao exterior de operações cambiais de invisíveis correntes, mercadorias e de capitais, concretizando-se o efeito desejado de diminuição do gap entre as taxas de câmbio no mercado formal e no informal, relativamente ao dólar. Nos últimos dois anos, verificou-se uma tendência de recuperação da moeda nacional. No entanto, em 2023, o kwanza desvalorizou 64,55% face ao dólar e 70,44% face ao euro. A agência de notação financeira Moody's decidiu manter o *rating* de Angola e a perspetiva de evolução positiva, refletindo os esforços do Governo para restaurar a robustez das contas públicas e melhorar a gestão cambial. Os resultados financeiros consolidados incorporam um impacto cambial negativo, com origem em Angola, de 2,0 milhões de euros.

A MJ Quinn, empresa que opera no Reino Unido em infraestruturas de telecomunicações para a British Telecom, fatura em Libras Esterlinas e tem o custo dos fatores expresso essencialmente na mesma moeda, pelo que não está exposta a riscos de transação relevantes. A integração da empresa nas contas consolidadas está sujeita à oscilação cambial da Libra Esterlina face ao Euro – risco de transposição. Os dividendos futuros estarão também expostos à referida oscilação cambial. A Libra Esterlina iniciou o ano a cotar 1,12748 Euros e fechou o ano a valer 1,15068 Euros. A incorporação da J.F. Edwards, subsidiária sediada e a operar nos Estados Unidos da América, expôs a Constructel Visabeira aos riscos de transposição. À semelhança da MJ Quinn, esta subsidiária tem a sua receita expressa em moeda local, o Dólar Americano, assim como parte relevante do custo dos fatores de produção. O Dólar Americano iniciou o ano a cotar 0,93756 Euros e fechou o ano a valer 0,90498 Euros.

Uma desvalorização cambial de 5% das moedas de referência dos principais países, tendo por referência os saldos em aberto à data de 31/12/2023, teria o seguinte impacto nas rubricas de resultados:

Câmbio 31/12/2023	Angola	Moçambique	Portugal	Brasil	França	Total Geral
AOA	915,99	0	-364	-88.676	0	-89.039
EUR	1,00	-654.920	-2.131.611	0	-100.843	-2.888.374
MZN	70,65	-13.048	0	65.058	0	52.010
USD	1,11	244.582	-138.450	62.007	-3	168.136
ZAR	20,50	39	6.142	207	0	6.388
GBP	0,87	0	0	326	0	-69.214
CNY	7,85	0	44.631	0	0	44.631
Total	-423.347	-2.222.651	-38.992	-100.846	-69.214	-2.775.136

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é uma vertente importante e complexa que está presente no quotidiano das participadas, independentemente da natureza da sua atividade. A carteira de clientes das participadas do Grupo Visabeira é integralmente classificada, de acordo com critérios previamente definidos, atribuindo a cada cliente uma classe de risco através da qual o sistema central (ERP) faz uma monitorização constante e sobre a qual são implementadas regras de bloqueio automático, (que exigem uma análise individual e detalhada do analista de crédito para novas expedições). As avaliações do risco pressupõem uma tomada de decisão de crédito, com base em informações por vezes incompletas, num cenário de incertezas e constantes mutações. A gestão do risco de crédito é reflexo da multiplicidade, qualidade e origem das informações disponíveis para que o analista do crédito possa tomar sempre a melhor decisão e que esta esteja de acordo com os pressupostos definidos pela empresa.

Para algumas das empresas do Grupo Visabeira, cujos clientes não são considerados com risco de crédito acrescido, como, por exemplo, entidades operadoras incumbentes nas áreas de telecomunicações e energia ou entidades públicas, são subscritas apólices de seguro de crédito Como tal, delega-se em primeira instância a análise de concessão de crédito em profissionais externos e especializados de cobrança e recuperação de dívidas, e, recebendo da seguradora de crédito a indicação de exposição – limite de crédito – ajustada à capacidade creditícia de cada cliente em particular, permite à gestão focar-se fundamentalmente nas questões operacionais e de negócio. A cobertura deste risco através de apólices de seguro de crédito tem implícito a garantia de uma indemnização de 95% dos créditos que potencialmente possam entrar em incumprimento.

Os últimos anos foram marcados por um aumento das restrições na concessão de crédito em geral, por parte da seguradora(s) de crédito, com reduções muito significativas nos limites de crédito de várias entidades, nacionais e estrangeiras. Face a este cenário, e para dar resposta às necessidades de cobertura do risco de crédito no mercado internacional, relativamente aos quais os limites concedidos ao abrigo das apólices base se mostram insuficientes, o Grupo Visabeira contratou as coberturas adicionais que permitem incrementar as coberturas parciais dos seus riscos, até ao dobro do montante concedido na apólice base, e ainda obter coberturas para riscos que não tenham valor atribuído na referida apólice base, até ao limite de cem mil euros. Paralelamente, é desígnio da organização obter coberturas para riscos que não tenham valor atribuído na referida apólice base, através do factoring sem recurso.

As maiores restrições na cobertura externa do crédito concedido implicam um rigor acrescido e uma maior exigência na apreciação dos pedidos de concessão de crédito interno. A análise detalhada do risco de crédito de um cliente é normalmente resumida numa ficha de crédito, que contém as informações que permitirão elaborar a emissão de um parecer sobre uma operação de crédito e que inclui informações disponíveis e relevantes tais como o carácter do cliente, a sua capacidade de gestão, valor do património, histórico, informação financeira, garantias de crédito e condições de pagamento. O Grupo considera que não tem concentrações de risco de crédito significativas, mantendo um controlo de crédito ativo para todos os seus clientes que é supervisionado pela Direção Financeira.

As empresas do Grupo Visabeira, que atuam como prestadoras de serviços de infraestruturas e telecomunicações, faturam a entidades de reconhecida idoneidade financeira que, no ano de 2023, representaram 41% do seu volume de negócios. Neste grupo de entidades estão normalmente os operadores de telecomunicações locais, regra geral participados diretamente pelo Estado de cada país, pelo que o risco de crédito se substitui pelo risco político. São exemplo de operadores de prestígio da carteira do grupo: France Telecom; Proximus (Belgacom); Telekom Deutschland; MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia; NOS Comunicações; Geodesia (Grupo Altice); Altice France; E-Redes; Fiberklaar B.V.; REN – Rede de Eletricidade Nacional; GRDF – Distribution de Gaz Naturel en France; ERDF – Électricité Réseau Distribution France; TDC A/S; e as concessionárias de gás natural, entre outras. À data do fecho as maiores restrições de risco de crédito são referentes às empresas públicas de telecomunicações de Moçambique e Angola (TMCEL e Angola Telecom, respetivamente), as quais apresentavam saldos de cerca de 16,8 milhões de euros.

RISCO DE LIQUIDEZ

O Grupo Visabeira assegura a gestão do risco de liquidez de modo a garantir o financiamento dos ativos por prazos de maturidade e a taxas apropriadas, bem como a liquidação atempada dos seus compromissos financeiros, mantendo saldos de disponibilidades apropriados e linhas de curto prazo que permitem uma gestão do disponível adequado aos compromissos financeiros de curto prazo.

Como forma de minimizar os impactos provocados por recentes fenómenos adversos, como a pandemia provocada pelo vírus Covid-19 e os efeitos do conflito armado, resultante da guerra no leste da Europa, entre outros, que resultaram num aumento significativo da inflação e que provocaram alterações impactantes nas economias de todo o mundo, os Estados continuaram a lançar ao longo do ano medidas com o objetivo de continuar a apoiar e a atenuar os impactos diretos que esses fenómenos poderiam provocar nas empresas e nos seus colaboradores. Medidas como acesso de empresas a linhas de crédito protocoladas com o Estado, com acesso a condições diferenciadas, assim como incentivos e medidas de apoio às famílias, nomeadamente para combater a elevada inflação e aumento das taxas de juro, foram algumas das iniciativas implementadas em 2023 e às quais as empresas e particulares tiveram hipótese de aceder.

Em março de 2023 foi concluída uma operação de refinanciamento na Visabeira Global, que implicou o reembolso antecipado de alguns financiamentos em curso à data, e que tinha como objetivo a reorganização da dívida financeira contratado no Grupo Visabeira e na Visabeira Global, com impactos relevantes na sua maturidade, ficando, após conclusão da operação, mais alinhada com o plano estratégico em curso. A operação contemplou a contratação de um valor total de 450 milhões de euros, em várias modalidades de financiamento, como sejam empréstimo obrigacionista e mútuo bancário, assim como uma conta corrente, contratados na modalidade de taxa fixa e taxa variável. A operação de refinanciamento foi liderada pelo Santander, mas contou com a participação ativa de vários bancos com quem o Grupo já mantinha relação. Esta operação reforçou os permanentes da empresa conferindo-lhe uma maior solidez financeira e diminuindo o risco de liquidez. O Grupo reforçou ainda a estratégia de

diversificação das fontes de financiamento, quando em novembro de 2023, renovou o programa de papel comercial, no valor de 75 milhões de euros, no Mercado Alternativo de *Renta Fija* (MARF) em Espanha. Ao longo de 2023 foram registadas várias novas emissões de diversas maturidades tendo permanecido, no final de 2023, um total de emissões ativas no montante de 44 milhões de euros. A utilização deste programa vem reforçando a estratégia de progressivamente reduzir a dependência da banca nacional assim como da diversificação de fontes de financiamento.

Para 2023, tendo em consideração que o valor da dívida apresentada na demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2023 como sendo exigível no curto prazo incorpora 38.3 milhões de euros relativos a contas correntes caucionadas e descobertos autorizados e ainda 61,8 milhões de euros de dívida colocada junto de investidores institucionais com cariz de *revolving*, entendemos que a dívida de curto prazo que poderá ser sujeita a refinanciamento ascenderá a 282 milhões de euros, representado cerca de 34% da dívida consolidada.

No mesmo pressuposto, se consideradas as disponibilidades (ainda que cerca de 17,3 milhões de euros possam estar sujeitos às restrições, ainda que menos limitadoras à data atual, mas que se mantêm presentemente na transferência de divisas de Angola e Moçambique), a dívida líquida de curto prazo residual, que poderá ser sujeita a refinanciamento, estará, em grande parte, coberta pelo valor das disponibilidades, a qual poderá ser também endereçada com os fluxos operacionais libertados durante o exercício.

O Grupo Visabeira, através da sua política de gestão concentrada, garante que a tesouraria e os investimentos de todas as empresas do Grupo sejam geridos por uma organização global e centralizada, especialmente vocacionada para o efeito, o que permite reduzir os riscos de liquidez, evitando uma exposição a variações que possam afetar os resultados das empresas.

O Grupo dispõe de linhas para apoio ao investimento no âmbito de projetos de fundos comunitários no quadro do programa Portugal 2020 sob a forma de incentivos reembolsáveis que totalizam 46,4 milhões de euros encontrando-se contratados 45,3 milhões de euros, dos quais 15 milhões de euros se encontram em dívida no final de 2023. O Grupo procurará obter o financiamento específico dos restantes investimentos projetados para 2024 e está também em curso um dossiê de reorganização de parte da dívida bancária no perímetro da Constructel Visabeira e do Grupo Vista Alegre, de modo que seja possível o ajustamento de maturidades em linha com a estratégia de crescimento delineada para o Grupo. O Grupo dispõe adicionalmente de linhas de apoio à tesouraria corrente, na forma de *factoring*, pagamento a fornecedores e desconto de remessas documentárias utilizadas no montante de 78.4 milhões de euros, estando disponíveis no final do exercício de 2023 o valor de 59.5 milhões de euros. O recurso ao *factoring* permite a redução dos prazos médios de recebimento com a inerente antecipação de recebimentos e, concomitantemente, facilita uma melhor gestão de tesouraria. Esta política assegura também a obtenção atempada do fundo de maneiio necessário ao financiamento do ciclo de exploração, fundamental a um crescimento económico-financeiro sustentado. Em 31 de dezembro 2023, os valores de clientes adiantados no formato de *factoring* com recurso, ascendia a 9,9 milhões de euros. O Grupo, adicionalmente, mantém contratadas contas correntes de curto prazo para fazer face a pontuais necessidades de tesouraria.

Note-se também que as disponibilidades do Grupo ascendiam a 174 milhões de euros, maioritariamente concentradas nos países europeus, que se constituiu em si como importante fonte de liquidez.

A dívida de curto prazo do Grupo Visabeira é notada pela ARC Ratings com a nota A-3, que considera que o Grupo capacidade endógena de pagamento satisfatória. A ARC Rating atribuiu também uma notação para o médio e longo prazo, classificando a capacidade de cumprimento dos compromissos financeiros de médio e longo prazo com BBB-.

O índice de liquidez geral nas contas consolidadas situou-se em 2023, nos 0,88, o que demonstra a adequabilidade do financiamento dos ativos correntes por passivos correntes. Tendo em consideração que o passivo corrente incorpora linhas de apoio à atividade comercial que ascendem a 78,4 milhões de euros e que têm cariz de *revolving*, o índice de liquidez nessa consideração situa-se em 0,96.

A maturidade do passivo financeiro detalha-se da seguinte forma:

2023	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	> 4 anos	Total
Fornecedores (nota 36)	261.955.263	0	0	0	0	261.955.263
Financiamentos (nota 35)	281.938.993	59.813.599	75.379.449	387.085.731	30.725.929	834.943.700
Passivos Locação (nota 38)	38.611.200	16.926.423	11.314.426	5.235.766	15.982.715	88.070.529
Dívida relacionada com aquisições de subsidiárias - Retribuição Contingente (nota 37.1)	23.545.805	13.116.179	9.200.849	0	0	45.862.833
Dívida relacionada com aquisições de subsidiárias (nota 37.1)	3.269.403	2.615.523	8.220.214	0	0	14.105.140
Opção de venda relativa à aquisição de subsidiárias (nota 37.1)	6.037.929	704.595	12.197.817	10.732.664	0	29.673.006
Passivo financeiro relativo ao mecanismo de <i>Downside Protection</i> (nota 37.2)	0	0	0	0	20.346.929	20.346.929
Total	615.358.592	93.176.319	116.312.756	403.054.161	67.055.572	1.294.957.400

Em outubro de 2021 foi celebrado um acordo entre a Constructel Visabeira e a Goldman Sachs por 21,86% do capital da empresa no valor de 200 milhões de euros, que se concretizou a 12 de maio de 2022 após a obtenção das autorizações necessárias, nomeadamente a autorização das autoridades da concorrência. A entrada deste capital estava já prevista no plano estratégico da empresa para assegurar o financiamento de futuras operações M&A, tal como se tem confirmado, mantendo o ciclo de expansão e crescimento a que se tem assistido desde então. Ao abrigo do referido acordo, a Goldman Sachs detém um mecanismo de *Downside Protection* que permite obrigar o Grupo Visabeira a cobrir perdas caso se verifique uma *performance* financeira negativa que conduza à desvalorização das ações Constructel Visabeira para um nível inferior ao valor de investimento. A 31 de dezembro de 2023 o passivo associado a esta situação ascendia a 20,3 milhões de euros* (uma variação de 6,1 milhões de euros face ao ano 2022), sendo que a variação futura do passivo financeiro dependerá em grande parte da performance financeira da Constructel Visabeira. Caso se concretizem as perspetivas atuais de crescimento a tendência de redução do passivo financeiro deverá ser mantida nos próximos exercícios.

* Passivo estimado com recurso a um Modelo Lattice Binomial.

GESTÃO DE CAPITAL DO GRUPO VISABEIRA

Para fins de gestão de capital do Grupo Visabeira, o capital inclui capital emitido, prémio de emissão e todas as outras reservas de património atribuíveis aos acionistas da controladora.

O objetivo principal da gestão de capital do Grupo é maximizar o valor do acionista. O Grupo Visabeira gere a sua estrutura de capital e faz alterações em função das mudanças económicas e requisitos dos “covenants” financeiros. Para otimizar a estrutura de capital, o Grupo dispõe de diversos mecanismos como a distribuição de dividendos, devolução de capital ou emissão novas ações. O Grupo monitoriza o seu capital usando como referência o *Gearing* ratio, que é dívida líquida dividida pelo capital total mais dívida líquida. O Grupo inclui na dívida líquida: empréstimos, passivo de locação e dívida operacional menos caixa e depósitos de curto prazo.

	2023	2022
Total empréstimos bancários (Nota 35)	834.943.700	716.057.254
Total passivo de locação (Nota 38)	88.070.529	79.075.668
Factoring (Nota 37.1)	9.703.168	14.020.518
Confirming (Nota 37.1)	54.715.289	45.265.519
Desconto de remessas documentárias (Nota 37.1)	3.249.762	3.889.541
Express Bill (Nota 37.1)	10.762.428	2.248.234
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 30)	-173.759.694	-198.719.972

DÍVIDA LÍQUIDA	827.685.183	661.836.762
----------------	-------------	-------------

Total capital próprio	615.253.544	688.647.444
-----------------------	-------------	-------------

CAPITAL E DÍVIDA LÍQUIDA	1.442.938.727	1.350.484.206
--------------------------	---------------	---------------

GEARING RATIO	57%	49%
---------------	-----	-----

Para atingir este objetivo, a gestão de capital do Grupo, entre outras coisas, visa garantir o cumprimento das cláusulas financeiras associadas aos empréstimos. Não houve incumprimentos dos acordos financeiros de qualquer empréstimo no período corrente.

Nenhuma alteração foi feita nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital durante 2023 e 2022.

OUTRAS DIVULGAÇÕES SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Tal como definido pela IFRS 9, o valor contabilístico de cada uma das categorias previstas é assim discriminado:

	2023	2022
Ativos financeiros registados ao custo amortizado		
Clientes	241.184.225	207.488.695
Estado e outros entes públicos	0	2.393.894
Outras contas a receber	50.229.475	35.102.520
Caixa e equivalentes de caixa	173.759.694	198.719.972
Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral		
Ações cotadas	310.347	409.877
Outros instrumentos financeiros registados ao justo valor através do resultado		
Ações cotadas	697.577	391.952
Derivados de cobertura de fluxos de caixa registados ao justo valor		
	0	25.518
Passivo financeiro ao custo amortizado		
Dívida de longo prazo	553.004.707	411.002.498
Dívida de curto prazo	281.938.993	305.054.756
Fornecedores	261.955.263	225.867.283
Outras contas a pagar	181.904.379	172.884.124

MENSURAÇÃO AO JUSTO VALOR

No quadro seguinte, apresenta-se a hierarquia de justo valor dos ativos e passivos detidos pelo Grupo, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Ativos mensurados ao justo valor - 2023			
	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVOS MENSURADOS AO JUSTO VALOR				
Propriedades de Investimento	299.299.646	0	0	299.299.646
Ações cotadas	1.007.924	1.007.924	0	0
Investimentos financeiros em entidades não cotadas	4.595.958	0	0	4.595.958
PASSIVOS MENSURADOS AO JUSTO VALOR				
Outras contas a pagar, Retribuição contingente e opção de venda relativa à aquisição de subsidiárias	75.535.840	0	0	75.535.840
Passivo financeiro relativo ao mecanismo de <i>Downside Protection</i>	20.346.929	0	0	20.346.929

	Ativos mensurados ao justo valor - 2022			
	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVOS MENSURADOS AO JUSTO VALOR				
Propriedades de Investimento	305.754.119	0	0	305.754.119
Ações cotadas	801.829	801.829	0	0
Investimentos financeiros em entidades não cotadas	4.877.566	0	0	4.877.566
PASSIVOS MENSURADOS AO JUSTO VALOR				
Instrumentos financeiros - Swaps	25.518	0	25.518	0
Outras contas a pagar, Retribuição contingente e opção de venda relativa à aquisição de subsidiárias	64.193.272	0	0	64.193.272
Passivo financeiro relativo ao mecanismo de <i>Downside Protection</i>	26.496.451	0	0	26.496.451

Não foram efetuadas transferências entre os níveis 1 e 3 nos exercícios de 2023 e 2022.

O justo valor dos empréstimos remunerados de bancos é considerado próximo do valor escriturado, atendendo à renegociação recente dos empréstimos mais significativos e das taxas de mercado praticadas.

Riscos Ambientais

VISABEIRA GLOBAL

O avanço e desenvolvimento das atividades da Visabeira Global são fundamentais para o crescimento económico, contudo, essas atividades também trazem riscos ambientais que demandam uma atenção especial e a adoção de medidas mitigadoras. Os principais riscos ambientais ligados às operações da Visabeira Global envolvem impactes nos ecossistemas naturais, degradação do solo, poluição do ar e da água, consumo de recursos naturais e emissão de gases de efeito estufa. O uso de máquinas e equipamentos, bem como o manuseamento de produtos químicos, acarreta riscos intrínsecos de acidentes ambientais, que podem causar danos ao meio ambiente.

Os riscos ambientais enfrentados pelas empresas da Visabeira Global podem resultar em multas e sanções impostas por Entidades Governamentais. Como tal, a Visabeira Global tem intensificado as suas iniciativas para promover comportamentos responsáveis e proativos, implementando ações que agregam valor aos negócios, ao meio ambiente e à sociedade. Assim, a Visabeira Global compromete-se a:

- Cumprir toda a legislação e regulamentação ambiental aplicável às suas atividades e aos serviços prestados em todas as jurisdições onde atua;
- Avaliar regularmente o impacto das suas operações no meio ambiente, procurando continuamente reduzir os impactos negativos;
- Medir, monitorizar e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) resultantes das suas operações, de acordo com objetivos científicos;
- Utilizar eletricidade renovável em todos os mercados onde opera, sempre que disponível;
- Colaborar com clientes, fornecedores e todas as outras partes interessadas para reduzir continuamente os resíduos, a poluição e as emissões na sua cadeia de valor;
- Utilizar todos os recursos de forma prudente, otimizando o uso de energia, água e matérias-primas através da implementação de práticas eficientes, promovendo a conservação, permitindo a regeneração e explorando oportunidades para alternativas renováveis.

VISABEIRA INDÚSTRIA

O desenvolvimento das atividades das empresas da Visabeira Indústria apresenta riscos ambientais significativos que exigem uma atenção cuidadosa e a implementação de medidas eficazes de mitigação. Essas indústrias, embora essenciais para a economia, podem ter um impacto substancial sobre o meio ambiente, abrangendo desde a extração de matérias-primas até o processo de fabricação e produção de resíduos.

- A produção de peças de mobiliário envolve o uso intensivo de materiais como madeira. A extração de madeira pode levar à perda de biodiversidade e degradação do solo, além da produção de grandes quantidades de resíduos. O uso de produtos químicos no tratamento e acabamento dos materiais também representa um risco ambiental, podendo resultar em emissões de compostos orgânicos voláteis (COVs) que contribuem para a poluição do ar e problemas de saúde pública.
- A produção de peças cerâmicas é um processo intensivo em energia, principalmente devido à necessidade de altas temperaturas nos fornos. A queima de combustíveis fósseis para atingir essas temperaturas resulta na emissão de gases de efeito estufa (GEE), contribuindo para as alterações climáticas. Além disso, o processo gera grandes quantidades de resíduos e efluentes líquidos que podem contaminar o solo e os corpos de água se não forem tratados adequadamente.
- A produção de pellets, utilizados principalmente como combustível para aquecimento, envolve a compressão de biomassa, como serragem e outros resíduos de madeira. Embora os pellets sejam uma fonte de energia renovável, o processo de produção pode apresentar riscos ambientais significativos. A colheita de madeira para biomassa, se não for realizada de maneira sustentável, pode levar ao desmatamento e à perda de biodiversidade. Além disso, o processo de secagem e compressão da biomassa pode libertar partículas finas e outros poluentes no ar, contribuindo para a poluição atmosférica.

Os riscos ambientais enfrentados pelas empresas da Visabeira Indústria podem resultar em multas e sanções impostas por Entidades Governamentais. Diante disso, a Visabeira Indústria tem intensificado as suas iniciativas para promover comportamentos responsáveis e proativos, implementando ações que agregam valor aos negócios, ao meio ambiente e à sociedade. Assim, para mitigar esses riscos ambientais, as empresas da Visabeira Indústria adotam uma série de práticas e políticas sustentáveis. Entre as principais medidas estão:

- Implementação de medidas ambientais que garantam o cumprimento das regulamentações ambientais e promovam a melhoria contínua;
- Uso de tecnologias limpas e eficientes que reduzam o consumo de energia e as emissões de poluentes;
- Tratamento adequado de resíduos e efluentes para evitar a contaminação do solo e da água;
- Promoção da economia circular, incentivando a reutilização e reciclagem de materiais em todas as etapas do processo produtivo.

VISABEIRA TURISMO, IMOBILIÁRIA E SERVIÇOS

A Visabeira Turismo tem associado às suas atividades um conjunto de riscos ambientais decorrentes da normal atividade e crescimento económico do sector e do seu plano de expansão e crescimento. Os macro temas materiais identificados por nós, em linha com as restantes empresas de turismo em Portugal, são o Consumo excessivo de recursos, as Alterações climáticas, a Gestão de resíduos e a Economia Circular. Nesta linha apraz-nos ainda individualizar os Plásticos, conscientes da crescente catástrofe ambiental que os envolve, considerando a dependência deste por parte da sociedade, principalmente devido à rápida evolução das tendências de consumo, e incorporação em grande parte das matérias-primas utilizadas. Em 2023 a Visabeira Turismo, com a adesão ao Programa Empresas Turismo 360º, um programa que incentiva as empresas a reportar o seu desempenho em matéria de sustentabilidade, para que estas integrem os fatores ESG – *Environmental, Social and Governance* na estratégia de negócio, na gestão e na cultura organizacional, assume estes princípios como as principais linhas orientadoras, que definirão os passos do futuro, com o objetivo de maximizar proveitos e minimizar impactos. Nesse sentido e ainda numa fase embrionária, iniciou a monitorização dos seus temas materiais, e respetivo reporte, com o propósito de analisar e implementar medidas que visam a redução dos seus riscos ambientais.

Assim definimos como principais ações de mitigação:

- Integração de todas as empresas da Visabeira Turismo no Programa Empresas Turismo 360º e consequente análise dos seus fatores materiais e reporte do seu desempenho ambiental;
- Implementação de medidas ambientais que garantam o cumprimento das regulamentações ambientais e promovam a melhoria contínua;
- Garantir a opção pelo uso de tecnologias limpas e eficientes que reduzam o consumo de energia, de água e as emissões de poluentes;
- Tratamento adequado de resíduos e efluentes para evitar a contaminação do solo e da água;
- Promoção da economia circular, incentivando à redução, reutilização e reciclagem de materiais em todas as etapas do processo produtivo;
- Redução significativa de plástico, com vista ao objetivo plástico 0.

40. Contingências

A) PROCESSOS COM PERDA PROVÁVEL

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, subsistem diversos processos judiciais e contingências fiscais intentados contra diversas empresas do Grupo, classificados como processos com perda provável, de acordo com a IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O Grupo, com base na opinião dos consultores jurídicos internos e externos, registou provisões (Nota 41) para estes processos judiciais e contingências fiscais de forma a fazer face à saída provável de recursos.

B) PROCESSOS COM PERDA POSSÍVEL

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, subsistem diversos processos judiciais e contingências fiscais intentados contra algumas empresas do Grupo, para os quais a possibilidade de desembolso futuro de caixa foi considerada como possível, de acordo com as informações dos advogados e consultores que acompanham estes processos, e que por esse motivo não foram provisionados. O detalhe e a natureza destes processos são conforme segue:

	2023	2022
Outras contingências	11.558.654	11.446.909
TOTAL	11.558.654	11.446.909

Não se espera que existam perdas significativas decorrentes destes processos.

41. Provisões para outros riscos e encargos

	2023	Alteração ao perímetro	Reformas Pagas	Aumentos / Diminuições	2022
Provisões					
Pensões de reforma Vista Alegre	2.407.060	0	-273.776	222.973	2.457.863
Outras Pensões de reforma	1.138.881	0	0	459.610	679.271
Outros	5.122.393	449.862	0	-334.222	5.006.753
TOTAL	8.668.334	449.862	-273.776	348.361	8.143.887

	2022	Alteração ao perímetro	Reformas Pagas	Aumentos / Diminuições	2021
Provisões					
Pensões de reforma Vista Alegre	2.457.863	0	-877.000	2.262.565	1.072.298
Outras Pensões de reforma	679.271	0	0	-1.321.200	2.000.471
Outros	5.006.753	2.500.000	0	-1.175.163	3.681.916
TOTAL	8.143.887	2.500.000	-877.000	-233.798	6.754.685

41.1 Pensões de reforma

O Grupo Vista Alegre tem em vigor vários planos de benefícios de reforma definidos, uns a cargo de Fundos de Pensões especialmente constituídos e geridos pela sociedade atuária (Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.) e outros a cargo do próprio Grupo (“Plano de benefícios definido – sem Fundo”).

- Um (“Ex-Atlantis”), denominado de Adesão Coletiva Atlantis e tem duração indeterminada. São participantes deste fundo todos os empregados do quadro de pessoal efetivo da Vista Alegre Atlantis, S.A., oriundos da Ex - Atlantis – Cristais de Alcobça, S.A., admitidos ao serviço da subsidiária até 31 de dezembro de 2013, inclusive, e que reúnam as exigências de elegibilidade previstas no próprio Plano de Pensões, ou seja todos os participantes que completem 65 anos, e que tenham no mínimo dez anos de serviço na subsidiária, têm direito a uma pensão complementar por velhice calculada nos termos do Plano de Pensões.

Este fundo é financiado pelo Fundo de Pensões Viva.

- Outro (“Ex-Vista Alegre” e “Vista Alegre Grupo”), denominado por Fundo de Pensões Grupo Vista Alegre, igualmente de duração indeterminada, que integra os trabalhadores do quadro de pessoal efetivo da Vista Alegre Atlantis, S.A., oriundos da ex-Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, S.A. e da Vista Alegre Grupo-Vista Alegre Participações SA., que tenham estabelecido contrato individual de trabalho antes de 20 de dezembro de 1976 e que estejam abrangidos pelo Contrato Coletivo de Trabalho para a Indústria Cerâmica.

As principais características do Plano de Pensões na parte respeitante aos benefícios definidos são como segue:

- O plano de pensões é complementar dos regimes públicos de Segurança Social, sendo o plano independente das pensões atribuídas pela Segurança Social;
- O plano de pensões prevê a existência de direitos adquiridos;
- O pagamento dos benefícios é efetuado diretamente pelo Fundo de Pensões;
- O Fundo de Pensões Ex-Atlantis é constituído por 169 pessoas com idade média de 52,7 anos;

O plano de pensões Vista Alegre Grupo é financiado pelo Fundo de Pensões Grupo Vista Alegre.

	2023	2022
Passivo - Provisões para pensões de reforma		
Benefícios de reforma - Plano de benefício a cargo do Grupo VAA	-2.407.060	-2.457.863
Ativo - Acréscimos de proveitos		
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido com fundo constituído	-400.819	-224.234

Em dezembro de 2014, o Supremo Tribunal de Justiça condenou a VAA – Vista Alegre Atlantis SGPS, S.A., ao pagamento de um complemento de pensão de reforma vitalício a um ex-administrador no valor global anual, naquela data, de 230.923,38 euros, a pagar em 12 prestações mensais no valor de 19.243,62 euros cada, atualizável anualmente de acordo com o índice oficial de inflação, tendo sido pagas as quantias devidas até fevereiro de 2018, em conformidade com o acordo então celebrado entre as partes.

A partir de fevereiro de 2018 (data a partir da qual o referido ex-administrador passou à situação de reformado), considerando a análise e posição dos assessores legais do Grupo Vista Alegre, o montante do complemento de pensão de reforma atribuída ao referido ex-administrador foi reduzido (de 20,8 mil euros para 7,5 mil euros mensais) ao abrigo de determinadas disposições legais, nomeadamente a disposição que veda às sociedades comerciais a atribuição de pensões de reforma aos seus administradores de montante superior ao do vencimento do administrador com funções executivas que aufera a remuneração mais elevada.

Em resultado daquela redução do pagamento do complemento de pensão de reforma, durante o exercício de 2018, e igualmente em 2019, 2020, 2021 e 2022, foram entregues pelo referido ex-administrador, requerimentos executivos relativos ao pagamento da diferença entre o montante a que a Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A. foi condenada a pagar e o montante efetivamente pago a partir de fevereiro de 2018, tendo a Empresa apresentado de seguida, oposição. Foi igualmente constituída uma caução para fazer face aos requerimentos executivos acima referidos.

No decorrer do primeiro semestre de 2022, foi proferido o acórdão pelo Supremo Tribunal de Justiça, com decisão desfavorável ao Grupo VAA, condenada a pagar a pensão requerida pelo Ex-Administrador. Foi efetuado o pagamento de 675 mil euros referente à diferença entre o montante a que o Grupo VAA pagava mensalmente e o que foi condenado a pagar até à data de maio de 2022, acrescido dos juros de mora no montante de 192 mil euros. Tendo em conta a decisão judicial proferida, a pensão de reforma a cargo da Vista Alegre é agora de 18 mil euros. Em 2022, a Empresa reforçou a provisão associada àquele complemento de pensão de reforma, com efeitos a 31 de dezembro de 2023, para 2,1 milhões de euros tendo por base os pressupostos equivalentes aos utilizados nos restantes fundos de pensões do Grupo.

O quadro a seguir resume a composição do custo líquido com pensões nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 reconhecido na demonstração consolidada dos resultados em gastos com o pessoal:

	2023	2022
Custos operacionais		
Plano de benefício definido a cargo do Grupo VAA e pessoal no ativo	-12.646	-4.625
Plano de benefício definido com fundo constituído	-58.096	-25.840
Proveitos operacionais		
Plano de benefício definido com fundo constituído	46.727	20.114
Valor líquido	-24.015	-10.351

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO A CARGO DO GRUPO VAA

A responsabilidade decorrente destes planos é assegurada diretamente pelo Grupo, sendo atualmente estimada, à data do encerramento das contas, por uma entidade especializada (Futuro Grupo Montepio).

Movimento ocorrido no exercício no Grupo VAA:

	2023	2022
Saldo em 1 de janeiro	2.457.863	1.072.298
Custos com juros + ganhos/perdas atuariais + reforço provisões + correções exerc. anteriores	223.320	2.262.716
Reformas pagas	-273.776	-877.151
Saldo em 31 de dezembro	2.407.407	2.457.863

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO COM FUNDO CONSTITUÍDO

As responsabilidades decorrentes destes planos encontram-se cobertas por um fundo de pensões autónomo gerido por uma entidade especializada (Futuro Grupo Montepio).

Valores reconhecidos no balanço no Grupo VAA:

	2023	Varição	2022
Valor presente das obrigações	-1.369.217	23.890	-1.393.107
Valor de mercado do fundo	968.398	-200.475	1.168.873
Ativo reconhecido no balanço	-400.819	-176.585	-224.234

Em 31 de dezembro de 2023, o défice do justo valor de ativos do Fundo face às responsabilidades atuariais, no montante de 401 mil euros está contabilizado em contas a pagar, conforme Nota 37.

O estudo atuarial realizado pelo atuário especializado independente – Futuro, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. assenta nos seguintes pressupostos e bases teóricas:

	2023	2022
Taxa de desconto	3,35%/3,50%*	3,95%/4,15%
Taxa de crescimento salarial	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,25%	0,25%
Tabelas de mortalidade	TV88/90	TV88/90
Tabelas de invalidez	EKV 80	EKV 80
Idade de Reforma (Homens e mulheres)	66	66

*A taxa da Ex-Vista Alegre é de 3,35% e a da Ex-Atlantis de 3,50%

41.2 Outras pensões de reforma

De acordo com a Lei em França, é feita uma estimativa do valor a pagar aos colaboradores quando estes atinjam a idade da reforma, pelo que se trata de um plano de pensões de benefícios definidos. Os compromissos da empresa em termos de indemnizações por reforma são calculados com base no método do crédito unitário projetado com vencimentos em fim de carreira, tendo em consideração o disposto nos acordos coletivos, as probabilidades de estar empregado e de estar no ativo da empresa, com o seu valor atualizado.

	2023	Aumentos / Diminuições	2022
Empresa			
Constructel France	540.988	142.054	398.934
Gatel	39.776	613	39.163
Escotel	359.933	318.719	41.214
Constructel Energie	198.184	-1.776	199.960
TOTAL	1.138.881	459.610	679.271

A variação do ano resulta da variação da estimativa, não tendo existido qualquer pagamento relativo a título de pensões de reforma. Para o cálculo desta estimativa, foram utilizados os seguintes pressupostos:

	Valor retido em 31/12/2023	Valor retido em 31/12/2022
Taxa de desconto	3,20%	3,75%
Taxa de inflação	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento salarial (Inflação incluída)	1,00%	1,00%
Idade de Reforma	Taxa total	Taxa total
Tipo de Reforma	Saída Voluntária	Saída Voluntária
Taxa de contribuições do empregador	Taxa por categoria e entidade	Taxa por categoria e entidade
Tabela de mortalidade	INSEE 2024	INSEE 2022
Tabela de rotatividade	Tabela por categoria e idade	Tabela por categoria e idade

Os pressupostos para o cálculo das pensões de reforma são idênticos aos do ano anterior com exceção da taxa de desconto fixada com referência ao índice iBoxx e a taxa de aumento salarial fixada em relação à inflação esperada do longo prazo. O impacto da alteração destas premissas não é significativo.

41.3 Outros

O montante das provisões destina-se, principalmente, a fazer face a responsabilidades estimadas com base em informações dos advogados e decorrentes de processos de índole contratual, laboral e fiscais nos quais as empresas do Grupo estão envolvidas.

42. Garantias prestadas

	2023	2022
Garantias Prestadas		
Garantias reais	224.786.413	181.534.182
Garantias financeiras	41.008.426	45.590.996
Garantias técnicas/boa execução obra	181.418.830	86.822.676
TOTAL	447.213.669	313.947.853

Em 2023 as garantias reais representam um valor de 225 milhões de euros e dizem respeito a garantias prestadas no âmbito de contratos de *leasing* (29 milhões de euros) e de mútuos (148 milhões de euros), onde se destaca a Visabeira Indústria, com garantias de 17 milhões de euros.

No âmbito da operação de refinanciamento concretizada em 2023 pela Visabeira Global SGPS, foi dado em garantia o penhor às ações por ela detidas na Constructel Visabeira, S.A.

Em 31 de dezembro de 2023, as garantias técnicas e financeiras prestadas a terceiros sob a forma de garantias bancárias e de seguros de caução, nomeadamente a clientes cujas empreitadas estão a cargo de diversas empresas que compõe o perímetro do Grupo Visabeira, discriminadas por moeda, apresentam-se da seguinte forma:

	2023	2022
Garantias Prestadas		
EUR	141.299.587	75.715.220
AOA	72.130.407	48.668.058
USD	8.205.846	3.424.347
MZN	284.395	3.990.498
ZAR	200.300	301.194
DKK	189.008	191.641
AED	117.714	122.714
TOTAL	222.427.256	132.413.672

Em 31 de dezembro de 2023, o detalhe das garantias prestadas por empresa é discriminado da seguinte forma:

	2023	2022
Garantias Prestadas		
JF Edwards CC (USA)	65.870.406	43.912.210
HCI Construções (PT)	50.640.991	0
Constructel Bélgica (BE)	11.631.753	9.432.044
Edivisa (PT)	10.198.227	8.317.859
Visabeira infraestruturas (PT)	9.898.357	8.858.087
Jayme da Costa - Energia e Sistemas (PT)	8.537.349	0
EIP Serviços (PT)	8.120.910	7.015.410
Grupo Vista Alegre (PT)	7.753.998	11.489.911
Elektroec (MZ)	6.333.258	3.672.465
IEME (IT)	5.471.683	1.354.244
Imovisa (MZ)	5.101.903	2.373.061
Empreendimentos Turísticos Montebelo (PT)	2.458.393	2.907.045
Pinewells, SA (PT)	2.302.396	3.114.676
VAA - Empreendimentos Turísticos (PT)	2.199.709	2.655.089
Viatel (PT)	2.091.131	2.772.099
Outras	23.816.793	24.539.475
TOTAL	222.427.256	132.413.672

43. Partes relacionadas

	Anos	Vendas a partes relacionadas	Compras a partes relacionadas	Juros suportados	Juros obtidos	Valores a receber de partes relacionadas	Valores a pagar a partes relacionadas
Outras entidades relacionadas	2023	4.556.233	7.607.072	118.082	0	8.638.285	3.106.778
	2022	8.142.461	5.278.456	0	0	9.178.547	2.959.185
Associadas e outras participações	2023	373.830	257.075	9	20.156	1.477.246	45.265
	2022	3.928.563	729.558	0	43.055	17.965.663	1.775.421
Acionistas	2023	3.501.409	13.187.713	2.633	465.860	19.711.406	4.924.935
	2022	2.728.012	12.952.731	0	323.058	13.755.308	16.359.607

Os saldos com os acionistas podem ser divididos em duas naturezas distintas. Uma diz respeito a saldos relativos ao Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades, uma vez que o acionista NCFGest, S.A., passou em 2020 a ser a entidade consolidante do regime, outra parte é relativa a dívida por parte de entidades em África que adquirem materiais à NCFGest, S.A..

De realçar as compras aos acionistas, no âmbito da sua operação de trader, a TV Cabo Angola e a TV Cabo Moçambique apresentam o montante de cerca de 3,9 milhões de euros e 1,7 milhões de euros, respetivamente.

Nas Compras a "Outras entidades relacionadas" destaca-se a NCFTRADETUR com cerca de 1,9 milhões de euros relativas à renda do Hotel Montebelo e a Movida com cerca de 2,5 milhões de euros relativos às rendas dos escritórios e de lojas no Palácio do Gelo Shopping.

No que diz respeito às vendas aos acionistas, estas dizem respeito essencialmente a serviços prestados pelo Centro de serviços partilhados do Grupo Visabeira.

44. Eventos subsequentes

Após o fim do período de relato, mas antes de as demonstrações financeiras receberem autorização de emissão, em abril 2024 foi constituída a empresa Constructel Visabeira US que será detentora das subsidiárias a adquirir nos Estados Unidos da América.

Em maio de 2024, a Constructel Visabeira US, participada da Constructel Visabeira, adquiriu uma participação maioritária, de 70% dos Capitais Próprios da Verità Telecommunications Corporation ("Verità"), uma empresa que atua nos serviços de engenharia de redes de telecomunicações fixas e móveis na região Centro dos EUA. A Verità, com sede no estado do Michigan, opera nas áreas da engenharia, construção e manutenção de infraestruturas de rede de telecomunicações fixas e móveis. Esta aquisição representou um investimento de cerca de 34 milhões de euros.

Igualmente em maio de 2024, a Vista Alegre concluiu com sucesso a organização e montagem de um empréstimo obrigacionista com recurso a uma oferta pública de subscrição (OPS) no montante global de 60 milhões de euros. A referida operação permitiu à VAA diversificar as suas fontes de financiamento, uma vez que este empréstimo obrigacionista foi colocado junto de investidores particulares nacionais. Tratou-se da primeira emissão obrigacionista da VAA dirigida a este tipo de investidores, alcançando-se assim mais um importante marco na história da empresa. Com resultado desta emissão obrigacionista, a VAA irá reembolsar (em outubro de 2024) a emissão obrigacionista lançada em 2019 - VAA *Fixed Rate Guaranteed Senior Secured Notes* 2019-2024 Class A (colocada junto de investidores institucionais) - bem como permitir financiar os investimentos previstos para a sua atividade.

Para além dos acima discriminados, não existem outros eventos subsequentes à data da Demonstração da Posição Financeira, e até à data da emissão das contas, que possam ter um impacto material na leitura das correntes demonstrações financeiras.

Viseu, 14 de junho de 2024

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Claudia Raquel Costa do Amaral Laurence

Nuno Teves Marques

Allyopes

João Paulo

Arturo de Castro Lopes

Allyopes

Documentos de apreciação e certificação



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da Boavista, 36, 3º
4050-112 Porto
Portugal

Tel: +351 226 002 015
Fax: +351 226 000 004
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Grupo Visabeira, S.A. (o Grupo), que compreendem a Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 2.450.370.994 euros e um total de capital próprio de 615.253.544 euros, incluindo um resultado líquido de 36.990.960 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Grupo Visabeira, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório Consolidado de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Sociedade Anónima - Capital Social 1.340.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - Sede: Avenida da Índia, 10 - Piso 1 - 1349-066 Lisboa
A member firm of Ernst & Young Global Limited



Grupo Visabeira, S.A.
Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2023

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório Consolidado de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório Consolidado de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório Consolidado de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 12 de julho de 2024

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:


Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC n.º 1154)
Registado na CMVM com o n.º 20160766

2/2



RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS CONTAS CONSOLIDADAS

Senhores Acionistas

Em cumprimento do disposto na alínea g) do art.º 420º, conjugado com o n.º 1 do art.º 508-D do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o Relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar Parecer sobre o Relatório de Gestão das contas consolidadas, apresentados pelo Conselho de Administração Executivo do GRUPO VISABEIRA SA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

No decurso do exercício acompanhámos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

1. Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e os documentos que lhes servem de suporte;
2. Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada necessária, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
3. Verificámos que a definição do perímetro de consolidação e as demais operações de consolidação efetuadas estão de harmonia com o estabelecido nas normas de consolidação aplicáveis;
4. Apreciámos os Relatórios e Pareceres emitidos pelos órgãos de fiscalização das empresas integradas no perímetro de consolidação;
5. Verificámos a adequabilidade dos documentos de prestação das contas consolidadas;
6. Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas consolidadas, as quais são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados do Grupo do qual a Entidade é a empresa-mãe;
7. Confirmámos que o Relatório de Gestão das contas consolidadas, a Demonstração Consolidada de Resultados, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração da Posição Financeira Consolidada, a Demonstração Consolidada das Alterações do Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e as Notas às Demonstrações Financeiras

Grupo Visabeira, SA
Viseu – Sede Social
R. do Palácio do Gelo, 1 Palácio do Gelo Shopping, Piso 3 3500-606 Viseu – Portugal
T. +351 232 483 000 | F. +351 232 483 100
Lisboa
Av. Almirante Gago Coutinho, 78 1700-031 Lisboa – Portugal
T. +351 218 429 970 | F. +351 218 496 731
geral@grupovisabeira.com | grupovisabeira.com
Cap. Social 115 125 630,00€ | NIPC e Mat.C.R.C.Viseu 502 263 628



Consolidadas, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;

8. Averiguámos a observância pelo cumprimento da lei e dos contratos de sociedade; e

9. Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos atos de verificação e validação, que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração Executivo e de outros responsáveis, as informações e esclarecimentos que consideramos necessários.

Acompanhámos os trabalhos dos auditores responsáveis pela revisão legal das contas e realizámos as reuniões consideradas necessárias para a obtenção das informações relevantes tendo em vista a Certificação Legal das Contas Consolidadas sem reservas e sem ênfases e com a qual concordamos.

Face ao exposto somos de Parecer que:

1- O Relatório de Gestão das contas consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, satisfaz os requisitos legais, previstos no Código das Sociedades Comerciais;

2-A Demonstração Consolidada de Resultados, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração da Posição Financeira Consolidada, a Demonstração Consolidada das Alterações do Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e as Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Viseu, 12 de julho de 2024

A Comissão para as Matérias Financeiras

Vitor Manuel Lopes Fernandes, Presidente

Alberto Henrique de Figueiredo Lopes

João Carlos Monteiro de Macedo

Grupo Visabeira, SA

Viseu – Sede Social

R. do Palácio do Gelo, 1 Palácio do Gelo Shopping, Piso 3 3500-606 Viseu – Portugal
T. +351 232 483 000 | F. +351 232 483 100

Lisboa

Av. Almirante Gago Coutinho, 78 1700-031 Lisboa – Portugal
T. +351 218 429 970 | F. +351 218 496 731

geral@grupovisabeira.com | grupovisabeira.com

Cap. Social 115 125 630,00€ | NIPC e Mat.C.R.C.Viseu 502 263 628



Este relatório foi impresso em papel proveniente de fontes responsáveis e outras fontes controladas.

© Concept, Design & Art Direction by www.bangbang.agency

PERFORMING DREAMS

grupovisabeira.com

grupovisabeira.com